

Otra Economía

Revista Latinoamericana de economía social y solidaria

Otra Economía - Volumen IV - Nº 7 – 2º semestre/ 2010

ISSN 1851-4715



Otra Economía [online] - Volumen IV - Nº 7 – 2º semestre/ 2010 - ISSN 1851-4715. Disponible en: <http://www.riless.org/otraeconomia>

185 p.; 29 x 21 cm.

1. Autogestión; 2. Economía Social y Solidaria; 3. Cooperativas; 4. América Latina; 5. Marco legal.

Publicada por:
Red Latinoamericana de Investigadores de Economía Social y Solidaria (RILESS)



**Ilustraciones:
Edilson Rocha.
Brasil.**

Artista Plástico e Escritor, Edilson Rocha é daquelas pessoas simples, sem malícia no olhar, sorridente e confiante. Natural de

Beberibe, pequena cidade do litoral cearense, desde criança sonhou em viver na cidade grande.

divilima@yahoo.com.br
<http://galeriaedrocha.blogspot.com/>

Usted es libre de: copiar, distribuir, exhibir, y ejecutar la obra bajo las siguientes condiciones:

1. Reconocimiento. Debe reconocer los créditos de la obra de la manera especificada por el autor o el licenciador (pero no de una manera que sugiera que tiene su apoyo o apoyan el uso que hace de su obra).

2. No comercial. No puede utilizarse esta obra para fines comerciales.

3. Sin obras derivadas. No se puede alterar, transformar o generar una obra derivada a partir de esta obra.

Ante cualquier reutilización o distribución, usted debe dejar claro a los otros los términos de la licencia de esta obra.

Cualquiera de estas condiciones puede dispensarse si usted obtiene permiso del titular de los derechos de autor.

Nada en esta licencia menoscaba o restringe los derechos morales del autor.

Consejo Científico:

Boaventura de Souza Santos (Portugal)
Enrique Dussel (México)
Jean-Louis Laville (Francia)
José Luis Coraggio (Argentina)
Luiz Inácio Gaiger (Brasil)
Marília Veronese (Brasil)
Paul Singer (Brasil)

Directores:

José Luis Coraggio (Argentina)
Luiz Inácio Gaiger (Brasil)

Equipo Editorial:

Andressa Correa (Brasil)
Carolina Barnes (Argentina)
Federico Zuberger (Argentina)
Gonzalo Vázquez (Argentina)
Leticia Cristina B Barbosa (Coord.) (Brasil)
Natalia García (Argentina)
Sandra Milena Muñoz (Colombia)

Diseño y diagramación:

Leticia Cristina Bizarro Barbosa (Brasil)

Cuerpo de referís:

Aida Quintar (Argentina)
Antonio Cattani (Brasil)
Antonio Elizalde (Chile)
Armando de Melo Lisboa (Brasil)
Carola Conde Bonfil (México)
Claudia Danani (Argentina)
Daniela Soldano (Argentina)
David Barkin (México)
Euclides André Mance (Brasil)
Fabio Sánchez (Brasil)
Fernando Kleiman (Brasil)
Gabriela Domecq (Argentina)
Gabriel Fajn (Argentina)
Griselda Verbecke (Argentina)
Gustavo Cimadevilla (Argentina)
Hans Benno Asseburg (Brasil)
Henrique Tahan Novaes (Brasil)
Lia Tiriba (Brasil)
Maria Adela Plasencia (Argentina)
María Arcelia González Butrón (México)
Mario Elgue (Argentina)
Mirta Vuotto (Argentina)
Pablo Guerra (Uruguay)
Patricio Narodowski (Argentina)
Paulo Albuquerque (Brasil)
Raúl Fernández Wagner (Argentina)
Ricardo Diéguez (Argentina)
Ruth Muñoz (Argentina)
Ana Mercedes Sarria Icaza (Brasil)
Susana Hintze (Argentina)

INDICE

<u>PRESENTACIÓN.....</u>	<u>4</u>
<u>ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA: CONTRIBUCIONES TEÓRICAS.....</u>	<u>7</u>
José Ricardo Tauile: contribuições para a Economia Solidária Manuela Salau Brasil y Francisco Salau Brasil (Brasil)	8
<u>ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA: EXPERIENCIAS Y SUJETOS</u>	<u>25</u>
Los procesos organizativos de la agricultura familiar y la creación de ferias y mercados de economía social Luis Caballero et all (Argentina)	26
Experiencias de Economía Social en Michoacán ¿Una respuesta al desarrollo que no llegó? Josefina Cendejas Guízar y María Arcelia Gonzáles Butrón (Mexico) ..	42
A economia solidária e os desafios da gestão pública: uma análise do programa oportunidade solidária no município de São Paulo Sandro Pereira Silva (Brasil)	62
<u>DOSSIER MICROEMPREENDEDORISMO Y ASOCIATIVISMO</u>	<u>83</u>
Quando micro não é sinônimo de pequeno: a vertente metautilitarista do empreendedorismo Adriane Vieira Ferrarini y Luiz Inácio Gaiger (Brasil)	84
Microempreendedorismo e associativismo: um retrato preliminar de Moçambique Dipac Jaiantilal y Cláudio Mungói (Moçambique)	101
Microempreendedorismo popular e Economia Solidária: o sentido de uma mudança Pedro Hespaha (Portugal)	111
Piracema: uma metáfora para o microempreendedorismo associativo no Brasil Adriane Vieira Ferrarini y Marília Verissimo Veronese (Brasil)	131
A História e os sentidos do empreendedorismo solidário Luiz Inácio Gaiger y Andressa da Silva Corrêa (Brasil)	153
<u>ECONOMÍA SOCIAL EN AMÉRICA DEL NORTE</u>	<u>177</u>
El “mapeo” de la economía social y solidaria: algunos retos Yves Vaillancourt (Canadá)	178

PRESENTACIÓN

Estimados leitores:

Este número de Otra Economía, com o qual a Revista alcança sua sétima edição, se apresenta sob o signo do tempo. Preambularmente, salientamos que a Revista já venceu as primeiras provas do tempo, ao ultrapassar três anos de publicação ininterrupta. Nesse interim, Otra Economía manteve-se fiel ao compromisso da RILESS de criar e alimentar uma rede de investigadores latino-americanos que trabalhem cooperativamente em um marco plural. Uma rede, com vistas à realização de projetos e trabalhos interdisciplinares, de análises rigorosas de experiências, de debates e de contribuições sólidas para o avanço da reflexão teórica sobre possibilidades e caminhos de constituição de outra economia, outra política e outra sociedade na América Latina.

O tempo se expressa em mais de um sentido nas contribuições reunidas neste número. Em primeiro lugar, ele aparece na longevidade das experiências de Economía Social e Solidária examinadas. Evidencia-se com isso que este campo de práticas já não pode ser considerado recente, como no início desta década, embora se mantenha diversificando e renovando continuamente. Ele não é apenas um campo de novidades e desafios, mas também de iniciativas consideravelmente amadurecidas que, bem assimiladas, aportam lições esclarecedoras. O fato é nítido entres as **ferias francas**, objeto do primeiro artigo da Seção *Economía Social y Solidaria: experiencias y sujetos*, algumas das quais funcionam há mais de 15 anos e estão à base de um modelo posteriormente disseminado em vários pontos da Argentina.

No artigo seguinte, as experiências examinadas no estado de **Michoacán**, México, possuem raízes ou uma história própria que perpassa décadas, o que lhes confere outro sentido, inconfundível com a conotação moderna atribuída ao econômico, e outras chances de sobreviverem e participarem do desenvolvimento local. O texto que encerra esta seção trata de uma das mais relevantes experiências de política pública no Brasil - o programa **Oportunidade Solidária**, implementado em São Paulo. Nesse caso, o desafio consistiu em vencer hábitos e resistências arraigadas no aparelho de Estado e na população, graças a décadas de clientelismo e assistencialismo. Ao mesmo tempo, importava garantir a continuidade das novas ações, objetivo cujo insucesso acarretou sua supressão, mas não eliminou os ensinamentos legados por essa política pública, hoje considerada de referência.

Os caminhos trilhados ao longo do tempo por experiências econômicas populares baseadas na associação e na cooperação destacam-se no conjunto de textos reunidos no dossiê especial sobre **Microempreendedorismo e Associativismo**. Nas realidades trazidas à baila no Brasil, em Moçambique e em Portugal, fica patente que tais iniciativas, hoje postas no leito da Economía Social e Solidária, deitam raízes longínquas no tempo e na história. Ali, encontram suas fontes vitais, quer seu lastro cultural e moral de referência, quer ativos capazes de seguir impulsionando-as, em processos contínuos de transformação nos quais ganham novos sentidos e, a um dado momento, arrefecem-se e legam seus saberes a novas experiências.

Por essa razão, além de constituir-se no longo desenrolar das experiências, o tempo apresenta-se como uma dimensão essencial a ser incorporada pelo olhar do sujeito interessado em compreendê-las. É o que se constata no texto em justo tributo a **José Ricardo Tauille**, publicado na seção *Economía Social y Solidaria: contribuciones teóricas*. Este autor mostrava-se sensível à necessária demora das mudanças sociais mais profundas, ao fato de que processos dessa natureza conduzem a vários desenlaces, entre eles retrocessos e fracassos, o que demanda um refinamento dos nossos instrumentos de análise e grande senso de realismo diante dos obstáculos postos diante da construção de alternativas. Tauille soube evitar as soluções fáceis do voluntarismo intelectual e do ceticismo desobrigante.

A perspectiva temporal é posta em relevo pelo artigo sobre as **ferias francas**, cuja contribuição reside no poder heurístico problematizador demonstrado pelo dispositivo analítico proposto, seja em sentido retrospectivo, ou histórico, seja em sentido prospectivo, concernente aos desdobramentos dos processos hoje em marcha. Graças a esse prisma de análise, evita-se valorizar nas experiências tão-somente as características de alteridade coincidentes com as expectativas teóricas e políticas do pesquisador, o que levaria ao seu seccionamento da realidade social em que ganham factibilidade e a tomá-las reificadamente como obra reflexa do conceito de Economía Social e Solidária. Como reiteram os autores, é necessária máxima atenção à história progressa de gestação das experiências, às trajetórias em que se constroem saberes, valores e recursos predispondo a certos objetivos e certas modalidades de ação, com feições adaptativas ou irruptivas.

A dimensão temporal é intrínseca às diversas investigações sobre a componente supraindividual e associativa do empreendedorismo popular, tema do dossiê especial. Seus artigos articulam uma perspectiva sincrônica, focalizando tipos de empreendimentos constituídos no andar dos acontecimentos, com uma perspectiva diacrônica, que explora as continuidades e mudanças observadas no curso de décadas. Esse duplo enfoque, aliado à vantagem de contar com pesquisas sobre experiências em diferentes realidades nacionais, propicia não apenas a proposição de uma tipologia sobre as formas e sentidos de empreendedorismo popular, mas igualmente uma reflexão sobre as múltiplas durações do tempo. Em seus ciclos mais longos, o tempo permite captar sentidos latentes e ignorados, no entanto instituintes das realidades históricas, nas quais se mantêm dialeticamente impulsos de conservação e insurgência, realismo e transcendência, resignação e utopia.

* * *

Esse número de Otra Economía inova ao apresentar pela primeira vez, em seção especial, um dossiê temático. O dossiê foi aceito sob critérios decorrentes da política editorial da Revista: relevância do tema, quanto ao avanço científico do conhecimento e a questões atinentes à Economía Social e Solidária; integração entre os artigos, de modo a propiciar um tratamento sistemático e inovador, diferentemente da mera compilação de trabalhos esparsos; qualidade das contribuições, garantida pela avaliação de ao menos um parecerista da Revista, além do Diretor encarregado do dossiê. A Revista poderá voltar a publicar dossiês dessa natureza, embora não como uma prática corrente.

A segunda novidade deste número é motivo de grande satisfação: passamos a contar com uma crônica de atualidade da Economía Social e Solidária na América do Norte, graças a **Yves Vaillancourt**, politólogo, professor da *Université du Québec à Montréal* e membro do *Groupe d'Économie Solidaire du Québec* – GESQ. Em sua primeira colaboração, oferece uma reflexão oportuna sobre experiências e projetos de mapeamento da Economía Social e Solidária, tendo em vista realizações anteriores do Québec e intentos mais recentes na América Latina. Já coluna de Jean-Louis Laville, sobre a atualidade do contexto europeu, não publicada por razões apenas operacionais, retorna no próximo número.

Otra Economía passará em breve por inovações, devido à transferência de sua editoração para a UNISINOS, conforme planejamento original estabelecido com a Universidad Nacional de Gral. Sarmiento, que se incumbiu desta tarefa desde 2007, graças à devotada e qualificada equipe dirigida por José Luis Coraggio, no âmbito da Maestría en Economía Social - MAES. Os leitores e colaboradores da Revista serão adequadamente informados a respeito.

José Luis Coraggio (Argentina) y Luiz Inácio Gaiger (Brasil)

Otra Economía

Sección

Economía Social y Solidaria: contribuciones teóricas

José Ricardo Tauile: contribuições para a Economia Solidária

Manuela Salau Brasil

Possui graduação em Economia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1993) e mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2001). Atualmente é doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Tem experiência docente na área de Economia. Assessora da Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESOL/UEPG) entre 2005 e 2007. Pesquisa as seguintes temas: economia solidária, trabalho e utopia.
e-mail: manu_lela2@hotmail.com

Francisco Salau Brasil

Possui graduação em Engenharia Civil pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2005) e mestrado em Engenharia Ambiental pela Universidade Regional de Blumenau (2009). Tem experiência na área de Ciências Ambientais, com ênfase em Tecnologias Apropriadas, atuando principalmente nos seguintes temas: economia solidária, tecnologia apropriada, desenvolvimento, ecodesenvolvimento e percepção e educação ambiental.
e-mail: fsbrasil@gmail.com

Resumo:

Este texto tem como objetivo destacar algumas das contribuições de José Ricardo Tauile para os estudos da Economia Solidária. Para tanto, selecionaram-se quatro artigos do autor, aqui apresentados e analisados, na perspectiva de evidenciar seu esforço para a constituição da Economia Solidária no Brasil, especialmente no que diz respeito à formulação de políticas públicas. Deve-se ressaltar que seu envolvimento com a Economia Solidária ultrapassou o campo teórico, o que lhe rende o título de *otimista militante*.

Palavras-Chave: José Ricardo Tauile – Economia Solidária- política – utopia

Abstract:

The objective of the present paper is to highlight some of the contributions by José Ricardo Tauile to the studies on Solidary Economy. To that end, four of his articles were selected, and are presented and analyzed here with a view to demonstrating his endeavors toward establishing Solidary Economy in Brazil, especially concerning the formulation of public policies. It must be stressed that Tauile's involvement with Solidary Economy went beyond theory, a fact which allows him to be regarded as a militant optimist.

Key-words: José Ricardo Tauile. Solidary Economy. Policy. Utopia.

INTRODUÇÃO

José Ricardo Tauile nasceu em 20 de julho de 1945 no Rio de Janeiro e morreu em 10 de dezembro de 2006 em São Paulo. Em 1964 ingressou no curso de Engenharia Civil, na UFRJ, onde concluiu sua graduação. Migrou da Engenharia para a Economia a partir dos cursos de pós-graduação; em 1976 concluiu o mestrado e, em 1984, o doutorado, ambos na "New School for Social Research"; em 1990, o pós-doutorado, na "Université de Paris XIII".

Professor da UFRJ notabilizou-se por pesquisas sobre as mudanças tecnológicas e seus impactos sobre o trabalho e questões sociais.

Buscou compreender as modificações operadas no interior da fábrica, as transformações de base técnica e seu rebatimento sobre a organização do trabalho, para interpretar as mutações no mundo do trabalho e, mais ainda, a natureza da crise capitalista. Aliou a pesquisa sobre o conhecimento da realidade com o esforço em apontar caminhos ou formas para a saída da crise econômica, o que justifica seu interesse pela Economia Solidária, tema que lhe ocupou dos últimos anos do século XX até o final de seus dias.

Este texto pretende abordar algumas de suas contribuições a respeito desse tema e, para tanto, segue com: a) breves comentários sobre o encontro do autor com a Economia Solidária; b) apresentação dos quatro textos selecionados¹ – "Do socialismo de mercado à Economia Solidária" (2002); "Economia Solidária e autogestão: criação e recriação de trabalho e renda" (2004) – texto escrito com Huberlan Rodrigues; "Autogestão no Brasil: o salto de qualidade nas políticas públicas" (2004) – texto escrito com Eduardo Debacco; "Economia Solidária e autogestão no Brasil: síntese de uma pesquisa" (2005) – escrito com Huberlan Rodrigues; c) análise sobre alguns aspectos extraídos dos textos e d) considerações finais.

1. Economia Solidária

Em seu livro "Para (re) construir o Brasil contemporâneo" (2001), Tauile problematiza as mudanças tecnológicas e organizacionais, as mudanças no interior do sistema capitalista, seus impactos sobre o trabalho e as perspectivas para o cenário brasileiro. O próprio autor alerta que a Economia Solidária não é diretamente abordada na obra, esclarecendo: "Mas com isso não se deve depreender que não as julgo importantes, ou que elas não tenham lugar no argumento apresentado; ao contrário, intrinsecamente, fazem parte dele." (TAUILE, 2001, p. 13)



Edilson Rocha

¹ Os quatro textos estão reunidos, além de outros, na obra: "Trabalho, Autogestão e Desenvolvimento: escritos escolhidos 1981-2005", conforme consta nas Referências.

Portanto, é importante conhecer os caminhos que levaram o autor a se dedicar a esse campo de interesses. Seu envolvimento com a Economia Solidária iniciou a partir de contatos com a ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão) depois como assessor do governo de Olívio Dutra (no Rio Grande do Sul) até o acompanhamento a empreendimentos autogestionários. Também organizou o primeiro curso de graduação no Brasil sobre o tema dentro do Instituto de Economia da UFRJ. (PAIXÃO; BRANCO, 2009).

Em um rápido balanço sobre essas experiências, tem-se que:

Tanto nas aulas quanto nas diversas intervenções que fez no campo da economia solidária, foi marcante sua preocupação não só com as questões do 'socialmente necessário' para a competição no mercado capitalista, mas em especial com o que seria 'necessário socialmente' para construir um país menos desigual. Infelizmente, este ciclo de atuação e reflexão em torno da economia solidária não pôde ser fechado, ficando sem conclusão seu trabalho sobre os reais limites e possibilidades dos empreendimentos autogestionários frente ao mercado capitalista, e sobre o potencial revolucionário de tais iniciativas sobre a realidade social brasileira. (PAIXÃO; BRANCO, 2009, p.375)

Tauile não tem a Economia Solidária apenas como objeto de pesquisa: coloca em marcha sua atuação concreta em um projeto que acredita ser mais que uma prática assistencialista.

Por conta de seu otimismo [ou paixão], Tauile extravasou os limites da pesquisa e da reflexão acadêmica e colocou seus conhecimentos a serviço de um ativismo numa época em que já dominava o imobilismo político entre seus pares. Sua compulsão pelo propor e pelo fazer o levará a se interessar por formas de organização da produção alternativas às relações de trabalho especificamente capitalistas – como a autogestão e, em especial, as cooperativas autogestionárias, uma modalidade de economia solidária. [...] Tauile vislumbra nessas experiências um meio eficaz de inclusão social mediante a geração de trabalho e renda. **Mais do que um expediente pra enfrentar momentos de crise, ele deixa transparecer sua crença na autogestão como importante elemento constitutivo de um estágio superior de sociabilidade...** (SALM, 2009, p. 19, p. 20, grifo nosso).

Dessa forma, pode-se compreender seu interesse pela Economia Solidária, demonstrando a coerência do autor em perseguir os temas afetos às transformações no mundo do trabalho e seus impactos sobre a sociedade, nutrindo a esperança de ultrapassar as crises do capital. Com essas breves notas, introduz-se a apresentação dos quatro artigos selecionados.

1.1. “Do socialismo de mercado à economia solidária” (2002)

O autor se pergunta sobre as condições de possibilidade de manutenção e expansão da Economia Solidária, uma vez que está inscrita no sistema capitalista.

Até que ponto formas de economia solidária, como a operação por meio das cooperativas, seriam alternativas viáveis tanto nos interstícios do sistema capitalista, por conta das 'fraturas' de um regime de acumulação insustentável, quanto em espaços mais expressivos da

dinâmica de reprodução das economias contemporâneas? Poderia a resolução dessas 'fraturas' tornar-se força motriz para um novo estilo de acumulação? Será que nas atuais circunstâncias é correto considerar a cooperativa como uma empresa 'socialista', como o faz Paul Singer [2001]? Serão seus princípios 'totalmente diferentes dos princípios da empresa capitalista', ou tratam-se meramente de detalhes e aspectos não fundamentais para a lógica da organização do empreendimento? (TAUILE, 2009a, p. 291)

Eis uma das primeiras questões que atraem todos aqueles que se aproximam do tema – seja com desconfiança, incredulidade, seja com esperança – e mesmo que não possam ser respondidas, precisam ser alvo de reflexão.

Nos quatro textos aqui expostos, o autor destaca a autogestão como característica emblemática da Economia Solidária e restringe suas pesquisas a uma das formas que ela pode assumir, qual seja as cooperativas autogestionárias oriundas das chamadas empresas recuperadas (o que se justifica pelos contatos com a ANTEAG, conforme relatado anteriormente).

Neste que é um de seus primeiros textos sobre Economia Solidária, percebe-se a influência de suas pesquisas anteriores sobre o mundo do trabalho, quando, por exemplo, utiliza o "modelo japonês" para refletir sobre a viabilidade da Economia Solidária no Brasil, para concluir²:

No caso japonês, a credibilidade foi forjada entre empreendedores e empregados, em busca de objetivos de longo prazo tornados mais ou menos comuns. Tomando este fato como referência, seria então válido pensar que, nas experiências de cooperativas de autogestão de economia solidária, o antagonismo básico entre capital e trabalho possa também ficar esmaecido, visto que os trabalhadores são seus próprios patrões? (TAUILE, 2009a, p. 293)

Esta não é, entretanto, a ênfase do texto, que se desdobra em apontar os desafios da Economia Solidária, bem como suas possibilidades. A busca por atuação em redes, propiciando ganhos de escala e maior eficiência, constitui-se em uma possibilidade de estabelecer-se em um ambiente capitalista. Aliás, é uma prática utilizada pelas empresas capitalistas por intermédio dos "clusters".

No caso da "rede solidária" seriam organizadas compras coletivas e a adoção de um selo identificando seus produtos. O autor cita ainda a importância do uso de tecnologias de informação entre seus participantes, a constituição de um "banco de idéias" como forma de aperfeiçoamento dos processos, e a relevância do crédito para sustentar e impulsionar os empreendimentos. Por fim, o autor destaca a criação imprescindível de "relações de confiança" para fundamentar as redes.

Taule alerta que, embora esses empreendimentos sejam autogestionários, mantêm relações com a economia de mercado, e por isso não é possível desconsiderar essa lógica e funcionamento. Sua aposta recai na "construção de vantagens comparativas dinâmicas" em substituição às "vantagens comparativas estáticas". Se essas últimas representam vantagens em termos de recursos naturais ou humanos, as primeiras dizem respeito "... àquelas construídas pela

² No livro "Para (re) construir o Brasil contemporâneo" o autor dedica um capítulo sobre "A via japonesa para o trabalho contemporâneo", no qual menciona a cooperação como um dos elementos importantes do "modelo japonês". Sobre uma possível analogia entre este modelo e a autogestão, ver a seção 2 deste artigo.

ação objetiva dos agentes e que realimentam a própria competitividade –, como ocorreu no caso japonês.” (TAUILE, 2009a, p. 297)

O autor continua:

Neste contexto, a introdução e a difusão das inovações técnicas e organizacionais daí provenientes poderiam e deveriam ser utilizadas em ritmo adequado à formação de uma cultura profissional específica desse tipo de empresa e/ou rede voltada para seu próprio e constante aperfeiçoamento. (TAUILE, 2009a, p. 297)

A crença do autor é que sejam “passos ousados, mas viáveis politicamente” articulados em torno de um “exercício de inteligência social” que combine investimentos em políticas públicas capazes de “... criar a cultura [econômica, política e social] de sustentação efetiva da rede solidária no tempo.” O autor conclui: “A idéia de fundo é que se possam, com isso, preencher substancialmente as carências sociais com mecanismos democráticos de acumulação”. (TAUILE, 2009a, p. 298)

1.2. “Economia solidária e autogestão: criação e recriação de trabalho e renda” (2004) – Texto escrito com Huberlan Rodrigues.

Tauile argumenta que políticas públicas de geração de trabalho e renda têm efeitos positivos sobre a diminuição da pobreza e, por esse motivo, defende o direito ao trabalho como forma de promover melhorias sociais para os trabalhadores em países periféricos. Ao mesmo tempo, admite que as mudanças no mundo do trabalho sinalizam para um presente e um futuro com menores oportunidades de emprego formal, e dessa maneira, na contramão do que seria necessário.

Neste contexto, o autor acentua:

Ao confrontarmos os números da exclusão, que são de grande monta, com os da criação de postos de trabalho [formal] **mesmo quando a hipótese de crescimento da economia e geração de postos de trabalho e renda é vislumbrada e palpável**, julgamos ser o fomento e o incentivo ao empreendedorismo popular coletivo [dos trabalhadores e trabalhadoras], por meio da autogestão de empreendimentos, muito importantes para a criação de alternativas sustentáveis no funcionamento das economias contemporâneas no longo prazo. (TAUILE, 2009b, p. 302)

É importante ressaltar que a Economia Solidária não aparece como uma opção temporária restrita a episódios de crise, limitada a épocas de baixas taxas de crescimento econômico, mas, ao contrário, com potencial para constituir-se em uma alternativa de longo prazo a depender do interesse dos trabalhadores e das políticas públicas. Embora nascidos sob o signo da crise, esses empreendimentos podem se consolidar e apontar para “um novo estado de coisas que se avizinha”. (TAUILE, 2009b, p. 303).

Exemplos ilustram o crescimento e fortalecimento dessas iniciativas no Brasil, visíveis por intermédio da criação da ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária), do envolvimento de universidades e prefeituras em programas de incentivo aos empreendimentos e também pela instituição da SENAES (Secretaria Nacional de

Economia Solidária) vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego. Casos exitosos também são encontrados em outros países, a exemplo do Complexo de Cooperativas Mondragón, no País Basco.

O aumento do número de empreendimentos autogestionários não vem desacompanhado de dificuldades, como o choque entre a cultura do trabalho assalariado em contraposição ao trabalho autônomo, e até mesmo a urgência das questões de sobrevivência que obscurecem outras também importantes.

Este cenário impõe um conjunto de reflexões sobre os limites e possibilidades da Economia Solidária, sistematizados da seguinte forma pelo autor:

... deveriam tais empreendimentos ser entendidos estritamente como parte de uma política assistencial [de suporte], ainda que com um perfil de mais integridade econômica e social [sem maiores expectativas, todavia, de que possam constituir um núcleo germinador de transformações estruturais]? Ou, um pouco mais do que isso, deveriam eles ser percebidos e utilizados como um recurso para ser efetivamente usado, porém com limitações nítidas sob certos ângulos de análise, como, por exemplo, o alcance mercantil das atividades econômicas de um determinado tipo de cooperativas? Ou ainda, sob uma ótica mais otimista, poderiam estas experiências [e seus ensinamentos] constituir-se como um guia de orientação para um novo modelo de desenvolvimento econômico e social? (TAUILE, 2009b, p. 308)

Desde um cenário mais conservador até o mais otimista – em que a Economia Solidária se constituiria em eixo fundante de outro modelo de desenvolvimento – nota-se que a preocupação inicial, expressa já em seu artigo anterior, ganha maior refinamento, apesar de manter-se inconclusiva. A partir desse conjunto de hipóteses, novas interrogações se colocam:

a) Seria esta uma forma viável e eficaz de incorporar trabalhadores excluídos do circuito econômico atualmente? a1) Em caso positivo, como aperfeiçoá-la? a2) Em caso negativo, e se possível, como corrigi-la? b) Que tipo de empreendimento estaria propenso a incidir neste acerto ou naquele erro? [...] c) Estaria esta prática fadada a ser um nicho do sistema, ou poderia ter a pretensão de nuclear um padrão alternativo de desenvolvimento, que seja viável e, se possível, eficiente economicamente, bem como eficaz socialmente? (TAUILE, 2009b, p. 310)

O autor continua com novas perguntas, buscando entender e revelar as especificidades desses empreendimentos bem como vislumbrar o alcance do próprio movimento de Economia Solidária. A quantidade de questões propostas demonstra a fecundidade do tema, ao mesmo tempo em que atenta para a urgência em enfrentá-las.

Em relação ao texto anterior, constata-se uma maior proximidade entre autor e tema, motivada talvez pela expansão do número de empreendimentos e da inserção da Economia Solidária na agenda de muitos governos, bem como de sua participação mais direta e para além de uma agenda teórica.

1.3. “Autogestão no Brasil: o salto de qualidade nas políticas públicas” (2004) - Texto escrito com Eduardo Debacco.

Se no artigo de 2002 Taule utiliza o conceito de Ortiz Roca sobre Economia Solidária³, neste ele elabora seu próprio conceito do que chama de economia popular e solidária⁴ “... conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com um certo grau de democracia interna, e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade.” (TAUILE, 2009c, p. 313)

O autor chama a atenção para o fato de que a autogestão, celebrada como princípio desses empreendimentos, ainda é um ideal, e por isso utiliza em seu conceito a idéia de “certo grau de democracia interna”.

Distinguindo dois níveis de análise, um sob o ponto de vista da viabilidade da economia popular solidária, em uma visão macro, e outro da viabilidade do empreendimento autogestionário, opta por esta segunda para aprofundar o debate.

De acordo com Taule, a autogestão é uma mudança radical dos avanços propostos pelo modelo japonês, ou seja, da participação e motivação dos trabalhadores que, a partir disso, podem reencontrar parte do “saber produtivo” expropriado pelo capital⁵. Não deve ser confundida com a flexibilização que gera precariedade e tampouco com aquela que está na origem das cooperativas ilegítimas como as “cooperfraudes”. Para ele, portanto, a motivação e a transparência são fontes de eficiência do trabalho autogestionário.

Considerando a diversidade dos casos concretos no Brasil, que resultam em diferentes graus de eficiência, elege algumas questões que devem ser enfrentadas quando se discute a viabilidade de tais empreendimentos.

- a) O que se deve entender por eficiência econômica, analisando-se para além da simples questão do lucro no curto prazo?
- b) Podem as empresas de autogestão ser eficientes independentemente da ação do Estado [auto-suficientes]? Quais as condições necessárias para isso?
- c) Até que ponto a sociedade deve apoiar esses empreendimentos? Em quais circunstâncias eles são necessários?
- d) Como as políticas públicas voltadas para esses empreendimentos podem viabilizar iniciativas que, de outra forma, não sobreviveriam? (TAUILE, 2009c, p. 316)

Para refletir sobre essas indagações, inicia com uma avaliação sobre o conceito econômico tradicional de eficiência, julgando-o insuficiente para dar conta dessa nova forma de gerir os empreendimentos. A busca pelo aumento de lucros ou redução de custos sob a perspectiva da firma, bem como a maximização da satisfação ou a minimização dos gastos pelo consumidor, são preceitos da teoria econômica que fazem parte de outra racionalidade e, por isso, não podem ser reproduzidas para os empreendimentos operados por outra lógica.

Deixando evidente essa impossibilidade, exemplifica:

³ “A economia solidária recobre diferentes formas de organização em que os cidadãos e cidadãs se incumbem seja para criar sua própria fonte de trabalho, seja para ter acesso a bens e serviços de qualidade ao mais baixo custo possível, numa dinâmica solidária e de reciprocidade que articula os interesses individuais aos coletivos” (TAUILE, 2009a, p. 287)

⁴ Há várias expressões utilizadas para nominar o mesmo fenômeno, ou fenômenos muito parecidos. Entre eles: economia solidária, economia popular e solidária, socioeconomia solidária, economia social.

⁵ Mais sobre possíveis comparações entre os dois modelos, ver a seção seguinte.

No conceito de eficiência tradicional, ou seja, da relação entre insumos e produto, esses empreendimentos são um fracasso. O produto resultante do processo de coleta e triagem do lixo é muito inferior aos custos de produção, só sendo viável devido aos importantes subsídios públicos, sob a forma de coleta e entrega dos resíduos nos galpões. No entanto, esta é hoje uma política pública com aprovação praticamente unânime na sociedade. O caso é que, além do plástico, do papel, do vidro e dos metais, esses galpões produzem emprego, renda, qualidade de vida, diminuição do volume de lixo em aterros sanitários, redução no desmatamento, menos lixo nos arroios, reaproveitamento de recursos que demorariam séculos para serem biodegradados etc. Os benefícios sociais daí resultantes não são remunerados pelo mecanismo de mercado, especialmente quando se toma como referência o curto prazo. (TAUILE, 2009c, p. 323)

Dessa forma, defende a necessidade de atribuir outro significado ao conceito de eficiência e viabilidade, incorporando os benefícios sociais tanto quanto os resultados financeiros⁶. Para isso, sugere: “Deve-se determinar o que é importante para a sociedade e construir indicadores e regras que permitam atingir tais objetivos. [...] A criação de indicadores outros que não apenas a margem de lucro é uma tarefa teórica urgente para que a eficiência desses negócios seja medida.” (TAUILE, 2009c, p. 323)

As potencialidades dos empreendimentos autogestionários continuam se revelando, e o autor detalha o caso da política pública adotada no governo de Olívio Dutra no Rio Grande do Sul, constituída a partir de cinco eixos: formação, capacitação, financiamento, comercialização e formação de incubadoras (especialmente universitárias).

Os resultados práticos dessas experiências, tanto ao apresentarem suas dificuldades quanto êxitos e potencialidades, reforçam a necessidade de construção de uma política pública, coordenada pela SENAES, e que aprecie os temas a seguir. Articulação entre os diversos atores que trabalham com assessorias e fomento a Economia Solidária (ONGs, governos municipais e estaduais, universidades); articulação entre os diferentes órgãos e programas dentro do âmbito do governo federal para estabelecer parceria (Fome Zero, BNDES) e identificação dos empreendimentos em funcionamento no Brasil⁷. Além desses, deve haver a criação de formas de acesso a recursos financeiros pelos empreendimentos, em suas diferentes fases e atividades. Por fim, a viabilidade depende também de um marco jurídico que reconheça sua existência e considere suas especificidades.

1.4. “Economia solidária e autogestão no Brasil: síntese de uma pesquisa” (2005) – texto escrito com Huberlan Rodrigues.

Este artigo é parte de uma pesquisa realizada em 25 empreendimentos⁸, cujo objetivo foi a elaboração de uma tipologia que permitisse orientar as políticas públicas desse segmento. Como primeiros resultados, o autor se dedica a detalhar as dificuldades desses empreendimentos, na sua maioria organizados após a falência da atividade capitalista.

⁶ Na seção seguinte serão analisados os pontos de vista de outros dois autores sobre esse tema.

⁷ Atualmente, isso vem sendo realizado por intermédio do mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários, em sua segunda edição.

⁸ Os 25 empreendimentos estão assim distribuídos pelos estados brasileiros: RS (9), PR (1), SC (4), SP (5), RJ (1), MG (3), PE (1), SE (1).

Portanto, novamente aparecem os obstáculos surgidos pela insuficiência de crédito, pela defasagem tecnológica, pela ausência do marco legal específico, bem como dificuldades com a própria gestão do empreendimento (por exemplo, carência de conhecimentos específicos por parte dos trabalhadores e ausência de indicadores de desempenho).

Ao mesmo tempo, o autor verificou uma diversidade de formas de remuneração e distribuição das cotas entre os trabalhadores, do destino das sobras (excedente) e até mesmo no que diz respeito à presença de trabalhadores assalariados. Observando se tratar de uma realidade heterogênea, encontram-se empreendimentos que já ultrapassaram a fase inicial de maiores adversidades assim como outros que ainda enfrentam a luta diária pela sobrevivência.

Sobre estes últimos, Tauile confessa:

Nossos sentimentos variam entre o desânimo diante da constatação nua e crua das dificuldades colocadas por uma realidade bastante inóspita para este tipo de empreendimento, e certo otimismo provocado pela obstinação com que os mais desfavorecidos resistem e buscam conhecer e conquistar os caminhos da recuperação e da reintegração. (TAUILE, 2009d, p. 339)

Na continuidade, revela e nos empresta sinais de esperança:

Deixando o otimismo prevalecer [ou será a paixão?], acreditamos que, afinal, se o empreendimento, apesar de tantas dificuldades – e não são poucos os casos –, consegue continuar funcionando, ainda que precariamente depois de tanto tempo, é válido considerar a hipótese de que ações de política pública para encurtar, se não mesmo eliminar, alguns dos hiatos que estas empresas enfrentam, possam trazer resultados bastante expressivos não apenas no curto, mas também no longo prazo. (TAUILE, 2009d, p. 339)

Esse otimismo, baseado em fatos e tendências, logo, um sentimento que não deve ser confundido com ilusão, é um dos aspectos que será discutido na próxima seção, assim como outros assuntos abordados pelo autor ao longo deste conjunto de textos.

2. A natureza da Economia Solidária: pontos para reflexão a partir dos textos apresentados.

O autor aborda diversas questões sobre a Economia Solidária, contribuindo para o debate teórico bem como para o conhecimento dessa realidade no Brasil. Enfatiza a relação entre autogestão (ou níveis de autogestão) e a formulação de políticas públicas, buscando compreender a viabilidade da própria economia popular solidária em se manter em um ambiente capitalista, e mais ainda, daquela relacionada ao empreendimento.

De todas as suas contribuições, elegemos três aspectos para ampliar o debate, sempre tendo como ponto de partida a perspectiva do autor e sem a pretensão de esgotar nenhum dos temas.

2.1. Sobre a natureza do trabalho autogestionário.

Primeiramente, destaca-se a afirmação do autor de que a autogestão – um dos pilares da Economia Solidária – é antes um ideal que uma realidade. De fato, esse argumento vem sendo corroborado pelas pesquisas empíricas que revelam avanços nas práticas de uma gestão democrática, mas que ainda não alcançaram a autogestão. Dentre tantas questões, é preciso compreender que a autogestão não se restringe a uma questão técnica, assim como não é possível entendê-la sem considerar os limites impostos para fatores exteriores aos empreendimentos.

Um segundo aspecto diz respeito ao trabalho autogestionário como referência ao modelo japonês pesquisado pelo autor anteriormente. Em “Para (re) construir o Brasil contemporâneo”, Tauile descreve as vantagens do “modelo japonês” em contraposição ao fordismo ocidental.

O Japão, derrotado na Segunda Guerra Mundial, criou um modelo de gestão responsável por reerguer a economia deste país, especialmente porque baseado na capacidade de “... desenvolvimento de relações cooperativas entre os agentes básicos da produção, isto é, entre capital e trabalho e entre empresas dentro de uma mesma cadeia produtiva.” (TAUILE, 2001, p.148)

Características como cooperação, confiança e participação dos trabalhadores fazem esse modelo superior ao do trabalho fordista, uma vez que:

O engajamento dos trabalhadores e sua importância para o bom desempenho do processo produtivo caracteriza, até certo ponto, uma espécie de ‘subversão’ da tradicional tendência do capitalismo moderno de alienar o trabalhador do processo de produção, pela separação hierárquica entre as atividades de execução e concepção. (TAUILE, 2001, p. 150)

A redução dos níveis hierárquicos, o estímulo à participação e uma menor rigidez e separação entre as atividades de execução e administração, compõem o quadro de uma “flexibilidade dinâmica”⁹. Todavia, essas características não devem ser confundidas com aquelas encontradas nos empreendimentos autogestionários, embora possam utilizar-se das mesmas expressões para defini-los.

Tauile ressalta que interpretações mais entusiasmadas enxergam no “modelo japonês” transformações mais profundas na forma de estabelecer as relações de poder e até mesmo sobre a finalidade da empresa. Nessa perspectiva mais otimista, o modelo japonês se assemelharia ao cooperativismo.

No entanto, os avanços do modelo japonês em relação ao modelo taylorista não autorizam – e nem é essa a posição do autor – essa identificação com o modelo autogestionário. Cooperação, participação, comprometimento, respeito e confiança possuem outra natureza no contexto da Economia Solidária, pois os meios de produção pertencem aos trabalhadores e os empreendimentos são orientados por outra lógica.

A “lógica da solidariedade” é outro tema polêmico e longe de estar esgotado, tendo em vista a multiplicidade de eixos e visões – o que é condizente com a própria natureza do debate. Um desses aspectos será problematizado a seguir.

⁹ Citado na apresentação do primeiro texto do autor.

2.2. Sobre a viabilidade, sustentabilidade e eficiência dos empreendimentos autogestionários

A Economia Solidária e seus empreendimentos, embora surgidos no sistema capitalista – e nem poderia ser diferente, são orientados por outra racionalidade. Essa relação é polêmica, e não cabe aqui revisão alguma sobre essa discussão, tampouco um aprofundamento teórico. O objetivo é mais restrito, embora relevante, e refere-se à seguinte questão levantada por Tauile: “O que se deve entender por eficiência econômica, analisando-se para além da simples questão do lucro no curto prazo?” (TAUILE, 2009c, p. 316)

O próprio autor dá pistas para refletir sobre esse tema, que ainda é alvo de estudos, reflexões, proposições e controvérsias. Vázquez (2009) analisou a postura de dois teóricos a esse respeito: Luiz Inácio Gaiger e José Luis Coraggio. As duas visões expressam diferenças de ênfase ou ângulo de análise, muito mais do que divergências profundas.

Gaiger denuncia a resistência em se utilizar alguns termos como “empresa, eficiência e empreendedorismo” quando se refere à Economia Solidária sob acusação de pertencerem exclusivamente à lógica do capitalismo. O autor vê nesse posicionamento uma perda de oportunidades para se discutirem aspectos fundamentais aos empreendimentos, até porque não há uma teoria que se coloque como alternativa a esta. De acordo com ele, as bases para tal posicionamento referem-se ao que denomina de “debilidades mais profundas do pensamento alternativo” resumidas em dois pontos: uma superestimação dos espaços determinados pelo capital e a crença de que a economia é uma ciência a serviço apenas deste sistema, e por isso, desnecessária. (GAIGER, 2008)

Advogando a necessidade de um “empreendedorismo associativo”, uma vez que “a dimensão empreendedora é indissociável da dimensão solidária dos empreendimentos”, afirma:

Para que os empreendimentos realizem suas metas – uma façanha, em muitos casos – não basta a seus integrantes serem solidários: não basta almejarem e praticarem o bem comum. Não é tampouco suficiente ter líderes carismáticos, exemplares, capazes de agregar e unir pessoas; ou então, líderes democráticos, que respeitam os pontos de vista individuais e estimulam a participação. Da mesma forma, não basta ao empreendimento atuar em movimentos sociais, participar de fóruns ou tomar parte de redes solidárias, em nome do avanço político da economia solidária. Todas essas iniciativas, valiosas, não eliminam nem resolvem os problemas econômicos e talvez sejam mal conduzidas, – no tocante, por exemplo, a itens da plataforma de lutas – se não houver uma compreensão e uma condução tanto da economia na qual estão imersos os empreendimentos quanto da economia que pretendem e podem efetivamente praticar. (GAIGER, 2008, p. 62)

Considerando as especificidades desses empreendimentos, o autor adverte:

Por serem organizações econômicas, os empreendimentos associativos necessitam de empreendedorismo; por serem intentos alternativos, precisam inovar nesse campo através de um estilo de empreendedorismo próprio, de caráter participativo e democrático. Portanto, introduzir uma gestão criativa e inovadora, capaz de ir além do preestabelecido. (GAIGER, 2008, p. 63)

Assim, o debate sobre a dimensão econômica, sobre eficiência, viabilidade e sustentabilidade dos empreendimentos e de sua característica “empreendedora”, são enfrentamentos necessários para a sustentabilidade do próprio movimento. E, para isso, deve-se reconhecer a diferença entre o “mito do empreendedor”, difundido como a solução para o desemprego de acordo com políticas neoliberais, de um empreendedorismo coletivo e associativo. (GAIGER, 2008)

Em contrapartida, Coraggio (2006, p. 6) teme em reaplicar conceitos e significados entre diferentes lógicas:

Temos que ter muito cuidado quando trazemos esse conceito de sustentabilidade para o mundo da economia associativa solidária, quando trazemos os critérios teóricos ideais da boa empresa de capital e os queremos aplicar aos empreendimentos associativos. Uma coisa é fazer isso como um exercício, para poder comparar as possibilidades diferenciais que tem a economia associativa, a economia popular. Outra coisa é pretender que a economia popular cumpra o mesmo princípio que nem as próprias empresas capitalistas conseguem cumprir.

Sob seu ponto de vista, é uma discussão que extrapola o espaço do empreendimento e o domínio técnico, é antes um problema político e cultural, e por isso não se encerra no nível microeconômico:

Temos que pensar que situar a sustentabilidade apenas ao nível micro é irrelevante quando se tem em vista um projeto de transformação. Dentro de um projeto de transformação, um conjunto amplo de empreendimentos pode estar organizado de tal maneira que alguns deles não sejam sustentáveis do ponto de vista de seu equilíbrio financeiro, mas que outros produzam um excedente que subsidie os demais. Porque, senão, estaríamos aplicando o critério do chamado “individualismo metodológico”, pelo qual, se cada unidade é eficiente e cada unidade se sustenta, então o todo vai se sustentar. Só que não é bem assim: se não há um todo que sustente as unidades, não há sustentabilidade. Esta é uma hipótese para ser discutida. (CORAGGIO, 2006, p. 7)

É uma mudança não apenas conceitual, mas que contempla outros valores e por isso exige reconhecimento e apoio por parte da sociedade civil e do setor público, além da conscientização dos próprios trabalhadores que participam dos empreendimentos. Na avaliação de Coraggio (2008, p. 48), portanto, tem-se que:

La lucha por la participación popular en la definición de las políticas públicas, los comportamientos de los movimientos sociales y, en particular, el modo de resolución de las inevitables contradicciones de intereses inmediatos dentro del mismo campo popular (por ejemplo, entre trabajadores cooperativistas y trabajadores asalariados que resuelven los mismos problemas – a través del mercado y la subcontratación o desde el interior – de las empresas capitalistas) son condicionantes de la sostenibilidad de un naciente sector de economía centrada en el trabajo y no en el capital como sujeto.

Esse autor introduz o conceito de “sustentabilidade socioeconômica”, que, ao contrário do conceito tradicional, contempla as questões mencionadas anteriormente:

Con este concepto no puede decirse que el problema de la sostenibilidad se limite, como en caso de las empresas capitalistas idealizadas, a la

relación costos/ingresos o a un remedio de la rentabilidad y la competitividad de la empresa [o de la rama de mercado]. (...) la sostenibilidad depende de factores no siempre reducibles a valores económicos, como las políticas públicas, la calidad de las redes de cooperación y coordinación de un sector de trabajadores relativamente autónomos del capital, la definición legitimada de vida digna, la correlación de fuerzas, tanto como de la voluntad y disposiciones de los actores particulares, colectivos y públicos involucrados en este desarrollo del contexto. (CORAGGIO, 2008, p. 52)

Para concluir, o autor incorpora a dimensão temporal para a apropriação desse novo significado, uma vez que altera esquemas mentais amplamente difundidos. Neste aspecto, justifica e prevê:

No se contruye *un nuevo sector orgánico* [condición de sostenibilidad de una multiplicidad de emprendimientos] de la economía en contradicción con las fuerzas del capitalismo en un día. Si tenemos que dar un plazo, al menos hay que pensar en veinte años, pues se trata de cambios institucionales, culturales, de relaciones de poder, de constitución de nuevos sujetos colectivos, de reformas profundas del Estado y de la cultura política. Y no hay modelo, sino que hay que ir aprendiendo al hacer y pensar. (CORAGGIO, 2008, p. 56)

O intuito em trazer a visão desses dois autores foi de confirmar a importância do debate pontuado por Tauile, bem como sua complexidade. Não há opiniões divergentes ou contraditórias entre as três perspectivas, mas, antes de tudo, uma complementaridade que assinala o vigor teórico com que a temática é conduzida. Como sublinhou Tauile e fica evidente nas palavras de Gaiger e de Coraggio, essa discussão se abre em duas dimensões – o empreendimento e o conjunto da sociedade –, ambas necessárias para encarar tamanho desafio.

Tauile dedicou grande parte de seu esforço para diagnosticar as dificuldades dos empreendimentos, assim como se dedicou a discutir uma política pública adequada para atender esses interesses, consciente do papel do Estado em fomentar e incentivar este setor.

Um dos entraves citados por ele é a ausência de uma lei apropriada a esse modelo de cooperativismo (problema que persiste até hoje) e que impede a formalização de muitos grupos que, independentemente do formato jurídico, praticam a autogestão e guiam-se pelos princípios da Economia Solidária.

Nesse sentido, pode-se relacionar a luta por uma nova legislação cooperativa como um dos aspectos de sustentabilidade orientada por uma lógica própria, e talvez por isso mesmo, uma luta ainda em processo.

Não é suficiente para uma empresa de autogestão, do ponto de vista de seus sócios – trabalhadores, que estas apresentem rentabilidade excelente; esse objetivo deve ser alcançado sob uma gestão democrática, com a manutenção e criação de postos de trabalho e com qualidade de vida para aqueles que participam do projeto. O sucesso deve ser medido pela legitimidade social que torna a experiência alternativa sustentável no longo prazo. (TAUILE, 2009c, p. 330)

2.3. Utopia concreta

Tauile inicia o artigo “Do socialismo de mercado à Economia Solidária” com a seguinte citação de Henri de Roche: “O velho cooperativismo era uma utopia em busca de sua prática, e o novo cooperativismo, uma prática em busca de utopia”. (TAUILE, 2009a, p. 287)

Nos parágrafos finais do mesmo texto, escreve: “Se a criatividade é fundamental para tornar o futuro melhor um sonho, somente a ousadia e a firmeza na articulação devida dos agentes sociais e econômicos é capaz de torná-la real”. (TAUILE, 2009a, p. 298)

As afirmações acima nos remetem ao tema da utopia. Mais ainda, de uma utopia possível de se tornar prática, capaz de fazer-se real, de um sonho traduzido em utopia concretizável. Em outros trechos de sua obra, o autor demonstra uma visão otimista sobre o futuro da Economia Solidária. Portanto, eis os temas para análise desta última parte do texto.

Na era do “fim das utopias”, não parece sensato reivindicar essa discussão, nem adequado uni-la a temas “científicos”. No entanto, defende-se que a utopia não chegou a seu fim e que está inscrita no campo acadêmico.

A referência ao “fim da utopia” é uma anti-utopia: não se trata de imaginar um futuro pior, mas sim, de desistir de imaginá-lo. A visão de uma sociedade melhor é trocada pela “segurança” da sociedade existente, menos pelo temor de que qualquer mudança seja para pior, mas sim pela incapacidade de se imaginar mudanças. Utopia, neste contexto, lembra ideia ultrapassada, fora de moda, inútil. E nesse sentido, é sinônimo de algo inalcançável e impossível.

No caso da Economia Solidária, quando há tantas premências para pensar e fazer, o tema parece ainda mais inapropriado. Questões como a sustentabilidade dos empreendimentos e do movimento, pendências e entraves jurídicos, econômicos, culturais, políticos, tendem a ocupar constantemente militantes e teóricos.

Nessa toada, mesmo com suas bases fincadas sobre as experiências do socialismo utópico, e por estar inserida na sociedade do “fim das utopias”, esse é um tema pouco valorizado, senão desconsiderado. Ao mesmo tempo, a Economia Solidária não deixa de revelar, por si, uma utopia.

Portanto, o discurso do fim das utopias é contestado, seja pelo movimento real da sociedade como também por alguns autores, a exemplo de Buey (2007, p. 297)

a)...la afirmación de que hemos llegado al final de las utopias es un contrafáctico, o sea, una afirmación que va contra los hechos; [...] c) últimamente, desde el 2000, hemos entrado en una fase de revalorización de la utopía, cuya clave viene a ser de nuevo la discusión acerca del *concepto que hay detrás de la palabra*.

Nesse processo de revalorização do termo, é fundamental a contribuição de vários autores, entre eles Ernst Bloch (1885-1977). O autor re-significa não só a utopia, mas também a esperança, os sonhos e a imaginação, possibilitando a defesa da utopia como algo positivo e concreto.

É a partir da esperança que Bloch recupera e valoriza a utopia: “A falta de esperança é, ela mesma, tanto em termos temporais quanto em conteúdo, o mais intolerável, o absolutamente insuportável para as necessidades humanas”. (BLOCH, 2005, p.15)

Por sua vez, a utopia é gestada nos “sonhos diurnos¹⁰”, que carregam projeções e antecipações do futuro fomentadas pela imaginação do homem. Nem todo o sonho diurno, entretanto, tem o potencial utópico, pois muitos deles geram fantasias irrealizáveis, originando as utopias abstratas. É este o significado usual do termo que, banalizado, tornou-se sinônimo de impossibilidade e até mesmo de certa ingenuidade.

Além desses, os sonhos diurnos podem produzir utopias concretas, ou seja, possíveis de serem realizadas. Dessa forma, utopia adquire um sentido positivo, militante, político e transformador. O que diferencia a utopia concreta da utopia abstrata é sua possibilidade de realização. Bloch elabora quatro tipos de possível: a) possível formal; b) possível objetivo-factual, c) possível conforme a estrutura do objeto real e d) possível objetivo-real.

No primeiro nível, o possível é apenas “passível de ser pensado” e por isso sem compromisso algum com a realidade; no segundo, há uma “condicionalidade parcial” fundada no “... caráter incompleto do conhecimento científico das condições factualmente disponíveis...”. (BLOCH, 2005, p.224)

Quanto ao terceiro tipo de possível “... não vive das condicionantes insuficientemente conhecidas, mas das condicionantes insuficientemente manifestadas.” (BLOCH, 2005, p.227) O quarto nível de possível prevê a existência simultânea das condições objetivas e subjetivas, embora não em sua forma acabada e final: “O que nele está pré-formatado procura desdobrar-se, todavia não como se anteriormente já existisse, comprimido no menor espaço possível. [...] nunca é algo pronto de modo estanque, que, como algo existente em forma diminuta, apenas tivesse de concluir o crescimento.” (BLOCH, 2005, p. 235).

Portanto, as possibilidades em relação ao futuro advêm de uma análise que agrega componentes subjetivos e objetivos, que se baseia tanto na realidade já existente quanto nos movimentos que nela se insinuam latentes ou como tendência na percepção da realidade enquanto processo.

Imaginar-se rumando para o melhor sucede, num primeiro momento, apenas interiormente. [...] Todavia, nada circularia interiormente se o exterior fosse totalmente estanque. [...] Nenhum objeto poderia ser reelaborado conforme o desejo se o mundo estivesse encerrado, repleto de fatos fixos ou até consumados. No lugar deles, há apenas processos, ou seja, relações dinâmicas, nas quais o existente dado ainda não é completamente vitorioso. O real é processo e processo é a mediação vastamente ramificada entre o presente, o passado pendente e sobretudo o futuro possível. (BLOCH, 2005, p. 194)

O futuro depende ainda da ação e do trabalho humano, assim como do otimismo militante. A atitude do otimismo militante, ao contrário do pessimismo e do otimismo ingênuo, é gerada pela esperança advinda de utopias concretas, possíveis de serem realizadas, embora não existam garantias de que isso de fato ocorra. Desfaz-se então a condenação de um futuro pré-determinado:

Ainda não está decidido o que há de emergir: aquilo que agora é pântano pode ser drenado. Redobrando-se a coragem e o saber, o futuro não virá como fatalidade sobre o ser humano, mas o ser humano virá sobre o futuro e ingressará nele com o que é seu. (BLOCH, 2005, p. 196)

¹⁰ Bloch utiliza a expressão “sonhos diurnos” para diferenciá-los dos sonhos noturnos. Possuem conteúdo e natureza distintos, e de acordo com o autor, enquanto estes últimos dizem respeito ao inconsciente, os sonhos diurnos têm lugar no “ainda-não-consciente”, expressando formas de “antecipação”. Para maior detalhamento, consultar “O Princípio Esperança”, v. 1, parte II.

Muitos dos avanços e conquistas que hoje estão incorporados na sociedade já foram considerados como utópicos. No mundo do trabalho, há exemplos contundentes: “Entre as mais importantes realizações hoje incorporadas à vida social, mas que, no seu início, eram consideradas utópicas, destaca-se a luta contra o trabalho escravo e o emprego legal da tortura”. (CATTANI, 2003, p. 273)

Portanto, a defesa da utopia consiste em seu papel de tomada de consciência e visão crítica sobre o presente, bem como, disposição para imaginar e agir por um futuro melhor. Ao introduzir o conceito de utopia concreta, Bloch permite que a utopia seja apreciada como ciência, mas não em uma perspectiva de neutralidade ou apartada de valores.

Colocar em marcha sentimentos como esperança e otimismo, desde que em torno de uma utopia concreta, é o caminho para as transformações. Faltam análises para sustentar que a Economia Solidária é uma utopia concreta. Há tempos, porém, superou a fase de mera abstração teórica e vem crescendo em quantidade e desafios, fenômenos observados por Tauile e que talvez tenham motivado o autor a ser otimista, sem dúvida, militante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas páginas iniciais da obra “Princípio Esperança”, Bloch anuncia: “Pensar é transpor”. O sentido de transposição denota a riqueza e singularidade de sua compreensão sobre a realidade. Transpor não é limitar-se ao que existe e tampouco apegar-se a ilusões. Transpor tem o sentido de reparar naquilo que não está aparente, no que ainda não se apresenta por inteiro, mas que nem por isso deixa de ser real.

Talvez esse seja o sentido da trajetória de José Ricardo Tauile com a Economia Solidária. Desde suas primeiras reflexões, demonstrou preocupação com os limites e possibilidades da Economia Solidária, aliando análises sobre a realidade posta, mas sem abdicar de perspectivas em relação a um futuro melhor. Não se deixou levar pela ilusão, mas tampouco se entregou ao conformismo ou ao pessimismo.

Privilegiou estudos sobre a viabilidade e sustentabilidade dos empreendimentos e da Economia Solidária, enfatizando o papel das políticas públicas, portanto da política como instrumento para fazer avançar essas experiências.

Pensou e acreditou em um projeto de sociedade melhor; envolveu-se na teoria e prática da Economia Solidária; nutriu esperança, sem abdicar do rigor acadêmico; diagnosticou e propôs formas de ultrapassar dificuldades. Otimista militante, deixou um legado que extrapola os limites acadêmicos e que reafirma a atualidade e relevância das utopias, concretas ou não.

REFERÊNCIAS

BLOCH, E. **O princípio esperança**. v. 1 Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2005.

_____, E. **O princípio esperança**. v. 2 Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2006.

BUEY, F. F. **Utopias e ilusiones naturales**. Barcelona: El Viejo Topo, 2007.

CATTANI, A. Utopia. In: CATTANI, A. D. (Org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz editores, 2003.

CORRAGIO, J. L. La sustentabilidad de los emprendimientos de la economía social y solidaria. **Otra Economía. Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria**. v. II, n. 3, 2008

_____, J. L. **Sustentabilidad y lucha contrahegemónica en el campo de la economía solidaria**. Disponível em:

<<http://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/Seminario%20Bahia%20sustentabilidad.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2010.

GAIGER, L. I. A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. **Otra Economía. Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria**. v. II, n. 3, 2008.

PAIXÃO, M.; BRANCO, R. C. (Org.) José Ricardo Tauile: um convite à inteligência social. In: _____. **Trabalho, Autogestão e Desenvolvimento**: escritos escolhidos 1981-2005. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

SALM, C. Prefácio. In: PAIXÃO, M.; BRANCO, R. C. (Org.) **Trabalho, Autogestão e Desenvolvimento**: escritos escolhidos 1981-2005. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009

TAUILE, J. R. **Para (re) construir o Brasil contemporâneo**: trabalho, tecnologia e acumulação. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

_____, J. R. Do socialismo de mercado à economia solidária. In: PAIXÃO, M.; BRANCO, R. C. (Org.) **Trabalho, Autogestão e Desenvolvimento**: escritos escolhidos 1981-2005. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009a

_____, J. R. Economia solidária e autogestão: criação e recriação de trabalho e renda. In: PAIXÃO, M.; BRANCO, R. C. [Org.] **Trabalho, Autogestão e Desenvolvimento**: escritos escolhidos 1981-2005. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009b

_____, J. R. Autogestão no Brasil: o salto de qualidade nas políticas públicas. In: PAIXÃO, M.; BRANCO, R. C. (Org.) **Trabalho, Autogestão e Desenvolvimento**: escritos escolhidos 1981-2005. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009c

_____, J. R. Economia solidária e autogestão no Brasil: síntese de uma pesquisa. In: PAIXÃO, M.; BRANCO, R. C. (Org.) **Trabalho, Autogestão e Desenvolvimento**: escritos escolhidos 1981-2005. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009d

VÁZQUEZ, G. Una mirada sobre el debate acerca de la sostenibilidad de los emprendimientos de economía social y solidaria. XXVII Congreso ALAS, Buenos Aires, Set. 2009.

Otra Economía

Sección

Economía Social y Solidaria: experiencias y sujetos

Los procesos organizativos de la agricultura familiar y la creación de ferias y mercados de economía social

Luis Caballero

Economista (UBA), candidato a Magister en Economía Social (UNGS). Miembro del equipo técnico de la Coordinación Nacional de ProHuerta (INTA-MDS) y del Programa Nacional de Desarrollo de los Territorios (INTA).

Dirección Postal: Chile 460, C1098AAJ, Ciudad Autónoma de Buenos Aires

Teléfono: (011) 4339-0563

Correo electrónico: lcaballero@correo.inta.gov.ar, luencaba@yahoo.com

Sergio Dumrauf

Méd. Vet. y Trabajador Social (UNLP), candidato a Magister en Economía Agroalimentaria (UNLP), investigador del IPAF Pampeano (INTA), Coordinador del Proyecto de Investigación en Sistemas de Comercialización y Financiamiento de la PAF (CIPAF-PNADT).

Dirección Postal: Calle 403 (ex Santa Rosa) s/n entre Camino Centenario y calle 6 (ex 12), La Plata.

Tel: 0221-4871633

Correo electrónico: sdumrauf@correo.inta.gov.ar; sergiodumrauf@yahoo.com.ar

Edgardo González

Abogado (UNLP), candidato a Magister en Estudios Sociales Agrarios (FLACSO), investigador del IPAF Pampeano.

Dirección Postal: Calle 403 (ex Santa Rosa) s/n entre Camino Centenario y calle 6 (ex 12), La Plata.

Tel: 0221-4871633

Correo electrónico: eggonzalez@correo.inta.gov.ar; abogadoegonzalez@yahoo.com.ar

Florencia Mainella

Trabajadora Social (UBA). Miembro del equipo técnico de la Coordinación Nacional de ProHuerta (INTA-MDS), y del Programa Nacional de Desarrollo de los Territorios (INTA).

Dirección Postal: Chile 460, C1098AAJ, Ciudad Autónoma de Buenos Aires

Teléfono: (011) 4339-0563

Correo electrónico: fmainella@correo.inta.gov.ar, manieflor@yahoo.com.ar

Mariana Moricz

Socióloga (UBA), Candidata a Magister en Economía Social (UNGS). Referente en Economía Social del equipo técnico de la Coordinación Nacional de ProHuerta (INTA-MDS), y miembro del equipo técnico del Programa Nacional de Desarrollo de los Territorios (INTA).

Dirección Postal: Chile 460, C1098AAJ, Ciudad Autónoma de Buenos Aires

Teléfono: (011) 4339-0563

Correo electrónico: mmoricz@correo.inta.gov.ar, marianamoricz@yahoo.com.ar

RESUMEN

El presente trabajo pretende aportar a la construcción de marcos interpretativos que permitan entender los procesos de comercialización de la agricultura familiar, como el caso de las ferias y mercados de economía social. El reduccionismo de la teoría económica para dar cuenta de estos procesos en su complejidad y multidimensionalidad social, hacen necesario incorporar al análisis miradas superadoras. En este sentido, el artículo propone tres dimensiones o "puertas de entrada" desde las cuales analizar el problema: a) el sujeto social que impulsa estas experiencias; b) las características y complejidad del proceso económico y

las relaciones de intercambio involucradas; c) el proyecto político y los procesos de lucha que expresan estas experiencias. Integrando una perspectiva temporal, propone así mismo incorporar dos miradas, una *histórica*, que permita observar el fenómeno en relación a procesos previos, y una *prospectiva*, que induce a reflexionar sobre sus posibles proyecciones.

PALABRAS CLAVE

Comercialización, procesos organizativos, agricultura familiar, economía social

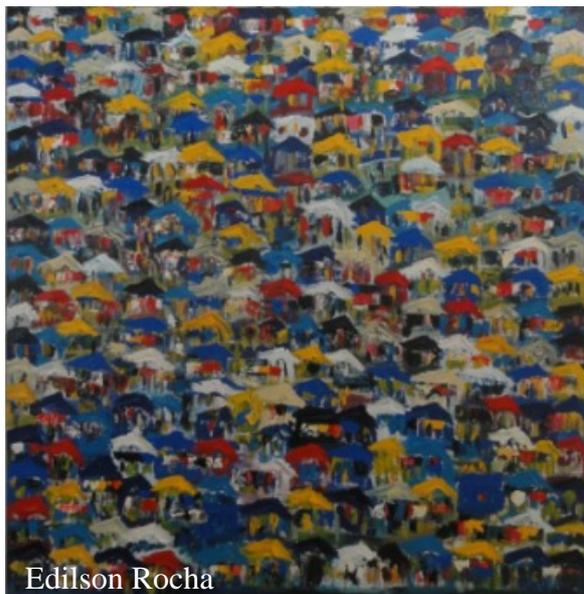
ABSTRACT

This paper attempts to contribute to the construction of interpretative frameworks that allow understanding the familiar agriculture's commercialization process, such as the markets and fairs of social economy. The reductionism of economic theory to explain these processes in their complexity and social multidimensionality makes it necessary to include in the analysis evolved perspectives. Regarding this subject, the article proposes three dimensions to analyse the problem: a) the social individual that promotes these experiences; b) the characteristics and complexity of the economical process and the exchange relationships involved c) the political project and struggling processes that express these experiences. Through a temporal perspective, the article proposes to introduce two points of view as well: the historical, that allows observing the phenomenon related to previous processes, and the prospective, that leads to consider possible implications.

KEYWORDS

Familiar agriculture, commercialization, social economy

INTRODUCCION



Edilson Rocha

Este documento se propone reflexionar sobre cómo los actores de la Agricultura Familiar organizan ferias y mercados de Economía Social (ES). Esto implica asumir que nuestro análisis pondrá foco en procesos de comercialización e intercambio que consideramos distintivos respecto de aquellos que son propios de los subsistemas de la economía empresarial capitalista y la economía pública estatal (Coraggio, 2004a, 2004b y otros). Por tanto, implica asumir también la necesidad de recurrir a (nuevos) marcos conceptuales que permitan reflejar la particularidad y complejidad de estos fenómenos. Atendiendo a dicha finalidad, el presente artículo

tiene el objetivo de aportar a constituir un marco conceptual orientador para la investigación sobre los procesos organizativos en ferias y mercados de economía social, en el sector de la agricultura familiar. Partimos de un puñado de reflexiones preliminares que nos han generado un conjunto de experiencias con las que nos vinculamos desde nuestra práctica de investigación e intervención¹ en el ámbito institucional.

Somos conscientes de que el estudio de los procesos organizativos de los actores de la Agricultura Familiar en la creación de ferias y mercados de Economía Social, merece un programa de investigación que trasciende largamente los alcances de este artículo. En esta instancia sólo presentamos una propuesta de marco analítico - tres "puertas de entrada" y dos "perspectivas" - que intentaremos desarrollar en diálogo con nuestra reflexión sobre las experiencias señaladas.

Esperamos que este material aporte a la discusión y la construcción de un marco teórico-metodológico que permita una más profunda comprensión de los procesos organizativos en la creación de ferias y mercados de Economía Social.

1. ¿La agricultura familiar organiza la economía social o la economía social organiza la agricultura familiar? Sobre cómo nos aproximamos a la comprensión de estos procesos

Entendemos que la organización colectiva no surge de procesos naturales, ni resulta predeterminada estructuralmente. La organización colectiva emerge en procesos socio-culturales que tensionan el *habitus* de los actores en torno a una estrategia compartida de cambio (Bourdieu, 2001). Las ferias y mercados de ES son impulsadas por actores (sujetos) sociales - en este caso pertenecientes al sector de la agricultura familiar -, que otorgan a cada experiencia una impronta particular, estructurando su funcionamiento e imponiéndole una "marca" distintiva. Compartimos la opinión de Robert (2004) respecto de que el análisis de estos sujetos sociales no representa una dimensión escindida del análisis de las experiencias, sino que es componente esencial de las mismas.

En virtud de ello, desde nuestra experiencia de vinculación con estas experiencias, queremos proponer aquí tres **puertas de entrada** al análisis de los procesos organizativos en ferias y mercados de la ES:

- el sujeto social que impulsa las experiencias,
- la complejidad que alcanzan las relaciones (e intercambios) - materiales y simbólicas - donde se teje la trama del proceso organizativo, y
- el proyecto político que expresa la experiencia y las luchas en las que se ha constituido.

Reconocemos que estas tres puertas de entrada tienen fronteras altamente difusas. Somos conscientes de que en la agricultura familiar o en otros ámbitos sociales, las características del sujeto social, la complejidad que alcanza a procesar su proceso organizativo, y el proyecto político y las luchas que sostienen son "caras de una misma moneda" que aparecen profundamente imbricadas y construidas socio-históricamente. Sin embargo, adoptar estas tres puertas de entrada al tema nos parece útil a los efectos de organizar mejor el proceso

¹ Feria Manos de la Tierra (La Plata, Bs. As.), Mercado de la Estepa (Dina Huapi, Río Negro), Feria Verde (Mar del Plata, Bs. As.), Mercado Solidario de Bonpland (Cdad. de Buenos Aires), Feria Franca de San Vicente (San Vicente, Misiones), Mercado Madre Tierra (Tres Arroyos, Bs. As.), Feria de Corzuela (Corzuela, Chaco), y Feria de los Huerteros (San Miguel de Tucumán, Tucumán).

analítico y su exposición, y permitirnos vincular nuestras – preliminares - reflexiones sobre aspectos reales y concretos de las experiencias con el marco analítico-conceptual que queremos proponer.

Transversal y complementariamente a las tres puertas de entrada, creemos que el tema debe abordarse buscando integrar dos **perspectivas**:

i) la **mirada histórica** sobre el contexto en el que surgen estas experiencias y su evolución. En esta perspectiva, creemos pertinente indagar en la historia de gestación de las experiencias, sus actores y conflictos, las cuestiones socialmente problematizadas que estuvieron (o aún están) presentes y cómo fueron resueltas (o no). Reconocer las representaciones y percepciones que los sujetos han construido sobre su propia historia (individual y colectiva, local y regional/nacional/global), sobre sus condiciones de producción y reproducción social, y sus explicaciones sobre las mismas.

ii) la **mirada prospectiva**, donde interesa reflexionar sobre los obstáculos y potencialidades que tienen las experiencias, las tensiones que emergen en la coyuntura y las alternativas y desafíos, así como las fuerzas que movilizan unos u otros cursos de acción. Obviamente, esta perspectiva debe conjugar la mirada sobre las posibilidades y condiciones para la intensificación, extensión, complejización y desarrollo de estas formas de Economía Social con la mejora en la calidad de vida de sus miembros.

En la sección siguiente intentaremos desarrollar (muy) brevemente este esquema de análisis, esbozando un conjunto de reflexiones (preliminares) sobre las 8 experiencias señaladas.

2. Primer entrada: el sujeto social

Generalmente se usa el término **agricultura familiar** para referir a un conjunto diverso de actores e identidades - pequeño productor, minifundista, campesino, chacarero, colono, mediero, productor familiar, trabajador rural sin tierra, pueblos originarios, agricultor urbano/periurbano, etc. -, y sus actividades, entre ellas, agrícolas, pecuarias, pesqueras, forestales, de producción agroindustrial, artesanal y recolección. Algunas definiciones hacen énfasis en las características económico-productivas² del sector, mientras que otras la definen como una "forma de vida" y "una cuestión cultural"³.

Sin pretender abordar aquí las connotaciones del término agricultura familiar y su delimitación, nos situamos fuera de ese debate y asumimos - a priori - que la agricultura familiar pertenece al universo de la **economía popular** (Coraggio, 2004a; 2004b), entendida como un conjunto inorgánico y desarticulado de actividades y actores con las siguientes características:

- su reproducción depende – centralmente - de su capacidad de trabajo,
- desarrollan estrategias diversificadas - reactivas y transitorias - y comportamientos adaptativos, desde su matriz cognitiva y de hábitos, valores, tradiciones,

² Por ejemplo para el PROCISUR "la Agricultura Familiar es un tipo de producción donde la Unidad Doméstica y la Unidad Productiva están físicamente integradas, la agricultura es la principal ocupación y fuente de ingreso del núcleo familiar, la familia aporta la fracción predominante de la fuerza de trabajo utilizada en la explotación, y la producción se dirige al autoconsumo y al mercado conjuntamente". Ver documentos institucionales de PROCISUR.

³ Ver Documentos institucionales del Foro Nacional de Agricultura Familiar, FONAF.

- su acción no es absolutamente imprevisible ni totalmente predecible, sino que es respuesta a determinados aspectos de la realidad, determinada por estímulos condicionales y convencionales,
- a su vez, su acción es producto de experiencias anteriores en contextos situaciones similares, lo que asegura un dominio práctico de situaciones de incertidumbre y permite realizar previsiones prácticas
- comprende las actividades que realizan para la satisfacción de sus necesidades: los hábitos, reglas, valores y conocimientos que orientan tales actividades; el conjunto de recursos - subjetivos y materiales, privados y públicos - que comandan; y los agrupamientos, redes y relaciones (de concurrencia, de regulación, de cooperación) que instituyen, formalmente o por costumbre o repetición.

Asumir como punto de partida que el sujeto social que impulsa estas experiencias de ferias y mercados pertenece al universo de la economía popular nos obliga reconocer que el sujeto de estos procesos es complejo y multivariado, y que debemos reflexionar más en profundidad sobre los procesos de acción colectiva⁴ que conllevan, sus orígenes y cursos de acción, y su potencia en términos de construir sujetos colectivos.

Para profundizar la caracterización de estos sujetos, sus repertorios y estrategias de acción y las identidades en juego, proponemos indagar cuatro aspectos en particular: las trayectorias de organización, sus modos de estructurar y construir poder, la ética y los valores que los sustentan y las territorialidades que expresan y se encuentran en disputa.

2.1. Trayectorias de organización

En las experiencias señaladas observamos trayectorias muy diversas, cargadas de historias propias y particularidades, que nos resultan sumamente fecundas y estimulantes a esta reflexión. Observamos cómo esas diversas trayectorias “se hacen texto” – texto diverso - en las distintas experiencias con las que nos vinculamos.

Por ejemplo, la experiencia de la Feria Franca de San Vicente no puede entenderse desvinculada de un proceso socio-histórico muy propio de la provincia de Misiones, un proceso de mayor envergadura, que significó el surgimiento de las ferias francas como tema/fenómeno social, primero en dicha provincia y posteriormente extendidas en distintas regiones de nuestro país. En este proceso, iniciado a mediados de la década del 90' en la provincia de Misiones, confluyen distintos actores: organismos y programas - PSA, INTA, Ministerio del Agro, etc. - organizaciones de productores - Movimiento Agrario Misionero en el origen, y posteriormente varias otras organizaciones - y también ONG's de desarrollo - INDES, Pastoral Social, APHyDAL, etc. Este proceso conllevó a la instalación gradual de ferias francas en todo el territorio provincial, llegando en la actualidad a ser más de 50 ferias. También ha trascendido las fronteras provinciales, al ser una experiencia inspiradora para el surgimiento de ferias en otras provincias y regiones (Corrientes, Chaco, Formosa, norte de Santa Fe, así como también en ferias de otras regiones como Rosario, Tunuyán, etc.).⁵

⁴ Nos referimos a la acción colectiva entendida como la concertación de acciones que expresan la puesta en escena de desafíos colectivos, la concepción de objetivos comunes y la potenciación de “formas de solidaridad”, para enfrentarse a sus “antagonistas sociales” (Tarrow, 1997).

⁵ Diversos estudios y artículos refieren a la experiencia de las ferias en la provincia de Misiones. Para una presentación “franca” del proceso de las ferias francas en la provincia de Misiones puede consultarse: “Ferias Francas”, editado por Foro de Trabajo, Cáritas Comisión Nacional, s/f.

A su vez, la mirada en perspectiva histórica sobre la experiencia de las ferias francas no puede dejar de inscribirse en un proceso de más “largo aliento” de reacción de los pequeños productores en la provincia, y en toda la región noreste, respecto a la transformación de sus condiciones de producción y reproducción impuestas a partir de la década del '70. Las distintas crisis económicas que atravesó el sector, expresadas en la caída del precio de los cultivos de renta, principalmente a raíz de las formas de estructuración de la cadena de valor, así como también la supresión de los mecanismos institucionales de regulación y la creciente concentración del sector en la década del 90', se materializaron en un proceso de creciente exclusión y deterioro de las condiciones de reproducción social. Esta historia organizativa del sector - que comprende desde las Ligas Agrarias y la conformación del MAM, en los 70', hasta el surgimiento más reciente de nuevas organizaciones y redes, UTR, MOCAMI, RAOM, etc. - está presente en la experiencia de las ferias francas de Misiones.

Esta reflexión obliga a reconocer un aspecto que el análisis de la feria de San Vicente (o de cualquier otra feria) no puede obviar, ni tampoco puede “cerrarse en sí mismo” - en las características del grupo de feriantes locales, sus acuerdos, roles y funciones, si cuentan con un reglamento formalizado, si están inscriptos en la AFIP, etc. - despreciando en su comprensión la riqueza de su proceso sociohistórico de organización. Como diría Boaventura de Sousa Santos, necesitamos reflexionar, aprender, conocer, comprender... “contra el desperdicio de la experiencia” (Sousa Santos, 2000). Así, la perspectiva histórica sobre esta puerta de entrada - el sujeto social - en la experiencia de la Feria Franca de San Vicente, nos llama a “abrir el zoom” para comprender su proceso organizativo en el marco de un conjunto de reglas y relaciones instituidas, a su vez instituyentes de los cursos que tome la acción colectiva en el campo.

Otras de las experiencias citadas nos llaman a la reflexión sobre los repertorios de la acción política y su incidencia en la historia de conformación de las experiencias. En experiencias como las de la Feria Verde, Feria Manos de la Tierra, Feria de los Huerteros, por ejemplo, se observa que han cumplido un importante rol los programas e instituciones públicas (por ejemplo: UNMdP; INTA y UNLP; y ProHuerta Tucumán respectivamente en estos casos), y donde los repertorios de acción colectiva de los sujetos tienen rastros más dispersos que en las ferias francas de Misiones.⁶

También nos parece particularmente interesante las formas en que se articulan y entrelazan los repertorios de acción política y acción social en los casos de la Feria Madre Tierra de Tres Arroyos, del Mercado Solidario de Bonpland, y el Mercado de la Estepa. En estas experiencias, el proceso organizativo de ferias y mercados de la economía social es impulsado por colectivos donde algunos de sus actores/organizaciones integrantes, ya traían una historia previa de militancia – colectiva o de algunos de sus referentes. Por ejemplo, el Proyecto Sur de CEDEPO, la militancia en la FTV local, o la participación en la Mesa Provincial de Productores Familiares de Bs. As., en el caso de Tres Arroyos; el antecedente de la Asamblea Popular de Palermo Viejo en el caso del Mercado Bonpland y la confluencia con otras organizaciones; la Cooperativa La Asamblearia, Coop. La Alameda, ICECOR, etc., al calor de la participación popular post crisis de 2001; el

⁶ Que también en el caso de la FF San Vicente, y mismo en el origen de las ferias francas en Oberá y El Dorado, han tenido y tienen una incidencia importante programas e instituciones como INTA, PSA, Provincia, Municipios, etc.. Sin embargo, aquí hacemos referencia a la particularidad que imprime el surgimiento de las ferias francas como hecho social, como “punto de inflexión” en el proceso histórico de organización agraria en la provincia, que podríamos decir recupera el “espíritu” de la tradición “liguista” en el nuevo contexto postdictatorial de crisis y neoliberalismo, y “abre la cancha” a la emergencia de un conjunto de nuevas formas de acción y organización de las bases agrarias.

rol de la Asociación Civil Surcos Patagónicos en la promoción del Mercado de la Estepa y la historia de vida particular de algunos de sus miembros.⁷

Sin duda que estas experiencias previas han facilitado en cada caso poner en valor determinadas prácticas y reivindicaciones colectivas. Por ejemplo, la visión estratégica de la agricultura familiar como sujeto social en el caso de Tres Arroyos; o del artesanado y las comunidades originarias en la Estepa; la lucha por la recuperación y no privatización del espacio público en Bonpland; o el posicionamiento en el conflicto con la Mesa de Enlace más recientemente en Tres Arroyos, etc. Asimismo, contar con liderazgos y formas de representación más aglutinantes e internamente compactas desde donde tejer, en cada caso, la relación de articulación - en unos casos de cooperación, en otros de conflicto - con otros actores sociales y el Estado.

2.2. Construcción de poder

En esta línea, creemos que un programa de reflexión sobre estos fenómenos merece profundizar el análisis sobre las formas de estructurar el poder que configuran su constitución como sujeto social. Nos referimos al modo en que están organizando el poder al interior de su espacio social (capas, jerarquías, relaciones de explotación, dominio, subordinación) y cómo se vinculan y relacionan con otras estructuras de poder (con el Estado, la Iglesia, las Universidades, el gobierno local/provincial, las empresas de capital, etc.). En este sentido, creemos que cabe preguntarse acerca de la naturaleza de estos vínculos, y cuán determinantes son respecto del surgimiento de otras formas de construcción de poder.

Al interior de las experiencias, creemos que el análisis sobre las formas de estructurar poder debería partir del estudio de los mecanismos de toma de decisiones, de circulación de la información, y de asignación de roles y funciones. Sin duda que en la esencia de estos acuerdos está presente su naturaleza dinámica y conflictiva. Por ejemplo, en el caso del Mercado de Bonpland se hace muy visible la teoría de los campos (Bourdieu, 2001), donde distintos actores ("internos": las organizaciones permisionarias, y "externos": Gobierno de la Ciudad de Bs. As., MAPO, ICEI, etc.) detentan distintos poderes o capitales, que ponen en juego en ese campo, disputando o acordando distintos proyectos sobre el sentido y el modo de producir y reproducir ese campo.

No debemos dejar de proponer el análisis sobre la relación entre los mecanismos de toma de decisiones asumidos en las experiencias, con las formas de estructuración del poder propias de los actores/instituciones que promovieron dichas experiencias. En algunos casos, se expresan tensiones en la forma de resolución de las decisiones colectivas, que se buscan resolver horizontalmente pero donde existen también internamente distintos poderes o capitales entre técnicos y productores. Observamos matices en las formas que se acuerdan para la toma de decisiones entre experiencias que han sido fuertemente promovidas desde los programas de intervención, donde no había un proceso organizativo previo, y aquellas experiencias donde los sujetos ya contaban con una "gimnasia" política que favorece el logro de mecanismos de circulación del poder de mayor horizontalidad y participación.

En la relación "hacia fuera" (con otros actores, sujetos, instituciones) merece profundizarse la reflexión sobre las estrategias de articulación con otras organizaciones y redes, que expresan y configuran también las maneras de

⁷ Por ejemplo, se recomienda ver "4 de julio, la masacre de San Patricio", película de J. P. Young y P. Zubizarreta, AVH, 2007.

estructurar poder. Por ejemplo, en el caso de las Ferias Francas de Misiones o la Mesa Provincial de Organizaciones de Productores Familiares de Bs As, la conformación como organización de segundo grado, o la vinculación con la estructura técnica del ProHuerta de Tucumán como en el caso de la ROST, sin duda les ha abierto a estas experiencias, un campo meso social a su acción política, que se observa en las distintas realidades de articulación e interlocución diferencial con los gobiernos locales, provinciales, nacionales.

2.3. Ética y valores compartidos

Una multiplicidad de sentidos se expresa en un proceso de organización colectiva. Nos interesa indagar acerca de los valores que se encuentran presentes en los actores y organizaciones que forman parte de estas experiencias. Nos referimos a aquellos principios que, explícita o implícitamente, se promueven tanto en el discurso como en las prácticas y que aportan a la construcción de una ética organizadora de la vida social. Siguiendo a Hinkelammert y Mora (2009) el neoliberalismo ha tomado los valores propios del espacio del mercado para convertirlos en una ética normalizadora de las acciones de la sociedad en su conjunto (la ética del mercado). Merece analizarse en qué medida estas experiencias confrontan los valores hegemónicos de la ética del mercado, poniendo en práctica valores alternativos.

En este sentido, es interesante indagar a acerca de los sentidos existentes sobre el "bienestar", cuál es el "buen vivir"⁸ al que aspiran alcanzar y de qué manera esos valores se cristalizan en las prácticas cotidianas. Un ejemplo de ello es la valoración de la relación directa "del productor al consumidor", presente en todas las experiencias. Se refiere a la posibilidad de organizar la relación entre el productor y los productos de sus chacras, de manera directa con quien los compra y los consume, evitando la intermediación de comerciantes y acopiadores. Esto no implica necesariamente una práctica o sentido transformador, una cosmovisión económica alternativa, sino que puede responder a un sentido individual (no por ello despreciable) de mejora de las condiciones tanto de venta (para el productor), como de consumo (para el consumidor).

Otro de los valores que se expresa reiteradamente en estas experiencias refiere a la visión agroecológica de la producción. En la mayoría de estas experiencias se promueve la producción agroecológica (Feria Verde, Madre Tierra, Manos de la Tierra, etc.), refiriendo a la necesidad de producir considerando el cuidado del ambiente, las condiciones sociales de vida y de trabajo de los productores, y la sostenibilidad (socio-económica-ambiental) de las comunidades.

Por otro lado, se promueven valores solidarios y cooperativos, que muchas veces se presentan tensionados por sentidos individuales asociados a estrategias de supervivencias. Para indagar esto, es necesario profundizar sobre aquellas actividades que muestran que se trasciende la estrategia de supervivencia y

⁸ La expresión "buen vivir" - *sumak kawsay* en quechua - refiere a una cosmovisión y una concepción de la vida desarrollada por los pueblos originarios del mundo andino, que a diferencia del paradigma del "american way of life" (o "modelo americano de vida") que estructuró el desarrollo de las sociedades occidentales en el siglo XX, entiende que el vivir bien es tener una relación armónica con la naturaleza, una alimentación sana y una educación y salud adecuadas. Este planteo pone en debate los paradigmas sobre los que se ha basado el desarrollo de las sociedades modernas y abre la reflexión sobre la necesidad de pensar modos de desarrollo alternativos. En la actualidad, la concepción del "buen vivir" ha sido reconocida en los fundamentos constitucionales de Estados Plurinacionales como los de Bolivia y Ecuador, y se ubica en el centro del debate en otros países de América Latina.

emerge un sentido superador (por ejemplo, el impulso a una iniciativa popular por una ley provincial de economía social, en Río Negro).

2.4. Territorialidades en disputa

Los modos de construir territorio y las disputas que allí emergen son aspectos que consideramos relevantes para caracterizar al sujeto social que sostiene estas experiencias. Éste participa de las relaciones sociales que se apropian de determinado espacio - a la vez geográfico y social - construyendo así territorio. A su vez, las familias involucradas en cada uno de estos procesos producen, crean y recrean su existencia y sus modos de vida, siendo por ello el territorio resultado del uso que hombres y mujeres hacen del espacio.

Partimos del concepto de territorio como permanente movimiento de territorialización, como disputa/defensa de modos de vivir, habitar y producir en esos territorios. Implica pensar al territorio como un espacio atravesado por relaciones de poder, en donde hay territorialidades que son excluyentes de otras. De allí que su naturaleza sea inminentemente conflictiva, es decir, que lo constituyan tensiones surgidas de la puesta en acción de distintas intencionalidades por parte de los actores que se relacionan y del despliegue de estrategias basadas en diferentes racionalidades y/o cosmovisiones (M. Fernández, 2004; 2005).

En este sentido, creemos muy fructífero a la reflexión, analizar de qué manera se presenta la cuestión territorial en cada una de las experiencias. A *prima facie* vemos que se expresan distintas y potentes identidades territoriales en las experiencias: las Ferias Francas de Misiones expresan la lucha del pequeño productor/colono por defender su modo de vida afincado en la chacra; en el Mercado de la Estepa aparece la presencia de la territorialidad de los pueblos originarios y habitantes ancestrales de la región; en la Feria de Tres Arroyos, se expresa la disputa por visibilizar al sector de la agricultura familiar y la economía popular. En Mar del Plata, se construye una nueva territorialidad asociada a la agricultura urbana y al acceso a la ciudad (y al espacio público en ella) por parte de los feriantes que viven en los barrios periféricos de Mar del Plata – la parte de la ciudad que “no es feliz”– cuyo antecedente se inscribe, en muchos casos en la historia, de acceso a la ciudad y a al trabajo por parte de migrantes de otras provincias que se trasladaron en busca de empleo. En el caso de las familias feriantes de Corzuela la disputa de territorialidades se expresa, entre otros hechos, en su localización en la periferia de esta localidad del sudoeste de Chaco, que es consecuencia de haber sido expulsados de las áreas rurales mediante un proceso de expansión de la frontera agrícola y avance del modelo del agro negocio.

La tensión y el conflicto entre actores con distintos modos/proyectos de territorialización se muestran patente en estas experiencias, en cada caso con sus propias particularidades culturales y territoriales. Por ejemplo, en el plano productivo la experiencia del Mercado de la Estepa viene a confrontar un largo proceso de “merinización” de la producción ovina en la región, así como también, en términos político-culturales, reactiva debates sobre el lugar de los pueblos originarios – mapuche - en la historia (y el presente) del discurso de la región. También en la experiencia de Tres Arroyos, donde los conflictos entre diversos modos de territorialización se expresaron activamente en la participación local de los actores durante el debate nacional por las “retenciones móviles”. O también en Misiones, donde la relativamente reciente sanción y reglamentación de la Ley de Presupuestos Mínimos de Protección Ambiental de los Bosques Nativos (“Ley

de Bosques”) está abriendo un nuevo espacio de debate sobre una cuestión - el monocultivo forestal - que se observa muy problematizada por las organizaciones de la agricultura familiar de la provincia y muy presente en el discurso de estas experiencias. En todos estos casos, se observa explícitamente que lo que está en disputa es el cómo, para qué y el para quiénes de un espacio geográfico /social.

Esta tensión también está presente en los ámbitos urbanos, como vemos en la Feria Manos de la Tierra y el Mercado Bonpland. La primera tiene lugar en un predio universitario, existiendo un aval por parte de las autoridades para esta utilización, no obstante otros sectores de la misma universidad rechazan la utilización de este espacio. En este caso, más allá del espacio físico que ocupa la Feria, la disputa abarca el “territorio” del conocimiento, de los modos de vinculación entre la academia y la comunidad y los problemas sociales. En el caso del Mercado de Bonpland, éste también se encuentra atravesado por una disputa por la utilización del espacio público, en primer lugar con el gobierno de la Ciudad, pero solapadamente también con otros actores privados, respecto a la utilización del mercado como mercado de la economía social.

Encontramos en los procesos analizados, experiencias que desde sus prácticas buscan la (re)definición del territorio, temas que consideramos necesarios de profundizar en un eventual programa de estudio sobre el tema.

3. Segunda entrada: la complejidad del proceso económico.

La construcción de otra economía plantea a las organizaciones sociales el desafío de mostrar mejores - nuevas, crecientemente complejas - formas de organización a nivel micro y meso socioeconómico para el abordaje del conjunto de necesidades de nuestras sociedades - acceso a la salud y a la educación, al transporte, a la alimentación, al refugio, a la vivienda, a la recreación, etc. - siendo éstas el verdadero objetivo de la economía (Coraggio, 2004a). Estos distintos niveles de análisis, nos proponen diferentes “zoom” o “focos”, diferentes recortes analíticos que nos permiten una mejor comprensión de estos procesos.

Poner el “zoom” en un **nivel micro social**, nos refiere al nivel de la unidad doméstica, generalmente integradas físicamente unidad doméstica y unidad productiva. Se caracteriza por las prácticas y rutinas que se dan respecto del uso de los factores - el ejercicio del **fondo de trabajo** (Coraggio, 2004a; 2004b). En muchos casos, este espacio está – en principio - configurado como campo de las estrategias microsociales de sobrevivencia, *“la economía popular realmente existente”*.

En este sentido, nos parece importante recuperar e indagar en un futuro programa de estudio sobre la agricultura familiar, el análisis sobre cómo organiza la Unidad Doméstica-Unidad Productiva (UD/UP) su producción-reproducción, y cómo el proceso organizativo alcanza estrategias colectivas para resolver esta cuestión; qué lógicas organizan el ejercicio de la capacidad de trabajo - el “hacer útil” - de la UD/UP (la solidaridad, la competencia, o la cooperación); cómo se organiza la provisión de insumos y los medios de producción que utilizan las familias (si provienen del mercado, de otras unidades domésticas a través de algún dispositivo colectivo, del Estado, etc.). Se trata en definitiva, de reconstruir los modos en que se crea y se apropia el valor en las distintas relaciones que sostienen las unidades domésticas.

Toda actividad económica implica una sucesión de relaciones socioeconómicas que se encadenan organizando vínculos insumo-producto. Hacer foco en las implicancias que tiene a nivel micro-social (por ejemplo, si existen acuerdos colectivos que inciden en cómo organiza la unidad doméstica su reproducción,

cómo organiza la administración de su fondo de trabajo, o si priman exclusivamente criterios individuales de supervivencia en el mercado), hace a una adecuada comprensión y caracterización de estos fenómenos.

Por ejemplo, en este sentido, en las experiencias relevadas, observamos que pocas de ellas cuentan con dispositivos de compra-venta de insumos. Seguramente esta observación se relaciona con que lo que prima en estos casos son productos frescos de la huerta, en los cuales los insumos “habituales” son proveídos por la misma unidad productiva (semillas, abonos, trabajo familiar, etc.) o bien por programas de apoyo (por ejemplo, ProHuerta). Sin embargo, merece destacarse que es crecientemente importante entre estas experiencias la realización de Ferias de intercambio de semillas. Estas iniciativas expresan sentidos muy potentes, simbolizan también, una forma distinta de producir, recuperando los saberes, técnicas y especies propias de la región, y recuperando independencia y autonomía, frente al modelo de producción imperante que genera dependencia y exclusión.

El análisis del **nivel meso social**, comprende el territorio (espacio local, las redes y circuitos) y el espacio de los actores sociales, instituciones públicas y sus relaciones/articulaciones, donde coexiste el conflicto, la solidaridad mecánica y la construcción de solidaridades orgánicas. Es un espacio para la institucionalización de estrategias cooperativas y redes de solidaridad orgánica. Es el espacio para la constitución y consolidación de actores sociales populares y el impulso de procesos democratizantes. Por tal motivo, es importante analizar las **relaciones insumo-producto** a nivel meso: comercialización asociativa, compra comunitaria de insumos, infraestructura de gestión colectiva, etc., y cómo se resuelven estas cadenas de relaciones: mediante el conflicto, solidaridad, cooperación, asistencia del Estado. Por ejemplo, el caso del Mercado de la Estepa representa la creación y organización mediante la cooperación de un mercado, desde un sentido (económico, político, cultural) propiamente local. En algunas otras experiencias como las Ferias de Misiones, la Feria “Manos de la Tierra”, la Feria “Madre Tierra” se gestionan Fondos Rotatorios que permiten a los productores obtener financiamiento para el desarrollo y fortalecimiento de sus unidades domésticas, y de sus procesos organizativos. Por otra parte, la relación con actores públicos provinciales y nacionales que rescatan las propuestas, posibilita el reconocimiento de la legitimidad del trabajo y la posibilidad de nuevas relaciones y estrategias, como la creación de la Asociación Provincial de Ferias Francas de Misiones que reúne a las más de 50 ferias de la provincia, y la creación más reciente de una Dirección Provincial de Ferias Francas en el ámbito del aparato del Estado.

Otro tema central que se presenta es cómo resolver operativamente el tema del **precio** (¿justo?) de los productos. Frente a este profundo debate se generan distintos tipos de acuerdos colectivos en las experiencias, relacionados al precio de mercado, al costo de producción y a las necesidades de los feriantes, o bien estableciendo precios únicos o precios mínimos para minimizar la competencia. Creemos que este tema y los debates que se dan al interior de las experiencias son altamente interesantes y estimulantes a la reflexión, ya que la definición del tema del precio remite a la valoración de los productos, del propio trabajo, y de la propia experiencia que se está construyendo.⁹

En cuanto a las características del entramado de relaciones que conforman el proceso económico, merece analizarse las lógicas que subyacen y la complejidad que alcanzan, buscando reflexionar sobre las condiciones de **dependencia** o **autonomía** de las formas de organización económica involucradas (qué aspectos

⁹ Sobre este mismo tema puede verse también Caballero, Crespi, Dumrauf, González, Mainella y Moricz (2007), *La Feria Verde de Mar del Plata y el “precio justo”: nudos problemáticos para la reflexión desde la perspectiva de la Economía Social*, incluido en Cittadini, Caballero, Moricz y Mainella (comp.), *Economía social y agricultura familiar. Hacia la construcción de nuevos paradigmas de intervención* (2010), Ediciones INTA, (en prensa).

de la producción-reproducción llegan a resolver y de qué manera) y cómo potenciarlas. En este sentido, la escala y la extensión son obviamente variables relevantes. Es importante dar cuenta de la cantidad de productores-feriantes que participan, de los consumidores que visitan la feria, su procedencia y origen social. Sobre esto existen diversas realidades, por ejemplo: en San Vicente los consumidores son los mismos pobladores locales, en Mar del Plata y La Plata, la clase media urbana, en el Mercado de la Estepa, principalmente turistas, y en la ROST los consumidores son en buena medida, los mismos feriantes. Sin duda, estos elementos caracterizan a las diversas experiencias.

Por otra parte, es importante señalar la diferencia entre las ferias que se encuentran en localidades pequeñas (Corzuela, San Vicente) de las que se encuentran en localidades más grandes (Buenos Aires, Mar del Plata, Tucumán, La Plata, Tres Arroyos, la cercanía a Bariloche). Existen distintas matrices socio-culturales que inciden de manera diferenciada en la valoración de la experiencia a nivel local (en cómo se da la incorporación de la feria en la vida cotidiana de la comunidad local, como espacio de compra y satisfacción de algunas necesidades). En las ferias del NEA, el consumo de los alimentos provenientes de las chacras está muy presente en el registro histórico-cultural de la región: la colonización relativamente reciente de la provincia, su alta ruralidad y la incidencia de los pequeños productores o colonos, y la existencia de múltiples vínculos de parentesco con personas que aún viven en las chacras; sin duda se relacionan con los hábitos alimentarios y la valoración que hacen los habitantes urbanos de los productos elaborados directamente en las chacras de los colonos. Por tal motivo, los consumidores valorizan en gran medida los alimentos de los productores familiares. Estas características reconfiguran los términos del debate sobre los aspectos higiénico-sanitarios, que en las ciudades de la región pampeana y en otras regiones adquieren una impronta muy "normativa" o "fiscalizadora".

La cuestión asociativa en la propiedad-posesión compartida de determinados recursos naturales y/o medios de producción, o en la cooperación para realizar tareas de producción, comercialización, financiamiento, transporte, asistencia técnica, etc. es un aspecto en el cual queda mucho camino por recorrer. Se observan algunas actividades asociativas, ligadas al transporte de personas y productos en varias de las experiencias: Mar del Plata, La Plata, San Vicente, Bonpland, etc. en las cuales los feriantes se organizan para poder trasladar sus productos a los distintos mercados. También algunas actividades financieras como los fondos rotatorios, y la búsqueda de nuevos canales de comercialización o de estrategias comunes ligadas a sus capacidades. La mayor o menor capacidad de sustentación endógena y la riqueza de los vínculos que generan, van a estar relacionados con la diversidad de actividades entrelazadas en el proceso de producción y reproducción de la vida.

No queremos limitar el análisis de las experiencias de las Ferias a la producción utilitarista de bienes y servicios, para el mercado o el autoconsumo. Creemos necesario indagar también en la emergencia y su potencialidad para la producción de bienes públicos, seguridad social por ayuda mutua, defensa de los intereses compartidos, autogestión en educación y salud, producción y gestión conjunta del hábitat, conservación de las tradiciones, afirmación de la propia cultura, etc. Sin dudas, contribuye a comprender la complejidad de estas experiencias. En este sentido, algunas experiencias disputan el espacio jurídico, producen legislación, normas que proponen nuevos modos de institucionalizar las relaciones económicas. Por ejemplo, el Mercado de la Estepa, integra un colectivo que impulsó la promulgación de una ley de Economía Social provincial. O también en otras experiencias como la Feria Madre Tierra, se desarrollan actividades culturales y deportivas que permiten afianzar las raíces culturales y brindar espacios de desarrollo personal y colectivo a jóvenes que integran la experiencia.

Esta misma Feria está generando un fondo colectivo de capacidades de trabajo, con la intención de interactuar con otras organizaciones (por ejemplo: cooperativa eléctrica) para desplegar las potencialidades y capacidades que tienen sus integrantes. También existe una resignificación del mercado como espacio público. En Mar del Plata, se realizan actividades culturales y educación alimentaria al consumidor. En Tucumán, la feria combina actividades recreativas y culturales, con el rescate de especies y comidas locales. En el Mercado de Bonpland, existe la recuperación compartida del espacio público. En el Mercado de la Estepa, se combina el intercambio con el desarrollo de programas de formación para técnicos y líderes comunitarios. De esta forma, el espacio público del mercado/feria se "habita" de formación, cultura, vida de los agricultores familiares, generando un espacio compartido que va más allá de las relaciones de intercambio mercantil.

Si tenemos en cuenta un **nivel macro**, en general estas experiencias toman "banderas" como las de la soberanía alimentaria, agroecología, economía social como "motores de búsqueda" o disputa por un proyecto de sociedad distinto. A su vez, se vinculan en redes y colectivos que trascienden lo local y lo nacional, y conforman parte de las "heterotopías" donde se expresan la crisis y la búsqueda de alternativas a la sociabilidad neoliberal. Estos postulados trascienden el beneficio para un sector y problematizan una cuestión socialmente relevante (pública): la cuestión de los modelos de desarrollo y la relación con el ambiente. A su vez, estas experiencias interpelan los modos hegemónicos de producción de alimentos, para quiénes se producen, qué tipo de alimentos se consumen y cómo circulan y se comercializan dichos alimentos. Plantean la posibilidad de construir nuevos modos de producción y comercialización de alimentos que generen relaciones sociales más justas.

4. Tercera entrada: el proyecto político y la lucha social

En esta tercer entrada, nos interesa poner foco en reconstruir el sentido político presente en estas experiencias. Implica un esfuerzo por comprender lo novedoso y transformador de las mismas, recuperando la idea de "hermenéutica de las emergencias" de Sousa Santos. Asumimos que "...el reconocimiento social de nuevas actividades y competencias que responden a nuevas necesidades siempre tuvo que ser impuesto por luchas sociales. Lo que está en juego siempre ha sido, por lo menos implícitamente, político..." (Gorz, 1998, p. 13). Por tanto, el papel de la política es construir nuevo poder social: "...la política es la búsqueda constante de síntesis que permitan avanzar en la implementación de un proyecto compartido, (entonces) las fuerzas sociales de transformación se constituyen permanentemente a través de procesos políticos" (Arico, citado en Coraggio 2004a).

Estas organizaciones de la agricultura familiar y la economía social construyen, constituyen y simbolizan un proyecto societal distinto al de la sociedad de mercado que excluye, y conforman embriones que "amplían las señales de futuro" (Sousa Santos, 2005), que posibilita vislumbrar la construcción de "otra economía".

Sin lugar a dudas, la construcción de otra economía "es una tarea intrínsecamente política, dado que intenta constituirse como un programa complejo de acción colectiva, que busca dotar de otro sentido trascendente a las acciones cotidianas individuales" (Coraggio, 2004b). Esta economía alternativa, tiene en cuenta, como lo vemos en las experiencias de Ferias, motivaciones y subjetividades que van más allá de lo estrictamente "económico" (aspectos relacionados con lo social, cultural, político y ecológico). Los feriantes sin duda

buscan realizar su producción, pero también valoran sentirse parte de un colectivo que se organiza, debate, produce y construye un espacio de trabajo asociado.

Como plantea Sousa Santos, el espacio doméstico, el espacio de la producción, el espacio del mercado, el espacio de la comunidad, el espacio de la ciudadanía, el espacio mundo; son todos espacios configurados por relaciones desiguales de poder, donde amenazan emerger formas de *fascismo societal*. En cada uno de estos espacios se suscita una lucha emancipadora. En todos ellos es necesario identificar nuevos caminos emancipadores y construir nuevas subjetividades - individuales y colectivas - capaces y deseosas de recorrerlos. ¿Cómo se relacionan estos distintos "espacios" en las luchas emancipadoras que encarnan estas experiencias?

Las experiencias muestran cómo se disputa el sentido del "espacio del mercado". Se lo resignifica como espacio social, de encuentro y de lucha, confrontando la lógica hegemónica del mercado tradicional – racionalidad instrumental. También muestran cómo se resignifica el espacio de la comunidad y la ciudadanía, reescribiéndose los límites entre lo público y lo privado, y permitiendo politizar y hacer emerger cuestiones ocultas. Por ejemplo, la mujer deja de pertenecer exclusivamente al espacio doméstico, irrumpe en la escena pública y resignifica su lugar social (Ferias Francas, Mercado de la Estepa). El recuperar la palabra, la sociabilidad, el protagonismo se observa en muchas de las experiencias de comercialización. O en la sanción de la Ley de Economía Social en Río Negro, las ordenanzas en Tres Arroyos y en Mar del Plata, resignifican la participación ciudadana y disputan el sentido de la institucionalidad del Estado.

La puesta en marcha de cada una de estas experiencias, simboliza la posibilidad de pensar y desarrollar estrategias distintas a los mecanismos del mercado capitalista, y esto tiene un claro sentido político. Los enfoques de *economía social*, *soberanía alimentaria* y *agroecología* que se observan en muchas de las Ferias relevadas, ponen de manifiesto la posibilidad de llevar a cabo prácticas productivas y socio-económicas que tengan en cuenta otros parámetros a la hora de producir y consumir.

Esta capacidad de producir y consumir críticamente representa sin duda una subjetivación política presente en estas experiencias, en términos de "capacidad de producir escenarios polémicos, escenarios paradójicos que hacen ver la contradicción de dos lógicas, al postular existencias que son a la vez inexistencias. (...) Nunca es la afirmación simple de una identidad, sino que siempre es a la vez, una negación de una identidad puesta por otro, por el orden social" (J. Ranciere, 1996). Los pequeños productores que han sido estigmatizados como "inviabiles" y condenados a dejar el campo, los colonos misioneros cansados de las crisis crónicas en sus economías regionales, los huerteros de la agricultura urbana y periurbana, las comunidades aisladas en la Estepa patagónica, y muchos otros grupos y actores, constituyen sujetos protagónicos de estas ferias de agricultura familiar y economía social. Actores que han sido excluidos por el modelo del agronegocio o por el mercado de trabajo formal urbano, que no renuncian a su capacidad y derecho de construir identidad y ciudadanía.

Sousa Santos plantea que el gran desafío que se presenta a estos actores sociales es constituirse como *identidades ameba*, ampliando el ámbito convencional de las reivindicaciones sectoriales y asumir una función donde "su acción reivindicativa debe considerar todo aquello que afecta a la vida de los trabajadores y de los ciudadanos en general" (Sousa Santos, 2005, p. 47). Como vimos, las organizaciones de la Agricultura Familiar y la Economía Social, y sus ferias y mercados, con mayores o menores avances, sin duda están en este camino.

Enredarse con otros colectivos a nivel local, regional y nacional, fortalecer sus organizaciones, aumentar su sustentación promoviendo un consumo crítico entre la ciudadanía; en definitiva, construir un sentido político estratégico al accionar cotidiano de los mercados solidarios, son perspectivas y “prospectivas” que estas experiencias traen a futuro.

CONCLUSIONES

En los apartados anteriores hemos tratado de elaborar - o al menos de exponer con un cierto orden que facilite su lectura- un conjunto de reflexiones - o mejor dicho, preguntas - que nos ha generado nuestra práctica profesional en el intercambio y acompañamiento a actores y organizaciones de la economía social y agricultura familiar.

Este documento no es estrictamente un documento “teórico” o un resultado de una investigación, sino una primer síntesis de nuestras impresiones y reflexiones estimulada por las distintas realidades, saberes y experiencias presentes en las comunidades y en el territorio. Somos conscientes de que esta diversidad no está exenta de contradicciones, tensiones y polémicas. Sin embargo, creemos que allí también se expresa la riqueza que nos brindan estas experiencias como disparadores para reflexionar y construir alternativas. Son sentidos y posibilidades que están aún indefinidos y abiertos, expresándonos con claridad una voluntad de búsqueda colectiva, una suerte de reacción contra un sistema de exclusión, un deseo de una sociedad más justa, una convicción de que “otro mundo es posible”.

Estas reflexiones preliminares nos reafirman la necesidad y nuestro compromiso de desarrollar programas de acción y generación de conocimiento más sistemáticos, que se construyan en diálogo con estas experiencias de agricultura familiar y economía social - con estos “campos de experimentación social” como diría Sousa Santos. Porque comprender y transformar implica encontrar el lugar donde confluyen teoría y práctica en permanente movimiento.

GLOSARIO

APHyDAL: Asociación de Promoción Humana y Desarrollo Agroecológico Local

CEDEPO: Centro Ecuménico de Educación Popular

FTV: Federación Tierra y Vivienda

ICECOR: Instituto para el Comercio Equitativo y Consumo Responsable

ICEI: Instituto Cooperazione Economica Internazionale

INDES: Instituto de Desarrollo Social y Promoción Humana

INTA: Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria

MAPO: Movimiento Argentino para la Agricultura Orgánica

MAM: Movimiento Agrario de Misiones

MOCAMI: Movimiento Campesino de Misiones

PSA: Programa Social Agropecuario

RAOM: Red de Agricultura Orgánica de Misiones

ROST: Red Orgánica Solidaria de Tucumán

UNLP: Universidad Nacional de La Plata

UNMdP: Universidad Nacional de Mar del Plata

UTR: Unión de Trabajadores Rurales de Misiones

REFERENCIAS

BOURDIEU, P. (2001), *Las estructuras sociales de la economía*, Manantial, Buenos Aires.

CARITAS Comisión Nacional - Foro de Trabajo, "Ferias Francas", s/f.

CITTADINI, R., L. CABALLERO, M. MORICZ y F. MAINELLA (comp.), *Economía social y agricultura familiar. Hacia la construcción de nuevos paradigmas de intervención*, Ediciones INTA, 2010 (en prensa).

CORAGGIO, J. L. (2004a), *De la emergencia a la estrategia. Más allá del "alivio de la pobreza"*, Espacio, Buenos Aires.

_____, J. L. (2004b), *La Gente o el Capital. Desarrollo Local y Economía del Trabajo*, Espacio, Buenos Aires.

ESCOBAR, A. (2005), *Más allá del Tercer Mundo. Globalización y diferencia*, Instituto Colombiano de Antropología e Historia, Bogotá.

GARCIA, R. (1994), *Interdisciplinarietà y sistemas complejos*, en Leff, E. (Comp.) *Ciencias sociales y formación ambiental*, Ed. Gedisa, Barcelona.

GIARRACCA, N. y BIDASECA, K. (2001), "Ensamblando las voces: los actores en el texto sociológico", en Kornblit, A. (coord.), *Metodologías cualitativas en ciencias sociales*, Biblos, Buenos Aires.

HINKELAMMERT, F. y Mora, H. (2009), *Economía, sociedad y vida humana. Preludio a una segunda crítica de la economía política*, UNGS/ALTAMIRA, Buenos Aires,

INTA (2005), *Documento Base del Programa Nacional de Investigación y Desarrollo Tecnológico para la Pequeña Agricultura Familiar*, Buenos Aires.

LEFF, E. - comp.- (1994), *Ciencias sociales y formación ambiental*, Gedisa, Barcelona.

MANÇANO FERNÁNDEZ, B. (2004), *Cuestión agraria: conflictualidad y desarrollo territorial*, disponible en www.prudente.unesp.br/dgeo/nera

MANÇANO FERNÁNDEZ, B. (2005), *Movimientos socioterritoriales y movimientos socioespaciales. Contribución teórica para una lectura geográfica de los movimientos sociales*, disponible en www.prudente.unesp.br/dgeo/nera

RANCIÈRE, J., "La distorsión: política y policía", en *El desacuerdo. Política y filosofía*, Bs. As., Nueva Visión, 1996.

ROBERT, F. (2004), *Instrumentos de formulación y evaluación de emprendimientos de economía social. Documento metodológico y guías conceptuales para el ciclo de proyecto. Material elaborado en el marco del Proyecto de Investigación "Los emprendimientos sociales de la economía del trabajo"*, ICO/UNGS

SANTOS, B. de Sousa (2000), *Crítica de la razón indolente: contra el desperdicio de la experiencia*, Desclée de Brouwer, Bilbao.

_____, B. de Sousa (2005), *Reinventar la democracia, reinventar el Estado*, CLACSO, Buenos Aires.

TARROW, S. (1997), *El poder en movimiento: los movimientos sociales, la acción colectiva y la política*. Alianza Editorial, Madrid.

Experiencias de Economía Social en Michoacán ¿Una respuesta al desarrollo que no llegó?¹

Josefina Cendejas Guízar

Profesora Investigadora del INIRENA de la Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo en México. Dirección de correo electrónico: josecen2002@yahoo.com.mx

María Arcelia Gonzáles Butrón

Profesora Investigadora de la Facultad de Economía "Vasco de Quiroga" de la Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo en México. Dirección de correo electrónico: gbutron6@yahoo.com.mx

RESUMEN

El artículo presenta tres experiencias vigentes de economía social en el estado mexicano de Michoacán, describiendo sus diferencias y similitudes en cuanto a actores, dinámicas y alcances. Las experiencias se analizan en el marco de algunos conceptos seleccionados del corpus teórico de la Economía Social y la Economía de Solidaridad, a fin de dilucidar si éstas constituyen o no una evidencia suficiente para sostener que es posible y viable un cambio en el modelo de desarrollo impuesto en la región durante las últimas décadas. Este modelo no ha sido capaz hasta ahora de aliviar las condiciones de pobreza de la mayor parte de la población. La pregunta guía de nuestro trabajo es: ¿Es la Economía Social Solidaria una alternativa para replantear el desarrollo del estado en términos radicalmente distintos?

Palabras clave: economía social, economía de la solidaridad, comunidades indígenas, desarrollo regional sustentable, organización comunal.

ABSTRACT

This article presents three experiences of social economy currently taking place in the Mexican State of Michoacán, by describing their differences and similarities in regards to the actors, dynamics and scope. These experiences are analyzed into a framework of selected notions from the theoretical corpus of Social Economics and Solidarity Economy in order to find out whether they constitute – or not - a strong evidence to claim that it is possible and viable for the region to change the

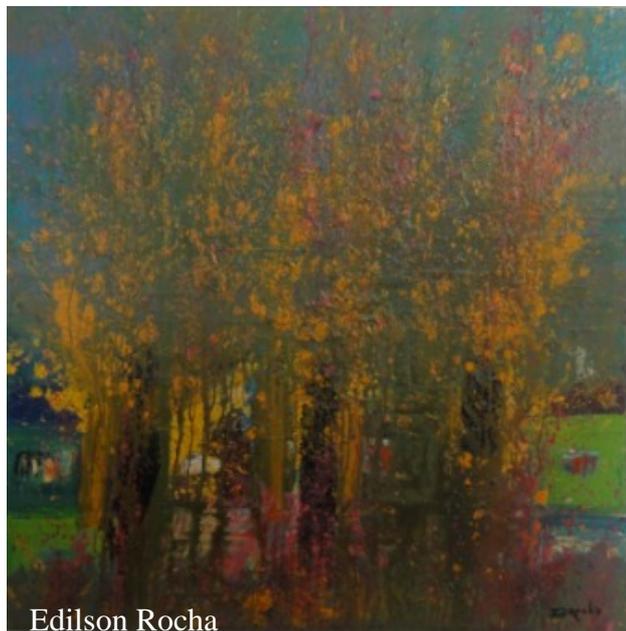
¹ La primera versión de este artículo fue presentada como ponencia en el Segundo Coloquio Internacional de Economía Social Solidaria que se realizó en El Colegio de Tlaxcala, México el 22 y 23 de octubre de 2009.

development model imposed for decades. So far, such a model has failed in alleviating poverty for most of the Michoacán's population. The core question guiding our work is if social and solidarity economy can be an alternative to re-signifying and re-orienting the state's development into radically different terms.

Key words: social economics, solidarity economy, indigenous communities, sustainable regional development, communal organization.

INTRODUCCIÓN

Michoacán es un estado que se caracteriza por su alto índice de emigración – se calcula que aproximadamente 4 millones de michoacanos reside o trabaja temporalmente en los EEUU, mientras que una cantidad similar habita en el territorio estatal y depende en buena medida de las remesas que los migrantes les envían. La pobreza de la mayoría de la población del estado contrasta con el hecho de que Michoacán ocupa el primer lugar nacional como exportador de frutas y verduras, y constituye uno de los estados con mayor biodiversidad, por ejemplo en materia forestal. Sin embargo, los indicadores sociales de la población son similares a los de los estados más pobres, como Guerrero, Oaxaca o Chiapas. A esta problemática se suma la presencia abrumadora de grupos vinculados al crimen organizado, lo cual ha vuelto a Michoacán aún más vulnerable ante la actual crisis, y la situación de sus habitantes más precaria. Al parecer, la promesa del desarrollo como modernidad capitalista y crecimiento económico no ha llegado a cumplirse en Michoacán ni muestra visos de que se alcanzará algún día. En este sentido, Michoacán forma parte del "Sur" de México, con sus contrastes dolorosos pero también con la creatividad y la energía sociales que han permitido a sus habitantes encontrar maneras propias de organizarse y sobrevivir.



Edilson Rocha

En Michoacán existen experiencias notables de organización productiva con características que pueden considerarse ejemplos de economía social y solidaria. En este trabajo presentaremos tres casos: el Tianguis Purépecha, una experiencia de mercado itinerante de trueque que viene efectuándose ininterrumpidamente en comunidades indígenas desde hace varios años; la Empresa Forestal de la Comunidad Indígena de Nuevo San Juan Parangaricutiro, nacional e internacionalmente reconocida por sus logros en sustentabilidad forestal; y la experiencia y logros de AMPES, A.C., una organización promotora de negocios solidarios, que hoy en día agrupa a cerca de 15 000 productores rurales.

Las experiencias son revisadas a la luz de los principios de la Economía Social y Solidaria, con el propósito de comprender mejor sus similitudes y sus peculiaridades únicas, y a partir de allí, volver a la teoría para enriquecerla reflexivamente desde una mirada a la práctica concreta de iniciativas económicas comunitarias. La pregunta obligada en esta investigación es si, dado el ya legendario “atraso” de Michoacán en términos del desarrollo convencionalmente entendido, es la ESS una posibilidad de replantearse el desarrollo del estado en términos radicalmente distintos.

1. La Economía Social Solidaria (ESS)

Esta propuesta económica se inscribe en la convicción de que OTRA ECONOMÍA ES POSIBLE, como bien se expresa, defiende y fortalece año con año en el Foro Social Mundial. *Otra economía* alternativa al modelo capitalista, una propuesta de cambio estructural profundo que pone en el centro de toda organización económica la VIDA de las personas y del planeta.

La ESS se nutre principalmente de diversas prácticas solidarias, tanto de México como de América Latina; experiencias económicas diversas desde los sectores populares y grupos sociales ante el crecimiento de la pobreza, la exclusión y el continuo deterioro de las condiciones de vida para las mayorías - especialmente en las últimas tres décadas-, están siendo acompañadas de reflexión teórica y política constituyendo en la actualidad una propuesta sistémica no capitalista y, para muchos, poscapitalista.

Por las limitaciones en extensión de la ponencia, sólo destacaremos tres vertientes de aportes a las ESS, a) la “economía popular de solidaridad” sistematizada por Luis Razeto (1993) de Chile (país reconocido como el primer laboratorio para el neoliberalismo en los ochenta en Latinoamérica); b) la “economía social centrada en el trabajo” contribución de José Luis Coraggio (2004, 2007) desde Argentina y; c) “la economía para la vida” aporte muy significativo de Franz Hinkelammert (2005) desde Centroamérica.

Si bien habría matices y aportes particulares que destacar en cada caso, nosotras elegimos compatir algunas reflexiones en torno a principios, de racionalidad económica y de política que aportan estas vertientes que nos parecen confluyentes:

- No toda la economía popular es economía solidaria, ni toda la economía solidaria es parte de la economía popular, pues hay expresiones solidarias en otros niveles sociales y en organizaciones y actividades económicas no populares, como por ejemplo, las formas cooperativas autogestionadas, entre otras. Un aspecto importante a destacar desde la *economía popular* (EP)² es el aporte que hace y puede hacer para superar la pobreza porque desarrolla la capacidad de los/as propios/as pobres para satisfacer sus necesidades. Un valor muy rescatable es justamente éste, pues se considera que la construcción de un mejor mañana, de un mejor futuro, se basa no sólo en la satisfacción de necesidades inmediatas o en la adquisición de bienes materiales, sino en el desarrollo y acumulación de poder, entendido como el desarrollo de: capacidades y habilidades propias, de recursos para el relacionamiento y la comunicación y, el ejercicio de la participación de manera activa en la construcción y destino de la persona y de su entorno.

² Esta economía incluye: a) microempresas y pequeños talleres y negocios; b) organizaciones económicas populares; c) iniciativas individuales no establecidas e informales; d) actividades ilegales y a menudo delictuales; e) soluciones asistenciales e inserción en sistemas de beneficencia pública o privada.

- Se denomina *economía de solidaridad* (ES) a un modo especial de hacer economía –de producir, de distribuir los recursos y los bienes, de consumir y de desarrollarse– que presenta un conjunto de características propias que se consideran alternativas respecto a los modos económicos capitalista y estatista predominantes. En términos de su contenido global, se concibe la economía de solidaridad como una formulación teórica de nivel científico, elaborada a partir y para dar cuenta de conjuntos significativos de experiencias económicas –en el campo de la producción, el comercio, el financiamiento, los servicios, etc.– que comparten algunos rasgos constitutivos y esenciales de solidaridad, mutualismo, cooperación y autogestión comunitaria, tales que definen una racionalidad especial, distinta de otras racionalidades económicas. Se trata de un modo de hacer economía que implica comportamientos sociales y personales nuevos, tanto en el plano de la organización de la producción y de las empresas, como de los sistemas de asignación de recursos y distribución de los bienes y servicios producidos, y en los procedimientos y mecanismos del consumo y la acumulación.

En la economía convencional de mercado normalmente se habla de dos factores económicos básicos: capital y trabajo, pero en la economía popular hay un factor que Razeto ha llamado “factor C”: cooperación, comunidad, compañerismo, coordinación, cuya acción conjunta incorporada a la economía de solidaridad tiene efectos muy importantes en sus resultados concretos. En *la producción*, el “factor C” tiene expresiones variadas: se manifiesta en la cooperación en el trabajo que acrecienta la eficiencia de la fuerza laboral; en el uso compartido de conocimientos e informaciones que da lugar a un importante elemento de creatividad social; en la adopción colectiva de las decisiones; en una mejor integración funcional de los distintos componentes sociales de la empresa u otra forma de organización económica que reduce la conflictividad y los costos que de ésta derivan; en la satisfacción de necesidades de convivencia y participación, que implica que la operación de la unidad productiva proporciona a sus integrantes una serie de beneficios adicionales no contabilizados monetariamente pero reales y efectivos; en el desarrollo personal de los/as sujetos involucrados/as en las empresas, derivados de la comunicación e intercambio entre personalidades distintas, etc.

En síntesis, el “factor C” significa que la formación de un grupo, asociación o comunidad, que opera cooperativa y cordialmente, proporciona un conjunto de beneficios a cada integrante y un mejor rendimiento y eficiencia a la unidad económica como un todo, debido a una serie de economías de escala, economías de asociación y externalidades, implicadas en la acción comunal y comunitaria. En *el proceso de distribución* lo distintivo y definitorio de la economía de solidaridad consiste en que los recursos productivos y los bienes y servicios producidos fluyen, se asignan y distribuyen no solamente a través de relaciones de intercambio y valorados monetariamente (como sucede en el mercado de intercambios), ni sólo a través de las tributaciones y asignaciones presupuestarias (como en la economía fiscal y de hacienda pública), sino que se agregan además otros tipos de flujos y relaciones económicas caracterizadas por el hecho de suponer y de perfeccionar a su vez la integración social.

En el *plano del consumo*, la economía de solidaridad también pone de manifiesto su peculiar racionalidad económica, expresión de modos de comportamiento personal y social superiores. Como rasgos distintivos del consumo en esta economía encontramos:

- a) La proximidad entre producción y consumo y la construcción de redes internacionales de solidaridad y comercio justo.

- b) La preferencia por el consumo comunitario sobre el consumo individual
 - c) La integralidad en la satisfacción de las necesidades de distinto tipo. A diferencia de la economía de mercado, en la ES se da una tendencia a integrar las necesidades de distinto tipo en un proceso de satisfacción combinada
 - d) Se tiende cualitativamente a la simplicidad y cuantitativamente a la austeridad y frugalidad. Las opciones por lo simple y natural tienen que ver con la calidad de vida, tan afectada en la sociedad moderna por el consumismo y la sofisticación.
- Una ESS *centrada en el trabajo* y no en el capital, se entiende como un sistema de relaciones de producción, distribución y consumo orientado por la satisfacción de las necesidades de todos legitimadas democráticamente en cada situación histórica. No admite el principio de escasez como una condición natural, si no como una construcción política y propone una redistribución fuerte de la riqueza y los medios de producción y no sólo de ingresos.

Está centrada en la integración de todos los trabajadores al conocimiento y la creación colectiva, privilegiando formas asociadas, cooperativas, solidarias y una relación armónica con los ecosistemas. Los intercambios se realizan en mercados solidarios, regulados, de modo de lograr precios justos y no explotación. La administración del sector público y la normatividad son dirigidas por criterios definidos por la comunidad, de manera directa o a través de representantes legítimos que mandan obedeciendo según los deseos y acuerdos de esa comunidad. Sus valores están arraigados en las mejores tradiciones de nuestros pueblos y una ética universal de lo humano, sus criterios de eficiencia no están basados en la ganancia y la acumulación sin límite sino en la reproducción ampliada de la vida. Sus formas de propiedad y apropiación son múltiples y la responsabilidad social en el uso de recursos está regida por normas morales y penalizaciones sociales consensadas.

Pasar de la *reproducción del capital a la reproducción de la vida* (en el marco de una *perspectiva alternativa: de la economía popular a la economía del trabajo*), según Coraggio, es una propuesta que parte de cuestionar la categoría central de *acumulación de capital* para interpretar los fenómenos económicos locales y para pensar las vías de desarrollo a mayores escalas. Teórica y prácticamente, es necesario que surja otro sentido alternativo para la sociedad humana, con una fuerza comparable y capaz de encarnarse de manera masiva en imaginarios y estructuras económicas. Para ello debe tener no sólo plausibilidad y conectarse con los deseos de la ciudadanía, sino incorporarse en las prácticas fundamentales con un alto grado de automatismo –como ocurre con la acumulación de capital– y ser dialéctico, de modo que al avanzar en su realización lleve a nuevas tensiones que induzcan nuevos desarrollos. Esa categoría puede ser la de *reproducción ampliada de la vida humana*.

- Poner en el centro la reproducción ampliada de la vida humana no supone negar la necesidad de la acumulación sino subordinarla a la reproducción de la vida, estableciendo otro tipo de unidad entre la producción (como medio) y la reproducción (como sentido). Desde un punto de vista teórico, esto implica modelos (no economicistas) que consideren otra relación jerárquica entre los equilibrios necesarios para la vida. Aunque debe atenderse a los equilibrios macroeconómicos, no se los pone por encima de los equilibrios psicosociales que requiere la vida humana, de los equilibrios sociales que faciliten la convivencia en paz de la humanidad; ni de los equilibrios naturales, el respeto de todos los cuales haría sustentable el desarrollo de la vida social en este planeta. Supone asimismo asumir como contradicción dinámica la contraposición entre la lógica de la reproducción del capital y la lógica de

reproducción de la vida humana. Finalmente implica ver en el conjunto de trabajadoras y trabajadores –que pueden existir dentro o fuera de relaciones capitalistas inmediatas, como base social del sujeto histórico de ese desarrollo sustentable.

- Una *economía para la vida* supone una recuperación radical del sujeto y de la subjetividad, cuestionando en el plano del pensamiento, el objetivismo de toda la transición positivista tan enraizado en nuestra sociedad “moderna”. Al reducir a la persona humana a individuo propietario y calculador de sus utilidades, el mercado totalizado suprime el otro polo de esta persona humana, que es el *sujeto*. En cuanto sujeto, el ser humano enfrentando un entorno de competitividad compulsiva, vive también interpelando al dominador y posesivo, que no puede vivir si el otro no vive también. La vida no se puede afirmar si no es afirmándose a la vez ante la muerte. Vivimos afirmando nuestra vida frente a la muerte y en el ser humano esta afirmación se hace consciente. Que haya vida es el resultado de esta afirmación. Pero, la afirmación de la vida tiene una doble connotación: el *deber vivir* de cada uno y el correspondiente *derecho de vivir* de todos y todas y de cada uno y de cada una. De esto deben derivarse todos los valores vigentes, valores que hacen posible el deber y el derecho de vivir; pero también el sistema de propiedad, las estructuras sociales y las formas de cálculo económico, es decir, *las instituciones de la economía*. La misma posibilidad de la vida desemboca en estas exigencias.

Cuando se habla de “vida”, se refiere a la vida real de los seres humanos reales, no a la vida imaginaria e invertida de las teorías económicas neoclásica y neoliberal, por tanto una *economía para la vida* se ocupa de las condiciones que hacen posible esta vida a partir del hecho de que el ser humano es un ser natural, corporal, necesitado. Se ocupa, por tanto de las *condiciones materiales* (biofísicas y socio-institucionales) que hacen posible y sostenible la vida a partir de la satisfacción de las necesidades y el goce de todos y todas, y por tanto, el acceso a *valores de uso* que hacen posible esta satisfacción y este goce, que hacen posible una vida plena.

- La economía debe tomar en cuenta el carácter multidimensional de la vida humana, analizarla en función de las condiciones de posibilidad de esta vida humana a partir de la reproducción y el desarrollo de las “dos fuentes originales de toda riqueza” (Marx): el *ser humano* en cuanto sujeto productor (creador) y la *naturaleza* externa (medio ambiente), “*madre*” de toda riqueza social (Petty). La corporalidad es así un concepto clave de una *economía para la vida*. No se trata solamente de una corporalidad individual, sino de la corporalidad del *sujeto en comunidad*. La comunidad tienen siempre una base y una dimensión corporal. Se trata del nexo corporal entre los seres humanos y de éstos con la naturaleza.
- Una economía para la vida es el análisis de la vida humana en la producción y reproducción de la vida real, y la expresión “normativa” de la vida real es el derecho de vivir. “...Lo que es una Economía para la Vida (en cuanto disciplina teórica), puede por tanto resumirse así: “Es un método que analiza la vida real en función de esta vida misma y de sus condiciones materiales de existencia”. *El criterio último de este método es siempre la vida del sujeto humano como sujeto concreto, corporal, viviente, necesitado (sujeto de necesidades). Este criterio de discernimiento se refiere a la sociedad entera y rige también para la economía*”, según Hinkelammert y Mora.
- Se deben superar la abstracción del valor de uso en la teoría económica neoclásica y el mito de la neutralidad valórica. Predominantemente en la actualidad se han eliminado de la ciencia económica todos los juicios de hecho referentes al problema del valor de uso y a las condiciones de posibilidad de la

reproducción de la vida humana. La abstracción del valor de uso que efectúa el mercado, es ahora reproducida ideológicamente por la abstracción de los juicios de hecho referentes al mundo de los valores de uso. La ceguera del mercado con relación al ser humano y la naturaleza, como consecuencia de las decisiones del mercado se transforma en una ceguera de la teoría frente a estos hechos. El mercado penetra y domina la mente misma, y en nombre de la neutralidad valórica se afirma esta ceguera de la teoría, esfumándose así la propia realidad. El valor de cambio, el precio, el cálculo monetario, la racionalidad instrumental, la eficiencia formal, parecen ser la única realidad verdadera, mientras que la realidad de los valores de uso, de la racionalidad material y de la eficiencia reproductiva, se transforma en algo fantasmagórico. La realidad de los valores de uso llega a ser algo virtual, un simple signo. El signo se hace presente como la realidad y la realidad se transforma en signo.

2. Las experiencias de ESS y las reflexiones desde Michoacán

2.1. El Tianguis Purhépecha (TP)

Esta experiencia de trueque en la región purhépecha del estado tiene más de 40 años y recupera una tradición del México prehispánico, de hecho "tianguis" es una término que proviene del nahua *tianquiztil*, con el cual se denominaba al lugar de intercambio de productos, al mercado. El trueque entre los purhépechas se realizaba en los lugares más importantes de su territorio tales como Zacapu, Tzintzuntzan, Erongarícuaro y Pátzcuaro. En estos lugares se intercambiaba de manera directa, como hasta ahora, animales domésticos, productos agrícolas³, artesanías, utensilios, entre otros. El primer intercambio o trueque del TPI se realizó en Tzintzuntzan, que fue cabecera del reino Purhépecha en el momento de la conquista.

Actualmente el TP tiene dos modalidades, una fija que se realiza en la ciudad de Pátzcuaro dos veces por semana, a la que denominamos Tianguis Purhépecha Fijo (TPF), y a partir de 1994 se impulsó otra modalidad que es el Tianguis Purhépecha Itinerante (TPI) que se realiza periódicamente en diversas comunidades. Participantes en este último señalan que ésta fue una respuesta al Tratado de Libre Comercio con América del Norte (TLCAN) que inició en enero del mismo año; a decir de uno de sus organizadores, "para evitar el aniquilamiento de las artesanías y productos nativos, además de aminorar los estragos de la crisis económica de esos años, pues el TLC no será un beneficio directo para nosotros, así lo reflexionamos en el V Encuentro Purhépecha" (Filemón Zintzun, 2007).

En palabras de otro de sus organizadores, hoy "el tianguis Purhépecha es uno de los eventos más valiosos que conserva el pueblo purhépecha. Es un espacio donde las personas intercambian no solo productos, sino también sus pensamientos, alegrías y sentimientos" (José Lucas, 2007).

En entrevistas realizadas por Marisol Torres Sandoval⁴ para su tesis, da cuenta de que, desde los inicios del tianguis los organizadores y personas participantes lo consideran como:

³ El maíz es fundamental y muy apreciado en el intercambio.

⁴ Al esfuerzo de ella le debemos gran parte de la información del tianguis purhépecha que recuperamos para esta ponencia. Su tesis de licenciatura fue presentada en la Facultad de Economía de la UMSNH en 2008.

- Un espacio donde se encuentran para convivir y compartir sus cosas, donde se les da el valor a las personas y a los productos.
- Un lugar de intercambio, trueque y no se necesita dinero para poder dar y adquirir los productos
- Un lugar donde existe identidad y no existen intermediarios, por tanto las ganancias quedan en la misma comunidad.
- Es definido como un lugar donde se intercambian experiencias, conocimientos y trabajo, los productos se intercambian sin malicia y sin ventaja.
- Donde hay intercambio de productor a productor y cuenta no lo que vale el producto sino lo que se le ayuda al hermano y/o hermana.
- Donde en todo momento se toma en cuenta a Dios, donde hay sentido de comunidad y
donde sí tiene acceso la gente necesitada...

En el TPI participan 10 comunidades indígenas pertenecientes a los municipios de Erongarícuaro, Tzintzuntzan, Pátzcuaro y Quiroga. Se realiza cada quince días, el día domingo en una comunidad sede, la cual espera a las personas que participarán con sus productos dándoles un desayuno como muestra de hospitalidad y de agrado por la visita a dicha comunidad. También la comunidad sede nombra a una persona como secretario/a para que pase lista y así tener un control de quiénes están participando, de qué comunidades vienen y qué productos ofrecen para, posteriormente (cada año), hacer una evaluación sobre el desarrollo del proceso.

El lema del tianguis es: *mojtakuntani* que significa "intercambiemos como hermanos"

En la experiencia del TPI encontramos principios y dinámicas de lo que podemos generalizar como ESS. Existen relaciones de reciprocidad y solidaridad en el intercambio y más allá de él, en las relaciones inter-comunitarias; interesa no sólo el producto sino quién(es) y en qué condiciones lo producen ante lo cual existen "compensaciones" a la hora del intercambio, no porque estén reglamentadas sino por solidaridad; se cuida la calidad del producto, predomina el *valor de uso* por sobre el valor de cambio en el trueque y éste es entre *productores(as)* directos y sus familias pues no hay intermediarismo, lo cual permite un diálogo de saberes de forma permanente; el "factor C" es una de sus características (cooperación, coordinación, compañerismo, comunidad); así, en los planos de la distribución y el consumo se cumplen las características de otra economía enlistadas en la primera parte.

Consideramos que es una economía *centrada en el trabajo* y no en el capital, lo cual fue claramente manifiesto en su oposición al TLCAN y en su respuesta con la creación del TPI, clara expresión colectiva del *sentido de reproducción de la vida* como prioridad.

Rescatamos también la vivencia de la corporalidad del *sujeto en comunidad*, que es una manifestación fundamental de una economía para la vida, en permanente confrontación con la economía capitalista que produce más bien un individualismo anti-solidario.

La recuperación y fortalecimiento de la identidad purépecha y de redes sociales en una opción clara por la Vida han contribuido a mantener esta experiencia a pesar de los conflictos internos que han debido enfrentar y de la confrontación constante con la lógica de mercado dominante. No podemos desconocer los desafíos que experiencias como el tianguis purépecha están enfrentando para

sostenerse en el mediano y largo plazo, de allí que se requiere urgentemente de la intervención de más actores sociales, entre ellos, de actores académicos comprometidos con estos procesos como la REMIESS.

3. La empresa forestal comunal de Nuevo San Juan Parangaricutiro⁵

La historia de esta comunidad de origen purépecha dio un vuelco cuando, a raíz de la erupción del volcán Parícutín, todo el pueblo tuvo que ser evacuado y la población fue reubicada por el Gral. Cárdenas en un nuevo territorio. Los conflictos inter-comunitarios emanados de dicha reubicación persisten hasta la fecha, lo cual muy probablemente ha influido en que la comunidad indígena de Nuevo San Juan Parangaricutiro (NSJP) se replegara sobre sí misma, reinventando su cohesión interna y potenciando su auto-organización. La comunidad desde 1949 comienza a luchar por la recuperación de su territorio, sin embargo le lleva más de 40 años en obtener la titulación⁶, hecho que trajo consigo la generación de numerosas confrontaciones al interior de la comunidad, pues durante los años siguientes los pobladores de NSJP se debaten entre la apropiación privada del bosque y la restitución comunal.

Con la nueva dotación de tierras, la original dedicación a la agricultura tradicional de subsistencia que practicaban los habitantes de San Juan se transforma, porque en las nuevas tierras comunales predominan los bosques templados. La gran extensión de tierras que les fueron otorgadas en aquel momento ha constituido sin duda un recurso fundamental para el desarrollo de Nuevo San Juan. Sin embargo, no hay que olvidar que durante muchos años las comunidades indígenas poseedoras de bosques no tenían derechos a explotarlos, sino que las concesiones para la explotación forestal comercial eran otorgadas por el gobierno directamente a compañías privadas⁷. Este era el caso de San Juan. Sólo después de una larga lucha –emprendida y sostenida principalmente por los hombres mayores, pues los jóvenes se veían en la necesidad de emigrar a Estados Unidos– logró la comunidad tanto el reconocimiento pleno sobre la posesión de todo el territorio como el derecho a la explotación y manejo del bosque.

En 1975 se forma la organización comunal y se une a la Unión de Ejidos y Comunidades Luis Echeverría Álvarez de la Meseta Purépecha, organización de segundo nivel orientada por las políticas públicas del momento, que impulsa el manejo forestal comunitario y les permite a partir de 1977 y hasta 1979 explotar su bosque, por medio de la Unión.

Sin embargo, el poco beneficio para NSJP, por el mal manejo de la Unión en la comercialización de la madera, creó gran descontento y a partir de esta situación, se plantea la organización comunal la creación de una Empresa Forestal Comunal en 1981.

⁵ Esta sección se basa mayormente en los resultados de una investigación grupal realizada en el año 2007, en la que participaron la coautora de este trabajo, Josefina Cendejas Guízar, Pilar Angón Torres, Rafaela Cerna Piñón, Omar García Chávez y Claudia Trujillo García. El informe de esta investigación está en prensa.

⁶ Hasta noviembre de 1991 se da el reconocimiento mediante decreto presidencial, emitido por el entonces presidente Carlos Salinas de Gortari.

⁷ Una breve historia del proceso de reapropiación de los bosques por parte de las comunidades indígenas puede encontrarse en el libro *Voces del monte. Experiencias comunitarias para el manejo sustentable de los bosques en Oaxaca*, Semarnat, México, 2000. Para comprender la importancia de este proceso a nivel nacional ver el minucioso estudio de Leticia Merino *Conservación o Deterioro, el impacto de las políticas públicas en las instituciones comunitarias y en las prácticas de uso de los recursos forestales*, 2004.

Sin embargo el primer reto que tuvo que enfrentar el grupo de jóvenes comuneros fue organizarse para construir una empresa comunal con reservas forestales que habían sido privatizadas en los hechos.

La solución emprendida fue brillante: construyeron la empresa comunal basándose en el bosque parcelizado, acuerdo institucional, que se mantiene hasta la fecha, los comuneros aceptaron dejar sus derechos individuales sobre el fluido de madera, mientras que retienen la posesión de la reserva. Aceptaron que la empresa comunal inventariara su reserva y no llevar a cabo ningún uso del suelo que fuera en contra del plan de manejo forestal. A cambio de permitir este nivel de manejo, los poseedores de las parcelas tuvieron un reconocimiento de sus posesiones a través del pago de un derecho de monte, como si fueran propiedad privada, cuando su parcela era talada.

Claudio Garibay (2005) lo plantea como un acierto de la organización comunal el hecho de proyectar la construcción de una "Empresa Forestal Comunal" para ejecutar directamente ellos los permisos de aprovechamiento forestal, comprando los árboles en pie a los propietarios que se adhirieran al proyecto comunal, organizando ellos mismos la tala, el transporte, y la comercialización de la madera. De esta manera en 1981 logran una empresa forestal sólida bajo el convenio de que la Comunidad paga al dueño de la madera extraída a un precio aproximado al del mercado, distribuido en un 75% pago directo del valor del árbol y el 25% al FONAFE .

Después de estos primeros pasos, el avance y éxito de la empresa han sido vertiginosos. En 1983⁸ se instala el primer aserradero, se empieza a invertir en maquinaria para molduras, en una fábrica de muebles, y se adquiere el primer horno de secado, comenzando así la diversificación y expansión productiva. En 1984 recibe el premio al mérito forestal; para 1985-86 la introducción de mejores planes de manejo le permitieron tener un volumen autorizado de 85,000 m³ y la empresa invirtió en más hornos de secado.

En 1986 se firma un convenio entre la SARH y la comunidad que autoriza a la comunidad el aprovechamiento pleno de sus bosques: derecho a administrar y regular todas las etapas del manejo forestal.

Para 1990, la Empresa Forestal Comunitaria había adquirido nueva maquinaria de extracción, transporte e infraestructura industrial, y añadió a sus activos fábricas de manufactura una planta de destilación de resina, una astilladora, un almacén de distribución de fertilizantes y otros servicios de la empresa. Posteriormente hace una inversión comunal en huertos de aguacate y durazno. Además de sus inversiones directas, la empresa ayuda a sesenta comuneros a adquirir camiones de carga pesada y los contrata para transportar la tala y la madera; también apoya a muchos pequeños talleres artesanales de madera en la propia Comunidad.

Para 1991, por una Resolución Presidencial NSJP fue reconocido, de manera formal, como una Comunidad Indígena por la Ley Agraria mexicana, con una propiedad de 14, 088 hectáreas y una membresía de 1, 254⁹ comuneros inscritos en el censo agrario; se incluye un control centralizado de los bosques a pesar de estar parcelado el territorio comunal.

⁸ Fue la primera vez que obtuvieron beneficios de su propia empresa comunal, además de la inversión en el aserradero (50% de las ganancias).

⁹ Este número de miembros de la asamblea es el establecido en 1991 y los comuneros manifiestan la necesidad de mantenerlo constante. El comunero con tierra puede ceder o pasar sus tierras a otro miembro de la comunidad y continuar siendo comunero "el derecho agrario nadie se lo puede quitar mas que un juicio agrario." (Entrevista a Basilio Velásquez Gutiérrez12-XI-07). Sin embargo, acaba de autorizarse la inclusión de 30 comuneros más, quienes había solicitado hace varios años su reconocimiento como comuneros propietarios con plenos derechos, de manera que el número ha aumentado a 1,284.

Si bien, antes era posible tener tierras privadas dentro de la comunidad y al mismo tiempo ser comunero, después de 1991 las autoridades de la comunidad fueron capaces de establecer nuevas reglas de relación entre el ser comunero y los derechos de tierra dentro de las tierras comunales. Bajo la Ley Agraria, el bosque es visto como una propiedad común indivisible, por ejemplo como un recurso de propiedad común o una reserva que mantiene en conjunto.

Así, desde 1991, si alguien insiste en tener títulos individuales de tierra dentro de las tierras comunales, no es considerado como comunero, y no tiene ningún acceso a los beneficios comunales de la empresa forestal. La comunidad NSJP define este sistema como "posesión familiar en un régimen comunal", caracterizado por el traspaso de los derechos al régimen comunal, pero con una compensación que se otorga en función del tamaño de la reserva forestal que posee¹⁰.

Desde la perspectiva de la ESS, este acuerdo sobre la posesión de tierras, que transitó desde la parcelación individual tendiente a privatizar la propiedad hasta el logro de la re-comunalización del bosque con miras a un manejo integral del mismo y a la colectivización de sus beneficios, es sin duda el mayor de los logros de la Comunidad de NSJP. Pero no es el único. Desde la aceptación de las nuevas reglas, la actividad productivo-empresarial de la comunidad no ha hecho más que crecer y fortalecerse, tanto en lo económico como en lo social. Las estrategias emprendidas colectivamente para enfrentar una gran variedad de retos y dificultades han resultado, en su mayoría, acertadas. Por ejemplo, para enfrentar la problemática derivada de la firma de TLC la comunidad se obliga a diversificar y mejorar la calidad de sus productos. Ante la brutal deforestación percibida en la mayoría de los bosques del estado –lo mismo comunales que ejidales o privados- la comunidad decidió asumir criterios de sustentabilidad radical para evitar el agotamiento de sus recursos forestales. Así, en 1999, NSJP recibió la certificación por manejo forestal sustentable por parte del programa *Smart Wood* hasta el 2004, y como resultado introdujo varias nuevas prácticas de manejo ambientalmente sensibles. Los administradores consideran que la certificación ha sido buena para el bosque, y les ha ayudado a convertirse en mejores administradores forestales, aun cuando hasta la fecha no han tenido ningún beneficio económico de la venta de madera certificada.

En el año 2001 la Comunidad indígena de NSJP recibió el premio del PNUD por su labor a favor del abatimiento de la pobreza. Y es que, derivado del crecimiento de la empresa forestal comunal, las actividades económicas de la comunidad han derivado en una enorme diversificación productiva –que puede considerarse como un consorcio empresarial- que contribuye directamente a elevar el nivel de empleo y la calidad de vida de la población.

El consorcio cuenta con 22 empresas, la mayoría de las cuales han sido generadas a partir de los excedentes producidos de la primera empresa. Se tiene la política de hacer un reparto del 50% de las ganancias y el otro 50% se destina de la siguiente manera: 20% en inversión en la empresa, 20% nuevos proyectos y 10% a trabajos sociales y fuentes de empleo (Barton y Merino, 2004). En total, el consorcio genera 930 empleos directos, con una visión claramente transgeneracional, y mantiene para ello un programa permanente de capacitación interna. A raíz de experiencias negativas con la contratación de profesionales externos, la comunidad decidió que todas las funciones, técnicas y

¹⁰ Desde estas fechas una proporción significativa de sus beneficios se ha dedicado a recobrar cerca de 4,000 ha de activos comunales. Desde 1992, cerca de 2,500 ha han sido recuperadas a través de distintas vías: judicial, por acuerdos, o por negociaciones o indemnizaciones. Cabe mencionar que aunque actualmente la EFC está registrada legalmente como Comunidad Indígena en la Ley Agraria mexicana, aún existen conflictos agrarios con pequeños propietarios y un diferendo de límites con la comunidad de Angahuan, ante los tribunales agrarios

administrativas, fueran paulatinamente cubiertas por personal de la propia comunidad capacitado *ex profeso*. Actualmente, esta meta se ha logrado a cabalidad.

Para el buen funcionamiento del conjunto de las empresas existen préstamos entre las 22 empresas, ello les permite no recurrir a los bancos que les cobran intereses. Otro aspecto importante es política de capacitación del personal encargado de los diferentes puestos a quienes se les envía constantemente a que reciban la preparación adecuada para desempeñar las funciones requeridas por la empresa.

Como norma, la EFC invierte parte de sus excedentes en infraestructura comunitaria, por ej., caminos y obra hidráulica, equipamiento de escuelas, entre otros. Además de cumplir puntualmente con las obligaciones de ley en cuanto a prestaciones de los trabajadores, la empresa sigue pagando puntualmente el derecho de monte a todos los comuneros cuyas parcelas son taladas de acuerdo al programa de aprovechamiento forestal. Adicionalmente, los comuneros reciben beneficios de los programas agropecuario y frutícola, cuyo propósito central es mejorar la alimentación familiar.

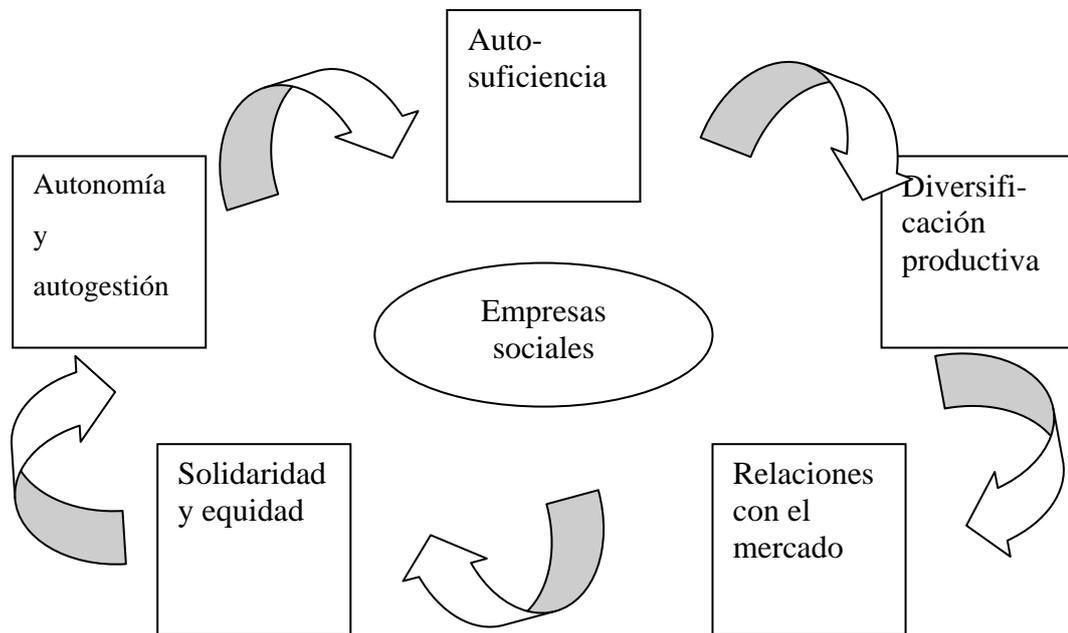
Una de las consecuencias más importantes que ha tenido la evolución de la EFC en un corporativo empresarial es el abatimiento de la emigración de comuneros por razones de búsqueda de empleo.

Otro aspecto importante es el apoyo a los emprendimientos de miembros de la comunidad, así si un comunero *"tiene una parcela y ocupa agua, el es comunero pero no trabaja aquí, el tiene derechos por ser miembro, entonces tenemos que apoyarlo para su proyecto, haciendo formas de captación de agua y llevársela a su huerta. Pero en ese lugar no hay camino, entonces la estructura de la comunidad ayuda que se hagan caminos por todo el monte, para que esté cerca del camino que lleva a su huerta, y no le costó nada, sólo una pequeña cuota de recuperación."* (Entrevista con Basilio Velásquez, 12–XI-07).

Análisis de los logros de la empresa forestal comunal de NSJP a la luz de los principios de la Economía Social y Solidaria

En la investigación mencionada anteriormente, se utilizó como marco general de análisis una síntesis de los principios epistémico-axiológicos de la ESS, una versión modificada de la propuesta de David Barkin (González Butrón y Barkin, 2008) para generar desarrollo regional sustentable en la perspectiva de la ESS (ver esquema abajo), y las 10 normas/criterios que proponen Collin y Torres (2007) para la gestión de empresas sociales. Para los fines de esta ponencia, sólo presentaremos los resultados del análisis en relación a los 5 principios de la gestión sustentable de acuerdo al siguiente esquema:

Figura 1 Gestión sustentable del desarrollo regional



Fuente: Síntesis y elaboración propia.

Siguiendo la lógica de los 5 principios del esquema del desarrollo regional sustentable propuesto como marco conceptual que ilustra la Figura 1, podemos concluir lo siguiente:

En cuanto al principio de autonomía y autogestión:

Es claro que el éxito de la comunidad de NSJP y su reputación como una empresa forestal sustentable – que han trascendido hasta ámbitos internacionales - ha servido como inspiración, ejemplo y argumento vivo en la defensa del derecho de otros pueblos indígenas a manejar sus recursos naturales de manera autónoma. Sus logros en esta materia son ampliamente reconocidos:

- Se ha rescatado el bosque como propiedad comunal en beneficio directo de los 1254 comuneros y en beneficio indirecto para sus hijos y familiares.
- A partir de la construcción de la empresa forestal se pudo recuperar la identidad indígena y reconstruir la identidad comunitaria consolidando “el derecho territorial comunal, sobre la propiedad privada, aumentando la autonomía y autoridad del gobierno local frente a la libertad individual, y se fortaleció una idea de identidad comunal” (Barton y Merino, 2004).
- La operatividad de un sistema automatizado operado por los propios comuneros, les da un apoyo instrumental en la toma de decisiones (Velásquez, 2005: 39)
- Por el buen manejo de sus bosques ha recibido premios como el de PNUD y el Premio Nacional al Mérito Ecológico que otorga la Semarnat

- El canal de transferencia inicial de conocimientos establecido entre la UNAM y la CINSJP y la ulterior socialización de esta *expertise* ha despertado el interés de diversas comunidades en adoptar las estrategias de usos alternos del bosque dentro de sus propios territorios

En cuanto al principio de autosuficiencia:

Sin duda uno de los mayores logros de la EFC ha sido la relativización de las categorías de "pobreza" y riqueza": las unidades domésticas tienen garantizada la sobrevivencia y el bienestar, que dependen de la comunidad como un todo y no meramente de los esfuerzos individuales. La Empresa Forestal es un lugar de empleo seguro y bien remunerado. Barton y Merino dicen: "NSJP ha alcanzado lo que parece ser una economía del empleo de tiempo completo, que genera por lo menos un trabajo para cada hogar de comuneros...La migración por necesidad ha desaparecido." (Barton y Merino, 2004).

En cuanto al principio de solidaridad y equidad:

Este principio, que se manifiesta en la redistribución social de los excedentes, es una de las claves de la prosperidad de la comunidad. La lógica de reinversión constante en la creación de nuevos empleos, en el apoyo crediticio a los emprendimientos individuales, el subsidio a la producción doméstica de alimentos y la construcción de obras de beneficio colectivo, son prácticas concretas de solidaridad y equidad. La planeación a futuro tiene más que ver con la sobrevivencia transgeneracional que con la acumulación de capital, manifestando así solidaridad con los que aún no han nacido.

Encontramos, sin embargo, que los mecanismos de toma de decisión favorecen la participación mayoritariamente masculina y, en especial, de los varones de mayor edad. Esto significa, en los hechos, que las mujeres y los jóvenes se vean excluidos de muchas decisiones importantes, tales como la propuesta de nuevos proyectos.

En cuanto al principio de Diversificación productiva y Relaciones con el mercado:

La diversificación productiva se ha dado como resultado de la política de reinversión de excedentes, por la necesidad de generar más empleos, y por la decisión de aprovechar al máximo el recurso forestal. Los avances obtenidos en este aspecto son ejemplares, ya que la Comunidad ha logrado construir un consorcio de 22 empresas en beneficio de sus integrantes, aumentando su capacidad productiva de manera constante y eficiente. Como lo señalan Barton y Merino (2004: 172): "Es probable que SJNP tenga la empresa forestal comunitaria más diversificada y sofisticada de México".

En consecuencia, el corporativo comunal ha generado un desarrollo local importante: "hoy (Nuevo San Juan) es un pueblo mucho más grande, diversificado e íntimamente vinculado a las lógicas económicas y políticas de orden nacional y global" (Garibay, 1993: 191).

No obstante lo anterior, el análisis muestra que la EFC mantiene aún relaciones débiles con otros procesos de economía social fuera del ámbito de la propia comunidad. La intención de crear una red de ecoturismo con otras comunidades parece ser, por ahora, la única propuesta sobre la que se está trabajando en ese

sentido. Por otra parte, la oferta de asesoría técnica gratuita a comunidades forestales está abriendo camino hacia posibles asociaciones y articulaciones en el futuro, pero por el momento se trata sólo de una acción solidaria y unilateral, que no implica ningún intercambio.

4. La experiencia de AMPES

En esta última sección abordaremos la experiencia de la Asociación Michoacana de Promotores de la Empresa Social, A.C. (AMPES, A.C.). Esta es la experiencia de Economía Solidaria más reciente registrada en Michoacán (la creación de la asociación se formalizó en el año 2005), pero los antecedentes de sus actividades se remontan al año 2000. Debido a su juventud y rápido crecimiento, no existen todavía estudios que documenten las dinámicas y los logros de esta agrupación. De manera que nos limitaremos a hacer una breve reseña de su historia, y una descripción somera de su filosofía y sus métodos, así como a hacer mención del impacto que ha alcanzado en el medio rural michoacano y su reciente expansión hacia otros estados del territorio nacional. Toda la información aquí presentada se basa en una entrevista personal con su director, el Pbro. Marcos Linares¹¹, y en documentación provista por él mismo.

En el año 2000 el padre Marcos –como lo conoce la mayoría de las personas en el medio de la ESS en Michoacán - fue asignado como párroco de la comunidad de Atacheo, municipio de Zamora, en el occidente del estado. Al igual que muchas otras localidades de Michoacán, Atacheo era casi un pueblo fantasma, debido a la emigración. En números redondos, 1,500 personas permanecían en el pueblo mientras que 4,500 trabajaban en los EE.UU.AA. La situación de abandono y pobreza extrema en la que se encontraba el pueblo, aunado al hecho muy concreto de que el techo del templo estaba a punto de derrumbarse sobre los feligreses - hizo que el sacerdote se movilizara rápidamente para encontrar soluciones. Muchos sacerdotes de pequeños pueblos han hecho trabajo intenso y exitoso para rehabilitar los recintos eclesiásticos, sin embargo, el padre Marcos fue mucho más allá. Además de rehabilitar el templo con recursos provistos mayormente por los trabajadores migrantes, se dio a la tarea de buscar alternativas a la situación de precariedad económica de las familias y al abandono en el que se encontraba la infraestructura del pueblo en su casi totalidad.

Con el apoyo de los recursos de los migrantes, y aprovechando programas oficiales como el “Tres por uno”, Linares fue diseñando sobre la marcha su propio modelo de desarrollo rural comunitario, al que él califica como una modalidad específica de economía solidaria. Cinco años después de su presencia activa en Atacheo, las transformaciones en el pueblo eran evidentes: las calles habían sido renovadas, al igual que muchas viviendas y edificios públicos. Menos visible pero más profunda era la transformación de la población misma, que ahora trabajaba en forma organizada en proyectos productivos agrícolas y pecuarios. El padre Marcos tuvo desde el inicio la precaución de buscar conexiones comerciales para los productos de estas agrupaciones, no sólo en el mercado nacional sino en el norteamericano. De modo que la situación económica de Atacheo se vio rápidamente transformada y la fama del padre Marcos como promotor del desarrollo cundió por todo Michoacán y más allá. El anterior Gobernador del estado, Lázaro Cárdenas Batel, le pidió personalmente que multiplicara su modelo a otras regiones del estado, y la intensidad de las necesidades demandó del sacerdote tal nivel de actividad que tuvo que pedir licencia temporal a su diócesis para dedicarse de tiempo completo a la atención de las comunidades y sus nacientes proyectos. Con el fin de apoyar este trabajo, en 2005 se constituyó

¹¹ La entrevista se llevó a cabo el 24 de septiembre de 2009 en Morelia, Michoacán

AMPES, A.C. La agrupación está constituida por un equipo multidisciplinario que opera bajo la dirección de Linares. El equipo tiene dos vertientes básicas de actividad: la educativo-humanística y la productivo-administrativa. A la fecha, AMPES tiene presencia en 92 de los 113 municipios de Michoacán, con actividades directas en 263 comunidades e involucrando a cerca de 15,000 productores rurales. El trabajo de AMPES se centra en la organización y capacitación de los productores, a fin de que se constituyan en sociedades productivas por derecho propio, autogestivas y cooperantes entre sí. Actualmente un total de 187 organizaciones, entre grupos de productores y empresas integradoras están vinculadas con AMPES:

Tabla 1. Grupos y organizaciones asociadas con AMPES

4	Integradoras constituidas	S.A
18	Sociedades en proceso hacia integradoras	S.C./S.P.R.
58	Sociedades de producción rural	S.P.R.
42	Sociedades Cooperativas	S.C.
65	Sociedades en proceso de constitución	S.P.R.

Fuente: AMPES, A.C.

Los grupos de productores se vinculan a más de 20 ramas de producción primaria y secundaria:

1.- LIMON	11.- ARROZ	21.- PEPINO PERSA
2.- JITOMATE.	12.- FLORES	22.- MEZCAL
3.- AGUACATE.	13.- MIEL DE AGAVE	23.- TEQUILA
4.- JAMAICA.	14.- MIEL DE ABEJA	24.- GANADEROS
5.- MANGO.	15.- PLATANO	25.- FRESA
6.- ZARZAMORA.	16.- TAMARINDO	26.- MUEBLES
7.- GUAYABA.	17.- TRIGO-HARINA	
8.- COCO.	18.- PROCESADOS (lácteos, frutas y verduras, ...)	
9.- NOPAL	19.- ARTESANÍAS	
10.- QUESOS	20.- ECOTURISMO	

La necesidad de vincularse comercialmente con otros grupos, así como demandas específicas de formación y apoyo han extendido la presencia de AMPES a otros 15 estados de la República Mexicana y a 8 de los Estados Unidos.

El padre Marcos insiste en que la propuesta de economía solidaria de AMPES ha surgido de la práctica y no de la teoría. En estos 9 años de experiencias constantes se ha ido generando un modelo de formación humana y capacitación productiva que, a juzgar por su amplia aceptación y sus resultados, puede considerarse sumamente eficaz. El modelo formativo tiene una secuencia, que inicia con principios éticos y espirituales, para desembocar en la solidaridad económica y las prácticas democráticas directas. El propósito inicial es, como dice Linares, "partir de la propia persona humana, llegar a las familias, formar equipos de trabajo y finalmente reconstruir el tejido social". Las etapas y supuestos en los

que se basa el proceso de formación son definidas por AMPES de una manera muy sencilla:

PRIMERO. PASAR DEL YO AL NOSOTROS. Dejar el egoísmo.

SEGUNDO. PASAR DEL NOSOTROS AL TRABAJO EN EQUIPO. Fortalecer lo productivo.

TERCERO. DEL TRABAJO EN EQUIPO AL COOPERATIVISMO. Forma probada internacionalmente.

CUARTO. DEL COOPERATIVISMO A LA ECONOMIA SOLIDARIA. Compromiso social. Detonantes de desarrollo.

El padre Marcos relata que muchas personas no pueden pasar del primer paso al segundo. Ese constituye el filtro más importante en su opinión, pues las personas que no son capaces de trascender su propio individualismo no son aptas para integrarse a proyectos de economía solidaria y es mejor que se auto-descarten desde el principio. Es curioso constatar que, contrario a lo que muchos estudiosos y promotores opinan, el padre Marcos sostiene que las comunidades rurales mexicanas no están basadas en una cultura de cooperación y apoyo mutuo sino todo lo contrario. Lo que prevalece es la división y el interés propio. O en términos más llanos, lo que predomina es una cultura del egoísmo. De manera que eso es con lo primero que hay que trabajar. En este punto se evidencia la clara inspiración cristiano-católica del proyecto AMPES, y a la cual sin duda es atribuible su amplia aceptación. Por otra parte, cabe suponer que la autoridad moral de un sacerdote tenga un potencial transformador mucho mayor que la de funcionarios de cualquier nivel de gobierno, e incluso profesores o académicos. Al menos es así en el medio rural michoacano. Lo cierto es que los métodos de AMPES, sistematizados y afinados por Marcos Linares a partir de la experiencia directa con miles de personas desposeídas, gozan de gran credibilidad. No obstante, hay que señalar que funcionarios del gobierno estatal cuestionan la veracidad del éxito económico de los proyectos asociados a AMPES.¹²

Además del proceso de formación humana, AMPES ha identificado lo que llama los 5 pilares o elementos fundamentales para el éxito de los procesos de desarrollo solidario. En la tabla siguiente se describen estos elementos, y al final de cada columna se expresa la importancia de cada uno para el éxito del proceso.

Con esta metodología y una labor de formación humana de profunda inspiración cristiana, AMPES constituye hoy día una de las mayores organizaciones impulsoras de la economía solidaria en México y es, sin duda, la más grande existente en Michoacán. El próximo diciembre realizarán su segunda Feria de Economía Solidaria en la ciudad de Morelia, para lo cual han demostrado un creciente poder de convocatoria, sobre todo en relación a los apoyos logísticos y políticos que un evento complejo como ese requiere.

¹² De acuerdo a un alto funcionario de la política económica del gobierno estatal, si se hiciera una evaluación económica estricta a las actividades productivas de las organizaciones que operan en AMPES, se demostraría que muchas de ellas no son viables ni autosostenibles. Lo cierto es que aún no se ha realizado dicha evaluación, y que, en todo caso, desde la óptica de la ESS habría que tomar en cuenta muchos otros factores creadores de valor y no solamente la rentabilidad de las empresas en cuestión.

Tabla 2. Elementos fundamentales de la Economía Solidaria en el modelo AMPES

I. Equipo profesional de apoyo	II. Estructura: Organización de Productores	III. Las Políticas Públicas	IV. Los Recursos Económicos	V. Mercado Solidario
AMPES: Especialistas en la organización. Llenar las carencias de los grupos en su proceso. <i>ESTE APOYO ES FUNDAMENTAL</i>	"Empresa Social". Cadena productiva completa. Desde los valores de Justicia y equidad. <i>LA ORGANIZACIÓN ES LA CLAVE</i>	UNIDOS X: Reconstrucción del tejido social Definiciones y estrategias del Gobierno y acciones- aportaciones de los grupos organizados <i>CONSTRUIR DE ABAJO HACIA ARRIBA Y DE ARRIBA HACIA ABAJO</i>	ORGANISMOS 1) Fondo Solidario: SOFON 2) Fortalecimiento interno. <i>MEDIO, NO FIN</i>	COMERCIALIZADORA Autoconsumo local Nacionales. Migrantes. Mercado mundial. <i>CONSUMIDOR FINAL SE ALCANZA DE MANERA DIRECTA</i>

Fuente: AMPES, A.C.

CONCLUSIONES: ¿Es la ESS para Michoacán una respuesta al desarrollo que no llegó?

Después de la revisión de estas experiencias a la luz de los principios y procesos de la Economía Social y Solidaria, retomamos la pregunta inicial: dado el ya legendario "atraso" de Michoacán en términos del desarrollo convencionalmente entendido, ¿es la ESS una posibilidad de replantearse el desarrollo del estado en términos radicalmente distintos?

Nuestra respuesta es afirmativa. Consideramos que en Michoacán *OTRA ECONOMÍA ES POSIBLE PARA OTRO DESARROLLO POSIBLE*. No se puede construir y avanzar en una propuesta de desarrollo haciendo abstracción de la dimensión económica, más aún en tiempos de un capitalismo salvaje, depredador y de avance hacia el *Mercado Total* como el que hoy enfrentamos. La ESS en sus diversas vertientes es una propuesta no capitalista que afirma como principio y, pone en el centro de toda propuesta de desarrollo, la *Reproducción de la VIDA humana*. Estas experiencias en Michoacán dan razón de la esperanza de que esto es posible.

REFERENCIAS

Angón Torres Pilar, Josefina Cendejas Guízar, Rafaela Cerna Piñón, Omar García Chávez y Claudia Trujillo García. 2008. "Un proyecto social en expansión: la Empresa Forestal Comunitaria de Nuevo San Juan Parangaricutiro." UMSNH-UNAM, en prensa.

Barton Brady D. y L. Merino. 2004. *La experiencia de las comunidades forestales en México, veinticinco años de silvicultura y construcción de empresas forestales comunitarias*. Instituto Nacional de Ecología (INE-SEMARNAT) - Consejo Civil Mexicano para la silvicultura Sostenible A.C. 1ª Edición, México.

Collin, L y A. Torres. 2007. "Normas para la Operación de Empresas Sociales. Artículo inédito. México.

Coraggio, José Luis. 2007. *Economía social, acción pública y política. (Hay vida después del neoliberalismo)*. Editorial CICCUS, Buenos Aires, Argentina.

Coraggio, José Luis. 2004. *La gente o el capital. Desarrollo local y economía del trabajo*. CIUDAD, Instituto Fronesis, EED, ILDIS, Abya-Ayala de Ecuador y Espacio Editorial de Buenos Aires, Argentina.

Garibay Orozco, C. 2005. *La transformación del comunalismo Forestal. Identidad Comunitaria, empresa social y poder corporado en el México Contemporáneo*. Tesis Doctoral. CIESAS Occidente. Guadalajara Jal.

González Butrón, María Arcelia. 2006. "La economía para la vida es posible. Propuestas teóricas en construcción frente a la economía de mercado". En Martínez Aparicio, Jorge y Salvador Padilla Hernández (coordinadores). *Desarrollo local, sustentabilidad y desigualdad en Michoacán*. Eds. Facultad de Economía "Vasco de Quiroga" de la Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, Morelia, Michoacán, México.

González Butrón, María Arcelia, y David Barkin. 2008. "Otra economía posible. Propuestas teóricas en construcción en América Latina y el Caribe frente a la economía de mercado". Revista Pasos No. 139, Sept.-Oct. 2008, San José, Costa Rica.

Hinkelammert, Franz J. y Henry Mora Jiménez. 2005. *Hacia una economía para la vida*. Editorial Departamento Ecuménico de Investigaciones (DEI), San José, Costa Rica.

Linares, Marcos. 2009. Conferencia "¿Es posible otra economía?". Presentación en PPT. Jueves de Ciencia, CIDEM, Morelia, Michoacán, 1º de octubre 2009.

Merino Pérez, L. 2004. *Conservación o Deterioro. El impacto de las políticas públicas en las instituciones comunitarias y en las prácticas de uso de los recursos forestales*. Instituto Nacional de Ecología (INE-SEMARNAT), 1ª Edición, México D.F.

Razeto M., Luis. 1993. *De la economía popular a la economía de solidaridad, en un proyecto de desarrollo alternativo*. Colección "Diálogos y Autocrítica" No. 34, IMDOSOC, México.

Semarnat-Procymaf. 2000. *Voces del monte. Experiencias comunitarias para el manejo sustentable de los bosques en Oaxaca*.

Singer, Paul. 2007. "Economía solidaria. Un modo de producción y distribución". En: Coraggio (comp.) *La economía social desde la periferia. Contribuciones latinoamericanas*. Altamira-Universidad General Sarmiento, Buenos Aires, Argentina.

Torres Sandoval, Marisol. 2008. "El Tianguis Purhépecha. Una experiencia de economía social". Tesina de Licenciatura en Economía. Facultad de Economía "Vasco de Quiroga" de la Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, México, octubre de 2008.

Velázquez, A., y Bocco, G. 2001. "Turning scientific approaches into practical conservation actions: the case of Comunidad Indígena de Nuevo San Juan Parangaricutiro, México." *Environmental Management* 27 (5): 655-665

Velásquez A., A. Torres y G. Bocco (Comp.) 2003. *Enseñanzas de San Juan, Investigación participativa para el manejo integral de recursos naturales*, Instituto Nacional de Ecología (INE-SEMARNAT), 1ª Edición, México D.F.

A economia solidária e os desafios da gestão pública: uma análise do programa *oportunidade solidária* no município de São Paulo

Sandro Pereira Silva

Brasileiro, formado em Economia pela Universidade Federal de Viçosa, com mestrado na mesma instituição cuja dissertação foi defendida em 2008. Em outubro de 2006, foi convocado para assumir o cargo de Analista de Reforma e Desenvolvimento Agrário, no INCRA em Brasília – DF. Em dezembro de 2009 foi convocado para o cargo de Técnico em Planejamento e Pesquisa do IPEA, onde se encontra atualmente.

RESUMO:

Este estudo buscou debater os elementos para a elaboração das políticas públicas de fomento à Economia Solidária. Como objeto empírico, analisou-se o Programa *Oportunidade Solidária* em São Paulo, entre 2001 e 2004. Observou-se que, mesmo sendo uma ação inserida em um rol de programas, articulados em uma estratégia racional de inclusão social e desenvolvimento local, foram muitos os desafios para a sua efetivação. No entanto, o grande mérito que teve a proposta do Programa *Oportunidade Solidária* foi ter inovado no sentido de inserir no campo das políticas públicas de trabalho e renda no município de São Paulo o fomento a práticas de protagonismo social e cooperativismo a um público extremamente carente e acostumado a ações assistencialistas e personalistas dos poderes públicos.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Solidária – políticas públicas – inclusão social

ABSTRACT:

This study sought to discuss the elements for the elaboration of public policies for promoting the Solidary Economy. The empirical object was the “Programa Oportunidade Solidária” in Sao Paulo, between 2001 and 2004. It was observed that even though an action inserted in a list of programs, articulated in a rational strategy for social inclusion and local development were many challenges to its realization. However, the great merit of the proposal that had the “Programa Oportunidade Solidária” was having innovated in order to enter the field of public policies on employment and income in São Paulo to promote the practice of social involvement and cooperative to a highly needy and accustomed to policies of welfare and personalist government.

KEYWORDS: Solidary Economy - public policies - social inclusion

INTRODUÇÃO

As iniciativas que compõem o universo da Economia Solidária, em suas mais diversas formas organizativas, embora não seja algo totalmente novo, vêm ao longo dos últimos anos ganhando espaço no cenário socioeconômico e político brasileiro. Elas envolvem um número considerável de pessoas que se encontram organizadas em variadas formas de trabalho e que não têm sua centralidade baseada na relação capital-trabalho clássica. Para um maior alcance dessas iniciativas, muito se tem debatido na literatura sobre qual o papel do Estado, em todas as esferas governamentais, como se insere e quais devem ser as estratégias para a formulação e execução de políticas públicas que possibilitem um realinhamento do processo de desenvolvimento econômico e social.

Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo principal buscar elementos para a definição de um quadro teórico sobre o qual se insere a elaboração das políticas públicas de fomento à Economia Solidária voltadas para o desenvolvimento de comunidades afetadas pelo desemprego ou trabalho precário, com base em experiências de organização da sociedade civil. Busca-se então descobrir quais os seus entraves e desafios principais e quais os elementos inovadores que elas trazem ao cenário institucional. O maior desafio dessa investigação decorre da interpretação teórica da atuação do poder público na esfera da Economia Solidária, como alternativa de desenvolvimento local e inclusão social.

Como objeto empírico, analisaram-se as bases institucionais e os processos de implemento e operacionalização do Programa *Oportunidade Solidária* da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), gestão 2001/2004. Para a elaboração de algumas referências de análise mais adequadas acerca de políticas públicas, optou-se por um estudo de tipo exploratório e pesquisa qualitativa, utilizando como insumos as publicações e os estudos acadêmicos sobre o programa em estudo, além de relatos e documentos internos referentes à gestão da PMSP.

1. Economia solidária e suas interpretações

Os estudos de Karl Polanyi (2000) sobre a formação e a supremacia dos mercados na sociedade moderna deixam claro como diferentes formas de sociabilidade levam à formação de diferentes institucionalidades e formas de estruturação da vida econômica. As relações impessoais de mercado como conhecemos hoje pertencem a certo tipo de sociabilidade que foi desenvolvida historicamente, não sendo, portanto, a única forma de estruturação da vida



Edilson Rocha

econômica. A economia enquanto esfera autônoma não existia, sempre esteve enraizada (*embedded*) nas relações sociais.

Dentre essas diferentes formas de estruturação da vida econômica, a formação de grupos com base no trabalho associativo é um fato cada vez mais frequente no cenário econômico brasileiro. A partir das relações de reciprocidade, muitos indivíduos, unidos por laços de parentesco ou de proximidade, constituem-se em grupos de interesses comuns no intuito de se inserirem economicamente em determinados mercados, apesar de não serem internamente regulados por relações mercantis de trabalho (assalariamento). As atividades desses grupos surgem a partir de iniciativas associando as partes envolvidas com a constituição de redes e espaços locais de trocas e de diálogos, os quais podem ser qualificados como *espaços de proximidade* (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2006).

Essa mobilização popular na formação de grupos produtivos e associativos de caráter suprafamiliares, embora não seja algo novo na História, apresenta recentemente uma nova "roupagem" política, sendo denominado por seus próprios atores envolvidos de Economia Solidária. Segundo Pinto (2006), a novidade dessas atividades econômicas associativas estaria exatamente no fato de que a própria forma coletiva do trabalho atuaria em favor da produção de vínculos sociais. Dessa forma, a Economia Solidária surgiu a partir de novas institucionalidades nas relações econômicas com vistas a proporcionar novas dimensões de participação social.

De maneira mais geral, a Economia Solidária pode ser definida como o conjunto das atividades que contribuem para a democratização econômica a partir do engajamento dos indivíduos, levando consigo princípios que perpassam a busca pela igualdade de oportunidades, a preservação do meio ambiente e a luta por justiça social e garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos. Segundo Singer (2000, pág. 13), surge como resposta às contradições do sistema capitalista e às imperfeições de mercado, onde uma parcela da população que se encontra excluída do mercado de trabalho busca sua sobrevivência. São múltiplas as iniciativas que a caracterizam, tais como as empresas autogestionárias, com seus grupos coletivos de trabalhadores organizados com base na democracia nas tomadas de decisões, além de diversas outras formas de associativismo e cooperativismo na organização socioproductiva. Seus princípios básicos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores; destinação do excedente anual por critérios acertados entre todos os cooperadores.

Gaiger (2006) apontou que a cooperação na esfera do trabalho, uma vez internalizada como prática cotidiana, propicia fatores adicionais de eficiência em favor do empreendimento, contribuindo para sua viabilidade. Essa simbiose possível entre solidarismo e empreendedorismo econômico é comprometida quando se observa que, em regra geral, os setores das atividades nos quais se situam os empreendimentos são demandantes de força de trabalho minimamente qualificada, pouco especializada e, por conseguinte, pouco valorizada. Nesse caso, os efeitos positivos do trabalho cooperativo são reforçados quando ocorre a incorporação de saberes profissionalizados e sua transferência interna para os demais membros do grupo. Sobre esse ambiente, a emergência de processos autogestionários no interior dos empreendimentos torna-se o elemento caracterizador dessas formas organizativas.

Para França Filho e Laville (2006), a organização econômica e a mobilização dos recursos em uma ótica solidária e cooperativa possuem como principal finalidade não só a manutenção imediata de seus atores, chamada de "reprodução simples da vida", mas principalmente a ultrapassagem dessa fase em direção de uma "reprodução ampliada". Dois aspectos atuam conjuntamente nessa busca: a

demanda da participação ou engajamento das pessoas nos projetos, o que remete ao grau de mobilização popular inerente a tais projetos; e o modo de organização do trabalho, que se encontra essencialmente baseado na cooperação. Entre os principais desafios que esses autores enumeram para se consolidar tais projetos está colocado o desafio do reconhecimento público sobre a especificidade desse campo de práticas, que se acompanha da necessidade de construção de um novo quadro geral.

A Economia Solidária desponta, portanto, como uma proposta alternativa de organização associativa do trabalho e da produção (dada a hegemonia das relações de trabalho assalariadas) em busca de novas estratégias de inclusão social. O debate em torno de sua compreensão e seu papel na sociedade contemporânea vem ganhando destaque não apenas no Brasil, mas em praticamente todos os países da América Latina e também na Europa. As definições, embora convirjam em termos de condições básicas para a caracterização de uma iniciativa ou empreendimento de Economia Solidária, divergem principalmente no tocante à capacidade de transformação do cenário macrossocial sobre o qual incide. Enquanto alguns teóricos assinalam tais iniciativas como respostas pontuais de grupos populares isolados e em situação de extrema exclusão social, outros chegam a apontá-las como instrumentos concretos para um avanço rumo à superação do capitalismo. O quadro abaixo traz um resumo das idéias de alguns dos principais teóricos latino-americanos que são referências sobre essa temática.

Quadro 1 – Síntese das concepções dos principais autores latino-americanos sobre Economia Solidária.

Pesquisador (País)	Concepção de Economia Solidária
Paul Singer (Brasil)	Singer aborda a emergência da Economia Solidária sob a ótica da exclusão social. O enfraquecimento do assalariamento industrial e a tendência ao desemprego ou precarização do trabalho provocaram a busca por alternativas para a geração de trabalho e renda à população afetada. Para ele, o declínio da participação dos assalariados configura-se em tendência clássica do desenvolvimento do capitalismo. Resgatou uma crítica operário-socialista ao capitalismo, na qual a economia fosse solidária ao invés de competitiva, onde não houvesse exclusão involuntária. Passa então a tratar sobre sistemas de cooperativas de produção e consumo como unidades fora do sistema público e do setor privado. A Economia Solidária para Singer é, portanto, entendida como um fenômeno histórico, que congrega uma variedade de formas de organização de trabalhadores que foram surgindo desde a Revolução Industrial com o objetivo de superar a exclusão social provocada pelo desemprego. Acredita na eficiência da autogestão com alternativa para a melhoria das condições de trabalho e emancipação dos trabalhadores e reconhece a Economia Solidária com um novo modo de produção e distribuição.
Luiz Razeto (Chile)	Propõe o termo <i>Organizaciones Económicas Populares</i> (OEPs) para designar iniciativas associativas que tenderiam a uma consciência de solidariedade e seriam orientadas para as necessidades integrais (e não só econômicas) dos membros do grupo. Enquanto iniciativas populares, as OEPs se caracterizam não pela posse de capital, mas pela carência deste: a distribuição dos excedentes costuma atender apenas o mínimo para a subsistência e a valorização do trabalho, ao invés do capital, aponta para a tendência à produção associada. Razeto foi um dos primeiros autores, ainda em 1984, a enfatizar a ideia de <i>economía de solidariedade</i> , chamando atenção para sua dimensão ética e até espiritual, sob uma perspectiva cristã. Em formulações mais recentes, ele agrega dimensões políticas, vinculando a economia de solidariedade também às formas coletivas das lutas por transformações sociais, por direitos humanos e das minorias, por questões ecológicas e por um desenvolvimento alternativo e por direitos de cidadania.
José Luiz Coraggio (Argentina)	Entende que a economia popular (conjunto de atividades dos que dependem do trabalho para atender suas necessidades de sobrevivência) não corresponderia a uma economia de solidariedade porque, além de seu papel mais redistribuído do que criador de riquezas, ainda é segmento integrado e em parte culturalmente subordinado ao capitalismo. Coraggio propõe que a economia popular se desenvolva até se transformar em uma economia do trabalho, que exista em interação contraditoriamente complementar com o capital, limitando seu poder e obrigando-o a assumir outras responsabilidades sociais. Não se trata de substituir o sistema capitalista, mas chegar a um sistema misto, composto de três subsistemas (economia pública, empresarial e do trabalho), em que a economia do trabalho alcance condições e recursos equiparados aos dos outros dois para distribuir estruturalmente com mais igualdade e voltar-se para a solidariedade.
Aníbal Quijano (Peru)	Dois conceitos são fundamentais em sua análise: a <i>reciprocidade</i> , relativa ao estabelecimento de relações econômicas fora do mercado e entre sujeitos socialmente iguais, e a <i>comunidade</i> , que ele define como “modo de organização e gestão coletiva onde todos os membros, individualmente, se consideram socialmente iguais”. Quijano enfatiza que unidades organizadas <i>unicamente</i> segundo princípios de reciprocidade e comunidade constituem um setor consideravelmente menor dentro do universo da economia popular. Embora ao contrário de Razeto, compartilha da visão mais cautelosa de autores que reconhecem a importância de organizações como as OEPs entre os setores populares, porém percebem nelas tensões entre as práticas comunitárias e persistência parcial ou total da lógica capitalista.
Orlando Nuñez (Nicarágua)	Retoma a tradição marxista para propor a Economia Solidária como um projeto de emancipação que não pode ser compreendido fora de contexto revolucionário que lhe dê sustentação. Segundo ele, o que diferencia a Economia Solidária em relação às revoluções anteriores está em não ser preciso esperar pela tomada do poder político, pois “ela mesma é parte da tomada do poder político, ela mesma é parte da revolução, ela mesma é parte da transição e da construção do socialismo”. Nuñez identifica dentro da economia popular solidária novos sujeitos que adotam a propriedade social, em experiências marcadas por duas características principais: o <i>associativismo</i> , porque as pessoas decidem se agrupar para realizar de forma horizontal e conjunta uma atividade que combina esforços individuais e coletivos; e a <i>autogestão</i> , porque as pessoas exercem seu direito ao autogoverno, individual e coletivo, e participam da administração de seus recursos, sem intervenção de autoridade exterior e sem hierarquia interna.

<p>Luis Inácio Gaiger (Brasil)</p>	<p>Para esse pesquisador, as iniciativas econômicas solidárias representam uma opção ponderável para os segmentos sociais de baixa renda, fortemente atingidos pelo quadro de desocupação estrutural e pelo empobrecimento. Contudo, o autor criticou as “formulações mais audaciosas” de autores como Singer que associam a Economia Solidária a um “novo modo de produção, não capitalista”, a seu ver, sob uma insuficiente explicação conceitual. Assim, sob uma perspectiva menos otimista, Gaiger (2003) entende a Economia Solidária como uma “forma social de produção específica”, que embora contraste com a forma típica do capitalismo, convive conjuntamente, “para subsistir em formações históricas ditadas pelo modo de produção capitalista”.</p>
----------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Organizado a partir das obras de SILVA (2006) e CUNHA (2002; 2003).

2. Economia solidária e suas manifestações

Os empreendimentos autogestionários configuram-se na célula básica da Economia Solidária, podendo assumir a forma de cooperativas de produção, crédito e prestação de serviços, grupos informais de negócios solidários, associações comerciais ou de produtores, empresas em processo falimentar recuperadas por seus trabalhadores e geridas sob a autogestão, empresas e agroindústrias familiares articuladas em redes de cooperação, além de mutirões, clubes de troca, redes solidárias, entre outras. Para Pochmann (2003), mesmo havendo um contexto institucional desfavorável no que tange ao reconhecimento das formas autônomas e associativas, a Economia Solidária mantém-se como um movimento de resistência social e como espaço público de construção e estabelecimento de outras relações socioeconômicas.

Podem-se encontrar inúmeros exemplos no mundo de iniciativas cooperativistas de sucesso. Uma delas é a experiência dos *kibutzim*, em Israel. Outro exemplo, talvez a maior experiência de sociedade autogestionária do mundo até hoje, é o Complexo Cooperativo de Mondragon, ao norte da Espanha. Conta com um conjunto de mais de 100 cooperativas e mais de 50 mil postos de trabalho, além de um banco, a *Caja Laboral Popular*, um hospital e uma universidade, a Escola Politécnica (SINGER, 2000; 2002; SOUSA SANTOS, 2002).

No Brasil também existem várias organizações que atuam no plano do fomento e fortalecimento das formas de expressão da Economia Solidária. São estruturadas como Organizações Não Governamentais (ONG's), Incubadoras Tecnológicas Universitárias de Cooperativas Populares (ITCP`s), Movimentos Sociais, Fóruns Nacionais e Estaduais, entre outros. Um marco importante foi a constituição, durante o 1º Encontro Nacional de Trabalhadores em Empresa de Autogestão, em 1994, da Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas Autogestionárias (ANTEAG), no intuito de fomentar as idéias de autogestão e cooperativismo no território nacional. A ANTEAG originou-se do movimento sindical e acabou transformando-se em uma organização de apoio aos trabalhadores empenhados na conversão de empresas capitalistas em cooperativas solidárias (SOUSA SANTOS, 2002).

As ITCP`s também apresentam um papel importante no fomento da Economia Solidária. Elas atuam via programas de extensão universitária no combate ao desemprego e à exclusão do trabalho. Seu desenho institucional já disseminado em nível nacional traz novos elementos para um debate no campo das políticas públicas e das práticas e conflitos relacionados com o futuro do trabalho e com a redistribuição de renda, proporcionando uma maior aproximação entre ensino, pesquisa e extensão nos territórios sobre os quais atuam os centros universitários.

No meio rural, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é uma organização social que cultua nos assentamentos rurais em que atua a questão

da organização do trabalho em cooperativas. Já em torno do movimento sindical rural foi criada em 2004 a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), que congrega atualmente cerca de 800 cooperativas nos ramos de produção, serviços e crédito. Outra iniciativa de destaque refere-se às ações da Igreja Católica, que passaram a desenvolver diversos projetos comunitários¹ e a fomentar o que, até então, era intitulado de economia popular.

Entre 2005 e 2007, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) realizou, conjuntamente com outras organizações da sociedade civil, o primeiro Mapeamento Nacional de Solidária com o objetivo de formar um sistema nacional de informações para um maior entendimento da realidade da economia solidária no Brasil. A pesquisa foi realizada em 2.934 municípios (52% dos municípios brasileiros), e foram identificados 21.859 empreendimentos econômicos solidários (EES). Esses EES envolvem cerca de 1.687.035 trabalhadores e trabalhadoras. Deste total, 63% são homens e 37% são mulheres. A região na qual se identificou maior número de EES foi o Nordeste brasileiro (43%), seguido pelo Sudeste (18%); Sul (16,5%); Norte (12%) e Centro-Oeste (10%). Dentre as atividades econômicas citadas, 41% dos EES exercem atividades voltadas para a agropecuária, extrativismo e pesca; 17% alimentos e bebidas; 17% artefatos artesanais; 10% têxtil e confecções, 7% serviços; 2% atividades industriais, 2% coleta e reciclagem de materiais, 2% fitoterápicos, limpeza e higiene, 1% crédito e finanças solidárias e 2% outras atividades (produção e serviços).

3. A emergência da economia solidária na esfera pública

O processo de reestruturação produtiva e acumulação flexível que se iniciou nas décadas finais do século XX indicou uma nova etapa do capitalismo global. Essa fase afetou diretamente o emprego industrial, que passou a definhir, gerando uma imensa massa de desempregados que não conseguiam mais se inserir no mercado de trabalho. O fenômeno da precarização e informalização do trabalho, ou seja, as formas de trabalho sem registro formal que resultam na redução na renda e nos direitos dos trabalhadores passou a representar parte significativa do mercado de trabalho.

Com isso, a questão do trabalho voltou a estar no centro das discussões do desenvolvimento brasileiro, cabendo ao Estado o planejamento das ações com vistas a criar um ambiente favorável para o combate ao desemprego. Ao mesmo tempo, garantiu-se uma série de proteções sociais às famílias afetadas pelo desemprego e em situação de vulnerabilidade social, sobretudo após a Constituição Federal de 1988.

No entanto, o campo das políticas públicas na área de trabalho vislumbrava exclusivamente a esfera do emprego, sem se ater a possibilidades de geração de trabalho e renda fora do paradigma da relação assalariada clássica. Um dos principais eixos de intervenção estatal era a questão da qualificação profissional, baseada na disseminação massiva de cursos de capacitação técnica visando a um aumento das condições de empregabilidade da mão de obra disponível. Essa tomada de ação tinha implícita a concepção de que o desemprego era exclusivamente um problema de baixa qualificação da mão de obra.

França Filho (2006) criticou essa visão ao discorrer sobre a existência de diversas estratégias de intervenção estatal que objetivam melhorar as condições de trabalho. Essa diversidade exige uma série de compreensões para sua definição,

¹Destaque nesse sentido para as ações desenvolvidas pela Cáritas Brasileira com o apoio a diversos projetos comunitários, os chamados Projetos Alternativos Comunitários (PACs).

tais como o nível de estruturação e lugar determinado à política na arquitetura governamental, a concepção e participação social na política, e seu modo de implementação em relação ao conjunto do território nacional. Com base nessa problematização, o autor propôs um salto da percepção de tais políticas: “da noção de políticas de emprego para a idéia de políticas de geração de trabalho e renda” (p. 261).

Entende-se então que o contexto sob o qual as políticas públicas de Economia Solidária surgem é esse: a atuação das esferas estatais no sentido de apoiar a auto-organização econômica de grupos de trabalhadores sob uma ótica diferente daquela centrada no assalariamento. A título de ilustração, França Filho (2006) descreveu duas macroconcepções de política pública de Economia Solidária que em geral são identificadas enquanto políticas de geração de trabalho e renda. A primeira é chamada de *insercional-competitiva*. Embora ela insista na importância da qualificação profissional, traz em seu bojo uma crítica à visão anterior por considerar a qualificação como um fim em si. Segundo essa concepção, as ações de qualificação devem ser pensadas e elaboradas não apenas em função de um acompanhamento das tendências de mercado, mas também enfatizando a necessidade de organização da economia informal em uma perspectiva de inserção socioeconômica.

A segunda concepção, denominada *sustentável-solidária*, insere-se no esforço de construção de estratégias de desenvolvimento que visa ao fortalecimento de circuitos socioprodutivos locais integrados às distintas dimensões (social, cultural, política e ambiental) de um contexto territorial específico. Com isso, os empreendimentos a serem constituídos passam a apresentar uma dupla importância: uma é econômica, no sentido de serem socioprodutivos, gerando trabalho, renda e permitindo a circulação local de riquezas; a outra, política, por constituírem formas de intervenção em um espaço público. De acordo com Cunha (2002), é nesse sentido que muitos autores falam em *sinergia Estado-sociedade*, uma relação em que a participação da sociedade civil fortalece as instituições estatais e as instituições estatais eficazes criam um ambiente onde o engajamento coletivo da sociedade civil tende a prosperar.

Enquanto políticas de geração de trabalho e renda, as ações de Economia Solidária se situam inevitavelmente em uma perspectiva de combate à pobreza e desigualdades sociais, incidindo, sobretudo, em categorias sociais marginalizadas. Talvez resida nesse fato o principal desafio para tais políticas, já que esse público está bem mais propenso a apresentar maiores graus de dispersão, desmobilização e desorganização social, além de baixa auto-estima e baixos índices de capital humano. Além disso, quanto maior a situação de vulnerabilidade em que uma família se encontra, maiores serão suas dificuldades adaptativas. Tal grau de exclusão demanda ações integradas de governo e cada vez mais apropriadas à ampliação do acesso aos direitos de cidadania (POCHMANN, 2003).

Nesse sentido, França Filho (2006) apontou que a intervenção por meio de políticas públicas em grupos locais profundamente fragilizados apresenta uma natureza particular, de forma que seus efeitos e resultados remetem ao médio e longo prazo. Para o autor, deve-se estimular em um primeiro estágio o fortalecimento de um processo de auto-organização coletiva, tendo em vista a organização de grupos informais e redes sociais existentes ou com possibilidades de formação, até evoluir para iniciativas de apoio ao associativismo e cooperativismo. Esse seria o caminho proposto para o deslocamento da ênfase nas noções de assistência para uma estratégia voltada à emancipação social e desenvolvimento local.

Schwengber *et. al.* (2006) apontaram a existência de duas dimensões complementares sob as quais devem ser definidas estratégias públicas de apoio à Economia Solidária, sendo elas:

[...] a **do real**, que comporta as experiências, as vivências, as iniciativas econômicas solidárias protagonizadas por empreendimentos, entidades civis, universidades, programas governamentais, entre tantos outros atores. Esta dimensão é permeada de conflitos, contradições e ambigüidades, esperanças e desesperanças. A outra dimensão é a do projeto político, ou **da utopia**, onde se inscrevem nossas teses idílicas de possibilidades de redenção do trabalho e das relações sociais subordinadas. Uma espécie de horizonte a ser transplantado (p. 145).
(grifo meu)

No entanto, assim como em outras práticas democráticas, as políticas públicas de Economia Solidária esbarram em outras dificuldades e limites que podem comprometer os resultados positivos de suas experiências. Essas dificuldades são mais visíveis e expressivas no plano municipal. Conforme expôs Cunha (2002), as principais problematizações são:

- *Fatores macroeconômicos*: os projetos de desenvolvimento local têm possibilidades de atuação limitada no enfrentamento de problemas estruturais graves, como desemprego e baixa qualidade de vida, que são determinados por fatores macroeconômicos nacionais ou mesmo internacionais.
- *Falta de recursos para investimentos*: apesar dos esforços de descentralização tentados na América Latina desde meados da década de 1980, a autonomia municipal ainda é limitada tanto legal quanto financeiramente em relação aos níveis federal e estadual.
- *Persistência de elementos clientelistas e assistencialistas nas relações políticas*: apesar de importantes conquistas democráticas e crescente mobilização social, os padrões históricos de relação Estado-sociedade no Brasil ainda possuem elementos clientelistas e personalistas, que dificultam a emergência da sociedade civil auto-organizada.
- *Descentralização inconclusa e desarticulada*: os esforços de descentralização político-administrativa têm se revelado insuficientes para garantir autonomia aos governos locais para que implantem práticas democráticas inovadoras.
- *Desarticulação entre secretarias, órgãos e programas*: a falta de coordenação e comunicação dentro do governo, tanto entre os tomadores de decisão quanto entre os agentes que executam os programas, pode prejudicar programas que envolvem ações de diferentes áreas.
- *Falta de formação e informação sobre objetivos e metodologia dos programas*: é comum haver grande diferença de visão sobre objetivos políticos entre os formuladores de políticas públicas, que desenham a estrutura dos projetos, e os agentes que atuam na base dos programas, junto à comunidade. Como consequência, práticas assistencialistas continuam a ser observadas dentro de projetos desenhados para apresentarem potencial emancipatório.
- *Risco de descontinuidade dos projetos*: no início, as comunidades costumam depender mais das ações governamentais, por isso a mudança na gestão pode acabar com o trabalho desenvolvido. Na maioria das vezes, projetos iniciados ou apoiados pelo poder público são abandonados ou extintos quando o governo é substituído por outro com orientação política distinta, daí a importância de garantir a autonomia destes projetos.

Com o objetivo de fomentar o debate público acerca da formulação de políticas e programas governamentais no âmbito da Economia Solidária, foi constituída em 2003 a *Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária*, contando

inicialmente com 36 administrações. No entanto, a rápida disseminação das experiências de Economia Solidária no país, a Rede de Gestores se expandiu rapidamente, e em 2007 já contava com 87 administrações, sendo 80 municipais e sete estaduais. De acordo com Ângela Schwengber, coordenadora e secretária executiva da Rede de Gestores até dezembro de 2007, a maior parte dessas administrações iniciou seus programas de Economia Solidária a partir de 2000. De qualquer forma, desde a primeira administração pública a executar uma política de Economia Solidária, em 1994, houve grande expansão no número de administrações implementando essas políticas (BITELMAN, 2008).

Sobre os fatores que levaram a essa expansão, Bitelman (2008) se reportou a Farah (2006) para enumerar algumas explicações no processo de disseminação das políticas públicas:

- 1) As características intrínsecas da inovação, ou seja, sua capacidade de resolver problemas.
- 2) A natureza do problema, e se ocorre em outros locais.
- 3) A percepção do problema como prioritário.
- 4) A convergência entre a agenda de políticas públicas das localidades de onde provêm e a daquelas para onde se disseminam as políticas.
- 5) O acesso à informação sobre as políticas inovadoras, por meio de seminários, consultoria, organizações internacionais, premiações de políticas inovadoras e redes.
- 6) O processo de seleção de políticas no local, que inclui incentivos políticos, incentivos financeiros, estrutura institucional, características estruturais do local, *path dependency* e ideologia.

No entendimento da mesma autora, novas estratégias de políticas públicas surgem para suprir demandas que já não são resolvidas por políticas anteriores e para dar soluções para momentos específicos do mundo do trabalho e seus desafios sociais, que constantemente se diversificam e se transformam. Além disso, os diversos conjuntos de políticas podem combinar-se de formas variadas conforme o território ou a gestão eleita nos governos locais. Essas combinações podem variar inclusive no âmbito de uma mesma secretaria, dependendo de arranjos institucionais de cada local.

Também em 2003, foi constituída a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), pasta ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego, institucionalizando essa temática no Brasil em nível federal. A SENAES surgiu a partir de uma ampla mobilização dos movimentos sociais que atuam em diversas áreas da sociedade brasileira. Essa mobilização de diferentes setores sociais no país já havia desencadeado o surgimento do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), em 2002. Segundo o documento *Economia Solidária em Desenvolvimento*, a SENAES traz em sua origem a expectativa de fortalecer as iniciativas de Economia Solidária na sociedade brasileira, fazendo com que elas cada vez mais consolidem uma organização com poder de representação ampla e legítima dos empreendimentos, entidades, organizações e movimentos sociais que atuam na proposta da Economia Solidária. Desde então, diversos outros ministérios e organismos do Governo Federal brasileiro passaram a desenvolver programas que se coadunem com a proposta da Economia Solidária, tais como o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, no apoio aos empreendimentos de agricultura familiar, e o Ministério do Meio Ambiente, com o apoio a empreendimentos de extrativistas e de reciclagem.

Antes mesmo das experiências de políticas públicas no Governo Federal, entretanto, diversos programas de governo foram surgindo no âmbito estadual e municipal, principalmente sob administração do Partido dos Trabalhadores (PT). O

primeiro programa realmente estruturado surgiu com a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao governo do Rio Grande do Sul (1998-2002): trata-se do Programa de Economia Popular Solidária (ECOPOPSOL) no governo estadual. Esse projeto foi pioneiro no país na definição da Economia Solidária como estratégia de política pública. Entre seus principais eixos estavam: formação em autogestão; capacitação profissional; financiamento; comercialização; e incubação de empreendimentos.

No âmbito municipal, destacou-se especialmente o Programa *Oportunidade Solidária* da Prefeitura Municipal de São Paulo devido ao grande desafio de ser implementado no seio da maior metrópole do país. A seção seguinte trata exclusivamente de seus detalhes.

4. O programa oportunidade solidária

4.1. Aspectos analíticos gerais

Esta seção descreve o exercício de análise e avaliação dos principais pontos propostos, as inovações e os desafios do Programa *Oportunidade Solidária* (OS) executado pela Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) entre os anos 2001 e 2004. Procurou-se proceder à avaliação de forma a não transformá-la em um mero exercício estatístico, ou seja, não se ateuve à necessidade de dados quantitativos para medir impactos e resultados, por exemplo, em relação à geração de emprego e à melhoria de renda, embora não se tenha negligenciado as informações quantitativas disponíveis.

As análises focaram-se em quatro eixos, divididos nos dois próximos tópicos: concepção do programa, engenharia da intervenção, estruturação e operacionalização das ações propostas. Por fim, condensaram-se em um último tópico os principais limites e desafios enfrentados pelo programa e que foram diagnosticados nesta pesquisa.

4.2. Concepção e engenharia da intervenção pública

A política de fomento à Economia Solidária no município de São Paulo teve início em 2001, com a ascendência do Partido dos Trabalhadores à Prefeitura Municipal, e o lançamento do OS. Esse programa estava sob a coordenação da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (SDTS). A perspectiva da criação da SDTS surgiu no governo como alternativa aos modelos tradicionais de *secretaria fim*, departamentalizada e setorializada em uma gama de pequenos programas, com elevado custo administrativo e baixa eficácia, ou de *secretaria meio*, geralmente contaminada por lógicas de focalização ante a necessidade da universalização da inclusão social (POCHMANN, 2003).

O Programa *Oportunidade Solidária* foi pensado originalmente como uma via coletiva de geração de trabalho e renda por intermédio de novos empreendimentos associativos e individuais, com ênfase maior para os associativos. Não foi concebido, porém, como um programa isolado, e sim, como parte de uma estratégia integrada de intervenção pública visando à inclusão social, com foco no combate ao desemprego, à pobreza e à desigualdade de oportunidades. Segundo Bitelman (2008), embora São Paulo pudesse contar com a experiência de algumas gestões anteriores em outras localidades, sua gestão

aprendeu na prática, ao desenvolver o programa em conjunto com instituições parceiras e a equipe que o implementou.

A estratégia de políticas para a inclusão social da Prefeitura Municipal de São Paulo, coordenada pela SDTS, foi elaborada com base em três grandes eixos programáticos que se desmembravam em um conjunto de nove programas sociais. De acordo com Gomes e Alves (2005), esses projetos foram formulados de maneira interligada e buscavam uma ação conjunta. O pensamento central era que essa estratégia pudesse não apenas garantir a universalização do acesso à população necessitada, mas também permitir o “rompimento da lógica assistencialista e residual de ações setorializadas e com sobreposições de funções” (POCHMANN, 2003: p. 36). Os três eixos programáticos foram assim estruturados:

Primeiro eixo: dedicado aos programas de natureza distributiva, que permitem a complementação da renda das famílias suficientemente para superarem a linha de pobreza. Compõem esse eixo os programas: *Renda Familiar Mínima*; *Bolsa Trabalho*; *Operação Trabalho* e *Começar de Novo*.

Segundo eixo: engloba os programas de cunho emancipatório que operam simultaneamente para os beneficiários dos programas redistributivos. São eles: Programa *Oportunidade Solidária*; *Central de Crédito Popular (Banco São Paulo Confia)* e *Capacitação Ocupacional*.

Terceiro eixo: este, por fim, congrega as ações de apoio ao desenvolvimento local, de alocação de trabalho e intermediação de negócios, especialmente nos distritos onde se localizam os beneficiários dos programas redistributivos. Os programas que o compunham eram: *Desenvolvimento Local* e *São Paulo Inclui*.

A inovação dessa estratégia situa-se justamente na busca pela integração e articulação de ações nos seus diferentes programas. A definição e adoção de critérios para o público a ser atendido, sobretudo os pobres e desempregados, foi também um fator positivo, pois elimina o personalismo das ações públicas e o favorecimento de certos grupos ou indivíduos a revelia de seu gestor. A figura 1 abaixo esquematiza de forma resumida toda a engenharia da estratégia, bem como resume os principais detalhes e critérios de cada programa.

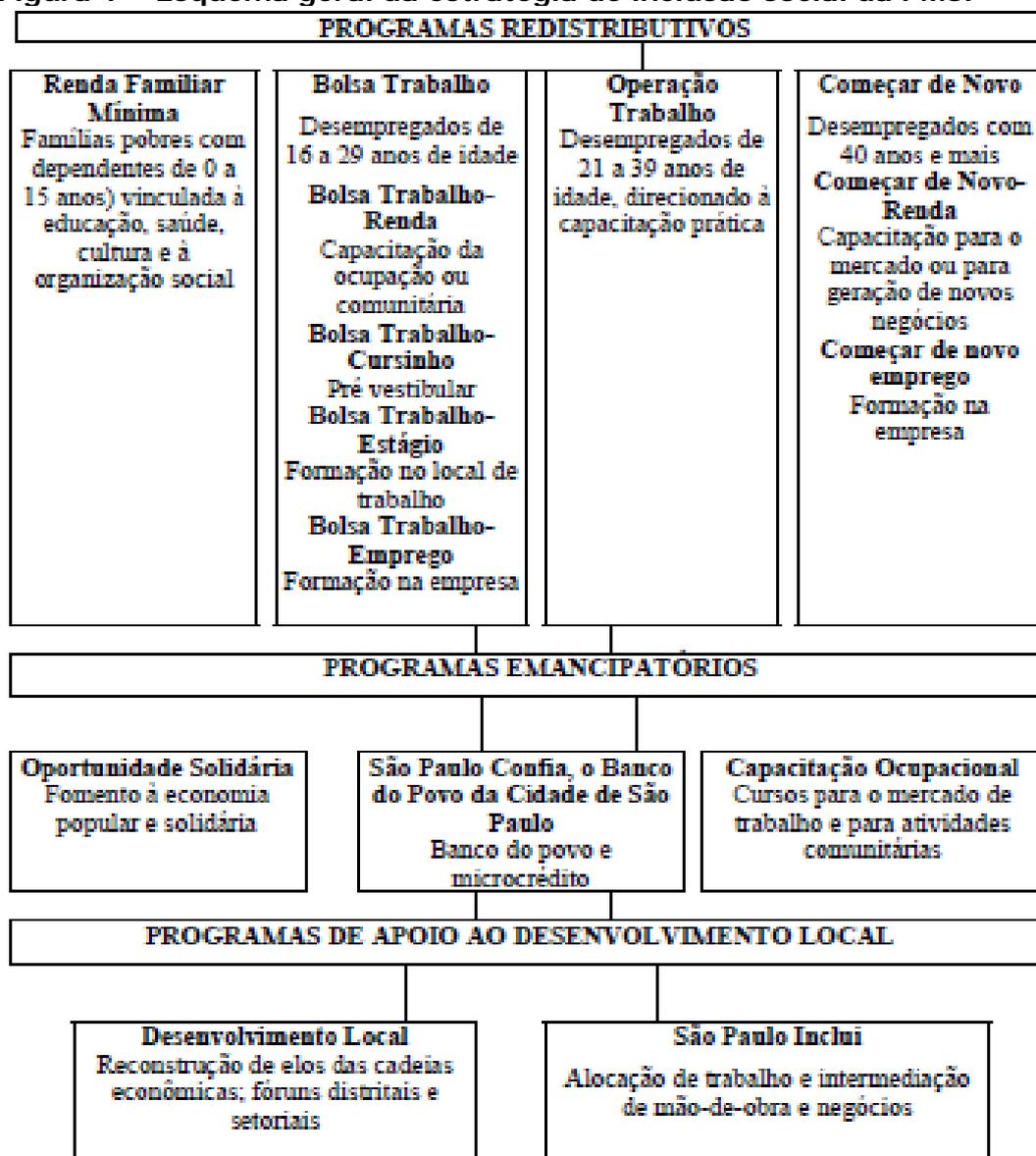
Durante a atuação da SDTS, uma série de parcerias foi sendo construída para a concepção e gestão dos programas. No plano interno, destaca-se o formato da gestão dos programas de apoio técnico, contando com a presença de organismos internacionais na implantação de metodologias inovadoras para a formação cidadã e desenvolvimento regional. No externo, combinou-se com diversos atores e organismos governamentais e não-governamentais a implantação e o desenvolvimento dos nove programas que fazem parte da estratégia de inclusão social. A partir da descentralização da autoridade e gestão colegiada, logrou-se o gerenciamento participativo das ações da secretaria com diversos mecanismos de participação dos atores sociais, tais como comissões intersecretariais, comissões temáticas, grupos de trabalho, fóruns setoriais e distritais, entre outras.

Por fim, os programas da SDTS exigiram a constituição e disponibilização de uma enorme quantidade de informações sobre os cidadãos paulistanos, as atividades de qualificação oferecidas e os benefícios concedidos. Criou-se então, na estrutura funcional da secretaria, a área de Gestão da Informação, voltada ao gerenciamento dos dados referentes à implantação, gestão e acompanhamento de todos os programas. A principal atividade foi a construção de um banco de dados informatizado – o *Banco de Dados do Cidadão* – capaz de viabilizar um tratamento flexível e transparente aos beneficiários dos programas coordenados pela SDTS, além de permitir a interface com as demais áreas de governo (municipais, estaduais e federais), com a sociedade civil (ONG's parceiras), com o sistema financeiro e com os meios de comunicação. Institucionalmente, o papel

da área de Gestão da Informação para tornar viável os resultados partia de três ordens de questões: 1) viabilizar de forma ágil e transparente a inserção direta e indireta de centenas de milhares de cidadãos nos programas da SDTS; 2) acompanhar a evolução desses cidadãos face a esses programas e 3) avaliar o impacto dos programas junto ao tecido econômico, social e político do município (POCHMANN, 2003).

Até o final de sua gestão, em 2004, a SDTS atendeu, no conjunto de seus nove programas, um total de 492 mil pessoas, com uma estimativa de beneficiários diretos e indiretos em torno de dois milhões de pessoas. O valor total pago em benefícios monetários foi na casa de R\$ 708 milhões, enquanto que os programas de microcrédito foram responsáveis pela injeção de mais R\$ 17 milhões em empréstimos (BITELMAN, 2008). Esses números por si já demonstram a complexidade e vultuosidade do trabalho de integração de políticas sociais que a SDTS se propôs a fazer.

Figura 1 – Esquema geral da estratégia de inclusão social da PMSP



Fonte: Schwengber *et. al.* (2006)

4.3. Estruturação e operacionalização do Programa Oportunidade Solidária

Como visto anteriormente, o Programa *Oportunidade Solidária* (OS) compunha o eixo dos programas emancipatórios da estratégia de inclusão social da SDTS. Suas ações voltavam-se prioritariamente ao público beneficiário dos programas redistributivos que, após passar por um módulo básico de dois meses de formação em ética, cidadania e cultura política e econômica, poderia optar por participar em módulos específicos de 4 a 24 meses nas áreas de aprendizagem em empreendedorismo solidário, coletivo e individual, pelo OS. Essas pessoas poderiam, inclusive, ter também acesso a capacitações para trabalho assalariado, autônomo e de atividades comunitárias no Programa *Capacitação Ocupacional*.

O OS teve suas atividades iniciadas em agosto de 2001, logo no primeiro ano de governo e foi concebido no intuito de ir além de um programa de capacitação. Sua meta era combater o desemprego e a pobreza na maior cidade do país, mas de uma forma diferente da lógica do assalariamento, no sentido de fornecer aos grupos de trabalhadores o apoio necessário para a constituição de empreendimentos autogestionários, fomentando assim a cooperação e a Economia Solidária (cooperativismo, associativismo, redes e outras formas) e a economia popular (micro e pequenos negócios individuais e/ou familiares).

Nesse sentido, o programa se encaixa na tipologia descrita por França Filho (2006) como *sustentável-solidária*, por estar ligado também às ações posteriores de desenvolvimento local. Além disso, a idéia era que os empreendimentos que fossem surgindo por intermédio do OS poderiam obter apoio financeiro junto a Central de Crédito Popular (*São Paulo Confia*), que fornecia créditos a juros compatíveis com a capacidade de pagamento para o início e desenvolvimento dos pequenos negócios.

A participação dos diversos atores sociais na execução do programa ocorreu com base nos seguintes mecanismos:

- *Comissão de Desenvolvimento Solidário*: constituído por organizações sindicais dos trabalhadores, representantes dos empresários, das cooperativas e/ou empresas de autogestão, das universidades e/ou instituições de pesquisa, além de representantes da PMSP. Seu principal desafio era buscar condições de viabilidade e sustentabilidade dos empreendimentos populares e grupos de Economia Solidária;
- *Grupo de Trabalho das Instituições Parceiras Incubadoras*: formado pela coordenação do programa e pelo conjunto de instituições parceiras incubadoras de empreendimentos autogestionários. Seu objetivo era estabelecer ações conjuntas para o implemento do programa, a definibilidade e avaliação da estratégia de incubação;
- *Grupo Intersecretarial da Área Jurídica*: formado por procuradores e assessores jurídicos de diversas secretarias municipais que estudaram formas de viabilizar a participação dos empreendimentos populares e solidários nos processos de compra PMSP, possibilitando a inserção destes nos mercados institucionais;

- *Entidades Parceiras do Oportunidade Solidária*: contou com um total de 15 entidades, entre instituições públicas, universidades, ONG's e entidades de classe. As ações dessas parceiras ocorriam no campo da formação, capacitação, organização e articulação de instrumentos de fomento e apoio ao desenvolvimento dos empreendimentos.

Segundo entendimento dos próprios gestores do programa, as ações do OS não deveriam ter um caráter massivo e nem os resultados seriam alcançados em um horizonte de curto prazo. Nesse caso, além das dificuldades e limitações inerentes ao próprio exercício da gestão pública, sua abrangência e eficácia dependeria, dentre outros fatores da adesão voluntária das pessoas (por se tratar de um programa de adesão opcional); do tempo de aprendizado que exige cada uma dessas formas de trabalho; do tempo para estabelecer a interação e confiança mútua entre os atores envolvidos para a criação dos empreendimentos associativos; do comprometimento das instituições parceiras do programa para a capacitação e assessoria dos novos grupos (POCHMANN, 2003).

Após os dois meses iniciais de formação, o público beneficiário escolhia em qual programa seguir. Aos que permaneciam no OS, as próximas etapas eram as seguintes:

1) *Pré-incubação* – essa etapa correspondia aos quatro meses seguintes de bolsa-auxílio dos participantes. O objetivo era despertar neles o “espírito empreendedor e a cultura solidária”, além de capacitá-los para a autogestão. Esperava-se que, ao final dessa etapa, os indivíduos estivessem organizados em grupos para a constituição de cooperativas e com um plano de negócios para algum tipo de atividade.

2) *Incubação* – etapa programada para os quatro meses seguintes, logo após a elaboração do plano de negócios. Com a incubação, os coordenadores esperavam estimular e assessorar a organização de redes entre os empreendimentos, promover a integração com outros atores locais, além de procurar novas fontes de financiamento para os empreendimentos.

3) *Pós-incubação* – começava com o início das atividades da cooperativa e consistia no aperfeiçoamento e consolidação dos instrumentos internos e externos ao empreendimento que iriam possibilitar a continuidade de suas atividades. Nesse momento, o apoio técnico era prestado pelas Instituições Parceiras Incubadoras (IPI's)², que atuavam como entidades executoras, não havendo data limite para a desvinculação do grupo com a IPI.

Ao todo, o OS esteve presente em 45 Distritos Administrativos no município de um total de 96. No total, foram contratadas 15 entidades executoras, além de centenas de agentes multiplicadores que trabalhavam na formação (CRUZ, 2006). As tarefas incumbidas às IPI's eram ministrar os cursos de pré-incubação, auxiliar a incubação e a pós-incubação, o controle de faltas dos beneficiários, além de participarem dos fóruns de coordenação do programa (GOMES; ALVES, 2005).

Segundo Cruz (2006), entre os trabalhadores que participaram de todos os programas da SDTS, cerca de 50 mil estiveram presentes no módulo de sensibilização para a Economia Solidária. Desse total, 17,8 mil, em torno de 35%, optaram por aderir ao OS, passando pela etapa de pré-incubação, dos quais 5.600 se organizaram para a formação de empreendimentos econômicos. Apesar de não haver dados sobre o número de empreendimentos solidários estabelecidos via o programa, as entidades executoras informam que houve uma consolidação de cerca de 10% das iniciativas pré-estruturadas.

² As IPI's eram constituídas por ONG's, Universidades e a ANTEAG, e cuja participação era regida pelo Termo de Compromisso e Cooperação (TCC), onde continham suas atribuições e as etapas de atuação no programa, além dos resultados esperados e o conteúdo mínimo dos cursos.

Quanto ao perfil do público que aderiu ao OS, pode-se destacar que 67% são mulheres; 2,5% eram analfabetos e 39,9% acessaram apenas os primeiros quatro anos do ensino formal; 43,8% estavam desempregados; 43% não possuíam casa própria; 33,6% tinham renda familiar mensal inferior a cem reais; e a faixa etária de maior concentração era entre 40 e 49 anos (48,4%), seguida de 20,8% de pessoas entre 50 e 59 anos (SCHWENGBER *et. al.* 2006). Esses dados evidenciam, além da fragilidade social de seu público, uma baixa concentração de jovens no programa.

Nos dois primeiros anos do programa, a natureza das atividades desenvolvidas pelos beneficiários concentrou-se em ocupações que exigiam baixa qualificação e, por conseguinte, geravam produtos e serviços de baixo valor agregado, como práticas relacionadas à culinária, como os restaurantes (31,3%); atividades comerciais em geral (29,7%); cuidado com idosos (14,1%); coletas seletivas e reciclagem de resíduos (10,9%) entre outros. Como um dos princípios dos programas emancipatórios da SDTS era valorizar a própria história dos beneficiários, grande parte das iniciativas partiu do conhecimento que eles já possuíam e da socialização de suas vivências individuais e coletivas (POCHMANN, 2003).

4.4. Principais desafios e limitações enfrentados pelo OS

Inicialmente, pode-se recordar mais uma vez da obra já citada de França Filho (2006) sobre as dificuldades inerentes aos programas de inclusão social com base em empreendimentos autogestionários, dado o nível de vulnerabilidade em que se encontra o seu público-alvo. Pode-se dizer então que o campo da Economia Solidária não se relaciona apenas com a geração de trabalho e renda, mas também com educação, cultura e outras áreas a partir das quais caberiam desenvolver ações conexas (COSTA, 2008). Sob essa ótica, os desafios para o sucesso da proposta do OS foram múltiplos.

Em termos de formação de negócios, poucas pessoas demandantes do programa tinham um perfil empreendedor ou possuíam alguma qualificação profissional para exercer atividades produtivas. Além disso, uma parcela significativa era composta por pessoas analfabetas, ou semi-analfabetas, ou analfabetos funcionais, requerendo ações adicionais de ensino-aprendizado. Para resolver parte desses problemas, a SDTS viabilizou, em parceria com a Fundação Telefônica e Telesp Celular, o projeto Bolsa Empreendedor, como forma de estimular a aproximação de centros produtores de conhecimento e tecnologia, por meio de bolsas a estudantes de graduação, o desenvolvimento de pesquisa voltadas à geração e transferência de tecnologias apropriadas ao desenvolvimento dos empreendimentos inseridos no OS. Ao todo foram desenvolvidos 125 projetos, envolvendo cerca de 200 estudantes de universidades e centros de estudo (SCHWENGBER *et. al.* 2006).

No campo metodológico da organização dos grupos para a cooperação, a grande dificuldade encontrada pelos agentes do programa referiu-se ao desconhecimento do público das idéias da Economia Solidária visto que não possuía a cultura de se organizar em cooperativas ou associações. Tal questão está exposta claramente pelo próprio Secretário:

Em São Paulo, face ao número de pessoas desempregadas, subempregadas ou que viveram a maior parte da sua vida realizando atividades econômicas temporárias, precarizadas, informais ou autônomas, ainda são poucos, especialmente entre os jovens, aqueles

que vislumbram formas outras de trabalho que não o subordinado/assalariado, informal ou trabalho autônomo de prestação de serviços. As formas de trabalho em autogestão, associativas, solidárias, cooperadas, familiar e outras que escapam ao tradicional emprego ainda são pouco atraentes para uma população que culturalmente foi formada para ter nele o modelo de êxito, de sucesso pessoal (POCHMANN, 2003: p. 141).

Esse ponto caracterizava um entrave cultural muito difícil de resolver. A primeira tarefa consistia então em estimular, orientar e apoiar esses grupos de pessoas a se organizarem, bem como capacitá-los para a afirmação econômica de seus empreendimentos. Os beneficiários recebiam uma bolsa em dinheiro durante os seis primeiros meses do programa como forma de incentivo para a participação nessa etapa, tida pelos agentes como fundamental para uma posterior viabilização de um empreendimento. Não há dados, entretanto, sobre a quantidade de pessoas que abandonou o programa após o fim do período de recebimento da bolsa durante os quase quatro anos de programa.

A questão burocrática interna também atrapalhou o andamento das atividades planejadas. A falta de recursos financeiros no início da gestão foi um fator que dificultou o início das atividades para o estabelecimento do programa. Com o projeto FAO/ONU, dispunha-se de recursos destinados à contratação de instituições parceiras, o que possibilitou a implementação e sua posterior ampliação. Outro problema inicial apontado foi a falta de experiência em gestão pública da equipe coordenadora de um programa de tamanha complexidade política como o OS (BITELMAN, 2008). Além disso, a dificuldade no cumprimento dos prazos dos contratos financeiros com as entidades parceiras não raro causou descompasso entre o início dos cursos com o final do prazo de recebimento de bolsa pelos beneficiários.

A falha em conseguir uma participação mais ativa dos participantes nas atividades do programa, o que mais uma vez remete ao desafio cultural de um programa como esse, também foi um problema sério para seu sucesso. Segundo a crítica de Gomes e Alves (2005):

Orientar o programa sob uma perspectiva errônea da emancipação transformou o projeto em um grande programa de pagamento de bolsa auxílio aos excluídos. O governo petista considerava seus programas emancipatórios, pois não pagava bolsa ao indivíduo, mas sim tentava criar condições para o sustento do cidadão, buscando criar um emprego para ele. Porém, a simples criação da cooperativa não levava a uma sustentabilidade do cidadão, uma vez que as cooperativas eram muito frágeis e incipientes, podendo se dissolver, deixando novamente o cidadão desamparado (s/p.).

Parra (2005), ao analisar os desdobramentos do OS, enumerou cinco pontos que formam o contexto das limitações enfrentadas pelo programa: a) dificuldades internas por não haver um consenso da importância em se investir recursos no fomento de empreendimentos autogestionários; b) rivalidades de cunho político-ideológico entre as IPI's, manifestadas por diferenças metodológicas ou pelo reconhecimento do "papel do Estado" comprometeram; c) falta de instrumentos institucionais que o próprio aparelho estatal sofre para prover uma estratégia de atuação política democrática; d) pouca relação direta dos beneficiários dos programas com o poder público, já que as ONG's na verdade faziam essa mediação entre os inscritos no programa e a administração municipal, o que dava

margem para distorções e e) inexistência de um movimento de Economia Solidária mais consolidado no município, que implicou em deficiência no nível de organização, mobilização e percepção política daqueles que efetivamente integravam os empreendimentos.

Por fim, Schwengber *et. al.* (2006) também destacaram dois desafios que incidiram diretamente na implementação e operacionalidade do OS, sendo um no plano imaterial e outro no plano físico. Sobre o primeiro, os autores citaram o desafio de estimular um sentido de pertencimento e um desejo de transformação, por parte de cada cidadão, da sua própria vida e da comunidade onde vive, com vistas ao rompimento de um legado histórico de subordinação, assistencialismo, clientelismo e descrença. Somente assim, segundo os autores, poderiam ser criados os “contextos favoráveis à organização socioeconômica coletiva e autogestionária entre pessoas que acabaram de se conhecer e que compartilham mais carência que recursos para construção de um projeto associativo” (p. 132). Em termos físicos, foi apontada a própria inexistência de equipamentos públicos disponíveis nas regiões de atuação, fruto da “grave precariedade e o abandono histórico das regiões mais periféricas” (p. 139), o que comprometeu o início de algumas atividades e exigiu tanto a constituição de parcerias com espaços privados como o investimento em infraestrutura pública para dar suporte à realização das ações previstas.

O grande mérito que teve a proposta do Programa *Oportunidade Solidária*, no entanto, foi ter inovado no sentido de inserir no campo das políticas públicas de trabalho e renda no município de São Paulo o fomento a práticas de protagonismo social e cooperativismo a um público extremamente carente e acostumado a ações assistencialistas e personalistas dos poderes públicos. O incentivo estatal a outra forma de organização, baseada no envolvimento local, na participação e protagonismo de grupos excluídos, ainda dentro de uma estratégia bem elaborada e articulada a outros programas sociais, era até então algo inédito para o cenário político paulistano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise específica do Programa *Oportunidade Solidária* da PMSP, enquanto estratégia de política pública, proporcionou o diagnóstico de alguns pontos que podem ser comuns a outras experiências dessa natureza.

Primeiramente, a consulta à literatura sobre a manifestação da Economia Solidária no país apresentou a existência de um arranjo organizacional heterogêneo, composto por empreendimentos econômicos (sob as mais variadas formas de organização), movimentos sociais, entidades de classe, fóruns, redes e universidades, além de outras estruturas na gestão pública que apresenta, explícita ou implicitamente, ligações com o universo da Economia Solidária. Esse fato já sugere a existência de um arranjo organizacional considerável para o desenvolvimento de propostas que sigam no mesmo sentido, aproveitando todo o acúmulo dessas organizações por meio de parcerias e relações de complementaridade entre poder público e sociedade civil organizada.

No plano abstrato, viu-se que o incentivo às organizações populares de Economia Solidária apresenta-se como possibilidade de ruptura às tradicionais relações assistencialistas e personalistas que ainda existem no campo das políticas sociais, sobretudo no nível municipal. O apoio à organização cooperativista e negócios autogestionários pode ser, de acordo com as condições locais, uma alternativa ao incerto e volátil mercado de trabalho assalariado, tão dependente das situações de mercado. Ao mesmo tempo, no plano prático, percebeu-se que o alcance desse objetivo ainda encontra muitas resistências, inclusive dos próprios

beneficiários, que já há alguns anos se descrentaram com as diferentes promessas políticas que nunca se concretizaram. A situação de fragilização social de grande parte do público-alvo é um fator relevante que limita sobremaneira programas sob a ótica da Economia Solidária, que buscam a emancipação social a partir da participação ativa e protagonismo dos atores envolvidos.

No caso do OS, viu-se que, mesmo sendo uma ação inserida em um rol de programas, articulados em uma estratégia racional de inclusão social e desenvolvimento local, com critérios bem definidos quanto ao público-alvo e formas de acesso, foram muitos os desafios para a sua efetivação. Como o programa era centrado na geração de trabalho e renda, algumas das dificuldades são constantes também nas demais políticas tradicionais de combate ao desemprego, como a baixa qualificação técnica e pouca experiência empreendedora dos trabalhadores. Além disso, podem-se citar também as dificuldades metodológicas de formação dos grupos, a necessidade de criação de incentivos para a participação, questões burocráticas internas para a efetivação de convênios, pouca afinidade com a cultura cooperativista, dependência de conjunturas políticas e econômicas externas ao município, estruturas físicas locais inadequadas e falta de recursos em relação às metas especificadas. Somado a esses fatores, existe a necessidade de geração de resultados concretos no mais curto prazo possível, mesmo sendo um programa concebido para ser desenvolvido em longo prazo (ciclo político). As dificuldades políticas e institucionais que envolveram a gestão do Governo Municipal interferiram diretamente na efetividade do programa.

Um desafio crucial que circunda todas as políticas sociais no país, no entanto, é a sua própria continuidade. A troca de governos, sobretudo quando há substituição do grupo político no poder é quase sempre mortal para as experiências que se encontram em curso. Com o OS e todos os demais programas da STDS (inclusive a própria SDTS, que foi substituída por outra estrutura de secretaria) não foi diferente. O problema da baixa institucionalização da Economia Solidária no Brasil, como relatado na seção 3, faz com que sua identidade esteja quase que umbilicalmente ligada ao Partido dos Trabalhadores, cujas administrações municipais (chefiando o executivo ou via composição partidária), Estaduais e agora a Federal, foram responsáveis pelos primeiros programas e estruturas administrativas sob a égide da Economia Solidária.

Em termos de avanços e inovações o programa também deixou um legado considerável para o desenvolvimento de outras propostas. A principal inovação detectada diz respeito ao seu desenho institucional formado no intuito de proporcionar maior integrabilidade e articulação nos diferentes programas sociais do governo. A gestão e o implemento do programa, via mecanismos de descentralização, e o estabelecimento de parcerias com as IPI's são outros fatores inovadores, pois abriram espaço para a participação dos mais diversos atores sociais na execução desse projeto e proporcionou um ambiente favorável para a constituição de redes fundamentais para potencializar os resultados do programa. As principais pretensões dessas redes eram a possibilidade de articular condições de viabilidade e sustentabilidade dos empreendimentos; promover a formação técnica e organização sociopolítica dos trabalhadores; proporcionar ações conjuntas para a definição e avaliação das estratégias de incubação; viabilizar a inserção desses empreendimentos nos mercados institucionais; procurar novas fontes de financiamento; desenvolver pesquisa para a geração e transferência de tecnologias apropriadas, entre outras. Algumas dessas articulações não lograram o êxito esperado, já que a disponibilidade de recursos financeiros e humanos era limitada. A gestão da informação, com a criação de um banco de dados complexo e específico, mas também flexível para o cruzamento com informações de outros programas sociais, foi também outra iniciativa louvável do programa.

Para encerrar, entende-se que o Programa *Oportunidade Solidária* continua sendo uma importante referência para o planejamento de outros programas e processos de políticas públicas que tenham como foco a organização local para um desenvolvimento mais inclusivo. Seus erros e acertos constituem uma fonte de análise para a problematização de ações dessa natureza. O presente trabalho teve como pretensão auxiliar nesse debate, trazendo à luz alguns pontos relevantes e controversos de sua implementação.

REFERÊNCIAS

- BITELMAN, Marina Farkas. **A disseminação das políticas públicas locais de economia solidária no Brasil**: os casos de São Paulo e Osasco. São Paulo: FGV, 2008. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade de São Paulo, 2008.
- COSTA, Marcelo Marchesini. **Formação da agenda governamental**: as políticas públicas de economia solidária no Brasil e na Venezuela. Brasília: UNB, 2008. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade de Brasília, 2008.
- CRUZ, Antônio. **A diferença da igualdade**: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul. Campinas: UNICAMP, 2006. Tese (Doutorado em Economia). Universidade de Campinas, 2006.
- CUNHA, Gabriela. **Economia solidária e políticas públicas**. São Paulo: USP, 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas). Universidade de São Paulo, 2002.
- _____, Gabriela. Dimensões da luta política nas práticas de economia solidária. In: SOUZA, André *et. al.* (ORGs.). **Uma outra economia é possível**. São Paulo: Contexto, 2003.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; LAVILLE, Jean-louis. **Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- GAIGER, L. I. G. A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista. In: **Caderno CRH**, nº 39, 2003.
- _____, Luis Inácio. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. In: **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v.21, n. 2, 2006.
- GOMES, Vinicius; ALVES, Mário. O Programa Oportunidade Solidária e a emancipação: uma visão crítica. In: **Anais do IV Encontro Internacional de Economia Solidária**. São Paulo: USP, 2005.
- GUIMARÃES, Gonçalo. **Diretrizes para políticas públicas de economia solidária**: a contribuição dos gestores públicos. Rio de Janeiro: CEF, 2004.
- PARRA, Henrique. **O escorpião, o sapo, e economia contra a política**. In: Anais do IV Encontro Internacional de Economia Solidária. São Paulo: USP, 2005.
- PINTO, João Roberto Lopes. **Economia solidária: um elogio à associação em tempos de crise**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 2005.
- POCHMANN, Marcio (org.). **Outra cidade é possível**. São Paulo: Editora Cortez, 2003.
- POLANY, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SCHWENGBER, Ângela M. *et. al.* Programa Oportunidade Solidária: construindo uma política pública de economia solidária. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; LAVILLE, Jean-louis (ORGs.). **Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

SENAES/MTE. **Economia Solidária em Desenvolvimento**. Brasília: MTE, 2003.

SILVA, Sandro Pereira. **Trabalho coletivo e geração de renda em empreendimentos de economia solidária**. Viçosa: UFV, 2006. Monografia (Graduação em Economia). Universidade Federal de Viçosa, 2006.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André (ORGs.). **A Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUSA SANTOS. Boaventura. **Produzir para viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOUZA, André. Economia solidária: um movimento nascente da crise do trabalho. In: SOUZA, André *et. al.* (ORGs.). **Uma outra economia é possível**. São Paulo: Contexto, 2003.

Otra Economía

Sección Especial:
Dossier Microempendedorismo y Asociativismo

Quando micro não é sinônimo de pequeno: a vertente metautilitarista do empreendedorismo¹

Adriane Vieira Ferrarini

Doutora em Sociologia, docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo, RS). Consultora nas áreas de política pública, desenvolvimento local sustentável, economia solidária, família, saúde comunitária e redes sociais.

E-mail: adrianef@unisinors.br.

Luiz Inácio Gaiger

Doutor em Sociologia, docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo, RS), membro do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e

Cooperativa. E-mail: gaiger@unisinors.br

Resumo

O artigo apresenta aspectos teóricos e metodológicos das pesquisas tratadas neste dossiê, levadas a cabo no Brasil, Moçambique e Portugal no âmbito do Projeto *Microempreendedorismo e Associativismo em Países de Desenvolvimento Periférico*. Destacando alguns dos seus resultados, retoma primeiramente o debate sobre as concepções de empreendedorismo, advogando a necessidade de um modelo alternativo, consistente com o marco teórico e as conclusões das pesquisas. Em segundo lugar, distingue dois caminhos principais de evolução dos pequenos empreendimentos, contrapondo-os tipologicamente segundo a forma como se posicionam diante da lógica de mercado dominante e como integram diferentes princípios e dimensões, econômicas e extraeconômicas, às suas atividades e às suas perspectivas de desenvolvimento.

Palavras-chave: associativismo, economia solidária, microempreendedorismo, reciprocidade, utilitarismo

Abstract

The article presents theoretical and methodological aspects of the researches dealt with in this dossier. These researches have been performed in Brazil, Mozambique and Portugal, under the Micro-entrepreneurship and Associativism in Peripheral Development Countries Project. Two main points are underlined: firstly, the debate concerning approaches on entrepreneurship, which puts in evidence the need of an alternative model, consistent with the theoretical framework and the researches' conclusions. Secondly, the article distinguishes

¹ Artigo resultante do Projeto de Pesquisa *Microempreendedorismo e Associativismo em Países de Desenvolvimento Periférico*, realizado no âmbito do Programa de Cooperação em Matéria de Ciências Sociais para os Países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, financiado pelo CNPq.

two main evolution routes for the small enterprises, opposing them, for typological purposes, according to the way they face the domineering market logic and how they embrace different principles and dimensions, both economic and non-economic, in their activities in the every day life and in their development perspectives.

Key-words: associativism, solidarity economy, micro-entrepreneurship, reciprocity, utilitarianism

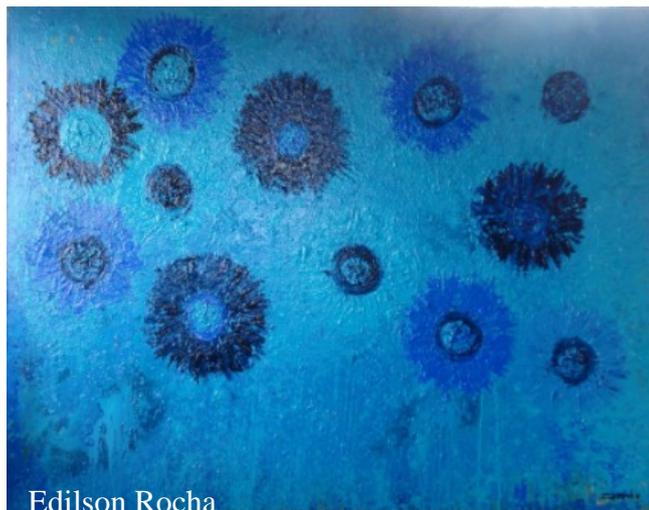
INTRODUÇÃO

Esse artigo possui uma dupla finalidade. Em primeiro lugar, expor resumidamente as características da pesquisa internacional donde provêm os resultados de campo e as aquisições teóricas e conceituais apresentados nos textos que integram esse dossiê. Em segundo lugar, estabelecer uma síntese parcial dessas contribuições, por meio da proposição de uma tipologia relativa ao micro-empendedorismo, na qual se

destacam os efeitos e as peculiaridades relevantes do associativismo, em particular naquelas iniciativas que escapam às engrenagens da lógica de produção e de sociabilidade determinadas pela economia capitalista e por seu fundamento utilitarista.

A temática do empreendedorismo, tal como se apresenta ou pode desenvolver-se em contextos de práticas contra-hegemônicas, é relevante para a compreensão e o fomento da Economia Solidária, havendo sido objeto de artigos anteriores desta Revista, a exemplo do seu número 2, de 2008. À medida que as experiências solidárias superam o estágio de simples resistência à degradação das condições de vida e seus protagonistas passam a desenvolvê-las não apenas como alternativas econômicas de curto prazo, mas como intentos para por em prática formas de economia alternativa, o debate ganha contornos decisivos e demanda tratar com acurácia essas questões.

Avanços nesse terreno requerem um trabalho intelectual permanente, louvado na articulação entre a reflexão teórica e a investigação empírica. Com essa premissa, o projeto de pesquisa "Microempendedorismo e Associativismo em Países de Desenvolvimento Periférico", situado à raiz desses textos, foi concebido e realizado durante o biênio 2008-2009 por três instituições: o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Unisinos, o Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra, e o Cruzeiro do Sul – Instituto de Investigação para o Desenvolvimento José Negrão, de Maputo. As investigações em cada país valeram-se da análise de fontes secundárias, de atividades de campo para coleta de dados quantitativos e qualitativos e de revisões bibliográficas abrangentes. Graças ao suporte financeiro do CNPq - Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento, discussões entre as equipes nacionais realizaram-se sucessivamente, em encontros cuja culminância deu-se durante o 3º Colóquio Internacional da Cátedra da UNESCO *Trabalho e Sociedade Solidária*, realizado em co-promoção com a RILESS, em fins de 2009.



Edilson Rocha

Tanto a temática quanto a abrangência da pesquisa levaram seus coordenadores a idealizar esse dossiê e a submetê-lo à Revista *Otra Economía*. Seu objetivo consiste em oferecer de modo condensado ao menos parte dos resultados alcançados (Corrêa *et al.*, 2010; Dipac e Mungói, 2010; Hespanha, 2010), em paralelo a outras publicações originadas das pesquisas nacionais ou favorecidas pela cooperação internacional, com destaque, no segundo caso, ao *Dicionário Internacional da Outra Economía* (Coimbra, Almedina, 2009; Buenos Aires, Altamira, 2009).

No diagnóstico inicial sobre a realidade dos países investigados, elaborado com o fim de precisar os objetivos da pesquisa, constata-se que nas últimas décadas os setores de baixos rendimentos da população economicamente ativa têm vivido dificuldades crescentes em seu ingresso e permanência no mercado de trabalho assalariado. Da mesma forma, aumentam as restrições a modalidades costumeiras de ocupação e renda, como a produção familiar, o trabalho por conta própria e a informalidade. A privatização de setores econômicos, a desregulamentação das relações laborais e o incremento das competências exigidas dos trabalhadores são alguns dos vetores determinantes desse quadro. A reestruturação das economias e dos mercados de trabalho tem igualmente favorecido o recrudescimento das atividades informais nos países mais desenvolvidos. Brasil e Portugal, países da semiperiferia do sistema mundial, apresentam problemas de desemprego, pobreza e desigualdade; Moçambique, país periférico com alto grau de analfabetismo e baixos rendimentos *per capita*, os enfrenta de forma ainda mais dramática, sem dispor de políticas eficientes na ativação dos recursos produtivos dos mais pobres, a exemplo das economias comunitárias tradicionais.

Nesse contexto, o empreendedorismo de pequeno porte tem granjeado certa importância. Em boa medida, devido ao reconhecimento crescente do potencial contributivo das pequenas empresas para o crescimento econômico, o emprego e a vitalidade da economia. A criação de pequenas empresas é encarada cada vez mais como uma modalidade de ativação de mão-de-obra desocupada e como alternativa desejável à dependência dos sistemas públicos de proteção social. No tocante à informalidade, por parte dos governos existe a percepção de que tais atividades desempenham um papel de adaptação às situações de crise, motivando uma avaliação menos negativa a respeito. Em alguns países, como Portugal, procura-se conferir alguma proteção ao setor informal, na direção igualmente observada no Brasil, de reconhecimento dessas iniciativas e de estímulos para que se formalizem e se mantenham legalizadas.

No entanto, a severidade da concorrência do mercado, aliada à fragilidade interna dos pequenos negócios, vem conduzindo a resultados modestos ou a fracassos das políticas para o setor, como atestam as altas taxas de mortalidade das micro e pequenas empresas e a magnitude persistente do setor informal. A questão é particularmente pertinente em sociedades onde proliferam formas de produção menos ligadas ao mercado, movidas por uma racionalidade econômica não lucrativa e desenvolvidas por pessoas com recursos limitados, como é o caso de boa parte das sociedades sul-europeias e da absoluta maioria dos países latino-americanos e africanos. Um problema substantivo reside no fato de que muitos negócios criados por indivíduos isolados, ou por pequenos coletivos, não obedecem aos requisitos clássicos do comportamento empreendedor, tais como a assunção do risco, a desenvoltura na gestão, a disposição à mudança, a busca de oportunidades e a criação de valor.

Uma primeira questão considerada pelo projeto de pesquisa consiste em reconhecer que os agentes econômicos de pequena escala em geral não se movem por um *empreendedorismo de oportunidade*, modelo entronizado pela literatura dominante sobre o tema. Esses indivíduos optam pelo trabalho por conta própria ou por arranjos coletivos, como grupos, associações ou

cooperativas, quando lhes são oferecidas tais opções, na ausência de alternativas mais favoráveis ou atrativas. Embora visem à obtenção de rendimentos mínimos, as iniciativas de pequena escala constituem uma escolha racional, não estão fadadas ao nível da subsistência e guardam uma capacidade empreendedora potencial, a ser explorada a partir dos saberes e da criatividade legados pela experiência econômica desses agentes econômicos. Embora precárias inicialmente, tais atividades habilitam seus protagonistas a operar com razoável grau de flexibilidade, familiarizando-os com o negócio em seus componentes de organização e de mercados, diante dos quais alcançam amiúde uma relação estável, mesmo se minimamente rentável. Avesas às características do empreendedorismo, essas modalidades econômicas podem evoluir e criar um ambiente mais favorável à sua internalização e disseminação, restando saber quais modelos de empreendedorismo haverão de adotar.

Para que superem patamares mínimos, várias condições adicionais se apresentam. A mais importante, do ponto de vista do objeto da pesquisa, é o fato essencial, implícito ou já claramente constatado em várias experiências, de que seus ativos podem ser potencializados por meio da associação dos indivíduos em cooperativas e em outras formas coletivas de produção e gestão. Estudos sobre a Economia Solidária têm chegado a essa conclusão, o que justifica que esse campo tenha sido uma referência fundamental do projeto, em suas expressões específicas no Brasil, Portugal e Moçambique. Desses estudos (Gaiger, 2004; Hespanha, 2009b), origina-se a hipótese de que, ao acionar fatores produtivos advindos da cooperação no trabalho e da participação, o empreendedorismo associativo faz frente a elementos contrapostos à eficiência dos formatos coletivos, como os custos de transação. Com isso, favorece a sobrevivência e consolidação dessas iniciativas, reforçando ao mesmo tempo sua dimensão social, inerente ao fato de constituírem sociedades primordialmente *de pessoas* e não de capital.

Segundo outros estudos (Veronese, 2008), empreendimentos que contam com a presença de lideranças agregadoras e projetivas demonstram maior capacidade de enfrentar os desafios do trabalho associativo. Sua análise detalhada proporciona pistas sobre como pessoas envolvidas em organizações autogestionárias sustentam uma ação empreendedora continuada, a dimensão intersubjetiva sendo, portanto, indispensável à compreensão do microempreendedorismo associativo. Sob o prisma de suas relações externas, importa analisar as condições de desenvolvimento local, cuja função básica seria a de facilitar a diversificação de atividades econômicas domésticas no seio das comunidades, como meio para melhorar as condições de vida, reduzir a pobreza e a vulnerabilidade social e, por fim, estimular novas fontes de produção, trabalho e renda. Os trabalhos a respeito enfatizam a importância do controle local por parte dos atores, destacando a busca da utilização adequada de recursos humanos, econômicos, naturais e institucionais.

A Economia Solidária encaixa-se igualmente nessa perspectiva, ao estimular lógicas comunitárias. Em Portugal, ela se encontra em emergência, assumindo indicadores de desenvolvimento intermédio, no plano das ligações internas entre suas organizações, da sua visibilidade social e do reconhecimento pelo poder público. Já o setor cooperativo e associativo de Moçambique defronta-se com o imperativo de modernização e de maiores ganhos em produtividade, a fim de afirmar-se em mercados crescentemente competitivos e coibir a tendência de seus integrantes a refluir para a informalidade, na ausência de ganhos imediatos mínimos. Suas dificuldades internas relacionam-se ao despreparo dos trabalhadores para as tarefas produtivas e de gestão, tendo a seu favor o considerável lastro de lutas e de aprendizados, cevado nas ações de resistência contra as políticas de coletivização geral pós-independência (1975-1984) e durante o período de guerra e continuada instabilidade econômica (1985-2000).

Tais processos deletérios não chegaram a eliminar as economias populares autóctones, cabendo nesse momento encontrar formas para sua revitalização, como base para processos emancipatórios (Casimiro, 1999).

Tendo em comum as questões gerais da pesquisa, em face dos distintos contextos cada país definiu objetivos e metodologias apropriados. A título de ilustração, em Moçambique a pesquisa destacou a forma como a colonização dizimou saberes, culturas e práticas associativas de produção, mas não impediu sua sobrevivência. Em consequência, os microempreendimentos dependem fortemente da ação do Estado, uma vez que esse, em escala local, sobrepôs-se às nações e comunidades e, em escala maior, associou o desenvolvimento à ajuda externa. O ambiente de guerra civil e a abertura do país fortaleceram o associativismo formal, registrando um avanço considerável nos últimos dez anos. Ao mesmo tempo, houve um ofuscamento do associativismo endógeno, pois organismos internacionais passaram a determinar a agenda de prioridades. Assim, o associativismo atual ainda é débil no que se refere ao impacto de sua ação, valores, ambiente e estrutura, além de não ter significado aumento da participação cidadã em processos de democracia representativa. A questão posta, após a coleta dos dados, concentrou-se em torno da dialética entre dependência e emancipação nacional.

Brasil e Portugal adotaram perspectivas complementares, como se depreenderá da leitura dos textos. Essa diversidade de perspectivas não impediu convergências e sínteses agregadoras, como se exemplifica a seguir, com uma breve retomada do debate conceitual sobre o microempreendedorismo, diante do qual se podem avaliar as vias de desenvolvimento apontadas pelas pesquisas nacionais.

1. Por uma nova abordagem do microempreendedorismo

A indissociabilidade entre teoria e prática explica o fato de que, havendo emergido no âmbito da sociedade mercantil capitalista, o termo *empreendedorismo* tenha sido utilizado para realçar o papel protagonista de indivíduos dotados de capacidade de inovação direcionada à obtenção de vantagens competitivas, além de aptidão apurada para detectar e aproveitar oportunidades. Popularizada por Peter Drucker (1909-2005), fortemente difundida pelas escolas de gestão de negócios e acolhida nos relatórios das organizações internacionais e nas declarações solenes dos governos, essa acepção considera que a essência do empreendedor consiste em transformar idéias inovadoras em ações lucrativas (Hespanha, 2009a: 248). A inovação corresponde ao papel específico do empreendedorismo, surja em um negócio convencional, em uma instituição pública, em uma nova empresa ou em qualquer lugar.

O destaque à inovação, como atributo fundamental do empreendedorismo, deve-se à obra inspiradora de Joseph Schumpeter (1883-1950), fundador dos estudos sobre o tema. Segundo esse economista, ao ultrapassar as resistências que se opõem à mudança, a inovação reveste-se da maior importância para o sucesso das empresas. Ela se manifesta segundo uma combinação variável de modificações, podendo incidir sobre o produto, o método de produção, o mercado, as fontes de matéria-prima ou a organização das atividades econômicas.

Apesar de considerar a inovação uma tendência natural que distingue o empreendedor do gestor, Schumpeter não produziu um corpo de regras pelas quais o empreendedor devesse orientar-se. Ao contrário, referenciado em

Swedberg (2000), Hespanha (2009a: 249) lembra que Schumpeter limitou-se a considerar a conduta *reflexiva* como a mais adequada para lidar com o que é novo. A conduta dos empreendedores interessou Schumpeter como aspecto de uma nova teoria econômica centrada na mudança e no desenvolvimento econômico. Para ele, o empreendedor estaria na origem das mais importantes mudanças da economia, alterando o sistema econômico por intermédio da criação de novas funções de produção que marcariam os ciclos de negócios.

Mais tarde, Schumpeter viria a ressaltar o papel da função empresarial no processo de *destruição criativa* que, segundo ele, caracteriza o próprio capitalismo. O economista analisou ainda as motivações do empreendedor, em um registro mais próprio da psicologia do que da teoria econômica, para concluir que existem três motivações principais: a aspiração de poder e de autonomia, o desejo de sucesso e a pura satisfação de criar algo. A leitura apressada desse quadro motivacional resultou na difusão de uma imagem heróica do empreendedor, hoje celebrada pela literatura e adotada pelos programas de apoio ao empreendedorismo.²

Há outras contribuições relevantes de economistas distantes no tempo, como Richard Cantillon (1680-1734), Jean-Baptiste Say (1776-1832) e Frank Knight (1885-1972). Enquanto o primeiro caracterizou o empreendedor pela sua capacidade de previsão e pela vontade de assumir riscos, o segundo definiu o empreendedorismo como uma combinação de fatores em uma organização, envolvendo funções de supervisão, direção, controle, avaliação e deslocamento dos recursos econômicos para as áreas de maior produtividade e maior retorno. A contribuição de Knight³ para a definição do perfil típico do empreendedor (mais tarde assumida por Howard Stevenson) considerou atributos da desenvoltura na gestão e da assunção da incerteza. Contrariamente ao risco, a incerteza não poderia ser calculada ou conhecida e, por isso, o lucro empresarial corresponderia precisamente à remuneração da gestão da incerteza.

Destarte, a semântica canônica do empreendedorismo sugere que se preste atenção ao empreendedor e à empresa, não às condições sociais necessárias ao seu surgimento e ao contexto em que a ação empreendedora é mais bem-sucedida. Os aspectos e atributos que caracterizam essa concepção de empreendedorismo suscitam uma série de questionamentos. O primeiro deles consistiria em indagar por que a ação de produzir e modificar as condições de vida de um sujeito, grupo ou comunidade deveria ser associada exclusivamente a uma perspectiva utilitarista e ao individualismo. Como demonstra a pesquisa realizada no Brasil, os trabalhadores pobres, ao se organizarem em organizações econômicas e lutarem laboriosamente para viabilizá-las ou soerguê-las, não obstante as adversidades extremas, agem como empreendedores, ao enfrentarem riscos e aproveitarem oportunidades, sem recaírem por isso em posturas utilitaristas e individualistas (Corrêa *et al.*, 2010).

Essas e outras objeções ao modelo dominante de empreendedorismo foram tema constante de discussões e publicações durante a execução do Projeto (Hespanha, 2009a, 2009b; Gaiger, 2008, 2009a, 2009b; Gaiger e Corrêa, 2010). Sumariamente, a esse modelo podem-se fazer as seguintes restrições:⁴

O conjunto de atributos requeridos do empreendedor contém um nível de exigência notoriamente elevado. A plêiade de virtudes que deve possuir é, no mínimo, um apanágio de indivíduos particularmente talentosos e intímidatos. A capacidade de empreender reveste-se então de um caráter excepcional,

² Schumpeter haveria mais tarde de corrigir suas assertivas iniciais, admitindo que o papel de empreendedor possa ser desempenhado por uma organização, que ninguém é empreendedor por toda a vida e que o importante é o comportamento, não o ator (Hespanha, 2010).

³ Cuja obra mais conhecida a respeito é: KNIGHT, F. *Risk, Uncertainty and Profit*. New York, Houghton Mifflin, 1921.

⁴ Para um tratamento sistemático do assunto, ver Gaiger e Corrêa, 2010.

difícilmente transferível pelo aprendizado e, portanto, não disseminável, senão no intuito conformista de produzir réplicas imperfeitas, cujo insucesso é muito provável. Por conseguinte, o empreendedorismo torna-se ineludivelmente um fenômeno efêmero – um "ato heróico" – de efeitos transitórios. Sua natureza momentosa contradiz a idéia de que funcione como uma possante alavanca propulsora do desenvolvimento econômico, cuja sustentabilidade depende de fatores positivos e duradouros.

Há problemas também em relação a premissas fundamentais do modelo. Aquela de *inovação*, ao ser levada à prática, acarreta efeitos sistêmicos diferenciados, de provável sentido negativo ou regressivo para vários agentes econômicos. Esses resultados denotam o desequilíbrio inerente ao sistema capitalista, no qual se criam brechas para a inovação, acentuado a níveis críticos em contexto de empreendedorismo, o que gera ganhos e perdas seletivamente, sem garantia alguma de que tais efeitos se compensam mutuamente. Por seu turno, a premissa de *mudança*, como reflexo típico da ação empreendedora, supõe conjunturas específicas com nós górdios de esgotamento das combinações tecnológicas até então empregadas, o que não constitui a realidade normal, geral e mesmo desejada de economia. Por fim, a *focalização no indivíduo* e nos seus atributos pessoais, com menções apenas ocasionais aos aspectos relacionais e às vantagens da associação entre os empreendedores, impede a tematização dessas outras possibilidades e de suas características específicas. Os estudos de caso realizados em Portugal salientam que os empreendedores são mais vulneráveis e mais independentes do que é idealizado, contando sempre com círculos de relações que desempenham um papel vital. Os fatores supra-individuais, presentes a rigor em quaisquer empresas e altamente definidores da sua natureza são desconsiderados, donde se explica o silêncio acerca das formas associativas que tais organizações eventualmente assumem. Acontece, aqui, mais um caso de "desperdício de experiências" (Santos, 2000).⁵

O modelo paradigmático de **empreendedorismo de oportunidade**, visto como aquele que traz maiores benefícios à sociedade, encontra-se encerrado no interior da lógica de ação individual e em sua racionalidade instrumental conexas, tendo como *leitmotif* o ganho pessoal, sob forma de enriquecimento, prestígio, etc. Não há questionamentos ao pressuposto utilitarista de que a busca "egoísta" de maior satisfação gera o maior bem-estar para a coletividade, uma assertiva discutível do ponto de vista lógico (Coraggio, 2009) e em larga contradição com os fatos. De resto, nas economias contemporâneas, as organizações econômicas em que se pode desenvolver a ação empreendedora possuem via de regra dimensões diminutas, estando desprovidas dos requisitos típicos do oportunismo empreendedor. Tal realidade, em que predominam as pequenas empresas e os negócios informais, demanda o emprego de outros enfoques e conceitos, como o de economia popular, que remetem à percepção de lógicas direcionadas à reprodução da vida (Coraggio, 2008, 2009), diante da qual a cisão entre considerações de natureza econômica e extra-econômica, subordinando-se essas àquelas, não faz sentido. A existência de uma estrutura de valores aplicada ao econômico, ou de uma "economia moral" (Lechat, 2001), reiterada especialmente pelos estudos sobre o campesinato, protege as formas de vida não-capitalistas e as populações vulneráveis contra a pressão insidiosa das lógicas constitutivas das economias dominantes.

⁵ A literatura canônica, entretanto, admite que um fator-chave do empreendedorismo nas organizações é a mobilização e multiplicação dos recursos humanos que a integram, o que implica formar e disseminar competências, além de gerar adesão para as metas da empresa. Essa nova articulação demanda uma capacidade de formar uma cultura ou um *ethos* empreendedor, por meio de uma ação sistemática e contínua que envolva primordialmente o plano relacional e a cooperação mútua.

A ação centrada no empreendedorismo de oportunidade, premeditadamente ou não, termina restrita a uma minoria de empreendedores potenciais. Para os demais, resulta em intentos condenados a perpetuar-se sem produzir senão resultados simbólicos e de pequeno impacto. No Brasil, o uso desse modelo paradigmático idealizado é justificado pela expectativa de que sua promoção exemplar venha a semear uma cultura empreendedora vicejante, capaz de superar os obstáculos diretos e indiretos que atingem a maioria dos agentes econômicos de pequeno porte. No entanto, tal ênfase no comportamento utilitário individual, sem menção às posições sociais distintas, ignora a dimensão conflitiva, excludente e via de regra predatória da economia concorrencial capitalista, bem como o fato de estar estruturada em relações de poder e em processos de dominação, como fica patente nos três países investigados. Além dos efeitos do colonialismo e da expansão capitalista, todos conheceram regimes autoritários e centralizadores, o que contribuiu para o refluxo das iniciativas autônomas e para fragilização de referências identitárias essenciais ao protagonismo popular.

Por sua vez, o **empreendedorismo de necessidade**, relegado a uma posição marginal e complementar, na melhor das hipóteses como etapa de transição ao autêntico empreendedorismo, é palidamente compreendido. Esse tratamento depreciativo ocorre à custa da racionalidade própria dos setores vinculados à economia informal ou à economia popular, determinada pelas condições e pelas margens de escolha com que lidam tais agentes econômicos. Em ambientes altamente desfavoráveis, a criatividade e a habilidade de improvisar podem ser indicadores de empreendedorismo adequados e mais relevantes do que a assunção do risco, da mesma forma que garantir a sobrevivência pode representar um desafio da maior magnitude. Acresce que muitos indivíduos atingidos por necessidades prementes não empreendem, de sorte que o ato de empreender, nessas condições, resulta de uma combinação de fatores, não apenas de um estado de carência e de inaptidão à ação econômica movida pela oportunidade.

Ademais, a dicotomia entre empreendedorismo de oportunidade e de necessidade desconhece os tipos intermediários, híbridos, cuja existência é altamente presumível pelo simples fato de que as duas situações não são logicamente incompatíveis e podem manifestar situações momentâneas, intercambiáveis, antes do que um estilo definitivo de ação econômica. Nos estudos empíricos orientados por esse modelo dualista, o fato resulta em uma flutuação conceitual: os atributos do empreendedor de oportunidade, tal como evocados enfaticamente no plano teórico, dentro de um paradigma de indivíduo-empresa, fazem jus à sua matriz schumpeteriana. No momento de avaliar as situações concretas, o conceito é abrandado, praticamente se dilui e perde seu esperado poder discriminante.⁶

Um problema de fundo relaciona-se ao fato de que esses padrões de empreendedorismo são concebidos como determinantes dos resultados do agir econômico, funcionando como pilares do modelo explicativo. Contudo, eles se viabilizam e se expressam em situações sociologicamente bastante distintas, não sendo mera questão de escolha ou de circunstâncias, mas de “condições de possibilidade” (cfr. Pierre Bourdieu) profundamente enraizadas na estrutura social. As menções à história de Moçambique evidenciam a magnitude das forças de bloqueio dessa ordem, bem como suas ambivalências, quando se considera a tradição do tecido institucional do país, baseado no poder das chefaturas locais, ou a implementação do cooperativismo pelo governo socialista, após a independência nacional. Seria por isso mais razoável inverter a cadeia causal, entendendo os padrões existentes de empreendedorismo como desfechos de um

⁶ Chega-se ao ponto, nas pesquisas de referência do *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), de assimilá-lo à simples existência de uma intenção, por parte do indivíduo, de criar uma empresa econômica com fins de lucro, sem maiores considerações sobre as características efetivas que tal empreendimento virá a assumir.

conjunto específico de condições prévias – materiais, intelectuais e sociais – que condicionam a ação econômica, o que altera profundamente a compreensão do problema.

Paradoxalmente, as expectativas depositadas no empreendedorismo também não se coadunam com a realidade dos países desenvolvidos, nos quais pesquisas como as do *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), principal referência estatística nesse campo, apontam sistematicamente índices menores de ação empreendedora. Tampouco são coerentes com os dados levantados nos países periféricos, cujas taxas elevadas de empreendedorismo contrastam com a ausência dos efeitos benéficos que deveriam produzir: os países menos inovadores são os mais empreendedores; embora evidenciem os maiores índices de empreendedorismo, são também os mais pobres. O alto nível de empreendedorismo em países menos desenvolvidos não seria justamente reflexo das menores facilidades institucionais oferecidas à ação empresarial? Não será a contraface da alta volatilidade dos negócios e das empresas ou da incapacidade de absorção da força de trabalho pelo mercado formal de trabalho? Ou seria igualmente sintoma de um *ethos* econômico forjado pela necessidade de *virar-se por conta*, que instila e com o tempo sedimenta uma predisposição à ação econômica independente, mesmo se incapaz de surtir resultados significativos?

Essas restrições valem sobretudo para o caso dos pequenos negócios, uma vez que a mesma concepção canônica em regra é aplicada ao microempreendedorismo, mediante um simples ajuste de escala. Nessas condições,

Pode questionar-se inclusivamente em que medida o microempreendedorismo é um conceito adequado a definir estas práticas negociais movidas pela necessidade ou pela ambição limitada ou em que medida é que, usando o conceito de microempreendedorismo, estamos a desconsiderar dimensões dessas práticas que são verdadeiramente explicativas da sua existência, como o *ethos* de subsistência, a racionalidade de segurança ou a condição de modo de vida (Hespanha, 2009b: 59).

Feita a advertência, entendemos não ser compulsório inovar lexicalmente e abdicar do termo *empreendedorismo*, ao lidar com organizações econômicas de pequeno porte e de natureza associativa. O requisito indispensável, situado no plano teórico-conceitual, diz respeito à perspectiva de análise adotada e à sua faculdade de distinguir situações dessemelhantes, ocultas atrás de rótulos aparentemente abrangentes e, no entanto, exclusivistas.

O primeiro passo consiste em tomar essas iniciativas por aquilo que são, antes ou no lugar de avaliá-las por aquilo que poderiam ou – segundo critérios normativos e obrigatoriamente relativos – deveriam ser. Desse ponto de vista, os pequenos empreendimentos necessitam ser entendidos como formas de economia popular conduzidas por um estilo de gestão, ou de microempreendedorismo, também popular. Os setores econômicos em que atuam e as soluções organizacionais que adotam são muito variados, o que explica as múltiplas designações e formulações conceituais a seu respeito, como pequena produção, economia informal, produção mercantil simples ou produção familiar. Em comum, caracterizam-se por seus baixos rendimentos e pela modéstia de seus recursos produtivos, humanos e materiais, o que finda conferindo uma função primordial ao fator trabalho, diante do fator capital, e torna o empreendimento indivisível das unidades domésticas que o integram. Ademais, eles se caracterizam pelo emprego sistemático e costumeiro de seus ativos relacionais, por intermédio de redes de parentesco, de vizinhança ou mais amplas, como exemplificam os empreendimentos de Economia Solidária, quando acionam vínculos comunitários ou circuitos de relacionamento cevidos pelos movimentos sociais. Cumpre, portanto, examinar os empreendimentos populares não apenas e não principalmente como sinais de um estado de carências, mas como expressões ou extensões das unidades

domésticas que os constituem, nas quais o objetivo de acumulação é condicionado àquele de manter e melhorar a qualidade de vida, de tal sorte que sua lógica econômica torna-se inseparável de postulados de valor.

Em segundo lugar, é necessário adotar uma acepção branda de empreendedorismo, ao alcance de indivíduos e organizações desprovidas de condições singulares, mas ainda assim capazes de agir com intuição, iniciativa, arrojo e criatividade. No lugar de posicionar o indivíduo singular, atomizado pela teoria neoclássica como fonte da ação, conviria entender o empreendedorismo como uma prática social: “uma seqüência de comportamentos variáveis ao longo do tempo e orientados para a organização dos fatores de produção em uma dada unidade econômica. Comportamentos individuais e coletivos.” (Portela *et al.*, 2008: 29). A intenção é aproximar a análise da realidade do mundo econômico em geral e da realidade singular dos empreendimentos populares, a fim de tomar dita realidade como um campo de ensaios, no qual a ação empreendedora bem-sucedida seja suscetível de produzir lições dissemináveis, sem contanto exigir condições excepcionais.

Empreender, nos termos propostos e com vista ao universo das organizações populares, significa ser capaz de promover mudanças gradativas nas atividades econômicas já praticadas e conhecidas, introduzindo mutações sucessivas que explorem os ativos disponíveis e ensejem melhorias graduais na condição dos agentes econômicos. Tal como evocado pelas pesquisas no Brasil e em Portugal, trata-se de desencadear um processo de **metamorfose**. No caso dos formatos associativos, o empreendedorismo passa a ser atributo do coletivo dos membros da organização, segundo seu grau de homogeneidade e coesão, podendo ser analisado como uma propriedade da empresa como um todo, quanto à sua capacidade demonstrada ou presumida de realizar suas metas econômicas e extraeconômicas. Nesse contexto particular, empreender significa valorizar e acionar as virtudes da comunidade de trabalho (Gaiger, 2006), núcleo vital de tais empreendimentos, potencializando as forças geradas pela união dos membros (Razeto, 1990).

2. Caminhos do microempreendedorismo

A racionalidade econômica fundamental dos empreendimentos populares prima pelo bem-estar e pela reprodução material, social e simbólica dos seus integrantes. O escasso provimento de recursos que caracteriza os pequenos negócios requer um elevado senso de adaptação às circunstâncias, induz à cautela e valoriza as redes familiares e suprafamiliares de apoio, de forma que a atividade econômica não possa ser compreendida senão como parte de arranjos sociais em que aportes de muitos agentes são imprescindíveis. No que se poderia considerar um primeiro nível de solidariedade, práticas de ajuda mútua e de cooperação produtiva, integradas a sistemas costumeiros de reciprocidade, podem se reproduzir cotidianamente como esteios da economia popular, normalmente extensivos a dimensões não materiais da vida coletiva. Em Moçambique, por exemplo, observou-se no meio rural que muitas das associações produtivas resultam de experiências e de valores culturais e religiosos que resistiram às várias vicissitudes impostas pelo Estado.

Orientado pela prudência e inserido em sistemas de prestações mútuas que implicam obrigações coletivas, o microempreendedorismo popular tendencialmente não se rege por preceitos utilitaristas e pelo objetivo de acumulação permanente. Aos olhos do paradigma dominante, esse estado de coisas conduz ao veredicto de que se trata de padrões analiticamente marginais

em relação ao empreendedorismo típico, pois apresentam: a) reduzida criação de valor, em setores econômicos tradicionais; b) reduzida inovação na gestão ou no produto; c) aversão a risco e d) anteposição do critério de necessidade ao aproveitamento das oportunidades.

Entretanto, sob a ótica alternativa proposta, é questionável e contraproducente essa insistência de explicar a economia popular a partir da racionalidade do capital e de situar nessa esfera os fatores preponderantes para a avaliação das iniciativas proveniente do mundo do trabalho. Melhor caminho seria focalizar a análise no legado de experiências dos agentes econômicos populares, nas suas expectativas e no seu senso prático que, como insistia Pierre Bourdieu, ainda sendo aquele da experiência prática da expropriação e da subalternidade, jamais está totalmente desprovido de razão. Sob esse prisma, os empreendimentos populares não são a princípio formas incompletas de economia, mas formas atípicas diante das relações de produção capitalistas (Gaiger, 2004; 2007a; 2007b), subordinadas e degradadas pela lógica econômica dominante.

Os caminhos que podem seguir, para escapar a uma integração adversa à esfera do capitalismo, não se encontram inexoravelmente determinados. A pesquisa realizada em Portugal, em particular, evidencia como essas vias se diversificam. Ao mesmo tempo, tipifica uma das rotas usuais, que consiste na adoção progressiva tanto do espírito quanto das relações de produção capitalistas. Quando o negócio radica em atividades por conta própria, a eficiência das redes sociais de apoio decai, o desejo de realização ou sucesso pessoal torna-se preponderante e passa a ser interpretado em termos de acumulação ou de reprodução ampliada do empreendimento, esse se inclina a um padrão **individualista possessivo**. Ao persistir a tendência, seu efeito será a privatização do negócio e o seu gradativo desenraizamento social.

Moçambique registra esses fatos na conversão de associações em microempresas rurais, quando alguns dos associados mais empreendedores reduzem seu grau de vulnerabilidade e começam a produzir em uma lógica individual. Portugal aponta a influência, sobre essas escolhas, de fatores alheios à índole dos empreendedores, como as condições de exercício das ocupações profissionais. O ofício dos artesãos, por exemplo, condiz mais com processos produtivos individualizados, sem contanto descartar estratégias coletivas de comercialização e defesa de interesses comuns. No Brasil, ficam nítidos os dilemas de empreendimentos associativos que, diante das disparidades no regime inicial de propriedade e no envolvimento dos membros, refluem ao patamar de microempresas convencionais. É possível perceber seu retrocesso no concernente ao solidarismo, relacionado principalmente à autogestão e ao envolvimento efetivo com a comunidade. Ainda assim, permanecem rejeitando a maximização do lucro como motivação principal e como justificativa para explorar a força de trabalho, considerar seus produtos e serviços como simples mercadorias e ver seu público consumidor como elo final do circuito de acumulação do capital.

Entretanto, quando esses elementos convertem-se em preceitos morais e vêm a presidir o dia a dia do empreendimento, dá-se um passo adicional a caminho da ética e da teleologia capitalista. O microempreendedorismo, nesse caso, não apenas age em afinidade com a lógica dominante, mas procura reproduzi-la em pequena escala e promovê-la no plano simbólico e discursivo. Torna-se um estilo microempreendedor **protocapitalista**.⁷ O fato, via de regra, decorre simplesmente da pressão ideológica constantemente exercida pelo ambiente econômico, mas se acentua quando tem em seu favor um conjunto de instituições encarregadas de propugnar tais diretrizes e de utilizá-las para formar novos

⁷ Pormenores sobre essa vertente são apresentados no artigo deste dossiê de autoria de Pedro Hespanha, do qual tomamos emprestada essa terminologia.

empreendedores.⁸ Desde então, a componente axiológica do agir econômico passa a dispensar maiores considerações e cede lugar a um pragmatismo orientado à otimização dos fatores produtivos e às estratégias de mercado, cujo primado utilitarista torna-o funcional ao propósito de reposição constante e ampliada do capital.

Em linha diversa, as associações e cooperativas em Moçambique exercem um papel importante na produção, havendo uma variedade enorme de agremiações. Entre os setores mais representativos em que atuam, destacam-se a irrigação, a pequena produção, a comercialização, a gestão dos recursos naturais, o ecoturismo, a poupança e o crédito. Muitas delas surgem em um contexto de crítica às cooperativas do tempo da socialização estatal. Assim, o microempreendedorismo popular mostra-se capaz de evoluir por outra via, nesse e em outros países, valorizando o seu caráter supraindividual e os seus ativos relacionais, com isso mobilizando seus integrantes em torno de um projeto coletivo. O fato é mais provável quando há um elevado grau de confiança e de afinidade entre as pessoas em causa e quando as saídas individualistas não se mostram compensadoras. Nesses casos, a partir dos seus laços primários, a solidariedade avança para um segundo nível, no qual se criam organizações específicas que engendram outros tipos de vínculos, baseados no envolvimento pessoal voluntário e em dispositivos de participação e de deliberação coletiva. A economia dos empreendimentos gradualmente se distingue da economia das unidades domésticas que os sustentam, desta feita não por contraposição, mas por agregarem um novo nível de cooperação que não se confunde com o regime típico da solidariedade familiar, na qual imperam laços de *comensalidade* (Razeto, 1990; Gaiger, 2008).

Essa via é ilustrada no Brasil pelo segmento de pequenos produtores rurais, no qual empreendimentos associativos são criados como um suporte à produção familiar, em particular para fins de escoamento e comercialização, além de representarem uma força social e política no meio rural. Os empreendimentos são formados por agricultores ligados por laços de parentesco ou vizinhança, de sorte que lógica familiar segue presente no associativismo coletivo, uma vez que determina o regime de propriedade e de trabalho. Não obstante, à medida que grupos de famílias se articulam e criam organizações maiores, dotadas de personalidade própria e de incumbências no plano econômico, social e político, impõe-se um estilo de gestão específico, comprometido com expectativas de eficiência e de sustentabilidade. Não lhe é facultado, no entanto, abdicar da natureza primordial dos empreendimentos, instituídos a partir da união de pessoas que se consideram iguais entre si. Constitui-se então um **microempreendedorismo associativo e redistributivo**, inclinado a compartilhar responsabilidades e resultados.

É inegável a importância que esse segmento assume na sociedade brasileira, graças ao seu aporte para o desenvolvimento econômico, para o emprego de mão de obra e para a redução da pobreza. Além disso, também contribui com a melhoria da distribuição de renda e com a redução do êxodo rural. Nessas associações, chama atenção o direcionamento da produção para nichos de mercado específicos, com os produtos orgânicos, beneficiados com maior apoio institucional e alvos de maior demanda por parte dos consumidores. Nesse e noutros setores, é significativa a influência de entidades mediadoras e de agentes políticos no fomento ao empreendedorismo associativo em meio rural.

Um segundo exemplo provém do segmento de coleta e triagem de resíduos sólidos, que envolve o trabalho coletivo em galpões, nos quais se executam tarefas de separação e de pré-beneficiamento do lixo urbano com potencial de

⁸ O fato é notório no Brasil, em razão do trabalho modelar e do raio de abrangência do “Sistema SEBRAE” (Gaiger, 2009a; Gaiger e Corrêa, 2010).

reciclabilidade. Para os catadores individuais, o lixo encontrado nas ruas representa, muitas vezes, uma fonte minguada de sobrevivência, oferecendo-lhes recursos mínimos e uma situação laboral desprovida de direitos. Coletivamente, conquistam melhorias em seus ganhos diretos e indiretos, usufruem de aprendizagens neste ofício e na gestão de uma organização econômica, passam a ser reconhecidos e tornam-se menos vulneráveis nas negociações com o poder público e com os intermediários da indústria de reciclagem. Por vezes, suas associações e cooperativas apresentam avanços consideráveis em eficiência, o que se reflete nos níveis de remuneração e no manejo de instrumentos de planejamento e de agregação de tecnologias. Em certos casos, apresentam também maior envolvimento social, participando de redes e movimentos e entabulando negociações com órgãos públicos, entidades civis e organizações congêneres.

A essa altura, introduz-se um terceiro nível de solidariedade, dado pela constituição de movimentos e de atores políticos, para fins de embate em favor da legitimação desses setores econômicos e do seu reconhecimento na esfera pública. Do contrário, as discriminações contra eles e a sua debilidade política os levariam ao confinamento ou a formas de integração institucional subordinadas. O desempenho desses novos atores, por sua vez, depende em boa medida de sua capacidade de seguirem representativos da sua base social, o que requer fidelidade à razão de ser e à racionalidade peculiar desses empreendimentos. Sua natureza associativa e sua atuação social e política conduzem-nos a uma postura crítica diante da economia capitalista. Além disso, levam-nos a uma abordagem alternativa das atividades produtivas, expressa em um estilo de **microempreendedorismo antiutilitarista**, fundado na idéia de que o agir econômico não se deve resumir a uma racionalidade meramente instrumental e prescindir dos vínculos sociais, mas antes explorá-los e promovê-los (Caillé, 1994; 2000).⁹

3. O princípio da reciprocidade

Um dos papéis fundamentais dos movimentos sociais identificados com a Economia Solidária, assim como das políticas públicas e das demais ações de fomento a tais iniciativas, corresponde à produção dos elementos teleológicos necessários a esta postura crítica e alternativa. Essa produção política e simbólica se reflete no âmbito dos princípios da Economia Solidária e das suas diretivas de ação, definidos no intuito de reforçar a identidade comum dos empreendimentos e de repercutir em suas práticas econômicas efetivas. Assim, as experiências findam orientadas por um movimento de idéias das quais são autoras diretas apenas parcialmente e, por conseguinte, cuja pertinência se mantém enquanto corresponderem, subjetiva e objetivamente, aos requisitos da racionalidade dos empreendimentos.

A supremacia desta [racionalidade] requer não apenas uma tomada de consciência e uma grande determinação dos membros do empreendimento; requer, principalmente, que a *lógica das intenções* entre em compasso com os fatores derivados da estrutura social, com a *lógica objetiva dos fatos sociais* (...), especialmente as condições e os efeitos econômicos reais de tal ação empreendedora, de modo a fechar o circuito e a impor tacitamente, pelos próprios fatos, a continuidade daquelas decisões subjetivas, agora também objetivamente orientadas. (Gaiger, 2004: 24).

⁹ Para uma introdução ao tema da dádiva e do antiutilitarismo, ver Martins, 2002.

Na medida em que se cumprem, esses requisitos incrementam as tendências à socialização dos recursos produtivos, ao igualitarismo, à participação coletiva na gestão do empreendimento e a outras condutas que completam a metamorfose antes evocada. A união e a inteligência coletiva dos trabalhadores associados são mobilizadas como recursos fundamentais para que os empreendimentos lidem com a realidade contingente e logrem sua sobrevivência. Em uma palavra, instaura-se uma *simbiose* entre solidariedade e desempenho econômico.

A experiência empreendedora parece funcionar como o melhor argumento para induzir gradativas mudanças. Esse aprendizado da gestão econômica pela prática se sobressai nas iniciativas examinadas em Portugal e no Brasil: paulatinamente, abandona-se um estilo baseado essencialmente na capacidade de improvisação ou em adaptações sucessivas às circunstâncias, sobre as quais apenas se possui frágil poder de reação, adotando-se, tanto quanto possível, uma atitude de previsão e de intervenção deliberada sobre os fatos, sob pena de sucumbência dos negócios diante de novas adversidades. Assim, o empreendedorismo antiutilitarista termina por apresentar algumas das propriedades valorizadas pela literatura canônica, como espírito de iniciativa, determinação a atingir objetivos propostos, assunção do risco, autoconfiança e, sobretudo, senso estratégico.

Para que se entendam bem essas homologias, sem confundi-las com variantes de um modelo único, devem-se reconhecer as especificidades estruturantes dos empreendimentos associativos, resumíveis no papel exercido pelo trabalho como *fator organizador* (Razeto, 1990: 41-55) de sua lógica de funcionamento.

Uma das diferenças, imperceptível em uma análise superficial, diz respeito ao teor da inovação para esses empreendimentos. Ela se orienta à criação de **valor social**, isto é, de soluções e benefícios eminentemente coletivos, em resposta a demandas sociais via de regra prementes – não restritas ao grupo inovador e por vezes associadas a aspirações por mudanças sociais maiores. A inovação, nesse sentido, contém em seus procedimentos *standarts* de participação, colaboração e aprendizagem (Hulgard e Ferrarini, 2010). Peculiaridades semelhantes observam-se quanto à eficiência, uma das propriedades intrínsecas à boa gestão empreendedora. Ela já não se refere à otimização do quociente custo/benefício, com vistas a majorar a rentabilidade ou a taxa de lucro dos negócios, e deixa de ser uma prerrogativa do capital, que disto se serve para legitimar sua abordagem instrumental do trabalho. A visão alternativa dos empreendimentos associativos alia-se indissolúvelmente à discussão prévia sobre a eficácia da ação empreendida, isto é, sobre os fins a serem alcançados, as possibilidades de atingi-los e as suas repercussões de curto e longo prazo.

A tônica direcionada ao bem-estar e à geração de efeitos benéficos ao entorno em que se situam as iniciativas em questão põe em xeque a idéia de crescimento econômico constante, no âmbito do empreendimento e da base física da economia. Por essa razão, valores relacionados ao equilíbrio e à sustentabilidade traduzem-se nas práticas dos empreendimentos solidários, como as associações de produção agrícola e os grupos coletivos de reciclagem: valorização dos consumidores, permeabilidade a tecnologias poupadoras de recursos e de energia, controle do impacto ambiental, busca de repercussões positivas sobre o desenvolvimento endógeno, atenção à segurança humana, etc.

Os empreendimentos de índole antiutilitarista não se furtam ao mercado, mas procuram estabelecer transações comerciais com princípios e regras condizentes com sua postura crítica diante da mercantilização das trocas e das relações sociais. Para isso, criam meios próprios, como as feiras solidárias, os clubes de troca, as associações de consumidores, a moeda social e o comércio justo. Outras vezes, se valem de espaços tradicionais, como mercadinhos e feiras locais, em vista da proximidade que proporcionam a produtores, vendedores e consumidores. Desse modo, os intercâmbios estabelecidos favorecem

relacionamentos que vão além da mera realização do interesse próprio e do seu pragmatismo peculiar, cuja função é impedir, precisamente, que as transações econômicas sejam geradoras de vínculos sociais (Godbout, 1998).

Em face da despersonalização das relações de intercâmbio, os empreendimentos manifestam a convicção de que a condição humana de interdependência deva conduzir ao estabelecimento de laços e compromissos mútuos, fundando sistemas de partilha e de prestações em aberto. Contra o utilitarismo, eles contrapõem o princípio da reciprocidade. Essa postura não significa que rejeitem sem concessões o cálculo fundado no interesse próprio e as relações de intercâmbio correspondentes, as quais se revelam funcionais em situações desprovidas da intenção de criar vínculos, mas zelosas em preservar a individualidade das partes que transacionam. Relações momentâneas ou contratuais são características das sociedades modernas que, também por isso, cederam o passo à universalização do mercado e à sua conversão em arquétipo das relações sociais. Por conseguinte, sendo mais exato, pode-se dizer que os empreendimentos associativos orientados pela solidariedade promovem valores altruístas no interior de uma axiologia não *anti*, mas **metautilitarista**.

De outra parte, ao contrário do microempreendedorismo individual e possessivo, desta feita o agir econômico valoriza as relações de comensalidade típicas da economia familiar e doméstica, embora perceba seus limites quando se trata de estruturar iniciativas fundadas em relações de cooperação mutuamente consentidas e sustentadas em princípios democráticos e de equidade. Ao valorizá-los, os empreendimentos opõem-se ao princípio da dádiva assimétrica, contraída entre desiguais, recorrente no âmbito das solidariedades primárias. Eles se reconhecem nas perspectivas de construção de solidariedade mais amplas, convertendo-se em protagonistas da solidariedade democrática (Laville, 2008).

Essa tipologia, com as propriedades atribuídas a cada estilo de empreendedorismo, não deve eliminar a variedade de formas e de lógicas de ação com que os casos estudados se apresentam, sobretudo porque combinam de forma singular, nem sempre clara e menos ainda irreversível, elementos de competição e cooperação, individuais e coletivos, de adaptação e de aposta em mudanças. Discernir tipos e caracterizar seus contextos de emergência, por meio de estudos comparados, serve à sistematização e consolidação dos resultados investigativos obtidos e, por essa via, à proposição de instrumentos heurísticos para novas investigações, sem dúvidas, relevantes, sobre esses temas.

REFERÊNCIAS

- CAILLÉ, A. 1994. *Don, intérêt et désintéressement*. Paris, La Découverte, 304 p.
- _____, A. 2000. *Anthropologie du don*. Le tiers paradigme. Paris, Desclée de Brouwer, 278 p.
- CASIMIRO, I. 1999. *Paz na Terra, guerra em casa: feminismo e organização de mulheres em Moçambique*. Coimbra. Dissertação de mestrado. Universidade de Coimbra.
- CORAGGIO, J. 2008. La sostenibilidad de los emprendimientos de la economía social y solidaria. *Otra Economía*, 3 (2): 41-57.
- _____, J. (org.) 2009. *Qué es lo económico? Materiales para um debate necesario contra el fatalismo*. Buenos Aires, Fundación Centro de Integración, Comunicación, Cultura y Sociedad – CICCUS, 170 p.

CORREA, A.; FERRARINI, A.; GAIGER, L.; VERONESE, M. 2010. *Relatório da pesquisa de campo no Brasil*. Relatório do Projeto Microempreendedorismo e Associativismo em Países de Desenvolvimento Periférico. São Leopoldo, Unisinos, 89 p.

DIPAC, J.; MUNGÓI, C. 2010. *Microempreendedorismo e associativismo em países periféricos: o caso de Moçambique*. Relatório do Projeto Microempreendedorismo e Associativismo em Países de Desenvolvimento Periférico. Maputo, ICS, 63 p.

GAIGER, L. 2004. A economia solidária no Brasil e o sentido das formas de produção não capitalistas. *Cayapa – Revista Venezuelana de Economia Social*, 4 (8): 7-35.

_____, L. 2006. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. *Sociedade e Estado*, 21 (2): 513-44.

_____, L. 2007a. La economía solidaria y el capitalismo en la perspectiva de las transiciones históricas. In: J. CORAGGIO (org.), *La Economía social desde la periferia; contribuciones latinoamericanas*. Buenos Aires, Altamira, p. 79-109

_____, L. 2007b. Nouvelles formes de production non capitalistes au Brésil. *Revue Tiers Monde*, 190: 309-324.

_____, L. 2008. A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. *Otra Economía*, 2 (3): 58-72.

_____, L. 2009a. A associação econômica dos pobres como via de combate às desigualdades. *Caderno CRH*, 22 (57): 583-600.

_____, L. 2009b. Eficiência. In: A. CATTANI et al. (orgs.), *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra, Almedina: 169-174.

_____, L.; CORRÊA, A. 2010. O microempreendedorismo em questão; elementos para um modelo alternativo. *Política & Sociedade*, 9 (17): 205-230.

GODBOUT, J. 1998. Introdução à dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13 (38): 39-51.

HESPANHA, P. 2009a. Microempreendedorismo. In: A. CATTANI et al. (orgs.), *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra, Almedina: 248-254.

_____, P. 2009b. Da expansão dos mercados à metamorfose das economias populares. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84: 49-63.

_____, P. 2010. *Microempreendedorismo popular e associativo em Portugal: o sentido das mudanças*. Relatório do Projeto Microempreendedorismo e Associativismo em Países de Desenvolvimento Periférico. Coimbra, CES, 147 p.

HULGARD, L.; FERRARINI, A. 2010. Inovação social: rumo a uma mudança experimental na política pública? *Ciências Sociais Unisinos*, 46 (3): 256-263.

LAVILLE, J.-L. 2008. Do século 10 ao século 21: permanências e transformações da solidariedade na economia. *Katálysis*, 11 (1): 20-42.

LECHAT, N. 2001. Economia moral: um conceito bom para pensar a economia solidária? *Ciências Sociais Unisinos*, 37 (159): 59-102.

MARTINS, P. (org.) 2002. *A dádiva entre os modernos*. Discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis, Vozes, 205 p.

RAZETO, L. 1990. *Las empresas alternativas*. Montevideu, Editorial Nordan-Comunidad.

SANTOS, B. 2000. *A crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência*. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. Vol. 1. São Paulo: Cortez, 415 p.

SWEDBERG, R. (Ed.) 2000. *Entrepreneurship: the Social Science View*. Oxford, Oxford Press, 403 p.

VERONESE, M. 2008. *Psicologia social e economia solidária*. São Paulo, Idéias & Letras, 175 p.

Microempreendedorismo e associativismo: um retrato preliminar de Moçambique¹

Dipac Jaiantilal

Doutor em Macroeconomia e Economia Internacional, investigador sénior e coordenador da Área Temática de Economia e Desenvolvimento do Instituto de Investigação para o Desenvolvimento José Negrão – Cruzeiro do Sul, Maputo. Professor convidado da Universidade Eduardo Mondlane. Consultor de organizações e corporações internacionais como o PNUD. E-mail: Dipacj@gmail.com.

Cláudio Mungói

Doutor em Desenvolvimento Rural, docente da Universidade Eduardo Mondlane, investigador sénior e membro fundador do Cruzeiro do Sul – Instituto de Investigação para o Desenvolvimento José Negrão – Cruzeiro do Sul. Membro fundador e Secretário Executivo da Secção de Letras e Ciências Sociais da Academia de Ciências de Moçambique.
E-mail: cmungoi2002@yahoo.com

Resumo

O artigo analisa a dinâmica das associações e das microempresas, sob a perspectiva da Economia Solidária, buscando compreender o papel dos actores e instituições locais, formais e informais, com foco nas lógicas internas de funcionamento desses empreendimentos em âmbito local. Entre outros elementos, são caracterizados os aspectos estruturais e as redes sociais de funcionamento das associações e microempreendimentos. Esses fatores permitem inferir sobre o possível papel das associações e microempresas na concepção de uma outra lógica da economia. O artigo, baseado em estudo de campo, contou metodologicamente com revisão bibliográfica e levantamentos na vertente qualitativa e quantitativa.

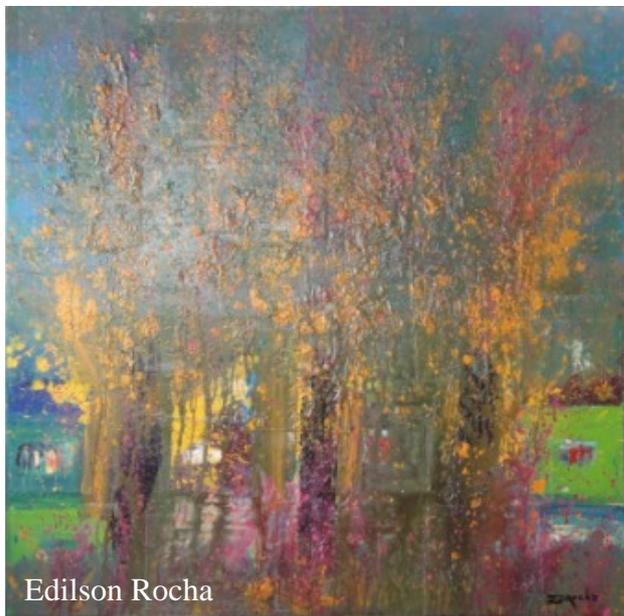
Palavras-chaves: microempreendedorismo, associativismo, desenvolvimento local, economia solidária

Abstract

The article analyses the dynamic of associations and small enterprises under the perspective of solidarity economy, calling attention to the role of local actors and institutions, including the formal and the informal sectors. The article also characterizes the structural aspects and the social nets involved, so as to identify the importance of these associations and small enterprises in the development of another economic logic. The results presented are based on qualitative and quantitative empirical approaches.

¹ O artigo aborda resultados do Projeto *Microempreendedorismo e Associativismo em Países de Desenvolvimento Periférico*, realizado no âmbito do Programa de Cooperação em Matéria de Ciências Sociais para os Países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e financiado pelo CNPq (Edital 018/2007).

Key-words: micro-entrepreneurship, associativism, local development, solidarity economy



Edilson Rocha

INTRODUÇÃO

A perspectiva de análise das dinâmicas do microempreendedorismo e associativismo em Moçambique contempla as dimensões formal e informal da economia, dada a complementaridade que ambas desempenham na geração de emprego e renda e seu papel consequentemente importante no combate à pobreza.

O microempreendedorismo e o associativismo enquadram-se como uma resposta endógena, entre outros factores, a déficits de formulação ou de implementação de políticas públicas de criação

inclusiva e socialmente equilibrada da riqueza, ou como por vezes se denomina, de combate à pobreza. A promoção de acções e actividades possibilitam que activos dos pequenos empreendedores possam ser potencializados mediante a associação dos indivíduos e outras formas colectivas de produção e gestão, gerando impactos mais rápidos e sustentáveis. Nos casos em que tais factos se verificam, as actividades revestem-se do que Gaiger e Laville (2009) denominam por Economia Solidária.

Na Economia Solidária, tanto se podem incluir acções exercidas por indivíduos ou colectividades como por micro unidades (bairros), desde que se orientem por princípios de mudança e desenvolvimento social. Nela, valorizam-se alguns tipos de diferença, inclusive de base local, como uma resposta ao processo de globalização e às políticas verticais, visando à construção de “utopias” comprometidas com o desenvolvimento local, via promoção do empreendedorismo e do associativismo.

É assim que a construção social do desenvolvimento local pode ser dinamizada por associações que reflectem os interesses plurais de instituições e indivíduos actuantes em territórios delimitados, com vistas à promoção do desenvolvimento económico dessa micro-unidade económico-territorial. O trabalho na promoção das micro e pequenas empresas urbanas ou rurais cria ademais um circuito de oferta de serviços e produtos úteis também para as grandes empresas, permitindo que o território urbano e rural possam gerar uma distribuição do benefício económico com equidade entre a população local.

Antes de adentrar alguns resultados preliminares da investigação realizada em Moçambique com o objetivo de caracterizar o perfil e o possível sentido das organizações associativas atualmente presentes, cumpre introduzir aspectos mais gerais da sociedade moçambicana. Assim, procedemos a uma breve reconstituição histórica (seção 1), passando a seguir a aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa de campo (seção 2) e, finalizando, a alguns dados gerais colhidos por meio de um questionário junto a tais iniciativas (seção 3).

1. Retrospectiva histórica do desenvolvimento do tecido socioeconómico de Moçambique

Moçambique, um país independente há trinta e cinco anos, herdou do sistema colonial português poucas infra-estruturas, baixa capacidade produtiva e fraco desenvolvimento do capital humano. Políticas coloniais baseadas na escravatura, no trabalho forçado, na exportação de mão de obra para a África do Sul, a opção por um sistema agrícola de plantações de monoculturas sob comando de companhias concessionárias estrangeiras, o estabelecimento de uma estrutura ferroviária desintegradora sob ponto de vista de integração territorial: esses, entre outros factores, inserem-se no conjunto de características mais relevantes da economia colonial em Moçambique.

As políticas e acções de intervenção da Administração colonial portuguesa em Moçambique visavam acima de tudo, à ocupação efectiva do território e ao consequente domínio político e administrativo sobre os povos nativos, com vista à exploração de recursos naturais e da mão de obra. Para a materialização desses objectivos, a Administração colonial apostou na concepção de planos económicos (Rolim *et al.*, 2002), iniciados formalmente em meados da década de 1930.

Em 1937, foi publicado em Moçambique o primeiro plano de fomento (com duração de seis anos), cuja fonte de financiamento seria drenada a partir dos excedentes acumulados da exploração agrícola de monoculturas do chá, tabaco, cana-de-açúcar e algodão, e pelas receitas decorrentes da utilização dos portos e estradas-de-ferro nas regiões sul, centro e norte, pelos países do *hinterland*.

Desde esta data, até finais da década de 1950, os planos de fomento reflectiam a crença de Salazar de que “a melhor via para um desenvolvimento natural de Moçambique seria através do melhoramento das infra-estruturas, nomeadamente infra-estruturas ferroviárias, portuárias e actividade agro-industrial” (Rolim *et al.*, 2002: 98), factores que colocavam de lado a preocupação com o desenvolvimento do capital humano local. Newitt (1997), citado por Rolim *et al.* (2002), a este propósito assinala que, em Moçambique, foram identificados polos de desenvolvimento nos três principais corredores: (i) a estrada de ferro até a Ilha de Moçambique e o porto de Nacala no Norte do país; (ii) a estrada de ferro de Tete e o aproveitamento do rio Zambeze no Centro e (iii) o esquema de irrigação do Vale do Limpopo e Umbelúzi na região Sul do país.

Na década de 1950, dois novos planos de seis anos foram elaborados para os períodos 1953-58 e 1959-64, que ficaram conhecidos como o Primeiro e Segundo Planos de Fomento. Em 1955, à luz desses planos, Portugal começou a implementar projetos territoriais de construção de grandes infra-estruturas urbanas de desenvolvimento substancial de empresas agrárias comerciais, todas geridas e sob comando de colonos portugueses e de poucos assimilados moçambicanos. Um Terceiro Plano de Fomento, cobrindo os anos 1968-1973, foi publicado e um plano intercalar, conhecido como *Plano Intercalar de Fomento*, funcionou entre 1965-1967. Tais planos desempenharam um papel bastante modesto na integração territorial e, ademais, não se centraram no homem como objectivo primeiro e final a atingir.

Por seu turno, o contexto político internacional experimentou grandes mudanças em meados do século XX, com o início do processo de descolonização nas colónias francesas e inglesas em África, Ásia e América. Este factor conduziu a uma reformulação do Segundo Plano Fomento para 1959-64. Foi assim que o Governo Português liderado por Salazar se viu forçado a abandonar a ideia de um

desenvolvimento assente no investimento em infra-estruturas, a favor da criação de projectos politicamente orientados.

Como consequência dessa situação, em uma primeira etapa foram elaborados planos para a implementação de uma série de estudos científicos de geologia, solos e cartografia, bem como a investigação sobre a nutrição, a educação e a produtividade económica da população nativa em Moçambique. E, em uma segunda etapa, o plano previu o desenvolvimento maciço da agricultura de irrigação ligada às barragens do Limpopo, Incomáti e Revué, para além da expansão das infra-estruturas dos portos e transportes. Por último, e contrariando a lógica do sistema colonial vigente em Moçambique, concebeu-se um programa para a educação e saúde, ao qual se atribuiu mais de 14% do investimento total planeado (Green, 1992: 58).

Depois dum Plano Intercalar nos anos 1965-67, um Terceiro Plano de Fomento abrangendo os anos 1968-73 foi implementado, tendo atribuído cerca de 11% do investimento total para a educação e investigação, habitação, urbanização e saúde (Green, 1992, p. 56), o qual atingiu basicamente grupos de emigrantes portugueses e alguns assimilados moçambicanos. O Quarto Plano de Fomento para 1974-79 chegou a ser elaborado, mas não implementado porque, nesse interim, surgiu o processo de descolonização e a independência de Moçambique, em junho de 1975.

Todos os planos de fomento acima indicados estavam em sintonia com a estratégia da política da administração colonial portuguesa. A intenção era, portanto, desarticular as estruturas de coesão social e lograr a integração territorial do país sem afetar o quadro de dominação, exploração, pilhagem e humilhação dos moçambicanos, elementos estes, contrários a qualquer que fosse o esforço de um efectivo desenvolvimento nacional.

Nos primeiros anos da Independência Nacional, o paradigma dominante de desenvolvimento em Moçambique estava associado aos *modelos proteccionistas* com forte influência estruturalista quer radical, por parte das escolas de tendência marxista, quer de um tipo mais liberal, por parte dos defensores da chamada *"substituição de importações"*. Na prática, os primeiros defendiam o insulamento do país ao mercado financeiro internacional, sendo o desenvolvimento orientado para o mercado interno e para a rápida industrialização por meio da acumulação de capital derivado da agricultura. Os segundos, por sua vez, embora não tão radicais em relação ao investimento externo e à consequente necessidade de paridade da moeda no mercado internacional, advogavam que os termos de troca entre o produto agrário do Terceiro Mundo e o produto industrial dos países do Centro eram de tal forma desfavoráveis aos países pobres que a alternativa viável seria a indústria nacional cobrir as necessidades do mercado interno.

Desde a data da Independência Nacional até o final da década 1970, verificaram-se várias mudanças de pensamento que se reflectem no quadro das políticas de desenvolvimento económico e social de Moçambique. Para alguns teóricos, é a chamada fase das *"certezas absolutistas"* com o lançamento do *Plano Prospectivo Indicativo* em 1980, em um contexto em que pairavam ainda as dúvidas sobre os papéis relativos do Estado e do mercado, que se retractou na *Ofensiva Política e Organizacional* lançada pelo então presidente da República, Samora Machel.

À luz deste plano, e direccionado para a área agrícola, a partir do III Congresso da Frelimo – na época, partido único – em fevereiro de 1977 foi oficialmente adotada a chamada *estratégia de socialização* do campo. Tal estratégia, que se constituía em um instrumento de materialização da política económica de Moçambique, assentava em dois eixos: (i) o sector empresarial estatal como forma de produção dominante e (ii) o sector cooperativo, composto por camponeses que se mantinham ligados também à produção familiar.

Na verdade, tratou-se de mais um modelo impositivo, do tipo *top-down*, com forte presença de verticalidades e que mais uma vez contrariou as redes sociais e as estruturas políticas e administrativas pré-existentes. Nesta mesma perspectiva, aponta-se que, embora a política de socialização do campo estivesse focalizada para transformação socialista do campo, a estratégia do III Congresso não levantou nem enfrentou ou resolveu o problema da transformação da estrutura das relações de produção e de troca no campo. Para este autor, tal estratégia mudou o centro de acumulação do sector capitalista colonial e multinacional para o sector estatal, mantendo intactas as estruturas das relações sociais e de produção herdadas.

A década de 1980 foi caracterizada por uma crise económica gerada por erros de gestão, do conflito armado e calamidades naturais. A conjugação desses factores colocaram o país em uma situação de dívida que, posteriormente, constituiu um factor decisivo para a adesão de Moçambique às políticas impositivas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, como alternativa para se refazer da situação prevalecente.

Assim, foi a partir dessa adesão que Moçambique iniciou a implementação do Programa de Reajustamento Económico (PRE), que consistia no pacote de reformas de políticas económicas cujo objectivo visava à criação da estabilidade macroeconómica e a um crescimento económico baseado nas exportações, dentro do pressuposto de que essas medidas iriam reduzir a pobreza. O PRE incluía, como tipicamente o faziam os programas de reajustamento estrutural, a reforma via políticas estruturais tais como a privatização das empresas estatais, a remoção dos subsídios à indústria e à agricultura domésticas e a liberalização do comércio internacional mediante a redução ou remoção dos direitos sobre as importações. As reformas no âmbito do PRE estavam basicamente ligadas à mudança de um sistema de economia planificada centralmente para um sistema em que era confiada às forças de mercado a garantia da eficiência do funcionamento da economia nacional.

Em 1999, na sequência de críticas públicas, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional abandonaram os Programas de Reajustamento Económico e adotaram uma nova abordagem, expressa nos Documentos de Estratégias de Redução da Pobreza (DERP), designados em língua inglesa por *Poverty Reduction Strategy Papers* (PRSP). Sob essa nova abordagem, os governos de países africanos foram chamados a desenvolver as suas próprias estratégias nacionais de redução da pobreza, que passaram a servir de base para os doadores internacionais avaliarem os empréstimos e a conceder ajuda. Assim, nasceu em Moçambique o Programa de Alívio e Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) (Valá, 1998: 14), que actualmente vai no seu segundo plano.

2. Aspectos teóricos e perspectiva analítica

Desde 1990, muitos governos dos países africanos, assim como a comunidade doadora, despertaram seu interesse ao desenvolvimento económico local, como estratégia para impulsionar o crescimento económico das comunidades menos desenvolvidas. Contudo, o desenvolvimento económico de certas localidades e regiões, em África, continua criticamente dependente de intervenções do governo central, embora muitas dessas intervenções sejam implícitas e discretas, mais do que baseadas em políticas explícitas orientadas para o desenvolvimento económico local.

O microempreendedorismo e o associativismo, malgrado suas fragilidades, constituem uma resposta endógena a essa apatia e falta de políticas explícitas do

Governo, apostando na promoção de acções e actividades que possibilitem a reconstrução da base comum e da sociedade tomada como um todo. Aqui, tanto se podem incluir acções exercidas por indivíduos ou colectividades quanto por micro unidades (bairros), desde que se orientem por princípios de mudança e desenvolvimento. Essa perspectiva, como adiantamos, valoriza alguns tipos de diferença e cooperação de base local como uma resposta ao processo de globalização e às políticas verticais, tendo em vista novas ações e modelos comprometidos com o desenvolvimento local.

Por essa razão, há necessidade de desenvolver as aptidões básicas e de capacitação organizacional e institucional, de modo a tornar as economias locais mais eficientes, produtivas e dinâmicas. Essas economias surgem muitas vezes como resposta a situações de crise que conduzem ao desenvolvimento de estratégias de sobrevivência, baseadas na auto-protecção ou no estabelecimento de redes sociais solidárias. O sucesso dos empreendimentos solidários, nessas circunstâncias, depende da capacidade de estabelecer redes de cooperação e entre-ajuda vinculadas à economia formal e informal. Nesta perspectiva:

É perfeitamente aceitável que o empreendedorismo seja analisado como concepção e estilo de comportamento de indivíduos. Se em determinada organização econômica ninguém demonstra tais conhecimentos e aptidões individualmente, será impossível encontrá-los no coletivo. Esse nível de análise faz muito sentido no caso das organizações econômicas sob comando de um ou de poucos indivíduos, onde cabe aos demais um papel subordinado e passivo. Segundo a concepção hoje em voga, a noção de empreendedorismo “não é vista como um processo, mas como um mosaico de características de indivíduos agindo racional e intencionalmente”, acentuando-se o papel do ator individual (Portela et al., 2008: 45). Essa ênfase quase exclusiva, dada aos indivíduos pela visão e pelas políticas tradicionais de apoio ao empreendedorismo, parece explicar-se em parte pelo viés ideológico dessas concepções, em parte pelo seu desconhecimento da economia dos setores populares, na qual predominam os negócios por conta própria e grassa a informalidade. (Gaiger, 2008: 64).

Em outros termos, é decisivo atentar ao facto de que nas organizações coletivas como as que examinamos, deve-se perceber até que ponto

um elemento comunitário, de acção e gestão conjunta, cooperativa e solidária, presente no interior dessas unidades económicas efeitos tangíveis e concretos sobre o resultado da operação económica. Efeitos concretos e específicos nos quais se possa discernir uma particular produtividade dada pela presença e crescimento do referido elemento comunitário, análogo à produtividade que distingue e pela qual se reconhecem os demais factores económicos. (Razeto, 1993: 40-1).

Como parte do projeto de cooperação internacional, cujos resultados alimentam esse dossiê, a pesquisa em Moçambique tratou de caracterizar o perfil de organizações económicas populares em que comportamentos empreendedores subjacem ou se apresentam explicitamente vinculados à natureza associativa ou cooperativa. A investigação comportou revisão bibliográfica e levantamentos empíricos na vertente qualitativa e quantitativa. Na vertente quantitativa, em destaque neste artigo, administrou-se um questionário em uma amostra de 340 associações e microempresas, formais e informais, distribuídas em quatro áreas geográficas: uma na Província de Manica (Chimoio e arredores) e três na Província de Nampula (Ilha de Moçambique, Angoche e cidade de Nampula e arredores).

Com esse levantamento de dados, pretendeu-se aferir aspectos relacionados com os participantes e actores envolvidos, o grau de satisfação dos participantes, as formas de gestão, as actividades desenvolvidas e as redes estabelecidas, entre outros. A pesquisa inspirou-se em parte no modelo levado a cabo sobre os empreendimentos da Economia Solidária no Brasil, com ajustamentos ligados à realidade nacional. A população alvo foi constituída por associações de pequenos produtores agrícolas, os vendedores do mercado, artesãos, pescadores e microempresas das mais diversas finalidades. Na perspectiva qualitativa, uma parte dos microempreendimentos foi sujeita a entrevistas semi-estruturadas, dirigidas a respondentes chaves do questionário, de sorte a permitir o aprofundamento da compreensão das dinâmicas envolvidas, com a coleta adicional de informação documental para posterior análise.

Em termos analíticos foram definidos quatro hipóteses norteadoras:

1. As associações surgem em um contexto de extrema pobreza como resposta à situação de vulnerabilidade, onde estas são um mecanismo de sobrevivência. Muitas dessas associações são resultantes das experiências e valores religiosos e culturais que foram resistindo a várias vicissitudes impostas pelo Estado.
2. A microempresa rural tem por vezes origem nas associações, quando alguns dos associados com perfil mais empreendedor reduzem a sua condição de vulnerabilidade e começam a produzir em uma lógica individual, de microempresa,
3. Há imperativos históricos de políticas económicas coloniais e pós-coloniais que condicionam o desenvolvimento do tecido institucional com vista a dar resposta a iniciativas empreendedoras. Se o tecido institucional tradicional, baseado no poder das chefaturas locais e relações resultantes da respectiva estrutura social, pode ser um entrave ao desenvolvimento da relações horizontais nas associações, paradoxalmente esse poder tradicional constitui a base das redes sociais sobre a qual associação funciona como expressão da solidariedade entre os membros.
4. As microempresas com carácter de empreendimento individual enfrentam também obstáculos de cunho administrativo, burocrático e financeiro. As instituições do Estado não conseguem dar respostas à complexidade das iniciativas empreendedoras locais capazes de dinamizar o desenvolvimento local.

Essas hipóteses direcionaram a análise do material empírico reunido pela pesquisa, cujos resultados preliminares são comentados introdutoriamente a seguir, no tocante a associações e a microempresas, predominantes respectivamente nos espaços rural e urbano.

É necessário, entretanto, um esclarecimento semântico: fato confirmado pelos entrevistados, as organizações produtivas no campo se têm indistintamente chamado de cooperativas ou associações de produtores. Só a observação directa dessas agremiações pode-nos levar à conclusão de que são cooperativas ou associações em sentido restrito. A correcção deste uso indistinto dos termos deverá passar por uma revisão da legislação cooperativa, uma vez que o associativismo se rege por uma lei actualizada. Cabe, nesse sentido, informar que o cooperativismo em Moçambique apresenta-se estruturado de duas formas distintas. A primeira corresponde ao que se encontra plasmado no Código Comercial, com um regime bem definido em termos de âmbito e de finalidade. A segunda forma do cooperativismo resultou da política de socialização do campo, implementada no auge da revolução, e fundamenta-se em uma legislação de 1979 que se julga extemporânea com o advento da economia de mercado. Essa política foi amplamente disseminada nas zonas rurais e as populações, que antes

não desempenhavam papel algum na produção, passaram a assumir o desenvolvimento do campo por meio do cooperativismo. Esse tipo de cooperativismo foi adotado pelos camponeses e continua a ser uma das formas mais populares de organização e cooperação entre eles na busca de sinergias para lutarem contra as causas da pobreza.

3. Surgimento e perfil dos empreendimentos

A forma de surgimento dos empreendimentos associativos e a fonte do capital inicial são aspectos preponderantes na percepção sobre sua dinâmica de funcionamento. Os resultados da pesquisa sugerem que o desemprego – no sentido de insuficiência ou desprovisionamento de fontes de trabalho e rendimento – é a principal motivação do implemento tanto das associações (70%) como das microempresas (79%). Factores relacionados com o desenvolvimento comunitário são apresentados com muito pouca frequência (6%) como justificativas para a constituição das associações. Esse facto pode revelar a predominância do sentido utilitário da associação para fazer face aos grandes níveis de vulnerabilidade.

Um segundo aspecto de destaque está relacionado com a fonte de recursos para o financiamento inicial, item em que os *fundos próprios* são mais expressivos entre as associações (59%) do que entre as microempresas (33%), enquanto que os *empréstimos* são mais comuns entre as microempresas (15%) do que entre as associações. Esse aspecto pode estar relacionado com o facto de, entre os mais vulneráveis, a solidariedade social poder vir a constituir-se na única forma de fazer face a um estado cujas instituições muito poucas oportunidades lhes oferecem.

Os dados ilustram que acima de 50%, tanto das associações como das microempresas, estão localizados na zona rural. Não é de se estranhar: de acordo com o Censo de 2007, 70% da população moçambicana está localizada na zona rural. Da mesma forma, é evidente que as microempresas sejam mais comuns nas zonas urbanas, pois é nessa região que parte dos artesãos localiza-se. Outrossim, é interessante notar que mais de 2/3 tanto das associações como das microempresas estão em funcionamento, isto é, já se enraizaram no local onde estão inseridas.

Por sua vez, o local de trabalho e o equipamento, tanto para as associações como para as microempresas, pertencem aos membros. A percentagem tanto de microempresas como de associações com equipamentos a crédito gira em torno de 4% e 6%, respectivamente.

Sobre o número de participantes, os dados parecem sugerir que entre as associações o número de membros é muito maior que aquele das microempresas. É de destacar que a quantidade média de membros nas associações é 36, enquanto nas microempresas é 18. Era de esperar que o número de membros nas microempresas fosse ainda mais baixo, pois são projectos individuais, embora inseridos em sistemas de entre-ajuda e valendo-se da cooperação familiar. Esses valores nas microempresas, em contrapartida, incluem sindicatos (associações) de microempresas, o que talvez explique o dado.

Enquanto as associações de microempreendedores visam principalmente à criação de um ambiente de negócios favorável à maior lucratividade e competição, as associações solidárias têm por objectivo o bem comum, por intermédio da partilha equitativa dos meios de produção, mercados e benefícios. Em particular, há pequenos microempresários do sector informal que se associam para a defesa dos seus interesses, pois o seu nível de vulnerabilidade é bastante crítico. Quando o empreendimento cresce, há tendência de alguns desses

microempresários passarem para o sector formal e, aparentemente, a associação solidária deixa de ter significado.

A participação da mulher nas associações atinge patamares significativamente mais altos que nas microempresas: as primeiras possuem o triplo de membros do género feminino do que as últimas. Esse facto pode sugerir que as mulheres inclinam-se a criar mais associações que os homens. Pode estar também relacionado ao facto de que estão mais expostas à situação de vulnerabilidade que os homens, devido a problemas da discriminação da mulher na sociedade tradicional, divórcios e viuvez precoce.

Sob o ponto de vista dos fluxos económicos, um facto apurado que poderá reflectir a atitude das associações criarem uma rede de interacção entre elas tem a ver com a sua principal fonte de matéria-prima, assegurada pelo fornecimento de seus associados (29%). Quanto aos produtos, tanto das associações como dos microempreendimentos, seu destino principal é a venda directa ao consumidor, o que ilustra que estamos perante artesões e camponeses com muito pouca capacidade de venda a grosso (atacado). Este facto é consistente com a resposta dada pelas associações e pelas microempresas sobre as maiores dificuldades dos seus empreendimentos. Um dos principais problemas mencionados é a falta de mercado para os seus produtos (50%) e a incapacidade de manter regularidade na sua produção. Cerca 50% desses empreendimentos não possuem algum tipo de meio de divulgação dos seus produtos. Mesmo os empreendimentos que fazem algum tipo de promoção são muito pouco abrangentes em seu âmbito comercial. Para as associações, os meios mais comuns de divulgação são a conversa boca a boca e as rádios comunitárias. Esses meios têm pequeno raio de acção, podendo ser um dos problemas fundamentais para superar o fraco crescimento desses empreendimentos.

Nas associações, os benefícios sociais são mais evidentes se comparados às microempresas. Elas apresentam maior tendência do que as microempresas em participarem em fóruns, articularem-se com outras associações e desenvolverem trabalhos comunitários. As poucas microempresas com acções de solidariedade, embora tenham como objectivo o retorno financeiro, estão ainda em uma fase embrionária e em situação de vulnerabilidade, conseqüentemente sua participação em fóruns e em acções de solidariedade tem como provável objectivo encontrar oportunidades de mercado, partilha de riscos e apoios para a sua expansão.

A dinâmica de funcionamento das microempresas é bastante similar a das associações em grande parte de outros aspectos. Verificam-se similaridades nas razões para o surgimento de um ou outro tipo de empreendimento, fontes de financiamento para o início das atividades, formas de promoção dos seus produtos, problemas para encontrar mercados e dificuldades de manter regularidade no fornecimento. Tais semelhanças são fundamentalmente um reflexo do facto de estarmos diante de iniciativas que surgem como respostas a situações de extrema vulnerabilidade.

Nas zonas urbanas, são desempregados com alguma capacidade, como artesãos, que iniciam negócios no sector informal, em um contexto de instituições do Estado sem capacidade de apoiar em termos de financiamento e formação. Nas zonas rurais, trata-se de camponeses em situação de vulnerabilidade, praticando uma agricultura de subsistência, com dificuldades de encontrarem mercados para os seus produtos e insumos, ademais desprovidos de alternativas para melhorarem sua produção. É nesse contexto que, com o apoio das ONGs, esses camponeses formam associações que, pelo tipo de objectivos apresentados, constituem primordialmente uma das únicas respostas à situação de pobreza absoluta. Assim, quando alguns dos associados deixam as associações e tentam criar empreendimentos individuais, continuam com o mesmo tipo de estrutura de

funcionamento, pois foi a partir das associações que adquiriram os primeiros rendimentos para o seu negócio. Para além desse aspecto, a percepção sobre as condições para desenvolvimento das microempresas continuam vinculadas à sua experiência vivida nas associações. Assim, pode-se creditar a essas experiências a possibilidade de funcionarem como lastro social e econômico importante, em situações futuras em que o associativismo e o cooperativismo recebam a impulsão que lhes é necessária.

REFERÊNCIAS

GAIGER, L. 2008. A dimensão empreendedora da economia solidária. Notas para um debate necessário. *Revista Otra Economía*, 11(3): 58-72.

_____, L.; LAVILLE, J.-L. 2009. Economía solidaria. In: A. CATTANI *et al.* (orgs.), *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra, Almedina: 162-168.

GREEN, R. 1992. *A luta contra a pobreza absoluta em Moçambique*. Maputo, Direcção Nacional de Planificação.

NEWITT, M. 1997. **História de Moçambique**. Lisboa, Europa-América, 511 p.

PORTELA, J. *et al.* 2008. *Microempreendedorismo em Portugal: experiências e perspectivas*. Lisboa: INSCOOP/GRECA, Artes Gráficas, 272 p.

RAZETO, L. 1993. *Los caminos de la economía de solidaridad*. Buenos Aires Editorial, Editorial Lumen-Humanitas, 238 p.

ROLIM, C.; FRANCO, A.; BOLNIK, B.; ANDERSON, P.-A. (orgs.) 2002. *A economia moçambicana contemporânea: ensaios*. Maputo: Gabinete de Estudos -Ministério do Plano e Finanças.

VALÁ, C. 1998. A problematização do alívio à pobreza em Moçambique. *Extra*, 21: 6-18.

Microempreendedorismo popular e Economia Solidária: o sentido de uma mudança¹

Pedro Hespanha

Sociólogo, Professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Membro Fundador e Investigador do Centro de Estudos Sociais - CES. Coordenador dos Programas de Mestrado "Políticas Locais e Descentralização. As Novas Áreas do Social" e "Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo". E-mail: pedro.hespanha@gmail.com

Resumo

Este artigo procura, primeiramente, dar conta da diversidade do universo dos microempreendedores, fornecendo uma categorização das suas principais modalidades a partir de uma concepção plural dos sistemas económicos. Em segundo lugar, intenta discutir o sentido da transformação das formas de economia popular em um processo em que a metáfora da metamorfose permite expressar o seu carácter híbrido e isento de descontinuidades. Por fim, questiona as condições a partir das quais se pode esperar que essas formas de economia popular venham a dar lugar a formas solidárias – e não individualistas – de produzir, distribuir e consumir. As ideias expressas resultam de uma reflexão do autor a partir de um estudo sobre o mundo dos microempreendedores em Portugal e que consistiu em uma análise detalhada de como surgem, alimentam-se e desenvolvem-se os pequenos empreendimentos, cruzando as experiências dos seus criadores com as daqueles profissionais ou representantes de instituições que supostamente os apoiam.

Palavras-chave: microempreendedorismo, economia popular, economia solidária

Abstract

This article seeks, first, to account for the diversity of the universe of micro-entrepreneurs by providing a categorization of their major forms departing from a plural conception of economic systems. Secondly, it attempts to discuss the meaning of transformation of forms of popular economy in a case where the metaphor of metamorphosis can express its hybrid nature and lack of discontinuities. Finally, it questions the conditions from which one can expect that these forms of popular economy will give rise to solidarity-based (rather than individualistic) forms of producing, distributing and consuming. The views expressed are the result of the author's reflection from a study on micro-entrepreneurs in Portugal and that consisted of a detailed analysis of how their initiatives arise, are supported and developed. For this purpose the experiences of

¹ Este artigo discute resultados do Projecto de Pesquisa *Microempreendedorismo e Associativismo em Países de Desenvolvimento Periférico*, realizado no âmbito do Programa de Cooperação em Matéria de Ciências Sociais para os Países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e financiado pelo CNPq (Edital 018/2007).

micro-entrepreneurs are compared with the view of those professionals and policy makers who are supposed to support them.

Key-words: micro-entrepreneurship, popular economy, solidarity-based economy

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem sido dada uma grande importância à problemática do empreendedorismo de pequena escala devido, sobretudo, ao reconhecimento, pelas políticas públicas, do contributo da pequena iniciativa para o crescimento económico, o emprego e a vitalidade da economia.

O microempreendedorismo em geral é concebido como uma especificação do conceito de *empreendedorismo* reportado às situações de pequeníssima escala. Entende-se que, mesmo nessas situações, podem estar presentes

todos os atributos do conceito de empreendedorismo, ou seja, a criação de valor, a inovação e a mudança, a procura por oportunidade e a desenvoltura na gestão e na assunção do risco. A realidade, porém, mostra que muitos dos negócios criados por indivíduos isolados ou por pequenos empreendimentos colectivos não obedecem a todos esses requisitos.

A questão é particularmente pertinente em sociedades onde predominam formas de pequena produção pouco ligadas ao mercado, movidas por uma racionalidade económica não lucrativa e desenvolvidas por pessoas com recursos limitados, como é o caso das sociedades da periferia e da semiperiferia do sistema mundial.

No texto que se segue, procuro, em primeiro lugar, dar conta da diversidade do universo dos microempreendedores, fornecendo uma categorização das suas principais modalidades a partir de uma concepção plural dos sistemas económicos. Depois, discutir o sentido da transformação das formas de economia popular em um processo em que a metáfora da metamorfose permite expressar o seu carácter híbrido e isento de discontinuidades. Por fim, questiono as condições a partir das quais se pode esperar que essas formas de economia popular venham a dar lugar a formas solidárias – e não individualistas – de produzir, distribuir e consumir.

1. Os diferentes microempreendedorismos

A diversidade interna é o dado mais notório do universo dos microempreendedores qualquer que seja o critério tomado como factor de distinção: objectivos e motivação, condição social e económica dos agentes,



níveis de escolaridade e qualificação profissional, estatuto de trabalho anterior, ramos de actividade, dimensão económica, etc. (Hespanha, 2009a).

A diversidade que aqui nos interessa considerar diz respeito à racionalidade económica que preside à constituição do empreendimento. Alguns dos pequenos negócios se integram em uma lógica económica típica da economia doméstica, da economia popular ou da pequena produção autónoma cuja racionalidade assenta em um princípio de maximização do bem-estar e de reprodução económica do grupo. Em contrapartida, outros prosseguem claramente um objectivo de maximização do lucro, não confundem a esfera dos negócios com a esfera da vida familiar e determinam-se, enfim, pelas oportunidades e pelos sinais do mercado. Faz sentido distinguir ainda um terceiro grupo, a meio caminho entre o primeiro e o segundo, que designaríamos de *individualismo possessivo*². Nesse caso, a motivação é o êxito individual, em termos económicos e de reconhecimento público, o qual, portanto, se distingue do primeiro grupo pelo seu cunho individualista e do segundo pela sobreposição de objectivos de carácter familiar à lógica da acumulação do capital. Há talvez um quarto, o dos microempreendedores populares associativos, em que existe um projecto colectivo que mobiliza as pessoas e que, por isso, se distingue dos restantes grupos que se centram no indivíduo ou na família, não no colectivo.

As diferenças entre as modalidades do microempreendedorismo têm de ser buscadas em indicadores apropriados, tais como o recurso ou não a trabalho exterior à família, pago ou não pago; o uso das redes de solidariedade primárias; o grau de informalidade nas relações de mercado, nas relações com as instituições e nas relações de comunidade; grau de indistinção entre a economia doméstica e a economia do empreendimento; a reacção perante as crises (recuo autárquico ou falência); o nível de ambição, o desejo de arriscar ou a aversão ao risco; o destino dos lucros (reinvestimento ou consumo); existência ou não de limites à acumulação do capital (progressão na escala do empreendimento). No universo dos microempreendimentos, podem encontrar-se todas as modalidades identificadas acima, a saber: a) o microempreendedorismo popular grupal; b) o microempreendedorismo protocapitalista; c) o microempreendedorismo popular individualista e d) o microempreendedorismo associativo.

Analisaremos a seguir cada uma delas de forma mais detalhada, fornecendo a informação útil para sua caracterização mais fina. Maior desenvolvimento será dado, por razões de estratégia argumentativa, à primeira destas quatro modalidades.

1.1. O microempreendedorismo popular

Alguns dos pequenos negócios integram-se em uma lógica económica típica da economia doméstica, da economia popular ou da pequena produção autónoma cuja racionalidade assenta em um princípio de maximização do bem-estar e de reprodução económica do grupo e não na maximização do lucro característica da racionalidade capitalista. Designamos essas formas económicas de microempreendedorismo popular.

Vários indicadores empíricos permitem reconhecer essa modalidade de empreendedorismo. Dentre elas incluem-se: o recurso a trabalho exterior à família, pago ou não pago, usando as redes de solidariedades primárias; a informalidade total ou parcial nas relações de mercado, nas relações com as instituições e nas relações de comunidade; a relativa indistinção entre a economia

² Inspirado em Macpherson (1972).

doméstica e a economia do empreendimento; o recuo autárquico em períodos de crise; a ambição limitada como motivação; e o primado da segurança como atitude.

Essas formas de empreendedorismo não são meros resíduos pré-capitalistas. Abundantes estudos sobre o campesinato mostram que um sistema económico que nunca foi dominante em parte alguma pôde sobreviver durante séculos e manter o essencial da sua racionalidade: sobrevivência alargada das famílias em comunidade por intermédio de uma gestão prudente dos recursos e de uma solidariedade gerada por ameaças comuns. Uma espécie de economia moral, baseada no costume e na experiência passada, funciona como concha protectora e reduz os impactos desagregadores do sistema económico dominante, seja ele o feudalismo, o capitalismo ou o socialismo real (Scott, 1976; Popkin, 1979).

A desagregação das relações sociais baseadas na reciprocidade e na entreatura solidária nunca foi completa e, por isso, os sistemas camponeses sofrem um processo de metamorfose, mas resistem. O que se verifica com os sistemas camponeses pode estender-se sem grandes alterações às restantes formas de economia popular que partilham a mesma sociabilidade de raiz local, reforçada pelo interconhecimento, pela transparência de papéis e pela confiança, e se expressam em acções colectivas de carácter popular (Hespanha, 2009b).

Pode-se questionar, inclusive, em que medida o microempreendedorismo é um conceito adequado a definir essas práticas negociais movidas pela necessidade ou pela ambição limitada. Ainda, em que medida, usando o conceito de microempreendedorismo, desconsideramos dimensões dessas práticas que são verdadeiramente explicativas da sua existência, como o *ethos* de subsistência, a racionalidade de segurança ou a condição de modo de vida.

A semântica do conceito impele-nos a centrar a atenção no empreendimento ou na empresa, desviando a nossa atenção das condições sociais necessárias para o criar, ou seja, da contribuição de outros (parentes, amigos, vizinhos, "notáveis") para o viabilizar, bem como das obrigações assumidas pelo empreendedor perante quem o ajudou. Em face dessa singularidade das formas de economia popular, torna-se necessário captar e aprofundar as dimensões verdadeiramente explicativas da existência dos pequenos empreendimentos económicos e analisar o seu relacionamento com o mercado (quer o mercado de trabalho, quer o mercado de bens e serviços).

Na secção seguinte, analisarei a decisão de montar um negócio à luz das motivações expressas e das condições objectivas de vida dos seus promotores, com vista a distinguir as situações de microempreendedorismo popular de tipo grupal das de tipo individualista ou protocapitalista. Esta análise baseia-se em um estudo por nós realizado que envolveu a reconstituição dos contextos da criação e desenvolvimento de pequenos negócios por intermédio de entrevistas a 70 microempreendedores (Portela *et al.*, 2008).

1.2. O microempreendedorismo popular individualista (possessivo e protocapitalista)

Outro componente do microempreendedorismo corresponde a situações de desemprego em que o trabalhador, por procurar emprego sem êxito, decide montar o seu próprio negócio. A procura por segurança material constitui, nesses casos, um factor motivacional de enorme importância.

No rol de justificações para o facto de se ter decidido criar um negócio, encontram-se sempre e com grande realce: *ter um emprego; ter uma fonte de*

rendimento; ganhar autonomia financeira; ganhar estabilidade. A privação de uma fonte de rendimento estável e duradoura é o que explica, entre essas pessoas, que motivações associadas à necessidade de alcançar segurança e estabilidade sejam sobrevalorizadas em detrimento de motivações de carácter mais egoísta. Mas seria redutor e até enganoso dizer que esse conjunto de pessoas foi indiferente a esse tipo de motivações. Muito embora a necessidade de encontrar uma alternativa ao trabalho assalariado tenha sido o grande móbil para a criação do negócio (não fosse tal necessidade, essa questão nunca se lhes teria colocado), não deixaram de se sentir atraídos por factores como: *ser autónomo no trabalho, ser patrão de si próprio, realizar uma actividade de que se goste; desenvolver a criatividade; concretizar um sonho que sempre pareceu irrealizável.* Digamos que ter um negócio foi encarado como oportunidade de aceder à tão desejada fonte de estabilidade e, por acréscimo, uma oportunidade para se ser autónomo, livre no trabalho e, em alguns casos, para desenvolver uma actividade de que sempre se gostou, mas que os constrangimentos próprios do trabalho assalariado (que cada vez mais escolhe, ao invés de ser escolhido) não haviam permitido.

Optar pela segurança e pela autonomia de trabalho é a utopia dos pobres. Mas torna-se uma aspiração realizável para muitos indivíduos e famílias das classes populares, tanto mais realizável quanto maior a sua capacidade de mobilizar recursos e ajudas.

Abundante literatura sobre o campesinato, o operariado urbano, o trabalho informal ou a pequena produção mercantil marca bem a distinção entre essa atitude de cautela e de procura de bem-estar *na* comunidade, e a atitude, desvinculada das obrigações colectivas, de ambição pessoal e de individualismo possessivo (ganhar dinheiro, ter bens e fortuna pessoal), que caracteriza o *free rider*, as camadas superiores da pequena burguesia tradicional e o capitalismo emergente. Distintas atitudes, diga-se, que radicam nas condições objectivas de reprodução em que os actores se situam e que, usando uma conhecida terminologia marxista, correspondem aos mundos distintos da reprodução simples e da reprodução alargada (Hespanha, 1984).

No universo dos entrevistados, Adelaide³ representa uma situação típica da economia popular e Rute uma situação intermédia, um ponto crítico de indefinição e quase em ruptura com a condição popular.

Adelaide é ex-operária de uma fábrica têxtil. Estava quase a terminar o subsídio de desemprego quando, inesperadamente, por súbita doença que impede o cônjuge de trabalhar, vê-se impelida a complementar essa prestação social com outra fonte de rendimento. É então que, aproveitando as competências adquiridas em 30 anos de trabalho fabril, decide dedicar-se a pequenos arranjos de costura no seu próprio domicílio. Esse *biscate* serve para se aperceber que se trata de uma actividade rentável e, ao mesmo tempo, para constatar que tem praticamente todos os recursos necessários para a exercer: o espaço físico, algum equipamento, a experiência no ramo e o apoio das filhas. Iria apenas precisar adquirir algumas máquinas mais modernas, indispensáveis para uma maior rentabilização do seu trabalho. Com 47 anos de idade, com apenas a 4ª série e com experiência marcada por uma realidade fabril em crise, Adelaide percebe que criar um negócio é a sua melhor alternativa. Assim, em um momento em que estava quase a terminar o subsídio de desemprego, contacta a ANDC⁴ e consegue o financiamento necessário para modernizar aquele que viria a ser o seu novo projecto de vida.

³ Nomes fictícios. A metodologia da pesquisa de campo é apresentada com detalhes em Portela *et al.* (2008: 53-65).

⁴ A Associação Nacional de Direito ao Crédito tem tido um papel muito relevante na promoção e divulgação do microcrédito em Portugal.

Exemplo do segundo tipo é o de Rute. Tem 35 anos, é solteira, tem o 12º ano de escolaridade e vive na Beira Interior. Tem saber e saber-fazer de estilista-modelista e talvez uma fracção desde capital cultural se deva ao seu avô paterno, o qual tinha uma alfaiataria. Trabalhou três anos em uma grande empresa de têxteis, mas, subitamente, foi despedida. Depois desse sismo, reergueu-se: essa estilista candidatou-se ao programa ILE (Iniciativa Local de Emprego) de apoio à criação de próprio emprego em 2003. No ano seguinte, abriu uma loja na aldeia de origem e em outubro de 2006 inaugurou outra, desta feita na Covilhã, na galeria de um hipermercado. Rute é bem um exemplo de alguém que vê na possibilidade de criar um negócio, não só uma solução de trabalho, mas também a possibilidade de atingir um maior nível de realização profissional. Ex-operária de uma fábrica têxtil, onde era modelista, percebe no auto-emprego a oportunidade de expressar a sua criatividade na produção e venda de roupa com a sua própria marca.

Para erguer o seu ateliê e loja, Rute não deixou de virar do avesso a sua casa nem deixou ainda de nutrir a esperança de vir a realizar a sua “ideia original” — a sua fantasia de muito tempo: “ter uma criação própria para vender ao público”. Porém, para poder vingar, rendeu-se à procura local e sabiamente dedicou-se a “um bocadinho de tudo”: estampagem, venda de vestuário e acessórios de moda com marca alheia, arranjos de costura, etc. Evidentemente, ela conclui: “assim, se não vem de um lado, vem de outro”.

Essa jovem empresária admite que a formação profissional é um requisito necessário, mas insuficiente para se alcançar o sucesso. Segundo ela, faz falta um “dom” para o negócio, é preciso ter um “bichinho cá dentro”. Rute passou por uma experiência associativa, tendo mesmo integrado os corpos sociais de uma colectividade da sua aldeia de origem, mas não enraizou nesse solo. Não gostou da experiência.

1.3. O microempreendedorismo popular grupal e o microempreendedorismo associativo e solidário

Amiúde se pensa e fala do empreendedor como um sujeito cheio de autonomia, auto-estima e auto-confiança. Ou ainda como alguém sedento de acção e realização, tudo isso a reclamar força e ânimo individual. Não é de admirar que isso suceda, dado que o individualismo e os seus ramos (v.g. a teoria dos traços psicológicos dos empreendedores) são, por excelência, o caldo de cultura do conceito em causa.

Ora, o que os estudos de caso realizados na pesquisa acima referida mostram, ao contrário, é que não há sinais de microempreendedorismo independente e solitário. Os empreendedores são pessoas psicologicamente mais frágeis, mais vulneráveis e mais interdependentes do que é idealizado. Em qualquer caso, há sempre outras pessoas envolvidas que desempenham um papel vital no êxito dos empreendimentos, incluindo aqueles que, pela sua proximidade do empreendedor, têm de partilhar as consequências dos percursos deste.

Os inquiridos puderam usufruir, e o fizeram, dos recursos disponíveis nas redes a que estão ligados e a que então se ligaram. Começaram, amiúde, pela rede de parentesco. Os recursos são muito variados, consoante as circunstâncias, mas são sempre de uma importância extraordinária nas circunstâncias concretas de cada exemplo.

É o caso de Flávio, ex-bancário e ex-director comercial de uma grande empresa de venda de produtos naturais, que trabalhou em duas atividades simultâneas

durante nove meses: manteve-se empregado nesta firma enquanto lançava a sua, no mesmo ramo, estando irremediavelmente ausente desta por lapsos de tempo consideráveis. O pai de Flávio coordenava o trabalho, garantindo em parte a gestão e as vendas. Actualmente, Flávio já não se socorre do pai, mas emprega a irmã. Ela possui formação em Nutrição Aplicada (cosmética médica) e em Massagem e Nutrição, e estava sem trabalho.

Em outro caso – o de Dinis –, sua irmã angariou-lhe uma boa parte da clientela quando do início das atividades da firma. Um outro exemplo é o marido que combate o desânimo de Eufémia, que lhe dá ânimo para buscar o que lhe apraz fazer. E, como se isso não fosse bastante, o marido de Eufémia fornece-lhe de bom grado uma lista de contactos. No caso de Alice, o companheiro também a ajuda muito, pois tem loja no mesmo ramo de actividade, mas ele mesmo poderá vir a “herdar” a loja dela. Outro relato é de Noé, um biólogo doutorado e ex-investigador, que se socorre da criatividade e saber de experiência feito por parte da sua mulher, desde a concepção inicial do negócio. A sua curta experiência de lecionar no ensino secundário apenas durante um ano lectivo bem como numa Universidade, paralelamente à investigação, não seria de grande utilidade para a implantação de uma escola de ensino extra-escolar de disciplinas artísticas. Mas, ao contrário, os bens e préstimos do parentesco avolumaram-se: a casa velha da mãe do sogro, depois de obras, virou escola e o sogro deu orientações a custo zero. Não seria de espantar que o seu próprio pai, gerente comercial, e a sua mãe, decoradora e artista, tivessem sido igualmente conselheiros.

Similar é o exemplo de Jaya. Sem qualquer cerimónia recorre à família extensa, por exemplo, a vários primos dispersos pela Europa, os quais agem como fornecedores de informação e até de equipamentos. E, completando essa lógica de empreendimento familiar, os três irmãos de Jaya estão já arrolados como mão de obra exclusiva nos seus dois restaurantes. Estão já “estagiando” no Algarve, na *pizzaria* do amigo do pai, no mesmo local onde ele próprio aprendeu muito. A mãe dos quatro jovens indianos referidos é agora doméstica durante o dia, mas à noite auxilia na *pizzaria* de Jaya.

Não só da rede de parentesco se socorrem os microempresários inquiridos. No caso de Rute, aos familiares-fiadores juntam-se não só os ex-colegas que deram o apoio técnico à instalação de maquinaria — que a empresa vendedora não deu, fugindo à obrigação — mas também o amigo que a ensinou a fazer estampagem. Não raro os entrevistados contam com amigos que são contabilistas, ou que, mais modestamente, só lhes “fazem a escrita”. Beneficiam-se ainda de ajudas de organizações, governamentais ou não, mas muito especificamente de um dado membro, ou órgão social, quando disso depende a resolução de um problema.

O caso de Eufémia merece ser mais detalhado, pois ela possui uma longa experiência como activista e associativista, tendo estado sempre ligada a várias associações da sua freguesia e movida por uma ânsia de fazer mais e mais. Em 1995 criou o grupo de Cantares da Freguesia e depois a Associação do Grupo de Cantares da qual foi presidente durante cinco anos. Em 2000, foi criada a Associação de Artes e Sabores do município, da qual é actualmente a presidente. Sempre muito activa, acabou por se candidatar à liderança da Junta de Freguesia por duas vezes, tendo perdido, por poucos votos. Atribui essas derrotas e outras oposições, ao “machismo” que impera no interior: “fui pioneira nisso e agora já há outras mulheres a tomar posições de destaque, mesmo algumas que me criticaram”. Filha de assalariados agrícolas, com 57 anos, marido e dois filhos, ela está sempre desperta para novas aprendizagens e sempre a mobilizar vontades e iniciativas. Em cada local onde trabalha — como tecedeira, vendedora ou cantante — aproveita para promover os restantes postos. Trata-se, pois, de uma personalidade com um grande carisma. Depois de uma experiência de empreendedorismo colectivo — uma oficina de tecelagem — que durou 15 anos, é agora empresária individual. No seu tear, situado em um moinho-ateliê, produz e

vende tecidos. Comercializa ainda outros produtos tradicionais da região. Ao invés da mãe, que não valorizava esta actividade e produzia no tear tecidos para o gasto da casa, Eufémia tomará tal “posto de trabalho” para fazer “peças”, a expor e vender.

Caso exemplar, pela sua capacidade de entender as motivações de carácter mais explicitamente solidário, é o de Florbela, a protagonista de um *empreendedorismo de tipo solidário*. Na localidade em que reside, o Projecto de Luta Contra a Pobreza diligenciou a criação de uma cooperativa no ramo do artesanato para integrar mulheres desempregadas que, no âmbito desse mesmo projecto, tinham realizado cursos de formação em bordados e costura. Sendo reconhecida, na comunidade, como uma pessoa dinâmica e com capacidade de liderança, Florbela, com formação técnica em farmácia, foi convidada a assumir a direcção da cooperativa. Aceitou o convite, motivada pela vontade de ajudar e por acreditar que o projecto se poderia constituir como um factor de desenvolvimento para a região.

Uma última questão merece ser abordada. Tendo em conta a “dependência” assinalada do apoio de outrem à criação do empreendimento, não deixa de ser estranho verificar que foram muito poucos os casos de projectos empresariais colectivos. Desse universo de desempregados, só três entrevistados criaram firmas na forma de *sociedades*. Dois desses casos referem-se à Conceição e à Matilde, duas mulheres que despertaram para o negócio quando da frequência de cursos de formação profissional. O que explica o facto de Conceição e Matilde terem optado por projectos em sociedade é, em certa medida, o que nos ajuda a perceber a razão de a maioria dos entrevistados desse subgrupo não o ter feito. Ambas realizaram cursos de formação profissional onde encontraram pessoas com as quais descobriram afinidades e com quem iniciaram uma partilha de objectivos. Ora, criar uma empresa em sociedade, como se percebe por vários testemunhos, implica a existência de um elevado grau de confiança e de afinidade com a pessoa ou pessoas em causa. A “descoberta” do sócio ideal torna-se particularmente difícil quando a orientação para criar um negócio surge por força de circunstâncias inesperadas, sem tempo para uma programação prévia. Nos casos de Conceição e de Matilde, a escolha pela criação de sociedades explica-se pelas circunstâncias excepcionais em que a decisão de criar o negócio ocorreu. Sublinhe-se que foi a entre-ajuda que as levou a pensar nessa possibilidade. A decisão desde o início foi de grupo, não foi individual.

Voltando aos casos em que os projectos foram individuais, cabe lembrar que, em geral, não se partiu sozinho. Iniciou-se com a perspectiva de apoio informal, sobretudo de familiares muito próximos. Esse factor, naturalmente, ajudou a reduzir receios, já que se sabia que não se iria estar desacompanhado. Em alguns casos, aliás, o apoio que começou por ser esporádico foi-se tornando, ao longo do tempo, cada vez mais regular, tendo mesmo chegado a acontecer, sobretudo nos casos em que o negócio foi dando mostras de êxito, que membros da família (em geral os cônjuges) largassem o emprego que tinham para se dedicarem apenas ao negócio. Significa isto que, muito embora oficialmente esses projectos sejam individuais, na realidade, em uma grande parte dos casos, são familiares.

O que se pretende evidenciar, com esses casos, é a incerteza ou indeterminação acerca do sentido que os pequenos empreendimentos de raiz popular possam seguir. Viabilizados por meio da cooperação de muita gente recrutada nas redes sociais próximas, pode dizer-se – com um grau de generalidade muito grande – que os seus promotores tendem a seguir sozinhos quando essas redes deixam de ajudar e antes contribuem para paralisar a acção, ameaçando o futuro do empreendimento. Tendem a manter-se abertos à cooperação dos próximos sempre que o mercado represente um risco insuportável para as forças individuais do promotor e os objectivos de melhoria da vida estejam a ser realizados. É certo que as condições para um envolvimento associativo se tornam

mais precárias à medida que a comunidade se abre ao exterior e as oportunidades de emprego aumentam para todos e cada um. Quando assim é, as saídas individualistas tendem a predominar, como é o caso em Portugal. Mas isso não significa necessariamente que o individualismo possessivo se tenha apoderado das pessoas e que os resultados das saídas individualistas sejam necessariamente compensadores. Sabendo que os comportamentos mudam mais facilmente com base nas experiências de vida (e não tanto com as ideologias), então a escolha pelas saídas individualistas só acontece quando as pessoas sentem que os resultados compensam.

O ponto de chegada da nossa análise dos casos estudados, quando se considera a possibilidade de surgimento de formas de Economia Solidária, a partir de contextos de economia popular, é que não existe nenhuma inexorabilidade na transformação capitalista da economia popular. São muitas as estratégias para esta escapar a uma integração adversa na esfera do capitalismo e o que interessa conhecer melhor é em que condições a economia popular (nas suas diversas modalidades) pode dar origem a empreendimentos económicos colectivos ou solidários.

Portugal tem uma experiência interessante e muito rica neste domínio quando, na segunda metade dos anos 1970 e logo após a Revolução dos Cravos, gerou-se uma expectativa fundada de se constituir uma sociedade socialista, um propósito, aliás, consagrado na própria Constituição Política de 1976. Conjugando-se os efeitos de uma crise aguda do sector empresarial capitalista (encerramento de empresas, descapitalização, abandono) com as aspirações dos trabalhadores a um modelo autogestionário, muitas iniciativas populares de carácter colectivo desabrocharam em todos os sectores da economia.

A reviravolta política posterior veio reverter esse processo, a adesão à União Europeia contribuiu decisivamente para que se impusesse um outro modelo de sociedade. As dinâmicas populares mais criativas foram soçobrando, ao mesmo tempo em que se instaurou um realismo prudente quanto à capacidade de organizar uma acção colectiva consequente, no domínio económico, que favorecesse as classes populares.

Actualmente, as fórmulas associativas autónomas de produção são claramente subalternizadas pelas entidades públicas. O movimento cooperativo, que aliás nunca foi muito forte, não se mostra atractivo como alternativa, os partidos de esquerda oscilam entre o apego a fórmulas ultrapassadas e a abertura escancarada a um capitalismo mais humanizado. O movimento sindical, em crise, refugia-se em estratégias defensivas e, perante essa realidade, os riscos de uma opção à contracorrente, de aposta em formas de produção colectiva e solidária, são enormes para os trabalhadores.

Porém, as saídas individualistas pelo microempreendedorismo não se fazem sem riscos. Muitos negócios falham por falta de condições para corresponder aos padrões de competitividade exigidos pelo mercado, designadamente pela indisponibilidade para despende o volume e intensidade de trabalho que o mercado requer. Essas saídas, por isso, são reversíveis, no sentido em que os actores podem ter de recuar, para reorientar a estratégia.

2. As diversas faces da economia solidária associadas à economia popular em Portugal

Não existe um levantamento dos empreendimentos da Economia Solidária em Portugal, nem sequer de algumas das suas modalidades mais típicas. Além disso,

a notoriedade dessas iniciativas é ainda muito reduzida e a informação que delas existe tem em regra uma difusão apenas local. Finalmente, a principal fonte de informação resulta das instituições que apoiam de alguma forma essas iniciativas, mas trata-se de uma informação espartilhada por agências e programas, de uma informação incompleta e em regra desactualizada e de uma informação nem sempre fácil de aceder.

A análise que se fará a seguir sobre as modalidades de Economia Solidária com origem ou associadas à economia popular tem como fonte informação disponível ou que foi especialmente trabalhada por mim e, por isso, não tem representatividade alguma nem sequer a pretensão de englobar todas as modalidades de Economia Solidária existentes em Portugal. As situações escolhidas são aquelas que permitem ir ao encontro de alguns problemas que foram levantados na secção anterior e visam discutir os processos de afirmação da Economia Solidária no contexto da sociedade portuguesa.

Começarei por caracterizar a pequena produção em Portugal, sabendo que ela corresponde, com assinalável grau de coincidência, à forma mais típica de organizar as economias populares. Em seguida, identificarei e analisarei três modalidades de relacionamento do microempreendedorismo com a Economia Solidária: os mercados solidários, as cooperativas de artesãos e as organizações de solidariedade institucionalizada.

A pequena produção independente tem um peso relativamente elevado em Portugal – representa 18% da população activa em 2009⁵ – designadamente quando comparado com o de outros países da União Europeia⁶. Nas áreas rurais, sobretudo as do norte e centro interiores, uma grande parte da população vive e trabalha de forma autónoma na agricultura em pequenas explorações familiares com reduzida ligação ao mercado. Ocupam os tempos livres em certo número de actividades artesanais ou de pequeno comércio e em serviços de proximidade de relevância local, ou seja, em situações mal reconhecidas pela estatística e pela contabilidade nacionais. A existência de empregos fora da exploração agrícola é cada vez mais frequente, à medida que a indústria de pequena dimensão e muito intensiva em mão de obra (principalmente nos ramos dos têxteis, do calçado, da metalurgia ligeira, do mobiliário) se vai instalando em áreas rurais. Ademais, os produtores agrícolas vão defrontando-se com maiores dificuldades de competir nos mercados agrícolas. Do mesmo modo, na periferia das grandes cidades do litoral, uma população migrante, mal inserida no mercado de trabalho, ocupa-se de um sem-número de actividades informais ou clandestinas, combinadas com trabalho em empregos ocasionais ou temporários, instáveis e mal remunerados.

O volume dos pequenos produtores tem sido afectado pela reestruturação industrial resultante das mudanças do regime de acumulação capitalista, que se traduzem em processos de desconcentração e terciarização das empresas e de subcontratação de certas funções produtivas. A reconversão do estatuto de trabalho assalariado em trabalho independente constitui uma manifestação desses processos. Em contrapartida, novas atitudes culturais de busca do sucesso pessoal alimentadas pela ideologia neoliberal criam um clima favorável à independentização do trabalho. Em qualquer dos casos, trata-se de explicações que acentuam traços da condição laboral do capitalismo tardio distintos dos da fase precedente de assalariamento intensivo. As estatísticas do emprego

⁵ Este valor sobe para 23% quando se incluem os trabalhadores pro conta própria que empregam outro(s) trabalhador (es).

⁶ No espaço europeu, esse peso é igualmente elevado em outros países do sul da Europa ou da área mediterrânica e expressa um nível baixo de incorporação de certas actividades tradicionais na economia capitalista e, de outro ponto de vista, uma progressão menos acentuada da sociedade salarial (Hespanha, 1999). O espaço ocupado na actividade económica por produtores familiares ou independentes nestes países tem sido considerado por muitos autores como uma nota específica da semiperiferia europeia (vd. por todos Santos, 1993).

mostram, por isso, que o peso dos produtores independentes é elevado não apenas em certos ramos de actividade tradicionais, mas também em ramos de actividade inovadores, como os dos serviços no imobiliário, na informática, na consultadoria, etc. Tudo isso faz da categoria "pequena produção" uma combinação de estatutos muito distintos, englobando trabalhadores isolados, pequenos empregadores, artesãos, profissionais livres e "falsos independentes".

O que parece necessário aprofundar no caso português são as relações entre os elementos pré e pós-modernos na economia e nos mercados de trabalho, por forma a fazer realçar as suas interdependências e os seus condicionamentos recíprocos. O facto de o processo de profissionalização do trabalho ser ainda limitado e de a população empregada ter pouca autonomia e responsabilidade face aos empregadores, por exemplo, favorece a preferência por um estatuto de trabalho independente. Daí as estratégias de auto-estabelecimento correntemente desenvolvidas pelos assalariados das camadas mais baixas, que podem funcionar inclusivamente como primeiro patamar de uma estratégia mais distante de patronalidade. O trabalho independente, longe de significar apenas uma forma degradada de trabalho, pode desempenhar, no plano das representações sociais de certos grupos, um papel significativo de integração social, pela mobilidade intergeracional ascendente e pela realização de projectos individuais (Freire, 1995:29).

Não obstante, importa assinalar que na realidade portuguesa actual a condição de trabalhador autónomo corresponde cada vez mais a situações em que o trabalhador só formalmente é autónomo relativamente a quem contrata os seus serviços. É o caso dos trabalhadores subcontratados dos ramos da indústria do calçado, dos têxteis e das confecções que conservam uma reduzida margem de manobra perante as firmas que com eles contratam. É o caso dos trabalhadores em regime de exclusividade ou de *franchising* para outras firmas. É, ainda, o caso dos "falsos independentes", ou seja, dos trabalhadores forçados a declararem-se independentes apesar de trabalharem regularmente e sob a direcção de firmas que se recusam a admiti-los formalmente, rodeando assim as leis de protecção laboral dos assalariados. É, finalmente, o caso dos trabalhadores que escolhem exercer uma actividade independente apenas como uma espécie de *second best*, isto é, porque têm de sobreviver e não conseguem encontrar um trabalho remunerado. Além de não gozar senão de uma limitada autonomia, o tipo mais comum de trabalhador português independente correspondente a esta situação mais degradada do autoemprego: é um indivíduo do sexo masculino, de idade madura, de baixa qualificação escolar e profissional, pertencente a estratos de relativamente baixos rendimentos.

Ao trabalho autónomo associa-se ainda o prolongamento da duração do trabalho. Os levantamentos de dados sobre o emprego mostram que não só os independentes trabalham mais horas por semana do que a média da população activa, como ainda mostram estar, em geral, disponíveis para aumentar essa duração.

Um dos grandes problemas sentidos pelos pequenos produtores independentes consiste na comercialização dos seus produtos, pois não conseguem competir, em preço, com a produção de larga escala e com aquela orientada para consumos massificados. Desesperadamente tentam competir pela qualidade e pela diversidade, mas as organizações de mercado não favorecem esse propósito e os próprios hábitos e preferências do consumidor modificaram-se muito, orientando-se crescentemente para os produtos mais publicitados pelo *marketing* e tornados mais acessíveis pelas grandes superfícies comerciais. Na ausência de uma estratégia de fortalecimento da oferta por meio da cooperação, a dispersão e a atomização dos pequenos produtores têm sido a principal razão do agravamento dos problemas.

2.1. Os mercados solidários de pequenos produtores familiares

Em algumas cidades, começam a aparecer novos mercados para os pequenos produtores familiares, promovidos por associações de consumidores ou moradores, organizações cívicas, municípios, ou grupos de cidadãos empenhados na criação de alternativas às grandes cadeias de comércio urbano, orientados idealística ou pragmaticamente para um relacionamento solidário entre produtores e consumidores. São os "mercadinhos", os "mercados solidários", as "feiras" que progressivamente vão atraindo mais participantes movidos por motivações mistas, de solidariedade e de satisfação pessoal.

Para a organização cívica *Acção Para a Justiça e Paz*, o "Mercado Solidário" que ajudou a criar na localidade de Granja do Ulmeiro, a poucos quilómetros da cidade de Coimbra, representou uma estratégia para enfrentar a crise e, ao mesmo tempo, devolver à comunidade a capacidade de promover circuitos sustentáveis de trocas de produtos e serviços. Na sua 14ª edição, o Mercado Solidário está a "criar um espaço onde as pessoas contribuem com o que produzem ou sabem fazer, podendo adquirir e usufruir de produtos e serviços a que, de outra forma, não teriam acesso" (Diário de Coimbra, 2009).

Em outro caso, foi a própria Universidade que disponibilizou um espaço seu para venda de produtos a pequenos agricultores e artesãos da região. No "Mercadinho" do Jardim Botânico de Coimbra, o consumidor cidadão pode encontrar ervas medicinais, produtos hortícolas da época, plantas medicinais, sal picante para grelhados, compotas e ovos. Uma das vendedoras deste mercado, uma alemã radicada numa pequena cidade a 20 quilómetros, afirma vender os seus produtos num ápice, numa prova de que os consumidores apreciam cada vez mais os alimentos mais saudáveis (Carmo, 2009).

Nem sempre o escoamento dos produtos se faz desse modo, ou seja, por meio de um mercado público. Ele pode ser promovido por uma organização que toma as funções de mediadora entre a oferta e a procura, criando sistemas de distribuição mais personalizados, geridos por estruturas, quer mais cooperativas, quer mais empresariais.

Um exemplo do primeiro tipo é a Cooperativa *Mó de Vida*, no concelho⁷ de Almada na margem sul do Tejo que tem estimulado o aparecimento de grupos de consumidores de produtos frescos, abastecendo-os regularmente de legumes, verduras e plantas aromáticas produzidas por pequenos produtores familiares que lhe estão associados, encurtando assim radicalmente os circuitos de produção-comercialização (Silva, 2009: 90). Nesse caso, uma organização de Economia Solidária desempenha um importante papel de intermediação entre produtores com dificuldades de escoamento dos seus produtos e consumidores preocupados com a qualidade e a proveniência dos alimentos que consomem. A filosofia que orienta a Cooperativa é a do comércio justo e passa por preservar as formas solidárias de relacionamento entre produtores e consumidores face "ao modelo capitalista neoliberal vigente, cujo discurso e práticas assentam na competição e no lucro". O conhecimento pessoal e o contacto directo com os produtores e o envolvimento destes na filosofia do comércio justo são precondições que a *Mó de Vida* quer ver asseguradas, para reforçar a estratégia de desenvolvimento local solidário e de preservação da soberania alimentar (Silva, 2009: 109).

Uma fórmula distinta foi usada pela rede *AgriCabaz*, criada por um ex-agente de desenvolvimento local e animador cultural com a mesma função de

⁷ Circunscrição administrativa de categoria imediatamente inferior ao distrito, do qual é divisão (cfr. Dicionário Aurélio, nota do revisor).

intermediação, distribuindo semanalmente cestos (cabazes) de alimentos provenientes de agricultura biológica, familiar e tradicional. A *AgriCabaz* é, na apresentação dos próprios, "uma rede de pessoas cúmplices no apoio ao desenvolvimento das pequenas produções locais". O projecto pretende realizar esse objectivo proporcionando "produtos de qualidade para que seja mais fácil a elaboração de refeições saudáveis", contribuindo para "o escoamento das pequenas produções de qualidade" e participando do movimento da Economia Solidária para reforçar "os compromissos com o social, o ambiente, a cultura e a justiça" (*ibid.*). Muito dependente ainda do dinamismo e da capacidade organizativa do seu criador – ele próprio um produtor associado – a *AgriCabaz* tem, apesar disso, alargado muito a sua acção graças ao inovador sistema de encomendas *online* e de distribuição domiciliária dos produtos e à abertura de uma loja na cidade de Coimbra, contribuindo com isso também para a criação de emprego.

Essa mesma metodologia de ligação directa dos pequenos produtores agrícolas aos consumidores – evitando os intermediários capitalistas e permitindo aos consumidores conhecerem os produtores e como se produzem os alimentos que consomem – tem vindo a disseminar-se nos últimos anos em Portugal.

Dessas experiências ressalta ainda uma preferência dos produtores por uma rede de pequena dimensão e por um modo de intermediação muito personalizado que ponha em relação produtores e consumidores. Essa nova postura contrasta com algumas experiências malsucedidas do passado que assentaram na criação de cooperativas de grande dimensão com postos de venda na cidade e em regra polivalentes, ou seja, combinando venda directa com transformação dos produtos. Nessas iniciativas menores, os produtores reúnem-se com maior frequência e trocam experiências entre si em um espírito de cooperação que raramente se via naquelas cooperativas (Carvalho, 1984). Além de criarem e sustentarem emprego, essas iniciativas constituem uma forma alternativa para o escoamento da produção agrícola. Permitem uma remuneração justa e imediata dos produtores agrícolas associados, um preço inferior ao de mercado e um produto de melhor qualidade para os consumidores e o reconhecimento do trabalho agrícola por parte destes últimos.

2.2. As cooperativas de artesãos

Importa observar que o ofício de artesão em Portugal foi recentemente objecto de regulamentação. O exercício da actividade artesanal ficou sujeito a um conjunto apertado de requisitos e procedimentos, dificultando a participação do artesanato popular em um conjunto de regalias e protecções concedidas pelo Estado.

É certo que ser reconhecido como artesão traz algumas vantagens, pois confere visibilidade e valorização junto da sociedade, permite aceder a apoios e benefícios do Estado no que diz respeito à formação, modernização, investimento, participação em feiras. Simultaneamente, dá acesso a associações do sector que defendem os seus interesses e confere o direito a uma carteira profissional. Para se ser reconhecido como artesão, porém, é necessário obter a "Carta de Artesão" e, para isso, devem ser verificadas cumulativamente várias condições: uma dedicação à actividade a título profissional; o exercício de actividade em unidade produtiva artesanal legalmente constituída e o desenvolvimento de uma actividade que se enquadre no registo nacional de actividades artesanais. Para que um atelier ou oficina seja reconhecido como "unidade produtiva artesanal" é necessário ter como responsável um artesão legalizado; ter, no máximo, nove trabalhadores, para o total das actividades desenvolvidas e desenvolver uma

actividade constante no Repertório de Actividades Artesanais.

Essas novas normas comprometem o reconhecimento do artesanato popular e a sua progressão para que se não descaracterizem os seus traços originais de actividade orientada para a produção de bens de utilidade social, integrada nas redes de troca da comunidade, dotada de autonomia e criatividade e promotora da coesão social e da identidade local. Pelo contrário, o perfil de artesanato subjacente à legislação aprovada parece empenhado em uma modernização do artesanato. Esse ofício deveria ser capaz de responder a uma procura de raiz urbana e mais escolarizada, com uma forte organização profissional que fiscalize e discipline a prática dos seus associados e em uma formalização burocrática que permita distinguir entre os artesãos que sigam e os que não sigam aquele perfil.

A modalidade cooperativa é uma forma cada vez mais adotada em Portugal para valorizar e organizar a actividade dos artesãos face à procura emergente de origem urbana e às oportunidades de ajuda e promoção criadas pelo Estado, tanto nacional quanto local. Para além das cooperativas de âmbito local ou sectorial, existe ainda a Federação Nacional das Cooperativas de Artesanato (FENACA), com objectivos de defesa dos interesses colectivos, de coordenação das acções e de organização de serviços de interesse e de intervenção comuns.

A Cooperativa LOUSOFÍCIOS – Cooperativa de Artes e Ofícios do concelho de Lousada – é uma das muitas cooperativas de artesanato do país. Ela agrupa 127 artesãos e abriu recentemente (2008) uma Loja do Artesão onde expõe os produtos dos seus associados. Os seus objectivos para futuro passam por participar no máximo de feiras no país e em iniciar o processo de certificação da Cooperativa para poder começar com a formação para cumprir o propósito de preservar as artes mais antigas.

António, com 81 anos, é o mais antigo cesteiro de Lousada e foi recentemente eleito presidente da Cooperativa. Embora seja muito firme o seu propósito de contribuir para que as artes não acabem, ele tem algumas reservas sobre o futuro do artesanato. É que "a falta de interessados" em aprender – "Os mais novos não querem fazer calos nas mãos" – e as exigências de pagamento aos artesãos pela participação em certames da especialidade, concorrem para o progressivo afastamento dos artesãos. "Eu já nem abro as cartas das feiras que nos cobram dinheiro; considero até que o Estado ou as autarquias deviam dar uma ajudinha àqueles que mostram o antigo".

"A ideia de abrir a loja partiu da Câmara Municipal de Lousada que propôs a criação da cooperativa. O objectivo era que os artesãos tivessem um ponto de venda". Entre associação e cooperativa, optou-se pela última, pois "o artesão tem de agir em prol da cooperativa e não individualmente, a união faz a força", explica a Vice-Presidente da Cooperativa. Cada um dos seis cooperantes da Lousofícios tem um dia por semana (de segunda a sábado) para estar na loja.

O Município tem orgulho e apoia o artesanato local, muito diverso e disseminado pela sociedade, mas está consciente das mudanças e dos novos públicos consumidores:

O artesanato tradicional (...) convive cada vez mais com o artesanato contemporâneo embebido numa forte simbologia urbana. Na simbiose da tradição com a modernidade, do rural com o urbano, encontramos a linha mestra da identidade local no artesanato. Através dele é reinventada a riqueza da memória colectiva local.⁸

Maria Conceição é tecedeira de linho e associada da Cooperativa. Aprendeu a tecer aos 18 anos, mas a sua profissão de enfermeira-parteira tirou-lhe o tempo

⁸ Adaptação do texto de apresentação das actividades artesanais do Município em: <http://www.cm-lousada.pt/VSD/Lousada/vPT/Visitantes/Turismo/Artesanato/>

para se dedicar à actividade, apenas lhe dedicando os tempos livres⁹. Não sabendo fiar, comprou uma máquina de fiar que vira em uma viagem à Ilha da Madeira e hoje, com 65 anos, não vive sem a utilizar. No momento já contava com 14 meadas fiadas. "É uma pena que se deixe morrer uma cultura de tanto valor. Até meio do século passado quase toda a gente tratava do linho. A minha mãe também. O linho servia para toalhas, enxovais, sacos para levar o milho aos senhorios. Havia muitas pessoas a trabalhar no campo, famílias numerosas", acrescentou.

Laura é bordadeira desde criança e tem as suas peças expostas na Cooperativa, mas também vende a vários armazéns, um pouco por todo o país. Mas o ofício, como reconhece, embora lhe tenha permitido ganhar algum dinheiro, não foi suficiente para fazer dessa actividade a sua profissão. Teve de procurar, por isso, trabalho em uma fábrica de calçado: "Trabalhava fora, mas bordava sempre nos tempos livres, até quando estava a namorar à semana". Nessa altura, não vendia, mas bordava para uma senhora que lhe oferecia o tecido. A necessidade fez com que trabalhasse durante o dia na fábrica e à noite se dedicasse afincadamente ao ofício dos bordados. "Tinha noites que nem à cama ia porque precisava fazer o trabalho". Chegou a ter uma loja só de bordados, mas encerrou-a, pois não podia estar permanentemente no local. Hoje tem 12 bordadeiras a trabalhar com ela, 10 do concelho e duas de fora. Cada peça passa por duas ou três bordadeiras. "As vendas caíram muito porque as pessoas querem as linhas direitas" e acham os bordados tradicionais fora de moda, mas ela acha que a razão é por eles darem mais trabalho a lavar e a passar a ferro.

Domingos iniciou-se aos 11 anos na arte de entalhador. Depois de terminar o 6.º ano, deixou os estudos e foi aprender uma profissão. Sem ninguém na família ligado a uma arte, tornou-se aprendiz de marceneiro e cedo descobriu o seu fascínio pelo entalhar da madeira. "Em Paços de Ferreira, as pessoas parecem que já nascem no meio do mundo da madeira e das mobílias. E eu ainda tinha jeito para o desenho". Talvez, por isso, sempre que tinha oportunidade agarrava num pedaço de madeira e ia para perto dos entalhadores na empresa onde trabalhava. Nessa altura, apercebendo-se do seu talento, o chefe comprou-lhe um *kit* de ferramenta e pô-lo a trabalhar em tempo integral nessa arte. Tem agora 42 anos e, em 2007, quando ficou desempregado, começou a dedicar-se integralmente à criação de peças de madeira entalhada. Desde o início juntou-se à Cooperativa, embora reconheça que os resultados ainda não são muitos no seu caso, talvez "porque as minhas peças são maiores e mais caras e isso faz com que as pessoas não as procurem tanto" (...) E "a crise não ajuda".

Nessa síntese, fica clara a origem popular de uma boa parte do artesanato representado pela Cooperativa,¹⁰ o papel importante que ele representou tanto na economia doméstica quanto na realização pessoal dos artesãos e, ainda, a consciência dos riscos que a actividade encerra hoje em dia.

2.3. As organizações de solidariedade institucionalizada

A nova economia social em Portugal, para usar uma expressão tomada de Amaro (2009), tem-se beneficiado de importantes apoios institucionais, designadamente os concedidos pelo Estado Português e pela União Europeia. Um e outra têm

⁹ Os testemunhos estão disponíveis em <http://lousoficios.meshfriends.com/mysite/?page=3914>.

¹⁰ Da cooperativa fazem também parte artesãos que trabalham em artes menos acessíveis às camadas populares (como a joalheria e o design) ou em que o artesão procura responder directamente aos gostos dos consumidores urbanos, inovando relativamente aos padrões tradicionais da arte popular.

vindo, progressivamente, a reconhecer a utilidade pública das iniciativas do terceiro sector e do sector social e cooperativo expressa na capacidade de produzir respostas para alguns problemas com que se debatem as sociedades contemporâneas. Essas lacunas estatais seriam os serviços de proximidade para satisfação de necessidades que o mercado não satisfaz, a geração de emprego e rendimento para pessoas que o mercado rejeita e geração de riqueza, por meio da mobilização e qualificação de recursos locais.

A importância política desse reconhecimento e apoio é enorme, tendo em conta a marginalidade das situações e das respostas em relação aos padrões dominantes do que é económico e do que é a intervenção do Estado. Dada a falência das políticas públicas tradicionais para enfrentar os problemas acima, o Estado apoia e apoia-se no social (nas iniciativas brotando da sociedade civil que não se revestem da natureza de iniciativas empresariais) e nas economias alternativas ao capitalismo de mercado (economias populares e economia solidária) para obter melhores resultados e, desse modo, se legitimar. Ademais, mesmo antes de se tornar uma realidade pujante em Portugal, a Economia Solidária já entrou no discurso político corrente e é usada por muitos dos seus agentes mais destacados como uma fórmula mágica, capaz de estimular as populações mais marginalizadas a resolverem os seus próprios problemas.

As iniciativas de que nos ocupamos suscitam também a adesão e o apoio de uma sociedade civil (por vezes, até mesmo para o impulso inicial) mais politizada e crítica de um sistema que não só não consegue assegurar as necessidades sociais de natureza mais elementar como, visivelmente, marginaliza e exclui camadas crescentes da população. Cuidando dos aspectos organizativos dos empreendimentos, da sua sustentabilidade e da articulação em rede com outros empreendimentos que possam complementar e reforçar o seu potencial alternativo, as organizações da sociedade civil participam igualmente desse processo de institucionalização.

No contexto europeu, diferentemente porventura do que acontece no contexto latino-americano, a dimensão institucional da economia social tornou-se constitutiva dos próprios empreendimentos. Há, no entanto, que analisar com cuidado os efeitos da institucionalização. Sabe-se como certos contextos políticos se mostram particularmente favoráveis ao reconhecimento e apoio da Economia Solidária. O que se mostra decisivo, entretanto, é saber se com isso essa nova modalidade sairá ganhando ou não.

Pela sua exemplaridade, no contexto português, o caso dos Açores merece ser referido a esse propósito. Naquele arquipélago, a Economia Solidária parece ter encontrado um ambiente político particularmente favorável à sua institucionalização. No final dos anos 1980, em localidades onde existiam sérios problemas de pobreza e de exclusão social, as respostas convencionais de tipo assistencialista mostraram ser deficientes e ineficazes. Mesmo a adoção de uma nova estratégia baseada na formação de competências falhou, pois findo o processo de formação as pessoas voltaram à situação anterior. Foi então que se decidiu criar actividades económicas com o objectivo de ajudar e inserir essas pessoas, sob o princípio da solidariedade. As instituições de solidariedade social multiplicam os Centros de Economia Solidária, feiras transregionais de economia social sucedem-se desde há quase dez anos, um Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico, envolvendo a Madeira, os Açores, as Canárias e Cabo Verde, foi apadrinhado pelos governos regionais autónomos.

Com base nessa experiência, Rogério Amaro defende que se está perante uma modalidade bem específica de Economia Solidária – que designa de "versão da Macaronésia"¹¹. Ela caracterizar-se-ia por uma lógica sistémica da solidariedade,

¹¹ Compreende a Região Autónoma das Canárias (Espanha), a Região Autónoma da Madeira (Portugal) e a República de Cabo Verde.

no sentido em que abrange todas as expressões da vida e uma grande variedade de dimensões nas relações humanas – económicas, sociais, culturais, ambientais, territoriais, científicas e políticas (Amaro, 2009). No caso da relação com o Estado, a virtualidade desta experiência – segundo o mesmo autor – resulta do facto de ele assumir o papel de parceiro e não de tutor. Existiria, assim, uma *solidariedade política* entre os actores internos da Economia Solidária (segundo o princípio da gestão democrática), mas também "entre actores-parceiros co-responsáveis pela resolução dos problemas do mundo do século XXI, ou seja, a sociedade civil, o Estado e as empresas, para além dos organismos internacionais" (Amaro, *ibid.*).

Distintas desse caso em que se combina uma actividade económica autogestionária com uma forte ajuda do Estado, existem outras modalidades de combinação solidária da sociedade civil com o Estado, em que a componente autogestionária dos empreendimentos é muito reduzida.

Duas dessas outras modalidades merecem especial referência, pela sua difusão: as *Cooperativas de Solidariedade Social* para prestação de serviços sociais e as *Empresas de inserção* promovidas por ONGs e fortemente apoiadas pelo Estado (por intermédio do serviço nacional de emprego), com vista a integrar desempregados de longa duração.

No primeiro caso, a iniciativa parte da sociedade civil e congrega profissionais e familiares de pessoas dependentes ou portadoras de deficiência física ou mental e visa prestar serviços que o Estado não assegura. O estatuto de cooperativa é, em geral, preferido ao de mera associação por razões pragmáticas relacionadas com os benefícios fiscais e outras regalias que esse estatuto permite e não tanto por uma preocupação com a natureza autogestionária da organização, sobretudo tendo-se em conta que os beneficiários dos serviços raramente são cooperadores.

No segundo caso, as *Empresas de Inserção* ilustram o modo como as políticas públicas de emprego apoiam organizações não-governamentais que promovem a inserção de públicos dificilmente empregáveis no mercado de trabalho. O programa foi criado em 1998 com o objectivo de promover a aquisição de competências pessoais, sociais e profissionais para o exercício de uma actividade profissional e, simultaneamente, a "estimular o desenvolvimento sócio-local através da criação de empregos em actividades económicas dirigidas a necessidades sociais por satisfazer" (IEFP, 2004; e também em IEFP, 2001). Os destinatários são desempregados de longa duração e outros desempregados em situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho.

Uma observação crítica desse programa não pode deixar de sublinhar, em primeiro lugar, o facto de os trabalhadores de uma Empresa de Inserção não terem qualquer participação na gestão da empresa em que trabalham e de esta funcionar para um mercado protegido (os bens e serviços produzidos destinam-se maioritariamente – quando não, exclusivamente – aos próprios promotores ou a entidades públicas). Em segundo lugar, verifica-se que a dependência financeira dessas empresas face ao Estado obriga a enfrentar um conjunto de *obstáculos burocráticos* que dificultam a gestão (vg. no controle de pagamentos e verificações de investimentos ou na selecção dos trabalhadores) e resulta em deficiências mais ou menos graves no acompanhamento pessoal, na orientação profissional ou na consultoria (técnica, fiscal e de gestão), dada a insuficiência de recursos humanos ou financeiros dos Centros de Emprego (Hespanha *et al.* 2007).

Esses problemas não se podem dissociar da condição débil dos públicos desfavorecidos – da sua relativa marginalização – e da fragilidade das instituições de protecção social em Portugal. Os públicos desfavorecidos, sejam eles beneficiários dos serviços prestados pelas organizações da Economia Social ou os trabalhadores das Empresas de Inserção, são frequentemente mal compreendidos

quer pelas políticas públicas quer pela acção social das instituições. Torna-se tão necessário, por isso, compreender as aparentes limitações da participação desses públicos em iniciativas de carácter empresarial ou a dificuldade de organizar e satisfazer os consumidores de serviços. No primeiro caso, para poder actuar de uma forma que não induza as pessoas nem a uma dependência paralisante face aos promotores nem a uma desistência precoce e culpabilizante face às dificuldades de socialização nos novos contextos de trabalho. No segundo caso, para poder actuar de uma forma que fomente as relações de solidariedade em vez da competição cega por serviços e que responda às necessidades mais prementes sentidas por essa população

CONCLUSÃO

Quando se aborda o universo do microempreendedorismo, fica clara a existência de situações que variam ao longo de um *continuum* que vai das manifestações mais típicas de economia popular às manifestações mais distantes dela e mais próximas da economia capitalista de mercado. Daqui resulta uma primeira tipologia do microempreendedorismo que distingue as variantes "popular", "individualista" e "protocapitalista". Fica igualmente clara a existência de continuidades entre os empreendimentos populares clássicos e os empreendimentos solidários, o que permite considerar também as variantes "popular", "associativa" e "solidária".

O mais importante é ter em conta que essas variações decorrem de um processo de mudança que designamos de metamorfose das economias populares e que resulta, ora da capacidade incluyente do capital relativamente às formas que lhe são estranhas (Emmanuel, 1962; Amin, 1973; Amin e Vergopoulos, 1974), ora da força utópica da cooperação e da solidariedade como meios de garantir a sobrevivência e de viver melhor. Simultaneamente esse processo é também um fenómeno de transformação social e de resistência em que os produtores autónomos tentam resistir à proletarianização, tanto quanto os produtores que têm de vender o seu trabalho para sobreviver se agarram às oportunidades de escapar da dependência a que foram sujeitos. Para muitos dos microempreendedores oriundos das classes populares, montar um negócio, trabalhar por conta própria, é valorizado, antes de mais, como uma forma de escapar ao despotismo dos patrões. Para outros, é claramente uma forma de se manterem independentes.

Os casos com que ilustramos essa variedade de formas e de lógicas de acção do microempreendedorismo permitiram captar a complexidade das situações e o modo como em cada uma delas se combinam de uma forma nem sempre clara os factores de competição e os factores de cooperação, a vontade de arriscar e o agir pelo seguro, a atracção pelo desconhecido e o respeito pelas regras da comunidade, enfim, o individual e o colectivo.

Numa sociedade como a portuguesa, em que a modernização da economia e das instituições chegou tarde e se deu a par de outros macroprocessos sociais como a industrialização, a urbanização e a globalização, as mudanças foram muito rápidas e profundas. Em pouco mais de duas gerações, muitas pessoas puderam beneficiar-se dessas mudanças, mudando-se para as cidades, emigrando para o estrangeiro, trocando a agricultura por um emprego na fábrica ou em um escritório. As políticas públicas, combinadas com as ajudas europeias, criaram muitas oportunidades para melhorar de vida, permitiram dar melhor educação aos filhos, ter acesso à formação profissional, a cuidados de saúde gratuitos e a subsídio de desemprego. Mais seguras, as pessoas são agora tentadas a arriscar

e a aproveitar oportunidades. A necessidade de satisfazer níveis de consumo crescentes encontrou resposta no crédito fácil e a atitude empreendedora foi premiada com benefícios tentadores.

Não se admira, portanto, que muitos trabalhadores vejam essas mudanças com esperança e tendam a desvalorizar o seu lado negativo, mesmo na forma de desemprego, de precaridade laboral, de endividamento ou outras, pela comparação com as suas próprias vivências em períodos anteriores de elevadas carências.

Talvez seja essa a razão que melhor permita compreender a ausência no discurso de muitos microempreendedores oriundos das classes populares de uma preferência explícita pelos empreendimentos colectivos. O colectivo, nesses casos, tem uma expressão reduzida, mas ainda assim reveladora de uma consciência e de uma prática não estritamente individualista: valorização dos recursos disponíveis nas redes de proximidade, consciência da interdependência, partilha de resultados.

REFERÊNCIAS

- AMARO, R. 2009. A Economia solidária da Macaronésia - um novo conceito. *Revista de Economía Solidária*, 1: 11-28.
- AMIN, S. 1973. *Le Développement Inégal*. Paris, Éditions de Minuit, 314 p.
- _____, S.; VERGOPOULOS, K. (eds.) 1974. *La Question paysanne et le capitalisme*. Paris, Éditions Anthropos, IDEP, 220 p.
- CARVALHO, A. 1984. *Os pequenos e médios agricultores e a política agrária no período 1960-1975. Perspectivas de desenvolvimento da agricultura*. Oeiras, Fundação Calouste Gulbenkian de Ciência, Centro de Estudos de Economia Agrária, 423 p.
- CARMO, P. 2009. Doutorada abre as portas do Jardim. *Diário de Coimbra*.
- DIÁRIO DE COIMBRA. 2009. O Mercado solidário da Granja do Ulmeiro.
- EMMANUEL, A.; BETTELHEIM, C. 1962. Échange inégal et politique de développement. *Problèmes de planification*, 2, Paris, Sorbonne, Centre d'Étude de Planification Socialiste.
- FREIRE, J. 1995. *O Trabalho Independente em Portugal*. Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, 181 p.
- HESPANHA, P. 1984. "Marx contra os Camponeses?", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 13: 86-89.
- _____, P. 1999. The Portuguese Late Modernization and the Complexities of Inclusion through Work. In: J. LIND e I. MOLLER (eds.), *Inclusion and Exclusion: Unemployment and Non-standard Employment in Europe*. Aldershot, Ashgate, p. 63-88.
- _____, P. 2009a. Microempreendedurismo. In: A. D. CATTANI; J.-L. CORAGGIO; J.-L. LAVILLE (orgs), *Diccionario de la Otra Economía*. Buenos Aires, Universidad Nacional de General Sarmiento, p. 259-267.
- _____, P. 2009b. Da expansão dos mercados à metamorfose das economias populares. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84: 49-64.

_____, P.; CALEIRAS, J.; PESSOA, S.; PACHECO, V. 2007. *É o (Des)emprego fonte de pobreza?* Porto, REAPN, 309 p.

IEFP. 2001. *Mercado social de emprego. Empresas de Inserção. Avaliação e diagnóstico.* Lisboa, IEF, 54 p.

IEFP. 2004. *Mercado Social de Emprego. Os programas e medidas.* Disponível em http://portal.iefp.pt/portal/page?_pageid=277,145926&_dad=gov_portal_iefp&_schema=GOV_PORTAL_IEFP. Acesso em: 12/09/2009

MACPHERSON, C. 1972. *The Political Theory of Possessive Individualism. Hobbes to Locke.* Oxford, Oxford University Press, 310 p.

POPKIN, S. 1979. *The Rational Peasant.* Berkeley, University of California Press, 306 p.

PORTELA, J.; HESPANHA, P.; NOGUEIRA, C.; TEIXEIRA, M.; BAPTISTA, A. 2008. *Microempreeendedorismo em Portugal. Experiências e perspectivas.* Lisboa, INSCOOP, 272 p.

SANTOS, B. 1993. *Portugal. Um retrato singular.* Porto, Afrontamento, 636 p.

SCOTT, J. 1976. *The Moral Economy of the Peasant.* New Haven, Yale University Press, 246 p.

SILVA, J. 2009. *Economia solidária e mercado.* Dissertação de mestrado. Lisboa. Universidade Lusíada, 167 p.

SILVA, S. 2009. *Economia solidária e solidariedade.* Dissertação de mestrado. Lisboa. Universidade Lusíada, 163 p.

Piracema: uma metáfora para o microempreendedorismo associativo no Brasil¹

Adriane Vieira Ferrarini

Doutora em Sociologia, docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Consultora nas áreas de política pública, desenvolvimento local sustentável, economia solidária, família, saúde comunitária e redes sociais.

E-mail: adrianevf@unisin.br.

Marília Veríssimo Veronese

Doutora em Psicologia Social, docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Atuante nas áreas de psicologia social, sociologia, subjetividade e trabalho. E-mail: mariliav@unisin.br.

Resumo

O artigo analisa algumas das condições de emergência de grupos empreendedores e associativistas e alguns requisitos para sua efetivação, alicerçados na solidariedade e na eficiência. A pesquisa baseou-se em visitas a instituições de apoio ao microempreendedorismo e a empreendimentos associativos em zonas rurais e urbanas, dentre os quais: três do segmento de coleta e triagem de resíduos recicláveis, três do segmento rural e dois do segmento de microempresas. Concluiu-se que a melhoria das condições de vida dos empreendedores associados e o desenvolvimento de competências relacionais e para o enfrentamento das dificuldades, foram conquistas relevantes das comunidades visitadas. No contexto pesquisado, a organização em espaços coletivos de trabalho tem se apresentado como fator que possibilita aos empreendedores deixarem de ser presas fáceis de um sistema de crescimento econômico desigual e predatório, para transformarem-se em protagonistas de um modo mais solidário e sustentável de produzir e de viver, nadando contra a corrente do capitalismo globalizado.

Palavras-chave: microempreendedorismo, associativismo, economia solidária, empreendimentos econômicos solidários.

Abstract

The article examines some of the prerequisites for the emergence of associative entrepreneurial ways and some factors that have focused on their effectiveness in terms of solidarity and efficiency. The field research was conducted through visits

¹ Trabalho resultante do Projecto de Pesquisa *Microempreendedorismo e Associativismo em Países de Desenvolvimento Periférico*, realizado no âmbito do Programa de Cooperação em Matéria de Ciências Sociais para os Países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e financiado pelo CNPq.

to cooperative ventures in rural and urban areas: three from the segment of collection and sorting of recyclable waste, three rural and two microenterprises, besides visits to organizations that provide support of microentrepreneurship. It is concluded that the improvement of living conditions of the entrepreneurs involved and the activation of organizational, relational and troubleshooting capabilities are important elements. In the context researched, the organization in groups has been a factor that enables entrepreneurs to cease being easy prey for a system of uneven and predatory economic growth, to transform themselves into leading actors of a more caring and sustainable way of producing and living, swimming against the tide of globalized capitalism.

Key-words: microentrepreneurship, associativism, solidarity economy, solidarity economic enterprises.

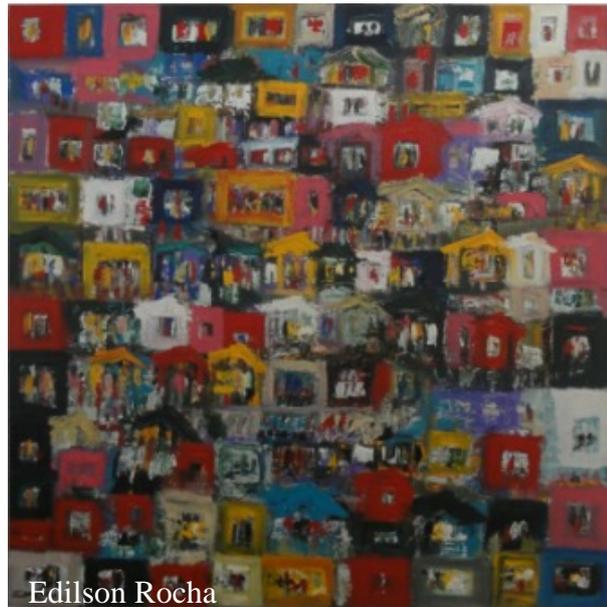
INTRODUÇÃO

Piracema

Incessantemente move seu corpo
Nada contra a correnteza
Que se esforça para levá-lo rio abaixo.
Nada... mas tão forte é a corrente
Avança alguns metros
Logo é conduzido para traz
Torna-se estático... nada...
Olha ao redor
Muitos companheiros não estão mais lá
Uns não tiveram força para subir
Outros escolheram a inércia à luta
Nada... o peixe... nada...
Seu corpo está dolorido
Mas sua vontade parece indelével
Quanto mais avança
A solidão torna-se mais próxima.
Quão cômodo seria submeter-se
À força contra a qual nada.
Não há como lutar contra
O determinado pela natureza!
Quanto esforço poderia ser poupado
Ao deixar-se levar pela correnteza
A dor não haveria de existir
E a fadiga cederia ao descanso
Nada...o peixe... nada...
Todavia, e depois?
Passar sua existência conduzido.
Sem esforço, porém cativo
Pelo cárcere incolor
Das águas condutoras ao
Nada... o peixe... nada...

Fabricio Carrijo

O projeto de pesquisa que originou este artigo caracterizou-se por estudar organizações econômicas de formato coletivo de pequeno porte que evidenciam sua importância por criarem sistemas alternativos de produção. Esse novo modelo apresentou significativo crescimento no Brasil a partir da década de 1990. Tal contexto despertou interesse acadêmico a fim de que fossem conhecidas as características do empreendedorismo praticado por trabalhadores associados, as peculiaridades das empresas decorrentes desse formato associativo, e a maneira como a associação potencializa o empreendedorismo. A metáfora da piracema, na qual várias espécies nadam contra a corrente dos rios para poderem desovar e garantirem a sua reprodução, contribuirá neste texto para uma reflexão simbólica acerca dos desafios que envolvem o empreendedorismo associativo de trabalhadores desempregados ou em condições de desvantagem social no mercado capitalista globalizado.



Edilson Rocha

O projeto de pesquisa estabeleceu um sistema de cooperação entre três países de desenvolvimento periférico: Portugal, Moçambique e Brasil. Acredita-se que a diversidade das experiências, analisadas em perspectiva comparada, tem potencial para fornecer dados que poderão contribuir como subsídio para a adoção de políticas sociais que promovam o protagonismo econômico dos empreendedores.

O conceito de empreendimento econômico solidário adotado nesta pesquisa compreende:

Diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação de trabalhadores, nas quais a cooperação funciona como esteio da sua eficiência e viabilidade. Adota em proporção variável arranjos coletivos na posse dos meios de produção, no processo de trabalho e na gestão, minimizando a presença de relações assalariadas (Gaiger, 2009: 181).

Os formatos institucionais alternativos apresentam-se de várias formas, como microempresas, associações formalizadas ou informais e cooperativas populares. No Brasil, a pesquisa identificou algumas das condições que permitem a emergência de formas empreendedoras e associativistas e fatores que têm incidido para sua efetividade, promovendo a solidariedade e a eficiência dos microempreendimentos.

De acordo com a metodologia empregada na pesquisa brasileira, o campo empírico foi constituído por empreendimentos do campo da Economia Solidária, agregados em torno dos seguintes segmentos: coleta e triagem de resíduos recicláveis, microempresas e pequenos produtores rurais. Os resultados aportaram contribuições à análise do desempenho dos empreendimentos associativos, foco da pesquisa. Para tanto, foram investigadas as relações internas do empreendimento (referentes à potencialização da comunidade de trabalho) e externas (referentes ao padrão de interação econômica: reciprocidade, intercâmbio e redistribuição).

Neste universo, foram estabelecidos dois vetores centrais de análise: o **empreendedor** e o **solidário**, os quais foram subdivididos em duas dimensões: o primeiro abarcou a eficiência e a sustentabilidade; o segundo, a autogestão e a cooperação. Os vetores e suas respectivas dimensões auxiliaram na identificação de três momentos diferenciados das trajetórias dos empreendimentos: dinamismo, estagnação e declínio. A partir dessa subdivisão, os dados serão expostos, buscando incluir alguns aspectos da análise longitudinal, assim como pontos comuns entre os diferentes segmentos.²

A pesquisa de campo foi realizada por intermédio de visitas a dez empreendimentos associativos, em zonas rurais e urbanas: três do segmento de coleta e triagem de resíduos recicláveis, três do segmento rural e dois do segmento microempresas. Realizaram-se ainda visitas a instituições públicas e religiosas de apoio e fomento ao microempreendedorismo. Os pesquisadores e a bolsista de iniciação científica (CNPq) participaram de visitas pré-agendadas por meio de contatos anteriores do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa da Unisinos (Grupo *Ecosol*). Da mesma forma, foi realizado um levantamento prévio na base de dados do SIES (Sistema de Informações, gerado pelo Mapeamento Nacional da Economia Solidária no Brasil). Alguns desses locais estavam sendo visitados pela primeira vez, por indicação de instituições de referência, enquanto outros haviam participado das pesquisas anteriores conduzidas pelo Grupo *Ecosol*.³

Durante as entrevistas, um membro da equipe atuou como facilitador, registrou-as por escrito e gravou as conversas para posteriores complementações. O relato e os principais itens da entrevista foram assinalados em instrumentos desenvolvidos pela equipe. Os pesquisadores registraram dados sobre vários quesitos da trajetória dos empreendimentos e mensuraram indicadores do vetor solidário e do vetor empreendedor. Em relação aos vetores, no primeiro foram avaliados aspectos de autogestão democrática, cooperação, auxílio mútuo, participação, etc.; no segundo, as capacidades de gerenciamento para garantir sua sustentabilidade. Os membros da equipe preencheram as planilhas e também interagiram com os entrevistados na medida em que sentiram necessidade de aprofundamento de alguma questão ou, na parte final da entrevista, para conferirem itens que porventura não tivessem sido abordados. Posteriormente, em reunião com os pesquisadores, cotejaram-se os elementos obtidos para que o preenchimento final das planilhas contemplasse as percepções de toda a equipe e as conclusões advindas daquele momento de reflexão conjunta.

Para fins de síntese teórico-empírica da pesquisa realizada, será feita a seguir uma análise do conceito de empreendedorismo, cujo significado tradicionalmente atribuído pela literatura da área deixa de responder, em muitos aspectos, à forma associativista de empreendedorismo, protagonizada por grupos em situação de desvantagem social; em outras palavras, sem recursos econômicos significativos para investimento e, majoritariamente, com baixa escolaridade. Posteriormente, seguirão as análises por segmento, em busca de elementos que favoreçam a compreensão do fenômeno do microempreendedorismo associativo no cenário contemporâneo.

² Para maiores detalhes sobre os vetores e dimensões, consultar o texto de Gaiger e Corrêa, a seguir, nesta edição.

³ Recordando os principais projetos anteriores, conduzidos entre 1997 e 2003, que geraram várias publicações: *Experiências de Geração de Renda: no rumo de uma Economia Popular Solidária?*; *Autogestão, Eficiência e Viabilidade dos Empreendimentos Econômicos Solidários* e *Características e Tendências da Economia Solidária no Brasil*. Para maiores detalhes dos projetos anteriores, consultar o site: <http://www.ecosol.org.br/psq.htm>. Ver também Gaiger, 2004.

1. O empreendedorismo na contracorrente da lógica mercantil

O conceito de empreendedorismo implica a capacidade de conduzir a organização e a gestão dos fatores produtivos, humanos e materiais, das organizações com vistas à realização das suas metas. **Empreender** significa, segundo o dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (Ferreira, 2010), “deliberar-se a praticar, propor-se, tentar empresa laboriosa e difícil”. No contexto da sociedade globalizada, a carga semântica desse termo tem sido vinculada quase que exclusivamente à lógica capitalista hegemônica, o que nos remete ao desafio de aplicá-lo em empreendimentos do campo da Economia Solidária. Os empreendimentos econômicos solidários, ainda que com todos os riscos de investimento e de formas convencionais de produção, pautam-se pela lógica do trabalho associado e autogestionário e pelo princípio de construção de uma sociedade solidária e sustentável. Essa situação faz o empreendedorismo se conjugar ao associativismo, fenômeno que se ressentente da falta de teorização mais aprofundada na literatura contemporânea.

A expressão **associativismo** abrange diversas formas de união entre pessoas, regidas por diferentes normas legais para a busca em conjunto de solução para problemas comuns. (Varella e Platiau, 2003). O associativismo e o cooperativismo são movimentos que merecem a atenção daqueles que trabalham com o estímulo produtivo dos micro e pequenos empreendedores, pois se apresentam como uma das formas mais apropriadas e muitas vezes a única viável para a expansão de liberdades individuais e coletivas dos empreendedores do setor formal e informal. Tais liberdades, neste caso, significam acesso a mercados, crédito em suas diversas formas e, em ambos os polos da relação jurídica – passivo e ativo –, aquisição e disseminação de conhecimentos e tecnologias, coesão social e aumento de auto-estima, entre outros.

Os trabalhadores em situação de pobreza, ao se organizarem em empreendimentos econômicos e lutarem para alavancá-los, muitas vezes laboriosamente, contra a extrema adversidade (relatam histórias de superação impressionantes), estão sendo empreendedores. Essa denominação, portanto, não evoca necessariamente a adoção de posturas individualistas, típicas da lógica mercantil convencional.

Daí porque o sentido atribuído ao empreendedorismo nesta pesquisa requer uma abordagem crítica e comprometida com a superação das desigualdades que a lógica capitalista perpetua há séculos. Empreender – especialmente se forem dadas aos grupos marginalizados as condições mínimas para que possam fazê-lo – pode ser uma alternativa de saída da linha de pobreza extrema e uma forma de fortalecimento das populações fragilizadas socioeconomicamente.

Pode-se compreender o sentido negativo que o termo evoca, uma vez que a consolidação do capitalismo como modelo de desenvolvimento globalmente hegemônico, orientado pela racionalidade econômica mercantil, significou a destruição de formas associativas tradicionais de produção e dificultou o surgimento de novos modelos de trabalho coletivo. A expansão do capitalismo também justificou os processos de colonização pelos quais passaram Moçambique e Brasil. Capitalismo e colonialismo apresentam-se como processos complementares, responsáveis tanto pela exploração material de riquezas, de recursos naturais e do trabalho humano, como pela dizimação de culturas, referências e saberes. O fato é que a voracidade do capital e sua relação de desprezo com as consequências sociais e ambientais de sua expansão não estão diretamente ligadas à figura de empreendedores em sentido genérico, como parece ser reforçado na vulgata do uso do termo empreendedorismo.

Cabe, portanto, um debate teórico mais aprofundado com relação ao conceito de empreendedor e à determinação de seus atributos. A teoria econômica foi ao longo do tempo afinando critérios e operacionalizando dimensões analíticas, tendo desembocado na definição de um tipo ideal. O termo é identificado com uma competência apurada de detectar e aproveitar oportunidades de negócio, independentemente de dispor ou não de recursos próprios. Popularizada por Peter Drucker (1909-2005) e fortemente difundida pelas *business schools*, a inovação reveste-se da maior importância para o sucesso do empreendimento. Ela manifesta-se em uma diferente combinação de meios de produção e pode assumir formas variadas: 1) introdução de novo produto com que os consumidores não estão familiarizados ou de nova variedade do produto; 2) introdução de novo método de produção; 3) abertura de novo mercado; 4) uso de nova fonte de matéria-prima ou de produtos semi-industrializados e 5) mudanças na forma de organização da atividade, como a constituição ou o desmantelamento de um monopólio. Apesar de considerar a inovação uma tendência que distingue o empreendedor do gestor, J. Schumpeter nunca produziu corpo de regras algum ou prescrições pelas quais o empreendedor tivesse de se orientar, antes considerou a conduta reflexiva como a mais adequada a lidar com o que é novo (Swedberg, 2000).

A conduta dos empreendedores apenas interessou Schumpeter como um aspecto de uma nova teoria econômica centrada na mudança e no desenvolvimento econômico. O empreendedor estaria na origem das mais importantes mudanças da economia, alterando o sistema econômico a partir do seu interior por intermédio da criação de novas funções de produção que marcariam os ciclos de negócios. Mais tarde, viria a realçar o papel da função empresarial no processo de destruição criativa que, segundo ele, caracteriza o próprio capitalismo: o novo substitui o velho. Enquanto isso, o empreendedorismo é definido pelos seus atributos de criatividade e intuição. Schumpeter analisa ainda as motivações do empreendedor, em um registro mais próprio da psicologia do que da teoria econômica, para concluir que existem três motivações principais: a aspiração de poder e de autonomia, o desejo de sucesso e a satisfação de criar algo.

Uma leitura apressada desse quadro motivacional descambou para a difusão de uma imagem heroica do empreendedor, que hoje é celebrada por muitos autores e trabalhos publicados. O economista haveria mais tarde de corrigir a sua mudança de foco, admitindo, entre outras coisas, que: 1) o papel do empreendedor possa ser desempenhado por uma organização; 2) ninguém é empreendedor para toda a vida (apenas enquanto desenvolver atividades inovadoras) e 3) o que importa é o comportamento, não a figura heroica do ator (Hespanha, 2010).

Por seu turno, a contribuição de Knight para a definição do perfil típico de empreendedor (mais tarde reassumida por H. Stevenson) respeitou os atributos da desenvoltura na gestão e da assunção da incerteza (Knight, 1921). Contrariamente ao risco, a incerteza não pode ser calculada ou conhecida e, por isso, o lucro empresarial corresponde precisamente à remuneração da gestão da incerteza. Sintetizaria, portanto, os principais atributos de um perfil típico de empreendedor nas seguintes capacidades: aproveitamento das oportunidades de negócio, inovação, criação de valor, desenvoltura na gestão, previsão e assunção do risco ou da incerteza (Hespanha, 2010).

Ainda se considerando que qualquer empreendedor tem um meritório esforço de criação de algo novo, é dedutível que os empreendedores que atuam em consonância com a lógica de mercado – que privilegia o formato de empresa tradicional em sua relação empregado-patrão e prioriza a maximização do lucro – encontrem um terreno mais fértil para seus empreendimentos e acessem recursos com mais facilidade. As políticas de fomento e de capacitação são majoritariamente voltadas para esse tipo de empreendedor. A realidade se altera

quando os empreendedores são oriundos de contexto de desvantagem e mesmo de vulnerabilidade social; além dos desafios inerentes ao ato de empreender, eles criam algo novo que está na contramão da lógica instituída no mercado; não propriamente do discurso de mercado hoje, que até certo ponto assimilou os valores da sustentabilidade e da qualidade de vida. Na prática, esses valores materializam-se, nas empresas, em dispositivos concretos de ações de preservação e recuperação ambiental ou de melhorias das condições de trabalho e de vida dos seus funcionários e da comunidade de entorno, na medida em que não comprometam a acumulação de capital.

Na tentativa ou no ideal de inverter essa equação e transformar o capital em instrumento – sem dúvida, necessário para a própria perenidade do empreendimento – e a vida em todas as suas formas, os trabalhadores de empreendimentos solidários veem-se diante de um triplo desafio: empreender, em geral, com parcos ativos (econômicos, tecnológicos, educacionais); priorizar a vida e não o capital e criar um mercado, ou seja, competir com “gigantes” em um espaço já ocupado predominantemente por empresas que operam em média ou grande escala, com custos reduzidos.

Tal desafio lembra o fenômeno da piracema, movimento dos cardumes que nadam rio acima, contra a correnteza, para realizarem a desova no período de reprodução. A palavra vem do tupi e, tal como os índios a descreviam, significa “saída de peixes”. A piracema é um fenômeno que ocorre com milhares de peixes no mundo inteiro, para a reprodução e sobrevivência de suas espécies. A jornada é cheia de perigos porque os animais precisam superar cachoeiras, predadores e outros obstáculos naturais e, ainda, escaparem da pesca predatória. Como agravante, tais peixes viram presas fáceis, pois sobem os rios em grandes cardumes.

O desafio enfrentado por trabalhadores desempregados e à margem de formas dignas de subsistência é passível de analogia com o fenômeno da piracema. Grandes são as dificuldades de inovar e empreender contra a correnteza, de cooperar interna e externamente (com a comunidade e com o meio ambiente) – considerando os custos econômicos que isso acarreta, em termos de tempo de envolvimento em processos participativos de toda a ordem e na busca de produção ecológica – e competir no mercado. A análise do material empírico que segue permitirá concluirmos se podemos falar da emergência de uma forma alternativa ou diferenciada de empreendedorismo no Brasil e, em caso positivo, se esse tipo de iniciativa pode inscrever-se no conceito e debate teórico sobre o tema, e de que forma.

2. Segmento de coleta e triagem de resíduos recicláveis

O conjunto de empreendimentos analisados nesse segmento realiza trabalho coletivo em galpões, onde os trabalhadores executam as tarefas de separação e pré-beneficiamento do lixo urbano com potencial de reciclabilidade. Trata-se de empreendimentos exitosos, considerando-se que existem há mais de 15 anos (tendo um deles sido criado há mais de 20); são duas associações (uma em Porto Alegre e outra em Santa Maria) e uma cooperativa, localizada na cidade de Campo Bom, todas no Estado do Rio Grande do Sul.

A pesquisa buscou identificar as especificidades da condição associativa para esse tipo de trabalhador, comparando o registro empírico produzido com o material teórico já publicado sobre o tema. Os catadores individuais, como Bhowmik (2002, p. 375) destaca, são “os mais pobres entre os pobres” urbanos, com mais baixo *status* social, para quem a coleta de lixo nas ruas representa, muitas vezes,

a única fonte de sobrevivência, eventualmente de forma precária. Contudo, verifica-se na literatura disponível uma diferenciação clara, para melhor, na condição dos trabalhadores associados desse segmento, a partir da inserção nos programas coletivos. Os casos analisados aqui confirmam a hipótese, pois com renda entre um e três salários mínimos e inserção social crescentemente qualificada, notoriamente os trabalhadores melhoram suas condições de vida por intermédio da associação.

Esses ganhos dão-se, obviamente, em graus variáveis, ora modestos, ora consideráveis; mas, ao analisarmos os depoimentos, não resta dúvida de que ocorrem. Esta seção tem por fim estudar essas mudanças em maior detalhe, mediante exame dos casos em questão.

Catadores individuais não recebem recursos oriundos de projetos de instituições públicas, privadas (filantrópicas) ou religiosas, não têm proteção social ou apoio de organizações coletivas (grupos de convivência), não têm direito à retirada maior em período de férias, etc.. Os trabalhadores associados que participaram da pesquisa referem todos esses elementos como sendo comuns em seu cotidiano. Nos empreendimentos coletivos autogestionários investigados, há trabalhadores de mais de 70 anos de idade; dificilmente, sendo catador individual, um trabalhador com essa idade conseguiria gerar renda, prover suas despesas e obter reconhecimento no cotidiano de trabalho.

Além disso, outros efeitos positivos, tais como formas diversas de aprendizagem, ativação de economias potenciais (familiares e comunitárias) e o fato de participar da gestão de uma organização econômica proporcionam ganhos materiais e imateriais, confirmando o que já aponta a literatura disponível sobre o tema. Para Calderoni (1998), a constituição de associações ou cooperativas de catadores de material reciclável se apresenta como uma importante inovação institucional, pois permite melhorias nos ganhos desses trabalhadores em relação ao trabalho de catação de rua, além de torná-los menos vulneráveis nas negociações com as indústrias ou com os intermediários que compram o seu material. Segundo Martins (2005, p. 83):

A recuperação de resíduos assume uma importância considerável como possibilidade de ocupação para populações excluídas em países em desenvolvimento, havendo, dentre outros, estudos e relatos sobre casos de cooperativas e associações de catadores na Índia e na Colômbia, onde cerca de 6.500 trabalhadores se beneficiam dessa atividade.

Para Pizzio (2007), os trabalhadores que se unem a associações coletivas desenvolvem uma identidade de resistência, superando o estigma e a desqualificação social que os marcam amiúde, em função da atividade de catação. Uma pesquisa comparativa entre catadores de lixo urbano que atuavam sozinhos e outros que trabalhavam associados em empreendimentos econômicos solidários concluiu que os últimos tinham um conhecimento sobre o processo de reciclagem bastante superior, além de relatarem maior segurança e auto-estima. Contudo, o estudo adverte para o fato de que, apesar dos ganhos em qualificação social e econômica, ainda havia aspectos de precarização na vida dos catadores associados.

Segundo o autor,

O imaginário que fixa a pobreza como marca de inferioridade conduz à produção de uma hierarquia que diferencia os indivíduos em inferiores e superiores. Nesse último caso, a dificuldade de se livrar das marcas da inferioridade representa verdadeiro estigma a desqualificar quem a vivencia. (Pizzio, 2007: 23).

No Brasil, de acordo com Galbiati (2004), as primeiras experiências municipais de coleta seletiva de lixo surgiram no final dos anos 1980 e início dos 1990. Porto Alegre, Diadema, Belo Horizonte e Campinas são alguns dos municípios pioneiros.

A partir dessa época, em algumas cidades brasileiras foram implementados sistemas integrados de gerenciamento de resíduos, propiciando a expansão das atividades de reciclagem. Por esse motivo, firmaram-se convênios entre as cooperativas e associações formalizadas de catadores e recicladores e os poderes públicos locais. Os acordos geralmente significaram fornecimento de material por meio da coleta regular da prefeitura e outras formas de apoio, financeiras e técnicas (Martins, 2003). Esse foi o caso de dois dos três empreendimentos analisados. Apenas a Prefeitura de Santa Maria não estabelece convênio para fornecimento de material à associação localizada naquela cidade.

Na presente pesquisa, observou-se que na gênese dos empreendimentos visitados nesse segmento está sempre presente o efeito da externalidade indutora (prefeituras ou Igreja Católica). Salienta-se a presença de três formas diferenciadas de gênese, três aspectos que marcaram o início das experiências: presença de uma ética ligada ao humanismo cristão; militância política (origem no sindicalismo ou outros movimentos sociais urbanos) e a reconstrução da identidade da categoria (quando todos eram catadores de resíduos e foram realocados em novo ponto da cidade, oriundos de uma vila muito pobre). Essa constatação indica que um empreendimento econômico solidário não surge espontaneamente. É preciso que haja um conjunto de condições históricas, culturais, ideológicas, comunitárias, não improvisáveis, para que a escolha associativa seja feita e mantida. No caso da indução externa por perda das referências identitárias, ao serem realocados em novo local da cidade, criou-se um fator comunitário que impulsionou o associativismo. Os trabalhadores, também vizinhos, desenvolveram práticas de ajuda mútua e mutirões para conserto das casas, além do zelo coletivo com o patrimônio da comunidade (posto de saúde, escola). Em torno do empreendimento fluem vida e processos sociais onde as atividades econômicas acontecem.

A interação com o contexto externo é marcante nesse segmento. Há uma relação direta com a política pública municipal em dois dos casos e uma forte ligação com movimentos sociais e instituições promotoras em todos eles. Em se tratando de condições de vida tão precárias, os apoios viabilizam o empreendedorismo, este último especialmente visível e intenso quando não se estabelece uma relação de dependência do empreendimento com o apoio público. Aparece, portanto, o problema da dependência dos aportes externos de políticas públicas, que pode gerar impactos negativos no vetor empreendedor. Altos desempenhos neste último quesito exigem quadros diretivos bem formados e experientes, o que coloca o problema da rotatividade para atender aos quesitos do vetor solidário. Como manter rodízio na gestão, democracia participativa em relação à eleição de quadros diretivos, ao mesmo tempo em que se tenta formar gestores experientes?

A saída parece ser a encontrada pela Associação em Santa Maria: ao renovarem-se a cada dois anos os quadros, mantendo constantemente a participação de todos, com a multiplicação dos conhecimentos, o grupo forma vários trabalhadores com capacidade gerencial. Assim, internamente, realizam a preparação dos atuais e futuros quadros diretivos, incrementando a socialização das aprendizagens obtidas dentro e fora do empreendimento e a multiplicação dos conhecimentos que ocorre nas reuniões periódicas, ou mesmo no cotidiano de trabalho.

Em relação aos padrões de desempenho dos empreendimentos, destacam-se ainda alguns aspectos econômicos, como uma gestão espartana deliberada, já que os recursos são escassos e o trabalho é a única fonte de renda dos participantes. Trabalhando no limite, precisam de muita criatividade para construir alternativas que possibilitem a sustentabilidade do empreendimento e isso inclui elevado grau de cooperação inter e intra-empresarial. São inseridos e comprometidos com sua comunidade, já que a melhoria das condições

de vida gera impactos diretos na vida cotidiana dos associados. Absorvem trabalhadores sem distinção de sexo, idade e de escolarização, fato que os caracteriza como altamente inclusivos socialmente. Pode-se dizer que opera uma razão pragmática (ao gerirem os recursos) e uma razão projetiva (ao esperarem contribuir para uma sociedade mais solidária e justa); tais formas de racionalidade estão presentes, em equilíbrios instáveis, em todos os empreendimentos desse segmento.

É interessante destacar que identificamos histórias verdadeiramente heroicas, como a trabalhadora e gestora de uma das associações (a única sem ajuda de programa da prefeitura municipal), que era analfabeta em 1992, no início do empreendimento, e hoje cursa graduação em Serviço Social. São histórias vitoriosas que transmudam a condição de extrema pobreza, vulnerabilidade e desqualificação social. Essas conquistas, relevantes para a ascensão social, estão diretamente ligadas ao microempreendedorismo associativo; o associativismo mostra-se fundamental para a obtenção do suporte social dos trabalhadores, sua subsistência econômica, à conquista de direitos e patamares mais elevados de dignidade. O processo todo é perpassado por lutas pela promoção da cidadania, que acabam promovendo melhorias sociais tangíveis em termos de rendimentos, educação, aprendizagens e apoio mútuo. Acontece uma interação dinâmica entre o singular e o coletivo (Velloso, 2005), onde a trajetória de cada um dos trabalhadores e trabalhadoras é transformada a partir da inserção associativa. Sendo longevos, os empreendimentos atraem muitas pessoas desempregadas, existindo filas de espera para fazer parte dos grupos, nos três casos.

Os grupos organizados clamam por reconhecimento, enfrentando toda uma sorte de preconceitos que lhes dificulta o acesso a uma vida digna. Para Velloso (2005: 2):

Os novos movimentos sociais representam a afirmação da subjetividade sobre a cidadania, que deve ser fundada na expressão do novo e na atividade criadora, na luta pela emancipação pessoal, social e cultural. As novas demandas pautam-se por formas organizativas – democracia participativa – diferentes das que presidiam a luta pela cidadania no sistema socialista, capitalista e neoliberal – democracia representativa. Os seus protagonistas não são as classes sociais e sim os grupos sociais, ora maiores, ora menores que classes, com contornos mais ou menos definidos, em vista de interesses coletivos por vezes muito localizados, mas potencialmente universalizáveis.

Os interesses dos catadores e separadores de resíduos recicláveis associados caracterizam-se enquanto tais, traduzindo uma identidade que os aproxima dos novos movimentos sociais: além das questões de classe, existem as do reconhecimento e existência qualificada cultural e comunitariamente. Para a autora supracitada, os catadores, quando organizados em associações ou cooperativas, podem tornar-se um pequeno grupo e, por intermédio dele, dar vazão ao seu processo de criatividade e emancipação social. Mas, para isso, necessitam de liberdade, auto-estima e sentimento de pertença social, o que será eventualmente promovido, em maior ou menor grau, pelo processo associativo.

A pesquisa forneceu elementos para avaliar que o microempreendedorismo associativo, no caso dos muito pobres, é um fator com potencial para gerar processos de aprendizagem, inserção comunitária e renda mínima para os trabalhadores. O risco de dependência de políticas de indução acompanha as experiências; no entanto, reafirma-se a importância do apoio público às iniciativas, para que possam perseverar e atingir melhores objetivos econômicos, sociais e comunitários. A relação com as prefeituras, contudo, é sempre difícil e requer diálogo, planejamento, acompanhamento e paciência, além da disposição de manter a autonomia dos empreendimentos participantes.

3. Segmento microempresa

Nossa escolha pela nomenclatura “microempresa”, como segmento específico, não está relacionada com a receita ou com o número de participantes – embora este último tenha sido critério para toda a escolha dos empreendimentos pesquisados, já que nosso interesse se relacionava ao microempreendedorismo, mas sim com a forma de propriedade e de organização do trabalho. O registro formal desses empreendimentos como microempresas é sua principal peculiaridade diante de outros pesquisados, o que justificou sua análise em separado.

Em relação às microempresas em geral, destaca-se que a crise no mundo do trabalho, intensificada a partir da década de 1970, teve como uma das suas consequências a criação de diversas alternativas econômicas por parte dos trabalhadores. O crescimento de micro e pequenas empresas faz parte desse fenômeno, principalmente no que se refere à criação de postos de trabalho, e são frutos de diferentes tipos de organizações – individuais ou associativas – tendo ampliado sua importância na economia nacional. Para Oliveira e Teixeira (2006), as experiências apontam para a perspectiva de que, com a geração de emprego e renda por intermédio de microempresas formais e informais, uma parte da população tem acesso ao setor produtivo, passando, efetivamente, a contribuir para a melhoria da distribuição de renda.

No caso desta pesquisa, as duas microempresas em questão têm origem em empreendimentos solidários. A principal dificuldade de permanecerem no formato associativo ou cooperativo e expandirem os benefícios sociais para mais associados parece ter sido a capitalização inicial dos empreendimentos, o que não permitiu que novos sócios ingressassem em situação de igualdade, pois precisariam aportar valores significativos. Apesar de sua forma de organização do trabalho configurar a divisão entre capital e trabalho, o mercado que exploram é pautado por valores solidários, fato até certo ponto paradoxal, mas compreensível diante da diversidade de empreendimentos que gravitam nas redes e nos mercados associados à Economia Solidária. Neste sentido é perceptível, em ambos os empreendimentos, uma coesão relativa a projetos comuns que envolvem sócios e clientes (há uma fidelização da clientela), sem, contudo, implicar engajamentos mais amplos em movimentos sociais e populares. Esses fatores, evidenciados na escassa articulação externa, materializam-se em uma gestão orientada para o mercado (mesmo que solidário), implicando poucas interações econômicas que tenham como padrão a reciprocidade e a redistribuição – típicas em grande parte dos formatos organizativos solidários.

Os dois empreendimentos estudados nesse segmento se caracterizam pelo emprego de trabalho assalariado, evidenciando a existência da propriedade privada, com a presença da divisão social do trabalho, conforme já dito, além da divisão técnica. Ambos os locais já haviam sido visitados nas pesquisas anteriores. Trata-se de uma confecção que trabalha com roupas de malha e que mantém no nome a antiga condição de “Associação” (mudou o formato organizacional de associação para microempresa) e de um restaurante naturalista originado da dissolução de uma cooperativa.

Observam-se práticas de gestão semelhantes das empresas tipicamente capitalistas, tais como a existência de hierarquia entre trabalhadores associados e assalariados e alguma dissociação entre o modo de formular e de executar as tarefas. As costureiras empregadas na confecção, por exemplo, somente realizam os trabalhos a elas destinados, sem participação em planejamento e decisões estratégicas. Mas, ainda assim, mantêm algumas atitudes que remetem aos princípios relacionados ao protótipo de empreendimento econômico solidário, como a afirmação da necessidade de humanizar as relações de trabalho e de

promover o igualitarismo, além de cuidados ambientais quando da destinação dos resíduos e das sobras de material. Essa postura poderia ser considerada uma racionalidade híbrida, conjugando variantes capitalistas e solidárias.⁴

Ambas as empresas são pequenas, mas têm significativo capital; dividem as retiradas somente entre os sócios, que ocupam posições de gerência e definem as negociações e as tarefas a serem desenvolvidas. Seu diferencial com relação a típicas empresas capitalistas consiste também em terem como principal objetivo não a maximização do lucro, mas a reprodução dos sócios envolvidos e de suas famílias, sem menosprezo ou mera utilização instrumental dos trabalhadores não-sócios. As iniciativas em questão parecem ter alcançado um nível de estabilidade, com significativas conquistas financeiras para seus sócios, não tendo como preocupação imediata a expansão do empreendimento, mas sim a manutenção do patamar atingido.

Ambos os projetos apresentam uma gênese vinculada a movimentos políticos e católicos (Cáritas), com alto grau de idealismo inicial, tendo uma das organizações matriz familiar. Atualmente, estabelecem predominantemente trocas mercantis, possuindo boa saúde financeira, sem ambições de maximizar capital, como já foi mencionado; demonstrando muita cautela na assunção de riscos.

Em linhas gerais, para ambas as organizações é possível perceber que há um refluxo no que concerne ao solidarismo interno e externo, relacionado principalmente a aspectos autogestionários e de envolvimento efetivo com a comunidade. Adotam uma postura produtiva, mas mantêm-se a discussão de pautas do movimento da Economia Solidária e, eventualmente, os sócios participam de atividades religiosas e comunitárias. Observam-se e ouvem-se relatos de uma relação entre capital e trabalho mais humanizada, na perspectiva do igualitarismo. Pelo menos, esse discurso circula entre os trabalhadores associados e os assalariados, embora possamos deduzir que sua prática seja relativa, resquício de compromissos anteriores com a Economia Solidária.

No restaurante, em relação à receita, atualmente, a organização das retiradas é feita da seguinte forma: os sócios proprietários fazem um saque por mês proporcional à parcela do lucro apurado e têm descontos de 50% nas refeições que realizam no restaurante; os sócios trabalhadores atuam nas funções de gerência, coordenação da cozinha e do salão de refeições, ganhando, além da retirada, um pró-labore que varia de acordo com suas funções. Os trabalhadores assalariados recebem de acordo com a atribuição e têm registro formalizado. Pelos relatos, podemos supor que a diferença de ganhos entre sócios e não-sócios seja menor do que entre proprietários e empregados de empresas tipicamente capitalistas, embora não haja dados conclusivos, pois não foram revelados valores.

Na confecção, o grupo é dividido entre as costureiras (uma sócia e duas assalariadas) e o sócio que assume as funções gerenciais, auxiliado pela irmã, sócia. Ele já trabalhou na produção e eventualmente ainda o faz, quando necessário, se a demanda for elevada. É evidente também o não envolvimento das empregadas na gestão do empreendimento e no projeto da Economia Solidária. Os sócios participam do movimento por estarem vinculados a uma central, ligada à diocese de sua cidade de origem, que congrega e apoia empreendimentos solidários e grupos comunitários, promovendo encontros, feiras, cursos, etc..

Nas visitas anteriores à confecção, observamos critérios de solidariedade e igualdade nas práticas de gestão; percebemos a transição de um enfoque mais voluntarista para um mais pragmático, alterando essa característica. O aporte dos

⁴ Conforme descritas no trabalho de Pedro Hespanha, nesta edição.

sócios serviu como fator impeditivo para a entrada de novos associados, pois criaria um desequilíbrio: os sócios originais já haviam aportado os recursos, ficando difícil que novos trabalhadores oferecessem contribuições similares.

O foco na estabilização custou ao empreendimento a redução da militância pela Economia Solidária. Atualmente, os sócios possuem crédito, capital de giro e bens, representando uma grande melhoria nas suas condições. Entretanto, expõem a dificuldade de expandir esses benefícios para a comunidade, pois não dispõem de tempo para pensar em mais ações comunitárias, declarando que a participação eventual é sua contribuição à comunidade e à Economia Solidária.

Considerando tudo isso, em relação aos elementos de solidariedade, os empreendimentos funcionam, formalmente, com um modelo de gestão que poderia ser considerado misto, com procedimentos autogestionários na relação entre sócios e com processos característicos da relação salarial com não-sócios.

Os elementos de eficiência e de gestão funcionam basicamente como empresas de mercado, dentro de um ramo específico e com estratégias de fidelização da clientela. No entanto, há recusa em ingressar no mercado financeiro (fazer aplicações, tomar empréstimos, etc.), tampouco os empreendimentos buscam ou disputam recursos públicos, nesse momento. Evitam correr riscos, justificando que a experiência inicial fracassou pelo excesso de idealismo e por uma falsa perspectiva de crescimento rápido. Ao que tudo indica, o objetivo é manter a empresa com sua estrutura atual, incrementando-a paulatinamente, desde que haja segurança. Fazem negócios com outros empreendimentos solidários e estabelecem práticas de reciprocidade, com estudantes e estagiários. Há colaboração eventual de familiares e repasses às famílias, sob forma de sobras das refeições e de descontos para os dependentes dos sócios.

Do ponto de vista da racionalidade econômica, há uma diferença essencial em relação a empresas convencionais, relacionada com a não prioridade absoluta do lucro. Ambos os empreendimentos são frutos de uma gestão prudente e creem ter alcançado os objetivos para os quais foram criados, de melhorar e garantir um nível de vida digno para os seus membros, incluindo os demais trabalhadores do grupo. Como refere o membro gestor da confecção: *“Olho grande é só para criar remela”*.

Perguntamo-nos por que, mesmo convertidos objetivamente em microempresários, os sócios não adotaram plenamente a lógica da acumulação, da mercantilização dos seus produtos e da força de trabalho que empregam. Uma hipótese explicativa poderia estar relacionada ao peso dos ideais e do discurso a partir dos quais se constituíram, portanto seguem atuando socialmente, imbuídos do espírito da Economia Solidária. Outra possibilidade de explicação poderia estar na própria vida de trabalho desses empreendedores, cuja matriz cultural não incorpora um horizonte de lucro desenfreado. Assim, mesmo sem grandes projetos de ampliação, há firmes propósitos dos sócios de levar o empreendimento adiante com uma tendência de crescimento atomista (sem maiores aportes para as comunidades ou para novos membros), ou seja, envolvendo somente o núcleo familiar ou de sócios já estabilizados.

Nos empreendimentos que assumiram o formato de microempresa refluem os ideais solidários na medida em que consolidam a identidade de microempresa, produzindo modos de gestão mais distantes dos princípios autogestionários; contudo, mantêm certa abordagem crítica do capitalismo, como componente ético que persiste apesar das práticas heterogestionárias. A separação que vai se estabelecendo entre a o modo de formular e de executar as tarefas, entre as decisões fundamentais e o trabalho cotidiano, não impede que a ideia de tratar bem, com justiça e humanidade, clientes e funcionários, seja o legado do tempo em que constituíram um empreendimento solidário mais próximo do tipo ideal.

4. Segmento de pequenos produtores rurais

Nos últimos anos, especialmente a partir de 1980, a globalização econômica, a abertura do mercado mundial e o consequente acirramento da competitividade trouxeram imensos desafios em âmbito nacional e internacional. O Brasil, assim como a totalidade dos países latino-americanos, foi compelido a entrar em uma corrida expansionista, globalizada, a partir de bases materiais e simbólicas deficitárias. Após séculos de processos de colonização e de governos autoritários e elitistas, o país desloca-se do lugar de subalternidade que ocupava para o ingresso no capitalismo e na modernidade.

Se essa realidade afeta de maneira intensa as atividades empresariais em áreas urbanas, seu efeito é ainda maior nas unidades produtivas rurais. Além dos aspectos de mercado, a produção agrícola está subordinada às restrições impostas pela natureza. Tais desafios mudaram a realidade do setor agrícola no Brasil, que passou a adotar novas tecnologias de produção e de gestão administrativa capazes de instaurar uma nova atitude diante das exigências do mercado. (Uecker e Braun, 2002).

Inseridos nessa realidade, os pequenos agricultores veem-se obrigados a gerir a propriedade rural como uma empresa, estendendo seus esforços para além dos métodos mais eficientes de produção. Eles precisam levar em conta as estratégias para identificar os fatores internos e externos que influenciam o funcionamento do empreendimento e que podem dificultar a viabilização econômica, com relação a diferentes aspectos: escala de produção, posse e uso da terra e da água, inovação tecnológica e melhoria de produtividade, gestão das pequenas unidades, acesso ao crédito, comercialização, sistemas de intermediação, transporte de seus produtos e infra-estrutura de irrigação e de abastecimento (Vilckas e Nantes, 2006).

Essa situação é agravada no contexto brasileiro pela presença de latifúndios, que implantaram sistemas altamente produtivos de agricultura mecanizada, e pela insuficiência das políticas voltadas ao pequeno produtor e suas famílias – ainda que tenham sido ampliadas na última década. No entanto, é inegável a importância que o segmento formado por produtores familiares assume na sociedade brasileira, na medida em que contribui à promoção do desenvolvimento econômico, ao aumento do emprego de mão de obra e à redução da pobreza, por intermédio da provisão da subsistência das famílias e da produção de significativa parcela de alimentos básicos consumidos no país. Além disso, a produção familiar contribui para a melhoria da distribuição de renda e para a redução do êxodo rural.

A pesquisa foi realizada em três associações de pequenos produtores rurais que empreendem de forma coletiva, cujas características aqui analisadas – que vão além das idiosincrasias de cada empreendimento – expressam elementos que podem ser generalizáveis à compreensão do empreendedorismo entre pequenos produtores rurais da região, dada sua conexão com rede mais ampla de processos sociais e movimentos políticos.

Nos empreendimentos pesquisados no meio rural, o associativismo emergiu como uma alternativa dos pequenos produtores para o enfrentamento do desafio da alta competitividade, aliada ao ambiente de escassez de recursos financeiros, humanos e tecnológicos. Além da mobilização em torno da necessidade premente de subsistência, foram identificados outros fatores que constituíram o terreno fértil para a emergência e consolidação do associativismo, tais como: (1) culturais, devido a imigrantes poloneses, alemães e italianos que transmitiram às

gerações seguintes a importância das tradições agregadoras e das práticas coletivas; (2) religiosos, por meio de tradições pautadas na ética cristã, que estimularam os valores de bem comum e da solidariedade; (3) familiares, graças às relações de proximidade de famílias geralmente numerosas, que constituíram vínculos com base nos processos de ajuda mútua e de reciprocidade e (4) políticos, devido à politização do meio rural ocorrida a partir dos anos 1970, estimulada por organizações que incorporaram o discurso anticapitalista e incentivaram a construção de alternativas associativas e solidárias tais como a Central Única de Trabalhadores (CUT), o Movimento de Mulheres e o Partido dos Trabalhadores (PT).

O associativismo no meio rural manifesta-se por intermédio da articulação entre grupos de famílias que, por sua vez, formam organizações maiores, as quais possibilitam empreender mediante a realização de ações conjuntas. Tais iniciativas em geral são voltadas à aquisição de equipamentos, ao acesso a conhecimentos, mercados e fundos, ao incremento da comercialização, ao fortalecimento do movimento político e à ampliação da representatividade dos pequenos produtores nos municípios.

Os empreendimentos pesquisados constituem uma amostra típica do hibridismo que tem caracterizado a Economia Solidária brasileira. Eles são formados por pequenos agricultores ligados por laços de vizinhança ou parentesco, o que leva a uma fusão da lógica familiar com o associativismo coletivo. A proximidade estimula certa informalidade nos procedimentos de autogestão. Além disso, é comum os empreendimentos baseados na agricultura familiar disporem de estruturas privadas de produção, portanto seu grau de coletivização é variável e geralmente parcial. O regime de trabalho também se orienta pelo padrão familiar, pois a vida pessoal, familiar, comunitária e laboral encontra-se profundamente integrada. Percebe-se também o perpetuamento da divisão sexual de tarefas, devido às tradições culturais do campo. A diminuição das famílias e o êxodo rural têm gerado um problema preocupante de escassez de mão de obra. Os produtores estão envelhecendo e grande parte da geração seguinte já está nas cidades e não quer dedicar-se à lida do campo.

Todos os empreendimentos podem ser considerados longevos, tendo respectivamente 25, 24 e 13 anos de existência. Os dois mais antigos passaram por significativos processos de mudança na sua dinâmica e estrutura organizacional. Inicialmente, desenvolviam um conjunto mais amplo de atividades produtivas e abarcavam quase o dobro do número de associados. Em ambos os casos, as crises foram resolvidas pela redução significativa das atividades produtivas conjuntas – sendo a produção mantida de forma particular em cada família – e coletivizando alguns meios e processos de trabalho, como transporte, armazenamento e comercialização. Em um dos casos, os sócios assumiram dívidas e buscaram capacitação que lhes permitiu compreender a necessidade de planejamento para o bom desempenho da associação, assim como passaram a contar com o serviço profissional especializado na área de contabilidade de uma das associadas. O empreendimento passou a diferenciar-se da forma de organização dos demais, funcionando hoje mais como apoio à produção do que como geração direta de renda.

O planejamento é uma categoria que emerge na fala de todos os produtores entrevistados, pelo reconhecimento da sua importância para a obtenção de melhores resultados. Tal evidência vem ao encontro de estudos recentes, os quais afirmam de forma consensual a necessidade de planejamento para o aumento da competência das funções administrativas e gerenciais, que devem se agregar à função de produzir que ocupa a maior parte do tempo. Essa realidade também está presente entre empreendimentos individuais e mercantis, o que passa a constituir um limite frente ao mercado competitivo. Os produtores admitem a falta de planejamento qualificado porque não se sentem habilitados

para fazerem por si mesmos e não têm conseguido assessoria técnica para essa finalidade.

Um dos entrevistados relatou a falta desse tipo de apoio para os pequenos empreendedores e exemplificou que as grandes empresas estão sempre inovando; elas trazem a ideia concretizada à qual os pequenos produtores rurais aderem com facilidade porque os problemas estariam, em tese, resolvidos, mas o objetivo velado é a exploração do trabalho e da matéria-prima. Ele ainda sugere: *“As universidades têm que copiar essa idéia de ter pacotes prontos, mas para melhorar as condições de trabalho e produção”*. Para Zelaya e Vale (2007), torna-se fundamental trabalhar concomitantemente com órgãos públicos de fomento para impulsionar formas de disseminação das ferramentas administrativas a fim de contribuir para a tomada de decisões mais próximas da realidade e dos desafios dos pequenos empreendimentos agrícolas.

O apoio de entidades de fomento e apoio técnico e das políticas públicas mostrou-se fundamental, tanto para a constituição dos empreendimentos quanto para o seu desempenho ao longo dos anos, porque lhes oportunizou boa articulação em redes de empreendimentos para a comercialização e para o implemento de estratégias coletivas de produção e compra de equipamentos. Contudo, os produtores sofrem tanto com a descontinuidade quanto com a mudança da forma de atuação das entidades, o que é ainda mais significativo com relação às políticas públicas que são tratadas como políticas de governo no Brasil. Na atualidade, um programa do Governo Federal que combina a promoção de segurança alimentar e nutricional com o apoio aos pequenos produtores foi referido por dois empreendimentos como vital para o escoamento planejado e previsível da produção, o que possibilitou ampliá-la. É difícil afirmar se pelo menos dois dos empreendimentos pesquisados teriam conseguido manter um patamar sustentável de desempenho nos últimos anos sem a inserção nesse programa.

Ainda no tocante à dimensão política, todos os empreendimentos são bem articulados em nível regional, por intermédio de sua participação em organizações que promovem feiras ecológicas e da assessoria de órgãos governamentais. Também existe a consciência acerca da importância da representação política junto ao governo municipal, sendo comum a prática de eleger um vereador ligado à sua causa ou ter vínculos com secretários do município.

Internamente, todos os entrevistados trouxeram preocupação substantiva com a gestão democrática. Observou-se a existência de relações de ajuda mútua e laços de confiança entre os associados, de trocas de experiências, de decisões tomadas em consenso e até mesmo à compra de bens, fatos que parecem apontar para um projeto comum. Porém, no bojo das mudanças que têm acompanhado o ciclo evolutivo dos empreendimentos, houve significativa transformação dos procedimentos da forma de gestão. No início, a gestão era constituída por um grande número de assembléias e reuniões, nas quais tratavam não só do empreendimento, mas também de assuntos relativos ao entorno e à municipalidade. *“As reuniões demoravam cinco, seis horas. Agora, em uma hora e pouco, a gente faz uma reunião. Nós queríamos resolver os problemas do mundo, mas não conseguimos”* (entrevistado).

O terceiro empreendimento pesquisado surge exatamente como desdobramento de um desses anteriormente comentados. É o empreendimento mais jovem deste segmento, herdeiro de uma cultura política do associativismo e já criado a partir das demandas da realidade atual, sem ter passado por adaptações, crises e reformulações, muitas vezes traumáticas.

A gente aprendeu bastante com a associação mesmo. Que bom que ela veio antes do nosso. Foi um meio pra gente aprender a cooperar sem ter problemas entre os sócios, sem ter atritos. É claro que sempre tem alguma coisinha aqui,

algum desentendimento, mas se sabe que no dia seguinte vai ter que trabalhar junto [...] então não tem querer segurar uma encrenca ali ou guardar rancor (entrevistado).

Esse empreendimento já inicia com um formato de gestão mais flexível, sem que isso, segundo os associados, signifique prejuízo à prática autogestionária e democrática. Os associados consideram que o consenso a partir da discussão coletiva é base das decisões do grupo. Não há diretoria nem conselhos, o que é justificado pelo número limitado de participantes, segundo relataram os membros do empreendimento. Nesse processo, os contatos são freqüentes mediante telefonemas, sempre que necessário. O grupo caracteriza-se pela informalidade, sendo a função de contador, nas feiras, a única instituída, porém rotativa. A busca por alguma profissionalização está presente por meio da contribuição de um dos sócios com formação universitária na área de atuação do empreendimento. Percebe-se também a presença de atitudes pró-ativas, criatividade e de inovação.

No plano externo, as longas assembléias e a preocupação com os problemas da cidade serviram para que os empreendimentos mais antigos, ainda que reduzindo sua eficiência, fossem geradores de outras organizações e associações que têm contribuído para a disseminação dos valores solidários, de práticas associativistas e, em última instância, para o desenvolvimento sustentável da sua região. Esse talvez possa ser considerado o maior mérito oriundo dos ciclos de vida dos empreendimentos: grandes associações que caracterizaram o associativismo rural nos anos 1980 amadureceram, em parte envelheceram ou reduziram a vitalidade de sua dinâmica e funções, mas foram geradoras de “filhotes” que se organizam hoje com novas possibilidades. Elas funcionaram quase como uma incubação para novos empreendimentos e movimentos.

A produção agroecológica, forte tendência entre os pequenos empreendedores rurais pesquisados, é outro elemento crucial da análise desse segmento. Sob o ponto de vista econômico, a produção ecológica é um filão do mercado que se abre e se amplia lentamente com claras perspectivas de crescimento da demanda. Essa nova modalidade é ainda complementar no resultado total, porque os agricultores não conseguem dedicar maior tempo à produção agroecológica que apresenta custos mais altos e ressenete-se de mão de obra, repercutindo na dificuldade de concorrer no mercado.

Na dimensão sociocultural e política, a agroecologia parece agregar um novo sentido e identidade ao associativismo e à luta de resistência em virtude da intervenção de grandes empresas e da agricultura mecanizada. Os produtores expressaram a percepção de serem parte de uma causa maior de desenvolvimento social e sustentável por meio de ações de recuperação e preservação dos recursos naturais, bem como por contribuírem para a melhoria da qualidade de vida da população mediante a oferta de alimentação saudável. Esse sentimento vem maximizando-se nas feiras, pela interação direta com as pessoas beneficiadas, cada vez mais atentas e abertas ao consumo de produtos orgânicos. O contato com a população tem possibilitado ao produtor apropriar-se desse sentido simbólico do resultado de seu trabalho e renovar o ânimo de continuidade da produção ecológica em meio às múltiplas intempéries relativas à escassez de recursos técnico-financeiros e às condições ambientais desfavoráveis. Além disso, o agricultor também está buscando preservar sua saúde, pois percebeu que adoeceria e teria sua vida encurtada pelo uso de produtos químicos.

A análise final dos dados desse segmento mostra que a tendência de retrocesso de grandes cooperativas que envolviam produção conjunta não significou reversão da cultura associativa, por duas razões: os produtores permanecem empreendendo coletivamente em outras atividades (comercialização, utilização

conjunta de instrumentos produtivos e representação institucional) e, além de não ter havido dissolução total dos empreendimentos, houve um movimento de gestação de novos grupos formados por famílias que apostaram na especialização produtiva.

No meio rural, o empreendedorismo associativo entre pequenos produtores em geral é caracterizado como um empreendedorismo de necessidade, típico de regiões em que a renda é baixa ou mediana (Garcia, 2007). Porém, na prática, percebeu-se também a existência de traços do empreendedorismo de oportunidade expressos pela capacidade de reconhecimento do nicho de mercado agroecológico e pela aposta e risco inerentes ao plantio em pequena escala e extremamente diversificado, assim como pela introdução de produtos orgânicos pouco difundidos no mercado.

Existe um debate inacabado a respeito dos fatores que possibilitam o reconhecimento de oportunidades, sendo destacados na literatura sobre o tema os recursos subjetivos, cognitivos, tecnológicos e sociais. Kantis (2002 apud Garcia, 2007), por intermédio de pesquisa realizada com 689 empresários de micro e pequenas empresas, relata que mais de 70% dos entrevistados informaram que a chave para identificar as oportunidades de negócios é a “interação com as pessoas” e a “experiência profissional prévia”. Esta pesquisa corrobora os dados acima. Se os pequenos produtores rurais entrevistados são em sua maioria sujeitos com baixa escolaridade e com acesso limitado a conhecimento e tecnologia – recursos referidos na literatura como necessários para o reconhecimento de oportunidades –, ao mesmo tempo, enfatizaram a importância do contato com os consumidores para a inserção de seus produtos no mercado.

Dessa forma, se há uma distância entre o perfil típico do empreendedor – disposto a correr riscos, a inovar, ser criativo e ter atitudes pró-ativas –, os pesquisados caracterizaram-se pelo risco, ainda que comedido, e pelo desenvolvimento de ações inovadoras. Os produtores são cautelosos quanto à obtenção de empréstimos e não pretendem explorar novos mercados, produtos, atividades ou formas de organização. Os planos limitam-se à manutenção do conquistado e a ações pontuais de melhoramento. É possível que a falta de assessoria técnica e de recursos financeiros e tecnológicos seja um fator restritivo do desejo de expansão devido ao receio de empreender sem condições apropriadas e colocar em risco o patrimônio. Ainda assim, os associados têm uma inserção significativa no mercado, salientam que não vendem mais por falta de produção e afirmam que a sua situação socioeconômica melhorou, não apenas em função das estratégias familiares relativas à divisão do trabalho e à produção para o autoconsumo, mas por benefícios que o empreendimento lhes oportunizou, tais como troca de conhecimentos e informações, serviços de frete prestados pela associação e capital social compartilhado.

Ainda que não se possa constatar claramente a presença de uma dinâmica anti-utilitarista ou não utilitarista, é inegável que tal *modus operandi* se diferencia de práticas empreendedoras tradicionais fundamentadas na lógica individualista predominante de luta por um espaço no mercado competitivo. Ao invés do tradicional “cada um por si”, a lógica subjacente ao empreendedorismo associativo é responsável pela instauração de uma visão e dinâmica integradoras em que “se um ganhar, o outro também ganha”.

É interessante observar a semelhança dessas declarações com uma máxima de Bentham, pensador da filosofia utilitarista, que afirmava: “o que é bom para o indivíduo, é bom para a sociedade”. Tal afirmação, paradoxalmente, foi empregada para livrar o lucro das amarras morais legadas pela ética cristã que lhe atribuía o sentido pecaminoso de avareza, contribuindo para conferir

legitimidade à acumulação individual necessária à consolidação do capitalismo. (Ferrarini, 2008).

O empreendedorismo associativo parece radicalizar ou recuperar o significado original dessa premissa da filosofia utilitarista, mostrando exatamente a emergência de uma dinâmica não utilitarista. As práticas de articulação política em prol de benefícios para si e para a comunidade e as preocupações ambientais são fatores que, com frequência, oneram o desempenho econômico se vistos de forma isolada e em curto prazo, mas exercem papel fundamental na consolidação do empreendimento ao longo dos anos, em sua função social e econômica.

Empreender coletivamente tem representado para os pequenos produtores a oportunidade de saírem do padrão reativo aos "*pacotes prontos*" das grandes empresas e tornarem-se "*peça de uma engrenagem*", quase como operários, como ocorreu com muitos agricultores da região. Juntos, os produtores têm sido capazes de construir mecanismos contra a subordinação, de serem donos do que produzem e de contribuírem para o desenvolvimento social e sustentável da sua região.

CONCLUSÃO

Como afirmam Fontes e Pero (2009: 1), "os microempreendedores no Brasil formam um grupo muito heterogêneo, que pode ser visto pela desigualdade de renda equiparável a do Brasil como um todo". Muitos deles têm buscado empreender de forma associativista e vinculada a um projeto ético-político de construção de sociedade mais justa, inscrita no âmbito da economia social e solidária. A pesquisa focalizou esse perfil de empreendedores, para os quais o movimento de produzir, buscar, alcançar e modificar as condições de vida para um sujeito, grupo ou comunidade, não aparece associado exclusivamente à lógica mercantil e ao individualismo. Daí a importância de, à luz dos resultados empíricos e do debate teórico, concluir se é possível falar de empreendedorismo nessas condições e quais seriam suas semelhanças ou diferenças.

A pesquisa evidenciou que, apesar de o termo empreendedorismo haver se consolidado a partir da lógica mercantil no contexto da sociedade capitalista globalizada, não é necessário abdicar dele quando se trata de empreendimentos econômicos e solidários. A polissemia do termo **empreendedorismo** dá margem a diferentes conotações e ênfases e se, alguma restrição for imposta, deve-se a fatores de ordem político-ideológica e não factual.

Na prática, percebeu-se que o empreendedorismo vincula-se a outras lógicas econômicas. Mais do que isso, ele transcende a dimensão econômica e avançou, na última década deste milênio, para lógicas sociais, políticas e culturais, quando identificado em organizações da sociedade civil e do Estado, cuja finalidade central não é produtiva. Nesses casos, o conceito adquire o atributo "social" e passa a denominar-se empreendedorismo social.

Os diferentes modos e lógicas que envolvem o empreendedorismo tornam patente a necessidade de se tratar a definição e aplicação do conceito de forma mais complexa. O empreendedor não é exclusivamente compreendido como indivíduo; no associativismo encontra-se um veio importante do empreendedorismo. Alguns trabalhos já têm apontado a ligação entre ambos, a exemplo de Sachs (2003), Pires e Gatti (2006) e Battisti e Denuzi (2009).

A análise dos dados empíricos mostrou que, seja no caso dos catadores de lixo, que vivem em situação de extrema pobreza, seja de desempregados ou de produtores rurais fragilizados diante da agricultura mecanizada, o

empreendedorismo associativo é gerador de processos de aprendizagem, inserção comunitária e renda mínima para os trabalhadores. Salvaguardando as especificidades de cada segmento, aprofundadas ao longo do texto, é comum a todos a dependência, em graus variáveis, de agentes públicos e da sociedade civil para fomento e assessoria. As dificuldades emergem com a descontinuidade de políticas públicas, tratadas como políticas de governo, e a falta de adequação de técnicos e de recursos para a realidade do perfil de empreendedores da Economia Solidária.

A opção por modificar o formato organizacional do empreendimento (de cooperativa ou associação para microempresa), visando à sua longevidade, mostra-se também como uma tentativa de preservar a capacidade de esses cidadãos seguirem fazendo frente aos desafios da sobrevivência digna, além de manterem-se vinculados ao movimento da Economia Solidária, ainda que menos intensamente.

A conclusão da pesquisa no Brasil é enriquecida pelas conclusões da que foi realizada em Portugal, com a qual converge em seus resultados. O relatório da pesquisa portuguesa demonstra que muitos empreendedores não possuem todas essas capacidades e se afastam notoriamente do perfil típico estabelecido pela teoria econômica: ou não resultam da capacidade de detectar oportunidades ou não representam inovação em termos da gestão e do produto; ou não manifestam disposição para assumir riscos, nem envolvem uma operação de elevado retorno ou, finalmente, não evidenciam qualquer desenvoltura por parte do empreendedor, que se mostra muito apegado a uma forma de gestão rotineira e cautelosa. Contudo, não deixam de ser empreendedores por causa disso. Há uma pluralidade muito maior no campo do empreendedorismo do que supõe o *main-stream* da literatura econômica consagrada.

Na realidade brasileira, foi também identificado que muitos empreendedores solidários não exibem o perfil típico ou se afastam dele. Em contrapartida, muitos têm consciência da necessidade desses atributos e gostariam de desenvolver competências atribuídas ao perfil clássico do empreendedor individual, ou seja, de serem criativos, inovadores, de buscarem oportunidades e correrem risco, mas o ambiente e os recursos disponíveis lhes compelem a manterem uma atitude de cautela e preservação do patrimônio.

O que parece ser realmente distintivo do empreendedorismo tradicional mercantil é o fato de que nenhum dos sujeitos da pesquisa colocou como dimensão teleológica a questão do crescimento expansionista e ilimitado por si mesmo ou como elemento primordial. O crescimento sempre é referido em articulação com outras dimensões sociais, culturais e ambientais. A concepção de desenvolvimento de A. Sen parece encaixar-se muito bem no que a realidade empírica evidenciou: trata-se de um desenvolvimento que, sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, vai além e serve para a expansão das capacidades humanas e das liberdades substantivas. Fica clara a idéia do econômico como meio e não como finalidade, o que faz toda a diferença e destaca o papel do empreendedorismo associativo e solidário na desconstrução do conceito idealizado e parcial de empreendedorismo e na sua contribuição para a sociedade.

Pode-se afirmar que a ligação do empreendedorismo associativo com a Economia Solidária está na retomada do protagonismo de pessoas em situação de pobreza e na condução de uma atividade econômica. A melhoria das suas condições de vida, a ativação das capacidades organizativas, relacionais e de enfrentamento das dificuldades, já são elementos positivos em um empreendedorismo de necessidade (para usar a clássica classificação schumpeteriana) ou por indução. Ao relacionarem-se com programas de políticas públicas e com os demais agentes sociais envolvidos no processo de empreender coletivamente, são geradas

aprendizagens que transformam a vida dos sujeitos participantes de várias formas e que modificam também a atuação do Estado como instrumento de redução da desigualdade. Esse redirecionamento de posturas envolve também a sociedade civil, que passa a interagir com processos e produtos oriundos das práticas associativistas, tendo a oportunidade, como cidadã e consumidora, de participar em alguma medida de uma mudança social.

Desta forma, a pesquisa mostra que o fator associativo no campo da Economia Solidária não apenas se caracteriza como empreendedorismo, como também expressa uma radicalização do empreendedorismo em si. O empreendedor associativo também precisa desenvolver competências individuais porque o indivíduo não se dilui no coletivo; ao contrário, ele agrega suas potencialidades ao todo. Ele tem uma meta mais ampla e complexa, que é administrar a sua eficiência (que não é mensurada apenas de forma econômica, mas também social) para dentro do empreendimento e também para fora, predominantemente articulado em redes e movimentos que lutam por uma sociedade mais solidária e sustentável. Tudo isso partindo de uma estrutura deficitária sob o ponto de vista econômico e educacional, caracterizada pelo reduzido acesso a crédito e à assessoria.

Nesse sentido, a metáfora da piracema contribui para elucidar como esses empreendedores associativos são verdadeiramente empreendedores, no genuíno sentido da palavra, pois nadam contra a correnteza e recriam a vida com o seu trabalho coletivo. Porém, diferentemente dos determinismos naturais, os seres humanos constituem historicamente suas relações de vida e de produção, podendo também desconstruí-las e reconstruí-las. No contexto social pesquisado, a organização em grupos maiores – ao contrário dos peixes – tem se apresentado exatamente como o fator que possibilita aos empreendedores deixarem de ser presas fáceis e vítimas de um sistema de crescimento econômico desigual e predatório para transformarem-se em protagonistas de um modo mais solidário e sustentável de produzir e de viver.

REFERÊNCIAS

- BHOWMIK, S. 2002. As cooperativas e a emancipação dos marginalizados: estudos de caso de duas cidades na Índia. *In*: B. SANTOS (org.). *Produzir para viver — os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 369-400.
- CALDERONI, S. 1998. *Os bilhões perdidos no lixo*. São Paulo, Humanitas Publicações/ FFLCH-USP, 348 p.
- FERRARINI, A. 2008. *Pobreza: possibilidade de construção de políticas emancipatórias*. São Leopoldo, Oikos, 160 p.
- FERREIRA, A. 2010. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. São Paulo, Positivo, 1781 p.
- FONTES, A.; PERO, V. 2009. *Determinantes do desempenho dos microempreendedores no Brasil*. Seminário de Pesquisa, IE/UFRJ. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/datacenter/ie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto0906.pdf>. Acesso em 25 de outubro de 2010, p. 5-15.
- GAIGER, L. 2009. Empreendimento econômico solidário. *In*: A. CATTANI; P. HESPANHA, J.-L. LAVILLE; L. GAIGER (orgs). *Dicionário Internacional da outra economia*. Coimbra, Almedina, p. 181-187.

GALBIATI, A. 2004. *O Gerenciamento integrado de resíduos sólidos e a reciclagem*. Disponível em: <http://www.amda.org.br/objeto/arquivos/97.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2010, 1-10.

GARCIA, J.; MINUZZI, J.; SANTOS P. 2007. *Empreender por oportunidade versus necessidade: um estudo com empreendedores catarinenses*. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2007_TR630470_9378.pdf. Acesso em 25 de outubro de 2010, p. 1-5.

KANTIS, H. 2004. *Desarrollo emprendedor: América Latina y la experiencia internacional*. Banco Internacional de Desarrollo, New York, 284 p.

MARTINS, C. 2005. *Trabalhadores na reciclagem do lixo: dinâmicas econômicas, socioambientais e políticas na perspectiva de empoderamento*. Tese de Doutorado. Porto Alegre, RS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 211 p.

PIRES, A.; GATTI, T. 2006. A reinserção social e os egressos do sistema prisional por meio de políticas públicas, da educação, do trabalho e da comunidade. *Inclusão Social*, Brasília, 1(2): 58-65.

SACHS, I. 2003. *Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte*. Rio de Janeiro, Garamond, 200 p.

SEN, A. 2000. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, Companhia da Letras, 409 p.

SCHIMIDT, C.; DREHER, M. 2008. Cultura empreendedora. Empreendedorismo coletivo e perfil empreendedor. *Revista de Gestão USP*, 15(1): 1-14.

UECKER, G.; BRAUN, M. 2002. Avaliação de técnicas administrativas em propriedades rurais: o caso do oeste do Paraná. *IV Colóquio sobre Transformaciones Territoriales*, Montevideu, p. 50-59.

VARELLA, M.; PLATIAU, A. 2003. Estímulo ao associativismo no Brasil: algumas propostas de políticas públicas. *Revista de Informação Legislativa*, 40(159): 319-333.

VELLOSO, M. 2005. Os catadores de lixo e o processo de emancipação social. *Ciênc. saúde coletiva* [online], 10: 49-61.

VILCKAS, M.; NANTES, J. 2006. Planejamento das atividades produtivas rurais: estudo sobre pequenos produtores. *Revista Hispeci & Lema*, 9, 13-17. Disponível em: http://www.fafibe.br/revistaonline/arquivos/mariangela_planejdasativprodrurais.pdf.

ZELAYA, M.; VALE, M. 2007. A contribuição de ferramentas de gestão administrativa na viabilidade dos empreendimentos agrícolas. *Revista Científica Symposium*, 5(1): 23-29.

A História e os sentidos do empreendedorismo solidário¹

Luiz Inácio Gaiger

Doutor em Sociologia, docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo, RS), membro do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa. E-mail: gaiger@unisinos.br

Andressa da Silva Corrêa

Licenciada em Teatro, mestranda em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, RS), integrante do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa da Unisinos. E-mail: andressa_teatro@yahoo.com.br

Resumo

Passada uma década de seu momento de eclosão, os empreendimentos de Economia Solidária começam a ser submetidos à prova do tempo. Seu potencial já pode e deve ser avaliado de acordo com seus avanços e recuos, em particular quanto à expectativa de serem alternativos e viáveis, o que requer situá-los em uma perspectiva analítica temporalmente mais ampla, desvincilhada do tempo linear e progressivo e da tendência a superdimensionar os fatos do presente. Inspirado nos ensinamentos do historiador Fernand Braudel, o artigo explora resultados de pesquisas sobre os empreendimentos solidários, realizadas entre 1992 e 2001, a fim de referendar a pertinência desse enfoque e evidenciar como ter em vista temporalidades múltiplas contribui para alargar os acontecimentos e discernir sentidos diversos por eles incorporados, segundo os diferentes ciclos e ritmos do tempo.

Palavras-chave: alternativas, economia solidária, Fernand Braudel, racionalidade, trabalho

Abstract

Nowadays, the solidarity economy experiences have started to face an ageing process, a decade after their eclosion. Their potential can and must be evaluated regarding their achievements and failures, particularly as to being alternative and viable. This asks for a broader historical perspective, disentangled from the linear and progressive time and from the tendency of overappreciating the present. Inspired by the thoughts of the historian Fernand Braudel, the article explores the

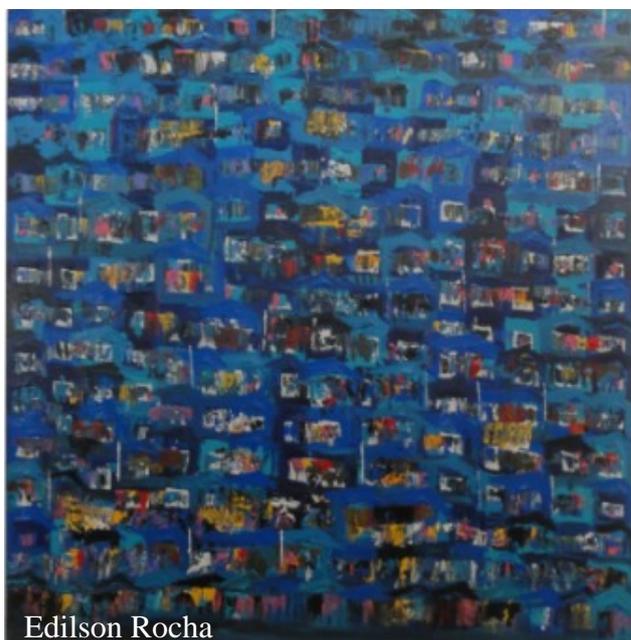
¹ Artigo relacionado a pesquisas financiadas pelo CNPq e pela FAPERGS, com destaque ao Projeto *Microempreendedorismo e Associativismo em Países de Desenvolvimento Periférico*, realizado no âmbito do Programa de Cooperação em Matéria de Ciências Sociais para os Países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP/CNPq.

findings of empirical researches conducted between 1992 and 2001, as to show that taking into consideration multiple timeframes contributes to understanding the diverse meanings of the solidarity entrepreneurship, according to the different cycles and rhythms of time.

Key-words: alternatives, solidarity economy, Fernand Braudel, rationality, labour

INTRODUÇÃO

Um acontecimento, a rigor, pode carregar-se de uma série de significações ou de relações. Éle testemunha, às vèzes, movimentos muito profundos, e, pelo jôgo factício ou não das "causas" e dos "efeitos", caros aos historiadores de ontem, anexa a si um tempo muito superior à sua própria duração. Extensivo ao infinito, êle se liga, livremente ou não, a tôda uma cadeia de acontecimentos, de realidades subjacentes, e impossíveis, parece, de destacar-se, desde então, umas das outras. Por êste jôgo de adições, Benedetto Croce podia pretender que, em todo o acontecimento, a história inteira, o homem inteiro se incorpora e em seguida se redescobre à vontade. Com a condição, sem dúvida, de acrescentar a êste fragmento o que êle não contém de início e, portanto, de saber o que é justo – ou não – acrescentar-lhe. (Braudel, 1965: 264).



Edilson Rocha

O debate sobre o significado histórico da Economia Solidária acompanha seu desenrolar como novo campo de práticas desde seus primórdios. As teses a respeito giram habitualmente em torno das vias de construção de grandes alternativas, ao neoliberalismo, à globalização e à ordem capitalista. Um dos eventos interessantes sobre o tema ocorreu no Brasil em 1999, reunindo expoentes do pensamento acadêmico, político e católico, como Francisco de Oliveira, José Luis Coraggio, José Luis Fiori, Luiz Alberto Gómez de Souza, Marcos Arruda e Paul Singer.² No papel de comentador final, Gómez de Souza retomou a

questão nos termos explícita ou implicitamente discutidos pelos conferencistas, quanto ao advento de um novo modo de produção, a que conduziriam a expansão e o fortalecimento da Economia Solidária. Prosseguindo, salientou a necessidade de termos em vista os horizontes temporais em que se situam as mudanças históricas mais profundas, recordando o historiador Fernand Braudel:

² O evento ocorreu na Universidade Católica de Salvador, estando à testa da coordenação Gabriel Kraychete. Os anais foram publicados posteriormente (Kraychete *et al.* 2000).

Segundo ele, a partir de 1971-72 entramos numa crise de esgotamento desse período de grande duração – que é o período da modernidade. Vamos agora ter um período longo, que ele chama *crise secular*: são cem anos de transição, como aqueles cem anos entre 1350 e 1450, quando o mundo feudal foi acabando e surgiu aos poucos a modernidade. Essa transição atual amadureceria lá por 2050, 2070... Então estamos no meio do percurso. Mas no meio de algo que não sabemos o que poderá ser (Gómez de Souza, 2000: 241).

Braudel provavelmente tinha em mente os ciclos históricos mais longos, como o Kondratieff³ e o Trend, o primeiro deles alongando-se entre 50 e 70 anos, o segundo de amplitude secular, espaço de tempo em que se registravam, desde o séc. XIII, as rupturas mais significativas na história das *economias-mundo* (Braudel, 1995). As teses de Braudel acerca dos tempos históricos (ou sobre a *dialética da duração*) já balizaram reflexões nossas a respeito das grandes transições (Gaiger, 2007a). Não importa tanto o acerto da predição feita sobre os ciclos atuais. O valor de lembrá-la repousa na principal virtude da abordagem braudeliana: ressaltar os tempos múltiplos e contraditórios coexistentes em nossas vidas e no andar das civilizações, em particular “esta oposição viva, íntima, repetida indefinidamente entre o instante e o tempo longo a escoar-se”, donde derivam relações mútuas indissolúveis entre o presente e o passado (Braudel, 1965: 263).

Pensamos que a compreensão da Economia Solidária tem a ganhar com esses ensinamentos, com estudos que considerem essa perspectiva. Além de apresentá-la por meio de uma visão panorâmica do pensamento de Braudel e de sua escola historiográfica, este artigo propõe-se a referendá-la empiricamente, retomando para isso alguns resultados de quase duas décadas de investigações sobre os empreendimentos associativos, realizadas pelo Grupo de Pesquisa em Economia Solidária da Unisinos. Visando demonstrar como ter em vista as temporalidades múltiplas da História contribui para alargar os acontecimentos e discernir sentidos diversos por eles incorporados, o texto inicialmente discute a abordagem braudeliana (Seção 1). A seguir, menciona as bases empíricas e metodológicas das pesquisas sobre os empreendimentos solidários (Seção 2), cujos resultados são comparados diacronicamente, de sorte a evidenciar os vínculos indissolúveis entre as experiências de Economia Solidária e a passagem do tempo (Seção 3). Ao final do texto, as temporalidades ganham um sentido heurístico mais pronunciado, ao permitirem identificar significados e relações contidas em tais experiências, embora estejam situadas em circuitos mais amplos, nos quais se manifestam as persistências e as mudanças lentas dos últimos séculos (Seção 4).

1. As temporalidades e as ciladas da curta duração

Braudel (1902-1985) foi um dos principais responsáveis pela renovação da historiografia no séc. XX.⁴ Ele seguiu a trilha de Lucien Febvre e Marc Bloch,⁵ apartando-se da escola positivista, fixada em elementos factuais, no valor inquestionável do documento e na reconstituição da história das idéias e da vida política. Braudel propugnava uma história social total, única forma a seu ver de

³ Do nome do seu formulador, Nikolai Kondratiev, economista russo em atividade nos anos 1920 e 1930 (até sua execução por Stálin, em 1938). Sua teoria, por sinal, levaria ao prognóstico de início de um novo ciclo no pós-guerra e de início de sua fase crítica nas primeiras décadas do séc. XXI.

⁴ Para uma visão detalhada de sua vida e obra, ver: DAIX, Pierre. *Fernand Braudel – uma biografia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

⁵ Entre 1935 e 1937, Braudel lecionou na recém inaugurada Universidade de São Paulo. Marc Bloch, que havia se engajado na Resistência, foi preso e, em 1944, brutalmente torturado e assassinado pelos nazistas.

não perder de vista a totalidade, o que empresta uma crucial importância à dialética entre presente e passado e conclama a uma integração ampla entre as Ciências Humanas, como a Geografia, a Sociologia, a Economia, a Psicologia e a Linguística – diríamos hoje, a uma perspectiva transdisciplinar.

Das experiências e tentativas recentes da história, desprende-se – consciente ou não, aceita ou não – uma noção cada vez mais precisa da multiplicidade de tempo e do valor excepcional do tempo longo. Esta última noção, mais do que a própria história - a história de múltiplas faces – deveria interessar às ciências sociais, nossas vizinhas. (Braudel, 1965: 263).

O projeto foi cristalizado na revista *Les Annales d'histoire économique et sociale*,⁶ fundada em 1929 sob três princípios: “1) a instauração de uma história-problema, em oposição à história narrativa, isto é, descritiva dos acontecimentos únicos; 2) a ampliação das fontes de informação histórica, pois o documento escrito era supervalorizado, em detrimento da iconografia, dos vestígios arqueológicos, etc.; e 3) a adoção de uma dialética entre presente e passado, em contraposição à idéia dominante de que o passado era algo separado do mundo do historiador.” (Rocha, 1995: 240).

Um dos legados mais importantes desta *Nouvelle Histoire* foi a Geohistória, uma disciplina híbrida essencial, “um instrumento para encontrar as realidades estruturais mais lentas e para organizar uma perspectiva segundo uma linha do mais longo prazo” (Lima, 2005: 9), por excelência aquele das relações do homem com o ambiente. A Geohistória permite recriar uma paisagem histórica segundo perspectivas intermináveis, multisseculares, em cuja aparente inércia ocultam-se as tendências da história lenta, as forças e movimentos que conformam e transformam as civilizações, sejam os modos de ação do capitalismo, sejam mudanças culturais como a Reforma e a Contra-Reforma religiosas, sejam os paradigmas científicos, seja a persistência do patrimonialismo como princípio ordenador das sociedades oligárquicas.⁷

Tendo por predecessores Paul de La Blache e o próprio Lucien Febvre, a influência da *École des Annales* neste campo disseminou-se, contribuindo também no Brasil para a renovação da Geografia Humana, a exemplo da “teoria dos tempos rápidos e dos tempos lentos” de Milton Santos (2008). A idéia da longa duração⁸ teve desdobramentos de envergadura, caso notório da obra de Immanuel Wallerstein, que a transpôs à sucessão e coexistência de “sistemas históricos”, relativamente autônomos e funcionando segundo padrões e ritmos cíclicos.

Fernand Braudel demonstrou, primeiro, que a grade dos diferentes tempos da história podia ser encontrada em outros objetos históricos, e não somente nas relações entre homens e meio ambiente, e, segundo, que a operação historiográfica não deveria se limitar à análise de apenas uma das durações, embora reconhecesse o primado da longa duração; deveria, isto sim, analisar cada uma em si, para depois verificar no conjunto a dialética das durações. (Rocha, 1995: 248).

Importaria, sobretudo, prevenir-nos contra a sedução enganadora exercida pelo tempo curto, pelo acontecimento “nouvelle sonnante” cuja explosividade lança

⁶ Com a entrada de Braudel na função de diretor, já no pós-guerra, a revista mudou de nome, passando a chamar-se *Annales. Economies, sociétés, civilisations*, conservando-o até 1994.

⁷ No Brasil, tema da brilhante obra *Os donos do poder*, de Raimundo Faoro. Recomenda-se também um dos estudos de José de Souza Martins: *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. (São Paulo: Hucitec, 1999).

⁸ Para o próprio Braudel, ela surge em sua tese de doutorado, defendida em 1947, na qual se propôs à reconstrução de uma história total do Mediterrâneo nos fins do século XVI, chegando, no entanto, a “edificar uma teoria sobre a decomposição do tempo histórico” (Rocha, 1995: 242), apresentada em 1958 no que seria um dos seus mais decisivos artigos (Braudel, 1965). Sua incorporação aos estudos durante sua extensa carreira redundou em sua obra mais conhecida - *Civilização material, economia e capitalismo - séculos XV-XVIII*, publicada originalmente em 1979 e, posteriormente, no Brasil (Braudel, 1995).

uma excessiva fumaça, que “enche a consciência dos contemporâneos” (Braudel, 1965: 264), mas, por assim dizer, embaça-lhes os olhos quanto à espessura mais profunda da história e ao seu real decurso. Nos curtos lapsos em que se sucedem, fatos altissonantes são por vezes precipitadamente interpretados como dilemas definidores de sua época. Isso porque, a despeito das magistrais lições de Michel Foucault, não se procede à imersão de tais ímpetus nas estruturas estáveis, quase inertes, alheias às agitações do frontispício, nas quais repousam quadros mentais e sistemas de vida persistentes, apenas rejeitados após terem servido por muito tempo, por isso estando em geral mais longe do que perto da exaustão.

Mais ainda, o pesquisador do tempo presente não chega às tramas “finas” das estruturas, a não ser sob a condição, ele também, de **reconstruir**, de avançar hipóteses e explicações, de recusar o real tal como ele se apresenta, de truncá-lo, de ultrapassá-lo... (Braudel, 1965: 263).

Ora, a atualidade da Economia Solidária, seu tempo presente, domina largamente as percepções. Os números levantados pelo primeiro Mapeamento Nacional no Brasil, realizado entre 2005 e 2007, falam por si: 49% dos 22 mil empreendimentos registrados iniciaram suas atividades a partir de 2001, quando do auge ou já na esteira do período dominado por governos considerados neoliberais ou, em todo o caso, pela desestruturação do mercado de trabalho e a subsequente exclusão e insegurança laboral. Desde 2003, contudo, quando nova coalizão política, liderada por Lula, assumiu o poder, o número de novos empreendimentos chegou a 34% do total. Dada essa veloz multiplicação das iniciativas econômicas solidárias, de par com seu apreciável fortalecimento político em menos de uma década, não é de surpreender que as expectativas mais otimistas tenham prevalecido no debate sobre o seu sentido e suas perspectivas.

Mas, algo sugere que a Economia Solidária esteja prestes a superar sua condição de fato emergente, impactante, inquestionavelmente promissor. Ela começa a ser submetida à prova do tempo, de sorte que seu potencial já pode ser avaliado de acordo com o seu desenvolvimento, seus avanços e recuos, quanto a ser simultaneamente alternativa, viável e replicável. Motivos para dúvidas já se encontravam no primeiro Mapeamento, em favor tanto do otimismo quanto do ceticismo. A tese que vê a Economia Solidária basicamente como resposta ao desemprego, dependendo então das oscilações do mercado de trabalho, não condiz com dados que indicam outras aspirações tão ou mais importantes que a renda, além de outros protagonistas, ciosos de proteger seu trabalho e seu sistema de vida costumeiro, incluindo ocupações já existentes, de cunho individual ou familiar. Fato mais decisivo é que a atenção dada à parte íngreme da curva de ascensão dos empreendimentos resultou em desdém pelo período anterior, em que há dados de interesse: 43% dos empreendimentos já existiam em 1999, 23% funcionavam ao menos há 10 anos quando foram mapeados, 11% há 15 anos ou mais. Seus itinerários transcendem os fatos do presente, escapam à visão que se pode ter deles permanecendo nesta escala do tempo. São testemunhas de outras épocas, cuja antecedência em relação à eclosão e à constituição política da Economia Solidária fatalmente reduziu suas chances de serem registrados pelo Mapeamento nas proporções em que ainda persistiam em 2005, que dirá nas quais existiram outrora. Observar as distâncias cronológicas seria indispensável para dimensionar esses fatos, evitando as ciladas da curta duração.

A essas armadilhas nos expomos se estivermos impregnados por um dos hábitos mentais típicos da modernidade, consistindo em interpretar os acontecimentos segundo uma narrativa sobre o sentido da história já constituída e aceita axiomáticamente. Tais narrativas apóiam-se fundamentalmente nos valores da razão e do progresso, na convicção de que, mesmo por caminhos tortuosos e

sujeita a idas e vindas, a civilização avança para um futuro melhor. Na sua variante à esquerda, trata-se de uma das grandes ideologias modernas, ao lado do liberalismo e do nacionalismo, com inúmeras derivações no pensamento marxista e no humanismo, de pendor evolucionista e dualista: os fatos são essencialmente – quanto mais se sobressaírem neste sentido, mais autênticos - episódios das marchas e contramarchas dos trabalhadores, em sua caminhada inexorável de construção de uma nova sociedade, *anti* e *pós*-capitalista.

Em que pesem as boas intenções, essa espécie de soteriologia iluminista termina por esterilizar a dialética da história. Ao antever teologicamente o curso da temporalidade longa, termina por antecipar o sentido dos acontecimentos e a síntese final das contradições que possam carregar - uma tentação *utópico-moderna* da qual não se teria livrado o próprio Marx (Gorender, 1999). Um dos seus ecos, no seio da intelectualidade engajada em movimentos de base como a Economia Solidária, manifesta-se na tendência a apreender as experiências quase invariavelmente como parte de um *projeto* de sociedade. Tal projeto – superior e antagônico ao capitalismo - se converte desde então na razão de ser das práticas, em chave hermenêutica que lhes confere sentido, funcionando como seu elemento orientador e classificador.

Os quadros mentais - lembra-nos Braudel (1965: 268) - “são também prisões de longa duração.” Daí porque “a adoção do princípio da pluralidade dos tempos traria ganhos científicos à História. Isto porque, em primeiro lugar, por meio dele, a História podia se desvencilhar do tempo linear e progressivo das Filosofias da História (hegeliana, comtiana ou marxista), isto é, em vez de recorrer a uma noção apriorística de tempo, o tempo histórico passaria a ser dado pelos próprios objetos da pesquisa.” (Rocha, 1995: 243).

Em nossa história recente, o tempo das transformações vem titubeando, às vezes imobilizado na disjuntiva titânica de duas totalidades mutuamente excludentes, às vezes em estado de latência ou moratória inconfessa diante do peso incontível do capitalismo global triunfante. Mas, se não há distanciamento dos fatos para entendê-los em seu presente e em seu passado, as novas boas notícias do momento facilmente voltam a alimentar antigas esperanças, olvidando-se a dimensão descomunal de qualquer empreitada de construção de alternativas capazes de superar a ordem social vigente. Ou o enlevo momentâneo dos acontecimentos presentes é arrebatador, projetando-os exponencialmente sobre os movimentos tectônicos da história, ou tais feitos são relegados à impotência e à insignificância. Posições extremadas subtraem o essencial: alternativas apenas se constroem – e se destroem - nas dialéticas dos sistemas a que resistem ou combatem, na forma, na escala e no tempo em que o fizerem.

Ao insistir sobre a necessidade de eliminar o que é breve, individual, episódico, deixando em suspenso uma enorme parte da história vivida, Braudel preocupava-se em fazer vir à tona aquelas realidades e perspectivas duradouras, quase intermináveis, de ritmos lentos a ponto de darem a impressão de imobilidade, de serem inanimadas, de estarem destituídas de vida e de história. “Cada ‘atualidade’ reúne movimentos de origem, de ritmo diferente: o tempo de hoje data, às vezes, de ontem, de ante-ontem, de outrora.” (Braudel, 1965: 272). Assim, mesmo na poeira dos acontecimentos é possível detectar lastros profundos, estruturas, que são sempre “sustentáculos e obstáculos” (Braudel, 1965: 268). O mister diz respeito à distinção e articulação entre tempos múltiplos e contraditórios, como forma de esquivar tanto os caprichos do tempo breve quanto a impassibilidade da longa duração.

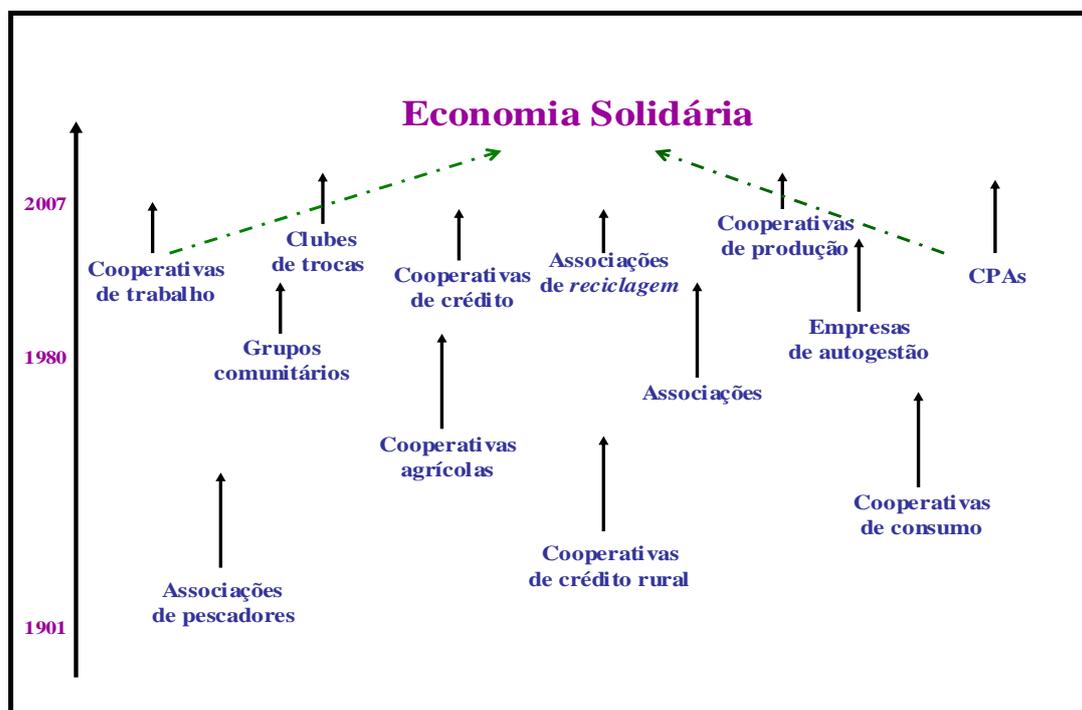
Reconstituir os fragmentos dessas durações demanda investigar, tanto quanto possível, nosso material empírico, a fim de encontrar trânsitos e conexões em diferentes planos temporais. No caso da Economia Solidária, a seu turno, significa ir além das circunstâncias momentâneas de sua expansão recente. Se admitirmos

que não seja suficiente para os sujeitos estarem simplesmente acuados, pois é o seu lastro de experiências e sua capacidade de idealização que convertem a alternativa solidária em ação prática, devemos verificar como o desdobrar dos empreendimentos repousa em recursos e ativos precedentes de seus protagonistas, conforme tenham evoluído suas condições de vida e à medida que favoreceram ou afastaram a revitalização ou adoção de práticas solidárias.

De outra parte, cada empreendimento pode ser sinal da persistência de disposições latentes, cuja vinda à superfície tenha deixado vestígios mais nítidos em outras épocas, ao configurar ciclos localizados de expansão do solidarismo, em contraste com os períodos de refluxo e desmobilização. Os dados do Mapeamento Nacional da Economia Solidária são sugestivos quanto a esses vínculos entre os eventos registrados na atualidade e seus antecedentes. Relacionar as datas de implantação dos empreendimentos em atividade há mais tempo (desde 1901) com as expressões mais conhecidas da história do associativismo e do cooperativismo deixa transparecer eixos de recorrência com graus variados de continuidade:

Figura 1

Ciclos antecedentes dos empreendimentos econômicos solidários



Fonte: SIES 2007 – Base de Dados Unisinos

Inferir e interpretar essas conexões são tarefas fáceis quando as experiências em análise já percorreram um longo itinerário, que nos translada espontaneamente ao passado. Contudo, dos empreendimentos antigos captados pelo Mapeamento pouco se poderá saber com dados que não retornam no tempo e quase nada dizem de suas fisionomias anteriores. Estudos longitudinais, com essa intenção, pressupõem levantamentos sucessivos, a contar do segundo Mapeamento; portanto, uma perspectiva ainda incipiente. Um meio mais viável de sobrepujar os limites da curta duração, sem sucumbir a recitativos finalísticos e prescritivos, consistiria em examinar, com vagar, experiências com trajetórias mais longas, exemplificantes das modalidades organizativas e das vias de desenvolvimento seguidas pelos empreendimentos econômicos solidários.

2. Fundamentos empíricos e metodológicos

A calhar com essa alternativa, os empreendimentos estudados recentemente, no âmbito do Projeto Microempreendedorismo e Associativismo em Países de Desenvolvimento Periférico, chamaram a atenção por sua longevidade. Na ocasião do trabalho de campo, realizado em fins de 2009, já estavam em atividade em média há 17 anos, ou há quase 20 se adicionarmos as preliminares que levaram à sua criação. Todos precedem o grande surto de experiências que conduziu, ao final dos anos 1990, ao surgimento do termo Economia Solidária e à posterior e crescente mobilização social e política a seu redor. Ademais, vários deles haviam sido examinados em pesquisas anteriores, desde 1992, propiciando um repositório de dados e análises favoráveis a comparações entre as características que assumiram paulatinamente, segundo modificações havidas em suas circunvizinhanças e na sociedade.

Três pesquisas, realizadas em 1997, 2001 e 2009, tiveram objetivos semelhantes, a segunda tendo sido realizada com a intenção explícita de gerar dados para uma análise comparativa com as conclusões da pesquisa de 1997; a terceira, em 2009, adotou uma metodologia praticamente idêntica àquela de 2001, o que faculta estender essa perspectiva diacrônica até 2009. Por fim, convém acrescentar que os empreendimentos focalizados nas duas últimas investigações, das quais nos ocuparemos mais detalhadamente, correspondem em linhas gerais ao perfil de mais de 30 experiências examinadas ao menos duas vezes desde 1992, e a pelo menos 20, estudadas três ou quatro vezes no mesmo período.

A Tabela nº 1 apresenta o perfil geral dos empreendimentos em tela, deixando transparecer, pelos números, o grau de recorrência dos casos. A pesquisa de 1992 teve como objeto o programa de apoio aos Projetos Alternativos Comunitários – PACs, desenvolvido pela Cáritas no Estado do Rio Grande do Sul, desde 1986. Esses projetos envolviam atividades de geração de renda e constituem um dos veios importantes da Economia Solidária (Gaiger, 1994; 1996). Em 1995, foram investigadas cooperativas e associações de agricultores assentados, a pedido do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, avaliando-se seu papel para a melhoria das condições de vida, particularmente no campo da segurança alimentar. Em 1997, buscou-se identificar os principais fatores de êxito dos empreendimentos bem-sucedidos, a partir de experiências significativas do perfil da Economia Solidária nas principais regiões do Rio Grande do Sul (Gaiger *et al.*, 1999; Gaiger, 2001). A seguir, realizou-se uma pesquisa nacional, promovida pela Rede Unitrabalho, com o intuito de caracterizar mais amplamente a Economia Solidária e examinar seu sentido e possibilidades (Gaiger, 2004; 2007b). A pesquisa de 2001 retomou os objetivos de 1997, incidindo sobre aqueles empreendimentos ainda ativos (Gaiger, 2006; Gaiger e Asseburg, 2007). Em 2009, uma fração desse mesmo corpus empírico, formada por empreendimentos de pequeno porte, serviu à discussão acerca do microempreendedorismo associativo.

Tabela 1
EES estudados em pesquisas qualitativas, agrupados por Segmento

Segmentos	Nº de EES e de visitas por segmento	Ano das pesquisas qualitativas no RS e nº de EES estudados					
		1992	1995	1997	1999	2001	2009
EES primordialmente não-econômicos	5 / 5	5					
EES de coleta e triagem de resíduos recicláveis	4 / 8			2	1	3	3
EES de produtores rurais familiares	28 / 55	10	5	18	5	12	5
EES de produção ou comercialização de bens manufaturados ou serviços	37 / 63	18		17	7	17	4 ⁹
Totais	74 / 131	33	5	37	13	32	11

Fonte: elaboração própria

Algumas pesquisas cobriram igualmente um universo bem maior de experiências. Em 1992, foram refeitos e analisados os dados cadastrais dos PACs, computando-se 439 projetos, 349 deles de natureza econômica. Logo após, um trabalho semelhante foi realizado em Minas Gerais, abrangendo mais de 600 projetos de geração de renda (Gaiger, 1996). Em 1999, a pesquisa nacional levantou dados gerais sobre a Economia Solidária em nove Estados do país, analisando-se posteriormente 120 experiências *in loco*, em seis Estados. Entre 2006 e 2009, realizamos sucessivas análises dos dados do Mapeamento Nacional da Economia Solidária no Brasil, que contabiliza 21.885 empreendimentos¹⁰ (Gaiger, 2007c).

Por conseguinte, há material propício a uma reflexão sob o prisma das temporalidades. Como o enfoque agora proposto inspira-se particularmente na última pesquisa, de 2009, à medida que deu continuidade a uma análise diacrônica já realizada com os dados de 1997 e 2001, optamos por salientar as conclusões do estudo comparado entre 2001 e 2009, voltando retrospectivamente aos dados de 1997 e a outras pesquisas, quando oportuno. Visto que tais conclusões provêm da análise dos mesmos empreendimentos focalizados pelo artigo anterior, de autoria de Adriane Ferrarini e Marília Veronese, com os quais o leitor nesse momento já está provavelmente familiarizado, essa opção dispensa considerações sobre as características e os percursos individuais das experiências, como também sobre a metodologia geral da pesquisa. Todavia, é recomendável declinarmos alguns aspectos do modelo analítico mais diretamente relacionados com a perspectiva deste trabalho.

Desde 1997, a análise de cada experiência tem culminado com uma avaliação do grau em que nela se apresentam o Vetor Empreendedor e o Vetor Solidário. Cada um deles corresponde a uma das faces do que denominamos empreendimentos econômicos solidários – EES, um conceito de natureza típico-ideal com fins analíticos (Gaiger, 1996; 2009a). Enquadram-se no conceito as iniciativas que logram algum nível de acumulação e crescimento, que alcançam certa

⁹ Incluindo uma cooperativa de produção desativada, cuja visita foi substituída por uma entrevista no sindicato municipal da respectiva categoria, principal entidade de apoio ao empreendimento.

¹⁰ Segundo a Base de Dados utilizada na Unisinos, cujos totais diferem ligeiramente da base de uso público divulgada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (www.mte.gov.br).

estabilidade e viabilidade, por meio da planificação de seus investimentos, acionando para isso uma nova racionalidade econômica, calcada no envolvimento coletivo com a gestão e com o trabalho cooperativo.

Esse modelo foi posteriormente decomposto em quatro dimensões, com o objetivo de melhor discernir os elementos, distintos e complementares, que compõem os vetores. Tais dimensões deram origem a indicadores específicos, exemplificados na Figura 2.

No Vetor Solidário, a *Autogestão* vincula-se à democracia, à participação e à autonomia do empreendimento em seu gerenciamento, relacionando-se tanto aos sócios singulares quanto a organizações e forças externas. A *Cooperação* refere-se a valores e práticas de mutualidade, colaboração mútua, compromisso social e gratuidade. Uma organização econômica pode ser autogestionária e pouco cooperativa, ou vice-versa.

Quanto ao Vetor Empreendedor, a *Eficiência* de um empreendimento diz respeito à sua capacidade de preservar-se e consolidar-se em resultado do seu funcionamento. Refere-se a aspectos da operação econômica que garantam a sua sobrevivência no presente e não a comprometam no futuro. A *Sustentabilidade* diz respeito à capacidade de gerar condições para seguir funcionando a médio e longo prazo. Envolve aspectos internos e externos, mas exclui estratégias que simplesmente adiem compromissos assumidos ou transfiram determinados custos da operação à sociedade, como o emprego de tecnologias baratas e poluentes ou a depredação do ambiente natural. Implica, portanto, um nível de desempenho que não produza os benefícios esperados apenas à custa de insolvências futuras, a exemplo ainda da usura do trabalho e da depreciação incontida do capital do empreendimento.

Figura 2
Modelo conceitual e analítico dos empreendimentos econômicos solidários



Fonte: elaboração própria

A operacionalização desse dispositivo analítico, em 2001 e 2009, fez-se mediante uma planilha específica, preenchida durante as visitas de campo e retificada posteriormente, à luz do consignado nos demais instrumentos e nas sucessivas análises de cada caso. A planilha contém uma lista de Indicadores relacionados às quatro Dimensões, cuja pontuação traduz a avaliação qualitativa feita quanto à presença e à intensidade dos elementos correspondentes. A tabela consolidada, com as pontuações de todos os empreendimentos, deu lugar a análises do desempenho de cada um deles, de cada Indicador, Dimensão e Vetor. O agrupamento dos empreendimentos, conforme suas características determinantes e sua dinâmica, originou a noção de *segmento*, a partir do qual se organizaram a interpretação e a exposição dos resultados.¹¹

A pesquisa de 2009 utilizou-se também de análises do Mapeamento (Gaiger, 2009b) e de estudos sobre os principais modelos de fomento ao empreendedorismo de pequeno porte, discutidos à luz das características e concepções próprias ao universo da Economia Solidária (Gaiger e Correa, 2010). Tratando de entender as peculiaridades e as vantagens comparativas do empreendedorismo associativo, várias questões indissociáveis do fator tempo emergiram diante dos casos em análise: por que esses empreendimentos mantêm-se ativos há quase 20 anos? Que modificações sofreram, em seu favor ou desfavor? Durante esse percurso, o que têm representado para seus integrantes e para os demais participantes de seus circuitos de interação?

Embora sem constituir-se como perspectiva analítica específica, a dimensão temporal esteve patente nessas e noutras questões. Abordá-la enquanto tal, sistematicamente, requer, além de metodologias e condições empíricas adequadas, uma consciência nítida e treinada à pluralidade do tempo social, a fim de não se resumir a “um simples jogo, o habitual alargamento de estudos e curiosidades” (Braudel, 1965: 271). Por assim, é necessário explorar com zelo, por vezes minuciosamente, as aquisições analíticas e interpretativas dos estudos empíricos anteriores. Ainda assim, nossas pretensões aqui devem ser modestas. De certo modo, poderíamos classificar o que segue como um ensaio de meta-análise, realizado a partir dos resultados prévios de cada pesquisa. Certamente, não será possível discriminar com suficiente pertinência as durações históricas em que a Economia Solidária deposita os seus sentidos. Contanto que tal arcabouço nos auxilie a ter em mente os ritmos e ciclos do tempo, esperamos ao menos algum ganho investigativo, no sentido de referendar uma perspectiva de estudos sobre a Economia Solidária que permita descomprimi-la, alargando o seu tempo presente por procedimentos que não a tolham de seus vínculos com o passado e de seus múltiplos sentidos históricos.

3. O empreendedorismo associativo nos compassos do tempo

O exercício a seguir, realizado com tais propósitos, aponta a conveniência de prosseguir nesta direção, para além do tempo linear. Voltar aos estudos periódicos sobre esses casos de empreendedorismo associativo revela que a solidariedade econômica vivenciada em nossos dias pelos trabalhadores antecede o momento de irrupção da Economia Solidária e ultrapassa os contornos reconhecidos pelas redes de agregação e mobilização instituídas desde então - a chamada *ES* ou *Ecosol*. O empreendedorismo associativo supõe e ao mesmo tempo estimula o desenvolvimento de outra racionalidade, mediante mutações progressivas que ensejem a integração de distintos princípios econômicos, ultrapassando a primazia do utilitarismo. Em contrapartida, o andar das

¹¹ Análises mais detalhadas e abrangentes desse conjunto de Indicadores constam em Gaiger, 2006 e em Gaiger e Asseburg, 2007.

experiências não dá guarida à expectativa de prosperidade e de multiplicação constantes, não sendo esses os indicadores mais seguros para estimar o seu grau de sustentabilidade ou a sua capacidade de responder às expectativas de seus membros e de seus beneficiários indiretos. A bem dizer, elas não se guiam por um *projeto*, no sentido de um conjunto de objetivos preconcebidos e expressos segundo categorias político-ideológicas. Conduzem-se, isto sim, por aspirações primordiais que ora se reafirmam, ora se renovam, ensejando ciclos que se estendam do nascer ao ocaso de cada experiência, fazendo eco em espaços históricos mais amplos, constitutivos do desenvolvimento e dos dissensos mais importantes da vida social contemporânea. Examinemos esses argumentos.

3.1 Uma história anterior aos empreendimentos

Uma das primeiras e mais reiteradas constatações de nossos estudos indica que o ato criador dos empreendimentos mais sólidos e persistentes requer uma série de condições prévias, constituídas gradativamente durante sua história progressa; não se trata de um ato trivial, corriqueiro. A conjunção de tais circunstâncias nem sempre é espontânea e a ela concorrem invariavelmente fatores distantes no tempo, sem que haja atalhos ou substitutivos capazes de cumprir o mesmo papel. Tais condições de gênese foram sumariadas em conclusão da pesquisa nacional antes referida (Gaiger, 2004: 373-382), incluindo a *presença de setores populares com experiência em práticas associativas, comunitárias ou de classe, a existência de organizações e lideranças populares genuínas, vincadas nos movimentos de ação direta*, ou ainda:

chances favoráveis para que as práticas econômicas associativas sejam compatíveis com a economia popular dos trabalhadores, amoldando-se aos arranjos individuais, familiares e semi-coletivos que lhes asseguram a subsistência e que estão inscritos em sua experiência e nos seus círculos de relação e de influência (Gaiger, 2004: 375).

Além desses fatores objetivos e subjetivos, ligados à condição social e à trajetória de vida do grupo empreendedor, havia-se anotado anteriormente a influência de dois elementos: a) uma plataforma material e econômica prévia, que propicia ao grupo recursos e alternativas nos períodos de dificuldade, bem como meios para assumir certos riscos ou implementar estratégias de investimento a maior prazo; b) uma homogeneidade social significativa quanto à categoria social, à trajetória do núcleo familiar, às referências culturais, etc., pois assim o empreendimento coletivo pode sustentar-se em uma convergência natural de propósitos e expectativas, assegurada pelo projeto implícito comum de vida (Gaiger *et al.*, 1999: 28). A importância da similitude de interesses, motivando a dedicação de todos os membros ao projeto, aparece com nitidez nas avaliações de 2001 e 2009: quando as condições de partida eram desiguais, predominou a tendência ao aprofundamento das diferenças, concentrando-se o patrimônio e o poder de decisão nas mãos de poucos e dando lugar a empresas convencionais, ainda que com práticas de solidariedade.

Contam também condições externas, sobre as quais os empreendimentos nascentes pouco podem interferir. Eles são mais bem-sucedidos quando existe um entorno social favorável, que lhes garanta aportes financeiros, facilidades materiais, formação técnica, acompanhamento metodológico, cooperação entre as experiências, fortalecimento moral, etc. Salvo exceções, não há empreendimentos exitosos que estejam isolados, sem vínculos com ONGs, com o Poder Público ou com movimentos sociais. No caso de uma indução externa proeminente, requer-se sua compatibilidade com a cultura do ator popular,

cevada, por exemplo, no seio de uma ética humanista cristã ou por via da militância política.

Como elemento endógeno, talvez o exemplo mais claro no sul do Brasil seja o associativismo, cuja disseminação entre os pequenos agricultores encontra-se vinculada a questões de diferentes naturezas.¹² O empreendedorismo associativo se dá entre eles como extensão da prática que já lhes é familiar e como uma forma de saírem de uma atitude reativa, ou adaptativa, para um comportamento pró-ativo. Persistindo, essa cultura funciona também como um estímulo para a manutenção da comunidade no campo, em resposta à redução da força de trabalho, provocada pela diminuição das famílias, pelo avanço das grandes empresas e pelo êxodo rural.

De modo mais geral, as práticas de reciprocidade e ajuda mútua refletem a continuidade ou o revigoramento de uma matriz sociocultural anterior. Quando a cultura de reciprocidade, legada pela História, volta-se para as necessidades do empreendimento, favorece outro fator decisivo, relacionado à existência de um ambiente de trabalho gratificante, compensador do ponto de vista moral e estimulante dos laços de confiança. Um argumento convincente – trazido pela pesquisa de 2001 e não desmentido após - reside no fato de que, entre os empreendimentos nos quais o trabalho apresenta tais qualidades, verifica-se de modo quase absoluto a existência de práticas de cooperação no processo de trabalho, de práticas de reciprocidade e ajuda mútua e ainda de práticas de convivência ou mística grupal. Tais práticas formam um todo sinérgico, no qual a entreatajuda e o espírito fraterno, durante e após a atividade propriamente laboral, reforçam-se mutuamente. Essa matriz interna de entreatajuda assenta-se ainda em uma malha mais ampla, de natureza comunitária ou classista, ensejando compromissos extramuros. Ambas as situações atestam a presença de circuitos de interação fundados em relações não monetárias e não mercantis, mas com sentido social e econômico.

Por conseguinte, é preciso um conjunto de condições históricas, culturais, ideológicas, sociais, etc., para que a escolha solidária seja feita e mantida. A germinação dessas experiências é um processo longo, relativo à trajetória de grupos humanos, à formação de suas identidades, aos seus valores de referência e à sua predisposição a agir coletivamente.

3.2 Racionalidades em mutação

A racionalidade que preside o funcionamento dos empreendimentos associativos, ordenando seus fatores produtivos, materiais e humanos, difere da vigente nas empresas privadas com fins lucrativos, em decorrência das características estruturais peculiares que efetivamente assumem enquanto sociedades econômicas de pessoas, não de capital. Sumariamente, como se voltou a constatar em 2009, devido a:

- *Predominância de sócios trabalhadores*: proprietários e trabalhadores correspondem ao mesmo estamento social, o emprego sistemático de força de trabalho externa ao quadro social sendo restrita aos empreendimentos que alteram suas características básicas, convertendo-se em empresas convencionais em que trabalho e capital voltam a separar-se;

¹² Ver a respeito o artigo anterior, de Adriane Ferrarini e Marília Veronese.

- *Divisão técnica, mas não social do trabalho*: embora a rotatividade das tarefas no processo de trabalho e outras formas de mitigar a divisão técnica sejam escassas ou parciais, apenas no segmento de microempresas decorrem de uma clivagem estrutural entre capital e trabalho, que separa os trabalhadores dos detentores dos meios de produção. Nos demais casos, direção e execução, trabalho intelectual e manual, não se reportam a grupos sociais estanques ou a indivíduos não-intercambiáveis.¹³
- *Eqüidade no trabalho e na distribuição dos resultados*: os indicadores atinentes à gestão e à cooperação interna evidenciam estarmos em presença de organizações conduzidas por trabalhadores, com acentuada inclinação participativa e igualitarista.
- *Compromisso social*: os indicadores a respeito pontuam homogeneamente, de forma que a cooperação não está cingida ao mundo do trabalho e à vida interna dos empreendimentos. Com o passar dos anos, há uma tendência de refluxo quanto às frentes de atuação, mas não um desligamento total dos movimentos sociais e de questões de interesse coletivo mais amplo.

A hipótese de simbiose entre a face solidária e a face empreendedora dessas organizações, quando verificada junto aos 22 mil empreendimentos registrados pelo Mapeamento Nacional no Brasil, acusou um resultado variável, mas em geral positivo (Gaiger, 2007c). No tangente às pesquisas qualitativas aqui mencionadas, dirigidas a experiências selecionadas desde 1997, por se terem mantido ativas no transcorrer do tempo, sua avaliação tem mostrado que são mais comuns os casos em que ambos os vetores se desenvolvem conjuntamente, do que de disjunção. O desenvolvimento estritamente unilateral de um dos vetores, anulando o outro, não se constata, predominando uma tendência a sua compatibilização e reforço mútuo. A força dessas organizações reside, portanto, no fato de combinarem o espírito empreendedor - no sentido da busca planejada de resultados e da otimização dos fatores produtivos - e o espírito solidário, de sorte que a cooperação funcione como fator de racionalização econômica, produzindo efeitos tangíveis e vantagens reais, comparativamente às demais alternativas de ocupação e renda ao alcance dos trabalhadores em questão.

Cotejando-se os dados de 2001 e 2009, percebe-se um equilíbrio gradativamente maior entre os dois vetores. Autogestão e Cooperação eram as dimensões mais pontuadas em 2001, o que concedia superioridade ao Vetor Solidário, ao passo que o desempenho de ambos os vetores praticamente se equivale em 2009. Os pontos altos relacionados à Autogestão e à Cooperação, como a similitude de aportes em capital e trabalho entre os sócios, selam as bases da igualdade objetiva no interior dos empreendimentos. Avanços em quesitos de Eficiência também se destacam em 2009, em contrapartida de certa perda do fervor militante e de menores investimentos com vistas à sobrevivência de longo prazo dos empreendimentos. O fato relaciona-se às etapas dos seus ciclos de vida, como veremos, mas também é sintomático de um segundo equacionamento, alcançado entre duas lógicas de ação (Figura 3): a *lógica instrumental*, que demanda realismo e pragmatismo e orienta-se pela viabilização de uma alternativa econômica; em contraponto, a *lógica expressiva e projetiva* dos

¹³ Conforme artigo precedente, de Adriane Ferrarini e Marília Veronese. A situação é outra quando o processo material de trabalho, complexo, exige competências específicas não transmissíveis pela prática ou cuja assimilação pelos demais se mostra contraproducente e contrária à racionalidade alcançada a muito custo pelo empreendimento. A discussão acerca da desejável socialização dos saberes, visando à superação da base técnica – e inextricavelmente social e ideológica - herdada do capitalismo, é valiosa. No que lhes diz respeito, os empreendimentos sob análise parecem ter evitado ou superado uma abordagem voluntarista da questão, que idealiza a multifuncionalidade e a polivalência dos trabalhadores e preconiza sistemas de rotatividade plena, sem atentar para os requisitos excepcionais, para não dizer inalcançáveis, de tal reconversão.

valores e princípios ideológicos, voltada a aspirações de mudança pessoal e social, demandando altruísmo, engajamento e, sobretudo, convicções quanto às possibilidades e à valia de tais transformações.

Figura 3
A racionalidade híbrida dos empreendimentos econômicos solidários



Fonte: elaboração própria

Contando em sua gênese com circunstâncias singulares, que os dispuseram a iniciar suas atividades, os empreendimentos logram funcionar segundo esta racionalidade híbrida ao preço de adaptações e mudanças progressivas. Em sua maior parte, o desafio crucial consistiu em saber explorar os recursos humanos, materiais e financeiros dos indivíduos e das unidades familiares, situados à base do empreendimento, de modo a rentabilizá-los sem descaracterizá-los ou desmobilizá-los inteiramente. Metaforicamente, equivale a realizarem uma *metamorfose* da matriz de entreajuda e das práticas econômicas habituais para uma lógica ao mesmo tempo solidária e empreendedora.

O ponto de partida, muitas vezes, é a escolha de uma atividade que represente a extensão ou o aperfeiçoamento de um ofício já praticado por alguns dos sócios, como a costura, o preparo de alimentos e, mais recentemente, a agricultura ecológica. As casas de artesanato do Nordeste, as confecções de moda em favelas do Rio de Janeiro, as farinheiras do interior do centro e do norte do país e a revitalização do extrativismo na Amazônia são bons exemplos. Os casos estudados no Rio Grande do Sul atestam a importância do crédito fiduciário, do espaço físico, de instalações e meios de transporte, dos saberes profissionais e da mão-de-obra alocadas ao empreendimento pelas unidades familiares preexistentes, sem rompimento brusco dos laços e práticas anteriores. Entre os empreendimentos urbanos, um mister consiste em conciliar as necessidades do empreendimento com as conveniências pessoais e profissionais dos seus integrantes. Naqueles vinculados à agricultura familiar, a chave está em potencializar gradativamente a condição de pequenos proprietários dos seus integrantes, agregando novas frentes de atuação sem descaracterizar essa identidade e sem comprometer esse meio de vida original.

Inovações também se observam no sentido de reposicionar os empreendimentos no mercado. As estratégias variam via multiplicação e expansão dos produtos e

serviços, combinadas com a ampliação da clientela e o emprego de modalidades de comercialização adequadas a seus diversos segmentos. Adicionalmente, via especialização e inserção em espaços específicos do mercado, ainda parcialmente protegidos da concorrência ou relacionados a novas demandas e tendências, a exemplo da reciclagem e dos produtos orgânicos ou, mais amplamente, de argumentos competitivos hoje em clara ascensão, como ser “feito à mão”, “agroecológico”, “não poluente” e “da região”. Pode-se falar na constituição de um mercado solidário, articulado aos circuitos movimentalistas, no qual produtores e consumidores, pessoas e instituições, engajam-se na promoção de novos valores e hábitos e no clamor por instrumentos de proteção e estímulo a essas iniciativas, em vista de seus benefícios diretos e indiretos, de curto e de longo prazo.

Essas inovações requerem às vezes alguma reconversão produtiva dos empreendimentos, o que demanda conhecimento, estratégia e persistência, a exemplo da produção ecológica, de fármacos homeopáticos e do turismo rural. A tendência a diversificar linhas de produção importa em melhor utilização do potencial produtivo e da capacidade de trabalho do empreendimento, de sorte a garantir seu crescimento gradativo a partir de bases materiais geralmente modestas. *Trabalho laborioso* é a marca diferencial dos empreendimentos. Muitas vezes, sem jornadas incessantes não é possível atender compromissos, garantir autossuficiência financeira e assegurar investimentos, resultados que, nesse caso, incorporam-se futuramente ao patrimônio dos próprios trabalhadores.

Essas evoluções não são rápidas, muito menos repentinas. Envolvem consultas, discussões e experimentações, sendo aplicadas cautelosamente, com desvelo para que não fracassem e não se tornem prematuramente irreversíveis. Do contrário, causam turbulências e acarretam perdas e retrocessos. Adotar medidas não-consensuais, no sentido de aplacar divergências e conter conflitos, com frequência resulta na saída de associados, não sendo então uma solução reaplicável seguidas vezes. Estímulos à eficiência, mediante planejamento de metas e prêmios, facilmente induzem a uma ótica produtivista, de conseqüências danosas e contraditórias. Integrar cadeias produtivas proporciona dividendos, mas igualmente riscos de dependência, dada a assimetria entre os atores econômicos operantes nesses circuitos, de resto vulneráveis às pressões do capital.

3.3 Uma economia socialmente vinculante

A expectativa depositada nos empreendimentos decorre das percepções quanto às suas possibilidades atuais e futuras. Usualmente, eles atuam em setores econômicos ou em elos de cadeias produtivas de baixa agregação de valor, expostos à constante depressão dos preços, descontada pela concorrência no aviltamento das condições e da remuneração do trabalho. Não obstante o diferencial potencialmente representado pelo trabalho associado, tal realidade econômica impõe severos obstáculos ao crescimento dos empreendimentos, compelindo-os a resignarem-se com parcimoniosos níveis de renda e acumulação. Assim, não é incomum aos empreendimentos limitarem-se a uma função relativamente modesta, como atividade complementar ou como forma de potencializar a atividade principal de seus membros.

Em 2009, o nível médio estimado de geração de excedentes permanecia baixo, obrigando os empreendimentos a concentrarem seus investimentos em aspectos vitais à sua reprodução. As margens para a garantia de benefícios e direitos

sociais aos trabalhadores,¹⁴ a oferta de remunerações líquidas claramente superiores ao mercado, a realização de atividades supérfluas do ponto de vista estritamente econômico-financeiro, como as de cultura e lazer, bem como a ampliação do quadro social ou a formação de fundos de investimentos, seguiam estreitas.

Conforme a função esperada do empreendimento, esse quadro redundava ou em esforços redobrados de otimização dos fatores produtivos, ou em estratégias defensivas de retraimento econômico, relegando o empreendimento, desse ponto de vista, a um papel gradativamente secundário. Em outros casos, os requisitos e os desafios da autogestão pareciam incliná-los a recuarem ao estado de empresas semifamiliares, com isso restringindo suas possibilidades de expansão econômica e de inclusão social. Esse é o ônus das dialéticas antes apontadas.

Não se excluem preocupações constantes dessa ordem, sobretudo quanto às necessidades de capitalização ou à preservação dos postos de trabalho e do quadro social. Em geral, a prioridade é dada à consolidação interna dos empreendimentos, antes de multiplicar benefícios ou de estendê-los a novos associados. A partir desse limiar, o saldo global de quase duas décadas de atividade não é desprezível. As atividades produtivas via de regra são coletivas e autogestionadas, prevalecem práticas igualitárias essenciais e as condições de vida dos membros em geral experimentam melhorias, às vezes muito valorizadas. Ademais, por seus índices ocupacionais e seus quocientes distributivos, os empreendimentos solidários superam as pequenas e microempresas correlatas atuantes no mercado (Gaiger e Ogando, 2009). Seu lastro associativo e seu envolvimento social e político, mesmo entibiado posteriormente, agem como interdições positivas, que impedem a deriva de suas relações de trabalho na direção de formas dissimuladas e sistemáticas de exploração e preservam sua identidade solidária.

Empreender solidariamente não é simples, requer experiência. Contrastando esses altos e baixos, deduz-se que os empreendimentos têm sobrevivido ao longo do tempo com base na sua preservação econômica perante desafios de curto prazo, graças a esforços que se repetem sem os livrarem de tais contingências nem permitirem que vençam definitivamente tais dificuldades. Isso explicaria porque logram não sucumbir, sem apresentarem crescimento exponencial e sem perderem sua natureza coletiva e solidária. A Economia Solidária, nos casos em análise, assegura renda e vida digna, mas não um padrão de enriquecimento e de conforto que pudesse justificar, aos olhos dos trabalhadores, atribuir essa finalidade à labuta incansável que lhes é imposta, ao empreenderem coletivamente.

De mais a mais, essas iniciativas devem ser entendidas como arranjos associativos que articulam atividades e interesses econômicos, sociais e políticos. Além do retorno financeiro que proporcionam, é preciso ter em conta as funções que exercem junto às unidades domésticas dos seus membros. Se não se enquadram como agentes relevantes do ponto de vista da economia mercantil, revestem-se de importância social por articularem serviços para suas comunidades e colocarem em pauta valores democráticos na gestão do trabalho e na vida social.

Os dados demonstram que os empreendimentos acionam padrões de interação e de transação econômica de natureza plural (no sentido de Karl Polanyi), embora não se subtraíam ao domínio da economia mercantil. As experiências de

¹⁴ Exceto as microempresas formalizadas, os sócios-trabalhadores não dispõem dos direitos e garantias trabalhistas oferecidas aos detentores de vínculo empregatício regular, tais como descanso remunerado, repouso por razões de saúde, seguros e previdência. Valem-se da sua condição pessoal ou profissional (caso de aposentados, autônomos contribuintes, agricultores familiares, etc.) externa ao empreendimento, ou então este atende à legislação específica, a exemplo das cooperativas.

reciclagem são exemplares: têm sua criação ligada às políticas públicas de redistribuição; realizam constantemente trocas com o mercado, apesar de serem ainda vulneráveis em tais espaços; mantêm parcerias com pessoas físicas e com instituições; são marcadas por práticas de ajuda mútua e demandam relações de confiança, de importância vital. A presença de redes de interação múltiplas também pode ser notada nos empreendimentos rurais: estão inseridos em programas de governo; atuam no mercado, instaurando seus próprios espaços de comercialização; praticam a reciprocidade na utilização conjunta de equipamentos e na troca de experiências sobre a produção. Assim, a reprodução dos empreendimentos deve ser entendida a partir de uma lógica socioeconômica que incorpora sistemas mais amplos como

subsídios económicos generalizados (educación, capacitación, extensión de impuestos, sistemas de salud, etc.) a partir del principio de redistribución progresiva por parte de la economía pública, así como aportes de trabajo u otros recursos (trabajo voluntario, redes de ayuda mutua, uso de la vivienda para la producción, etc.) muchas veces basados en relaciones de reciprocidad y no computados como costos. (Coraggio, 2008: 51-52)

Além de contribuir com a sustentabilidade e o fortalecimento democrático, essa perspectiva coloca em questão o grau de importância da Economia Solidária como um fomentador da solidariedade social. A sua lógica socioeconômica não se cinge a motivações e a condutas utilitaristas, isto é, voltadas à satisfação do interesse próprio e pontual de cada parte que transaciona, segundo um regime de trocas baseado na lei da equivalência (entre os bens ou mercadorias) que evita a sua inserção em um sistema de obrigações duráveis. Ao contrário, ela se abre ao reconhecimento e ao cultivo de laços de interdependência, fundados no sentimento de partilha de valores e interesses comuns. Contrapondo-se à lógica instrumental do mercado – cuja “melhor definição sociológica” é o de constituir-se como “um laço social que visa escapar das obrigações normais inerentes aos laços sociais” (Godbout, 1998: 41), a racionalidade dos empreendimentos associativos conduz ao *vínculo social* (Gaiger, 2008). Nisto, a Economia Solidária manifesta, uma vez mais, uma recusa à racionalidade instrumental que caracteriza a sociedade moderna e à sociabilidade que lhe corresponde, fruto da autodeterminação da vida econômica e da autonomização *em negativo* dos indivíduos, engendrada pela dissolução dos seus vínculos.

3.4 Os ciclos de vida dos empreendimentos

“Por cierto seguiremos pobres, pero la pasamos bien”, dizia uma empreendedora peruana durante um dos Fóruns Sociais Mundiais. “Não voltaria à escravidão do meu emprego nem por muito mais que o dinheiro que estou deixando de ganhar em meu grupo de confecções”, asseverava uma delegada na Quarta Plenária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. À medida que as iniciativas de Economia Solidária abrem mão do uso instrumental do ser humano e convertem a economia em um recurso coletivo posto a seu serviço, orientando-se pela “reprodução ampliada da vida” de seus protagonistas (Coraggio, 2007), não há porque imaginar que tais iniciativas devam eternizar-se ou estarem fadadas a algum tipo de desenvolvimento contínuo. Elas constituem um meio, nem exclusivo, nem insubstituível, de responder a necessidades e de satisfazer aspirações, cujo valor não se mede em termos cumulativos, mas seletivos.

Mudanças discretas, progressivas, acontecem. Voltando a cotejar os resultados das pesquisas, percebe-se que o maior desenvolvimento dos empreendimentos, entre 2001 e 2009, incidiu sobre a Eficiência, trazendo melhorias que refletem um aprimoramento geral da gestão econômica, no sentido de responder a exigências

de curto e médio prazo, em quesitos como provisão de fundos sociais, preservação da liquidez e preservação do quadro social. Até 2001, avanços nessa direção eram vitais, em razão das lacunas existentes. Ao mesmo tempo, observavam-se iniciativas mais nítidas com vistas à Sustentabilidade de longo prazo, que oito anos depois parcialmente esmoreceram. Sintomaticamente, alguns indicadores em queda referem-se aos processos de qualificação da força de trabalho e a ações educativas dos associados, questões relacionadas à maturidade dos empreendimentos, quando o seu quadro social se estabiliza, envelhecendo paulatinamente, e domina adequadamente o processo produtivo, ficando em contrapartida menos propenso à inovação.

O fato é mais nítido nos empreendimentos de pequenos produtores rurais, idealizados como suporte à produção primária, escoamento e comercialização, atuantes igualmente como força social e política no meio rural. Esses empreendimentos acompanham o ciclo da produção familiar, mantendo-se no ápice enquanto necessitam e logram dar conta das demandas para as quais foram criados. À medida que o tempo passa, o patrimônio familiar dos agricultores, conquistado em boa medida graças aos instrumentos associativos e cooperativos, permite que avancem devagar nos negócios, como uma sensação de missão cumprida. Diante de processos político-econômicos que se ampliam e se tornam altamente absorventes do cotidiano dos sócios, limites igualmente começam a aparecer. O equilíbrio passa a ser buscado por intermédio de medidas que pouco a pouco reduzem o campo de atuação e desmobilizam o empreendimento, sem evitar que entre em rota de declínio.

Assim, em 2009, as alternativas para ampliar e qualificar as atividades com vistas ao futuro apareciam em segundo plano: ou por não haver mais vontade de expansão - os sócios mais dispostos estando envolvidos em novos projetos - ou simplesmente por cautela - ao descreverem de fórmulas que, redobrando esforços, pudessem alavancar o empreendimento acima das contingências e das suas limitações estruturais. Em paralelo, uma segunda tendência, relacionada a objetivos pragmáticos (comercialização, utilização conjunta de instrumentos produtivos) ou programáticos (agricultura sustentável, representação institucional), conduzia à renovação da cultura associativa. Mesmo com o declínio dos antigos empreendimentos, não há sua dissolução total e, além disso, surgem outras iniciativas, em movimentos de gestação de novos grupos, que apostam no trabalho coletivo e em *novas* inovações. Fato próprio das experiências jovens, a viabilidade desses empreendimentos inicialmente é relativizada, pois seus sentidos, social e político, sobrepõem-se aos objetivos econômicos, reanimando o *ethos movimentalista* (Doimo, 1995) e as ações de articulação e mobilização.

Já os empreendimentos urbanos desconhecem tréguas. Todavia, como *agrupamentos de pessoas*, que comungam uma identidade coletiva ao mesmo tempo em que preservam aspirações individuais, não escapam aos efeitos do tempo. Em experiências mais antigas, certa rotina se institui, direcionando e poupando energias. Frente a um cotidiano de labor ininterrupto, o elã coletivo arrefece, as discussões se abreviam, a alternância nos cargos diretivos torna-se mais espaçada. Retraem-se também componentes de Cooperação, como práticas de convivência e mística grupal, ações em prol da comunidade e filiação a instituições representativas, aspectos que se mostram novamente em realce nas experiências mais jovens.

Esses fatos recordam o caráter efêmero atribuído pela literatura ao empreendedorismo, aludindo a momentos em que ele se apresentaria mais necessário e mais apaixonante. As melhoras econômicas alcançadas ao longo de vinte anos pelos agricultores, graças a seus esforços e a conquistas mais amplas dos trabalhadores rurais no plano social e previdenciário, em um contexto de novas necessidades e valores trazidos pela modernização do campo e da sociedade em geral, refletem-se em progressiva acomodação dentro de certos

patamares. O mesmo cenário se constata em outros segmentos, como as microempresas, que despenderam esforços contínuos até atingirem índices de retorno satisfatórios para garantir sua reprodução simples, e agora tendem à estabilidade.

Considerar igualmente as características dos empreendimentos que experimentaram maior oscilação positiva ou negativa entre 2001 e 2009 reforça a convicção de que eles não seguem uma curva continuamente ascendente. Direccionam-se conforme evoluem as condições de vida e as expectativas dos seus membros, sendo decisivo nessa ponderação o grau de impacto exercido pelo próprio empreendimento sobre as trajetórias individuais e os sucessivos contextos externos capazes de seguir impulsionando o ato associativo. Indissociáveis da identidade e das aspirações de seus integrantes, dos quais são instrumentos, as experiências econômicas solidárias cumprem funções, de *reprodução ampliada da vida*, cambiantes ao longo do tempo.

4. A luta persistente por outros sistemas de vida

Cada experiência, ao percorrer seu ciclo, alinha-se em um movimento de translação de um conjunto maior de iniciativas. É fato que os empreendimentos sob análise, sem o imaginarem, estiveram à base do último surto de solidarismo, cujas raízes mais longínquas datam de meados dos anos 1980. A irradiação crescente dessas práticas, no curso das décadas seguintes, explica-se pela conjunção de fatores relacionados às transformações mais gerais da sociedade e de circunstâncias que envolveram diretamente seus protagonistas e idealizadores. Tal somatório não produz efeitos instantâneos e não decorre apenas da míngua daquelas opções econômicas outrora utilizadas ou consideradas promissoras, mas igualmente da força decisiva de atração exercida pela alternativa solidária (Gaiger, 2004), a contar da abertura democrática, que abre espaço a novos atores, agendas e movimentos, até o papel demonstrativo das experiências pioneiras de empreendedorismo associativo.

Com certeza, os acontecimentos sinalizam movimentos nos bastidores, processos mais lentos e profundos em curso ou, ao contrário, seus bloqueios e reversões. Dimensionados em seus contextos, os fatos trazem à luz tais circunstâncias, ao mesmo tempo em que se explicam por esses planos temporais de média duração. Poderíamos então inquirir os vetores conjunturais propulsores da solidariedade econômica, mas igualmente indagar sobre o papel desta no interior de processos, como a redemocratização, que alterou gradativamente a fisionomia da sociedade. Especialmente após a transição democrática, ao longo dos anos 1990, as iniciativas identificadas com a Economia Solidária não estariam exercendo a função de produzir novos influxos ético-políticos, com forte poder agregador e mobilizador? Um *ethos movimentalista* (Doimo, 1995) não seria alimentado por sua capacidade de gerar confluências a partir da diversidade, de formar consensos em torno de novos itens da agenda pública, de atrair novas gerações de militantes, trabalhadores, agentes mediadores e simples cidadãos, tornando-a, por assim dizer, uma unanimidade e, por isso, uma nova esperança?¹⁵

Em momentos de euforia, entretanto, vale a advertência de Braudel quanto às armadilhas da curta duração:

Desconfiemos desta história ainda em brasa, tal como as pessoas da época a sentiram e a viveram no ritmo das suas vidas, breves como as nossas. Esta

¹⁵ Esse é o tema do texto "A presença política da economia solidária", a ser publicado no livro *Economia solidária e novas configurações do trabalho*, organizado por Márcia de Paula Leite e Isabel Georges (São Paulo: Annablume).

história tem a dimensão tanto das suas cóleras como dos seus sonhos e das suas ilusões. (In Rocha, 1995: 242).

Convém dilatar o tempo, ao invés de contraí-lo. É manifesto que as ondas de expansão do solidarismo desde o séc. XIX, em ciclos médios e longos, relacionam-se ao andar da economia e ao movimento pendular entre o mercado e o Estado. A ausência do Estado nos primórdios do capitalismo e suas crises posteriores incrementaram o desamparo dos trabalhadores e, por conseguinte, sua necessidade de forjarem instrumentos de sobrevivência, por meio de novas fórmulas ou recorrendo a sistemas de vida anteriores, a seu alcance e de sua predileção.

Assim, desde que o capitalismo vem classificando os indivíduos segundo os trunfos de que dispõem, nos termos do marco divisório estabelecido entre suas cotas de capital e sua capacidade produtiva, os trabalhadores têm lançado mão – em termos esquemáticos - das seguintes estratégias: a) trilhar o caminho de sucesso proposto pelo próprio capitalismo, acumulando bens e riquezas minimamente para converterem-se em empregadores de força de trabalho e *escaparem* de sua posição original de classe; b) negociar as condições de venda de sua força de trabalho às empresas capitalistas, buscando *melhorar* sua posição de sua classe por via de pressões coletivas, donde se originaram as lutas operárias e sindicais e a formação das identidades classistas; c) manter ou criar sua fonte de trabalho e seu sistema de vida, visando *preservar* sua autonomia de classe. As iniciativas coletivas com esse sentido estão à raiz das principais formas de solidariedade econômica, como o associativismo e o cooperativismo.

Essas estratégias não receberam a mesma importância e o mesmo tratamento. Nas próprias hostes de esquerda, facções dominantes a um dado momento alimentaram o menosprezo pelas experiências econômicas coletivas e provocaram o refluxo das correntes autonomistas, libertárias e cooperativistas. Com o afastamento gradual do sindicalismo, essa arena de lutas ficou relegada a um papel subsidiário, cabendo ao mercado ocupar-se da economia, ao Estado responder às demandas sociais e aos sistemas de proteção autóctone, no âmbito doméstico, garantir o atendimento das necessidades vitais. Durante muito tempo, apenas o front da luta de classes foi considerado portador de sentidos emancipatórios. Não obstante, as demais formas de resistência e contestação mantiveram-se vivas e, malgrado as diferenças, de algum modo, convergentes. Como resume Hespanha, ao longo do tempo “as trajetórias típicas dos agentes da economia popular (...) não prejudicam e deixam entender até uma estratégia comum para escapar a uma integração adversa na esfera capitalista do mercado.” (2009: 62).

Hoje, observa-se o ressurgimento da terceira estratégia que, em verdade, tem sido acionada pelos trabalhadores desde os primórdios de sua luta contra a submissão ao capital e que jamais arrefeceu de todo, mesmo havendo conhecido duras derrotas e desvirtuamentos, além de períodos de perda de força e de quase hibernação. Resiliente, ela consiste em preservar formas de vida não-capitalistas, livres da síndrome da acumulação e da concorrência, sustentadas em uma “sociabilidade de raiz local, reforçada pelo interconhecimento, pela transparência de papéis e pela confiança, e [que] se expressam em ações colectivas de carácter popular.” (Hespanha, 2009: 52). Por certo, a menos que se entenda o esvaziamento dos vínculos sociais como uma premissa inexorável da evolução humana, não há razões para identificar em tais iniciativas, sem maiores considerações, tendências de retrocesso a formas arcaicas de produção econômica e de vida coletiva.

As ondas de solidariedade refletem os pontos altos da curva de mobilização dos trabalhadores. Mas não explicam adequadamente a mobilização em si, isto é, as necessidades e os objetivos que a motivam, nem os significados que o seu

atendimento por via da solidariedade veio a ter, para os seus protagonistas diretos e para a sociedade. Ademais, mesmo em fases de refluxo a curva não estacionou no nível zero de mobilização. O recurso à reciprocidade e à participação social, embora intermitente e oscilante, reflete um ato de vontade e demonstra a persistência das relações sociais constituídas em tais bases, o fato de não terem sido de todo aniquiladas.

Decerto as organizações integralmente forjadas nesses princípios disseminaram-se apenas em alguns momentos, seguindo ciclos de expansão e retração em temporalidades de segundo nível. Não seria condizente com os fatos ordená-las em um *continuum* de *tentativas* guiadas por uma consciência crítica anticapitalista e por um projeto revolucionário. Todavia, o significado histórico desses ciclos os transcende, pois, ao mesmo tempo em que garantiram a preservação de outras modalidades de economia, exprimiram uma recusa constante às perspectivas civilizatórias oferecidas pelo capitalismo, insistindo em sua humanização.

Em sua temporalidade secular, a predominância da racionalidade capitalista levou ao recuo, ao ocultamento e ao esquecimento de outras formas de vida econômica, que persistiram ou emergiram sob sua égide, acantonadas, refugiadas, subordinadas ou insurgentes, de maneira, portanto, geralmente discreta e quase imperceptível, salvo em seus momentos de expansão e reafirmação, como o que estamos presenciando atualmente. Essas outras formas, igualmente seculares, têm contribuído decisivamente para a resistência e à sobrevivência da humanidade diante dos efeitos deletérios do nosso desenvolvimento, muito embora tenham sofrido involuções ao longo do tempo, havendo sido muitas vezes relegadas ao abandono, inclusive por seus protagonistas e patrocinadores originais.

Se não correspondem com igual eficiência às metas propostas nos termos da lógica intrínseca ao capitalismo, essas racionalidades têm respondido, em suma, a uma exigência antropológica fundamental: criar ou preservar vínculos sociais. Sem tais laços – sem chances de conceber e vivenciar sua condição de interdependência – o ser humano fica desprovido de pertença à coletividade, de afeto, de fontes morais de referência, de identidade, atomizado e no anonimato. A compatibilidade de tais racionalidades com a preservação ou a renovação dos vínculos sociais faz com que sejam propulsoras de distintas formas de solidariedade (Laville, 2008). Essas formas alternam-se, modificam-se, sem jamais saírem completamente de cena. Sua evolução, no presente e no futuro, pode contribuir para a superação dos problemas de civilização que já se avizinham globalmente insolúveis nos dias atuais.

Não que a Economia Solidária sirva de argumento a quem propugna o advento de uma ordem anticapitalista, superior na escala da civilização, como uma inevitabilidade histórica. Essa expectativa finda impondo à Economia Solidária compromissos que ela não tem condições de cumprir e impede que se veja o essencial: a contínua e árdua luta dos pobres por segurança, liberdade e dignidade, na qual apostam o seu quinhão de experiências e buscam sistemas de vida inconciliáveis com a primazia do interesse próprio e a instrumentalização desumanizadora dos sujeitos do trabalho.

REFERÊNCIAS

BRAUDEL, F. 1965. História e ciências sociais; a longa duração. *Revista de História*, 30(62): 261-294.

_____, F. 1995. *Civilização material, economia e capitalismo - séculos XV-XVIII*. 3 v. São Paulo, Martins Fontes, 1687 p.

CORAGGIO, J. (org.) 2007. *La economía social desde la periferia. Contribuciones latinoamericanas*. Buenos Aires, Altamira, 413 p.

_____, J. 2008. La sostenibilidad de los emprendimientos de la economía social y solidaria. *Otra Economía* 3(2): 41-57.

DOIMO, A. 1995. *A vez e a voz do popular; movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 353 p.

GAIGER, L. 1994. *Sobrevivência e utopia: os projetos alternativos comunitários no RS*, São Leopoldo, Unisinos (Cadernos CEDOPE 10 - Série Movimentos Sociais e Cultura), 91p.

_____, L. (org.) 1996. *Formas de resistência e de combate à pobreza*. São Leopoldo, Unisinos, 158 p.

_____, L. 2001. Virtudes do trabalho nos empreendimentos econômicos solidários. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, 7(13): 191-211.

_____, L. (org.) 2004. *Sentidos e experiências de economia solidária no Brasil*. Porto Alegre, UFRGS, 417p.

_____, L. 2006. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. *Sociedade e Estado*, 21(2): 513-44.

_____, L. 2007a. La economía solidaria y el capitalismo en la perspectiva de las transiciones históricas. In: J. CORAGGIO (org.), *La Economía social desde la periferia; contribuciones latinoamericanas*. Buenos Aires, Altamira, p. 79-109

_____, L. 2007b. Nouvelles formes de production non capitalistes au Brésil. *Revue Tiers Monde*, 190: 309-324.

_____, L. 2007c. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do Primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 79: 57-77.

_____, L. 2008. A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. *Katálysis*, (11)1: 11-19.

_____, L. 2009a. Empreendimento econômico solidário. In: A. CATTANI *et al.* (orgs.), *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra, Almedina: 181-187.

_____, L. 2009b. A associação econômica dos pobres como via de combate às desigualdades. *Caderno CRH*, 22(57): 583-600.

_____, L. *et al.* 1999. *A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas*, São Leopoldo, Unisinos (Cadernos CEDOPE 15 - Série Movimentos Sociais e Cultura), 80 p.

_____, L.; ASSEBURG, B. 2007. A economia solidária diante das desigualdades. *Dados*, 50: 499-533

_____, L.; OGANDO, C. 2009. *A economia solidária e as desigualdades*. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, Rio de Janeiro.

_____, L.; CORREA, A. 2010. O microempreendedorismo em questão; elementos para um modelo alternativo. *Política & Sociedade – Revista de Sociologia Política*, 9(17): 205-230.

GODBOUT, J. 1998. Introdução à dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13(38): 39-51.

GÓMEZ DE SOUZA, L. 2000. Para se discutir uma economia dos setores populares: perguntas que ficam. In: G. KRAYCHETE *et al.*, (orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis, Vozes, p. 225- 243.

GORENDER, J. 1999. *Marxismo sem utopia*. São Paulo, Ática, 288 p.

HESPANHA, P. 2009. Da expansão dos mercados à metamorfose das economias populares. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84: 49-63.

KRAYCHETE, G. *et al.*, (orgs.) 2000. *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis, Vozes, 246 p.

LAVILLE, J.-L. 2008. Do século 10 ao século 21: permanências e transformações da solidariedade na economia. *Katálysis*, (11)1: 20-42.

LIMA, L. 2005. História, meio ambiente e cultura: a contribuição teórica de Fernand Braudel. *Em Debate*, 2. Disponível em http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/rev_emdebate.

ROCHA, A. 1995. F. Braudel: tempo histórico e civilização. *Anais do Museu Paulista*, 3: 239-249.

SANTOS, M. 2008. *A natureza do espaço; técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª ed. São Paulo, EDUSP, Polígono, 384 p.

Otra Economía

Sección

Economía Social en América del Norte

El “mapeo” de la economía social y solidaria: algunos retos

Yves Vaillancourt

Grupo de Economía Solidaria de Quebec (GESQ)

A solicitud de la dirección de La Otra Economía, acepté con prontitud escribir en cada número de la revista una crónica sobre la economía social y solidaria (ESS) en América del Norte. Para mi primera crónica, me vino la idea de compartir algunas reflexiones sobre los retos del “mapeo” de la ESS tomando algunas enseñanzas de las experiencias de mapping que hemos conocido estos últimos años en Quebec y en Canadá dentro de nuestros equipos de investigación en partenariat sobre la ESS.



Para tal efecto, tengo la intención de hacer tres cosas en el texto siguiente. En principio, recordar el contexto en el cual la cuestión del mapping despierta mi curiosidad. Luego, explicar porqué una reciente contribución latinoamericana puede constituir un punto de referencia estimulante para nuestra reflexión crítica sobre el mapping en Canadá. Finalmente, presentar un balance y las enseñanzas de experimentaciones que nosotros hemos tenido en Quebec y Canadá concernientes al mapping en el curso de la última década.

1. ¿Porqué reflexionar sobre los retos del mapeo?

Hace tiempo que una cuestión de mapping me intriga (Vaillancourt, 2008: 24-28). Pero la idea de mirar nuevamente sobre esta cuestión llegó a recientemente a mi por la lectura y discusión de un texto sustancial concerniente el mapping de la ESS en América Latina y el Caribe. Me refiere a un documento redactado por José Luis Coraggio, María Inés Arancibia y María Victoria Deux, titulado Guía para el Mapeo y Relevamiento de la Economía Solidaria en Latinoamérica y Caribe

(Coraggio, Arancibia y Deux, 2010). Esta guía fue producida a petición y con la intención del RIPESS LAC. Tuve oportunidad de obtener un ejemplar durante mi participación, en diciembre 2010, del Tercer reencuentro internacional del RILESS en Buenos Aires. Sin embargo, fue hasta fines de febrero 2011 cuando tuve la oportunidad de leer cuidadosamente este texto con el objeto de preparar una intervención que debía hacer sobre los retos de la ESS en América Latina a los miembros del consejo de administración del GESQ durante una reunión realizada el 2 de marzo pasado. Después de mi presentación del texto de Coraggio et al. (2010), he tenido intercambios coherentes con los miembros del Consejo de Administración del GESQ. Estos intercambios se han centrado sobre los retos relacionados al mapping y a las diferentes formas de concebirlo en América del Norte, en América Latina y en otros lugares del mundo.

Nuestras discusiones nos han recordado que el tema del mapping había ocupado un lugar importante dentro de ciertas actividades del RIPESS en el transcurso de los tres últimos años. Por ejemplo, hubo una discusión en el Consejo de Administración del RIPESS internacional efectuado en Montevideo en octubre 2008, en el marco de la Tercera conferencia regional del RIPESS LAC. Además, se ha hablado considerablemente de esto en los talleres y asambleas realizadas en el marco de la Cuarta conferencia internacional del RIPESS que tuvo lugar en Luxemburgo en abril 2009. Finalmente, la cuestión debe retomarse en la agenda de una reunión del Consejo de Administración del RIPESS internacional que tendrá lugar en París a fines de marzo 2011. En efecto, está previsto que un proyecto de mapping internacional sea discutido a partir de una proposición que vendría de Canadá y podría beneficiarse de un financiamiento canadiense. Al respecto me expreso en forma condicional porque a la fecha, en el GESQ, disponemos de poca información sobre esta propuesta canadiense de mapping. Sin embargo, tenemos el gusto de participar en el debate sobre esta cuestión partiendo de los balances críticos de las adquisiciones y dificultades encontradas en las experiencias concretas de mapping de la ESS que han sido vividos en el transcurso de los últimos años en Canadá, en América Latina, en Europa y en otros lugares.

Lo digo sin rodeos, personalmente, tendría temor de proyectos ambiciosos de mapping de la ESS en un país, un continente o el mundo que no partieran de balances críticos de los altibajos de los proyectos que hemos experimentado en este tema durante el pasado. Esta es la razón por la cual argumento que, en la reflexión que vamos a hacer concerniente a la experiencia canadiense, tenemos lecciones que aprender de evaluaciones similares realizadas en otros lugares, especialmente en América Latina.

2. Una referencia latinoamericana que estimula nuestra reflexión

Es la razón por la cual el paso dado en el documento de Coraggio Arancibia y Deux (2010) se beneficiaría de ser difundido en Quebec y Canadá. De ahí mi reflejo de utilizarlo como un estimulante punto de referencia que nos anima a desarrollar nuestro propio balance. Justamente, lo que encontré interesante al leer este documento, fue constatar que partía de un balance de diversas experiencias latinoamericanas de mapping y de una reflexión crítica basada sobre estas experiencias, antes de proponer una “guía conceptual y metodológica” que podría ser utilizada en otros países de la región RIPESS LAC.

Mi propósito aquí no es hacer una presentación detallada de la guía de Coraggio et al. (2010), sino más bien sacar conclusiones en términos del método propuesto en la elaboración de nuestras evaluaciones quebequense y canadienses concernientes al mapping de la ESS. Al respecto, cabe señalar que, para definir

mejor los parámetros de un proyecto de mapping de la ESS factible, pertinente y movilizador, dentro de un país o de un continente, es importante comenzar por examinar, con rigor y sin complacencia, las fuerzas y debilidades de las experiencias de mapping desarrolladas en el pasado, buscando tomar las lecciones útiles para el futuro.

Es así que la parte central del documento de Coraggio y de sus colaboradoras, comienza por la presentación de un resumen sustancial y crítico sobre sus tres experiencias de mapping hechas en la región LAC a mediados de los años 2000. En efecto, la sección II del documento (Coraggio et al., 2010: 17-34) examina y compara los tres proyectos de mapping siguientes:

- *El Censo de información económica sectorial de cooperativas y mutuales* efectuado en 2007 en Argentina por el Instituto Nacional de Asociativismo y Economía Social (INAES) y la Universidad de Tres de Febrero. Este inventario permitió colorear un retrato en el cual se encuentran 4,902 cooperativas y mutuales.
- *La Encuesta a Emprendimientos Socioeconómicos Asociativos* efectuada en Argentina de 2005 a 2007 por la Universidad Nacional General Sarmiento (UNGS) y el Ministerio de Desarrollo Social de la Nación. Este inventario permitió hacer un retrato de 611 Emprendimientos asociativos mercantiles, de 238 Emprendimientos asociativos no mercantiles y 50 empresas recuperadas.
- *El Mapeamento da Economia Solidaria* realizado en Brasil de 2005 a 2006 por el Ministerio del Trabajo y la Secretaria Nacional de Economía Solidaria. Este inventario permitió dibujar el retrato de 21, 578 emprendimientos económicos solidarios.

La comparación de los tres proyectos es rica en información sobre su contexto político de surgimiento, el contorno del objeto de estudio retenido, las características de las metodologías privilegiadas, las dificultades encontradas y los resultados esperados. Al final de esta comparación, pasando muy rápidamente a mi parecer sobre las condiciones de éxito para superar las dificultades encontradas (Coraggio et al., 2010:32), el documento propone una guía elaborada para hacer el mapeo y relevamiento de la economía popular solidaria (EPS) – es decir un objeto distinto de la ESS –, inspirándose a la vez de la conceptualización del concepto de EPS en la Constitución de 2008 de Ecuador y tomando elementos de dos de los tres modelos examinados. Los dos casos de mapping retenidos son el de l'UNGS en Argentina y el modelo brasileño, es decir dos modelos que se refieren a la colecta y análisis de datos a la vez cuantitativos y cualitativos, ver evaluativos, concernientes a la ESS. Se trata además de dos ejemplos en los cuales la participación de los actores de la ESS es buscada, lo que tiende a dar a la investigación un aspecto de proceso de concientización. Supongo que será interesante dar seguimiento a los debates concernientes al documento de Coraggio et al. (2010) en los instantes democráticos del RIPESS LAC y en otros lugares dentro de los medios que conciernen la ESS.

3. Balance de la experimentación quebequense y canadiense

Esperando conocer el seguimiento de los debates sobre el mapping de la ESS en el RIPESS LAC y en América Latina, me parece pertinente reflexionar más sobre

la experimentación quebequense y canadiense del mapping tratando de extraer algunas lecciones. Evidentemente, en este texto, no tengo ni el lujo ni la pretensión de llegar a la profundidad. Me conformo con compartir algunas informaciones y pistas de reflexión, deseando dar el gusto a otros colegas investigadores y partners quebequenses y canadienses de adjuntar su contribución. Además, espero que mi aportación ofrezca materia de reflexión a los investigadores y actores latinoamericanos que se interesan en estas cuestiones.

Para hacer el examen de las experiencias quebequenses y canadienses relativa al mapping, distingo dos períodos en el transcurso de la década de 2000.

4. El período de los años 2000-2005

Este período corresponde a la primera fase de la Alianza de investigación universidad comunidad en economía social (ARUC-ES) durante los años 2000-2005. El financiamiento de la ARUC-ES permitía realizar investigación parterarial sobre la ESS en Quebec (una de las diez provincias canadienses) durante una fase inicial de 5 años con un financiamiento de un millón \$ provenientes del CRSH (Conseil de la recherche en sciences humaines) de Canadá. En el modelo organizacional que hemos retenido para marcar la división de responsabilidades en la ARUC-ES, había 8 ejes que reagrupaban los investigadores y los partners socioeconómicos. Entre esos ejes, 6 eran temáticos y 2 transversales.

Entre los ejes transversales hay uno que, justamente, tenía el mandato de recopilar los datos para hacer el retrato de la ESS en todo Quebec. Al principio, los responsables de este eje sobre el mapping estaban optimistas y convencidos respecto a su capacidad de hacer el retrato del conjunto de empresas y organizaciones de la ESS de Quebec. Pero, durante el proceso, este optimismo conoció un cierto desaliento al encontrar dificultades de realización que habían sido subestimadas, notablemente el consenso a establecer concerniente a una definición de la ESS a retener y una metodología particular de colecta de datos a utilizar. Al fin del primer ciclo de 5 años, cuando el financiamiento de la ARUC-ES fue renovado para otro ciclo de 5 años, una reorganización de ejes fue hecho y en esta reorganización el eje sobre el mapping desapareció.

Durante el mismo período, sobre la escena canadiense, en un contexto donde el término de la ESS no era aún muy conocido y utilizado fuera de Quebec, se pudo notar el despliegue de un importante proyecto de mapping coordinado por un organismo con fines no lucrativos, Imagine Canada, financiado por el gobierno federal a partir del VSI (Voluntary Sector Initiative) y realizado por Imagine Canada y 7 asociaciones de la sociedad civil entre las cuales se encuentra la ARUC-ES en Quebec. Esta vasta investigación se desarrolló en el curso de los años 2002-2005. Ésta no trata formalmente sobre las entidades de la ESS, porta oficialmente sobre los organismos con fines no lucrativos y de voluntariado aportando un marco conceptual y una metodología fuertemente prestada de la investigación internacional de la John's Hopkins University. Esta investigación se interesa – de facto, pero no oficialmente – en los componentes no mercantilistas de la ESS. Esto significa que los componentes mercantilistas de la ESS son excluidos del objeto de estudio, incluyendo una parte importante de las cooperativas. Este proyecto de mapping fue completado y dio lugar a publicaciones importantes como Statistique Canada (2004) Hall et al. (2005). En el curso de su realización, favorecida por el apoyo del gobierno federal canadiense, este proyecto tuvo éxito en suscitar la colaboración de una institución nacional como Statistique Canada. Por otra parte, desde entonces, Statistique Canada decidió agregar en su dispositivo un sistema de colecta de datos

permanentes que busca medir la parte del sector sin fines de lucro en el Producto Interior Bruto (PIB) global. Esto es lo que se llama “Compte satellite des institutions sans but lucratif et du bénévolat” en el sitio de Statistique Canada¹. <http://www.statcan.gc.ca/nea-cen/list-liste/npiv-nblb-fra.htm>.

5. El periodo de los años 2006-2011

Este período corresponde a la segunda fase de la ARUC-ES en Quebec y a la fecha de los equipos de investigación partenariales en economía social sostenidos para trabajar en seis regiones canadienses durante cinco años, de 2006 a 2011. En el curso de estos años, nos hemos beneficiado de un financiamiento especial de 5 millones \$ otorgados en 2005 por el gobierno federal liberal dirigido por Paul Martin para sostener la investigación partenarial en el dominio de la economía social, al interior de una política pública más global de 132 millones \$ para sostener la economía social. Afortunadamente, los fondos atribuidos para la investigación fueron administrados por el Consejo de la investigación en ciencia humana de Canadá (CRSH), lo que permitió protegerlos después de la derrota del gobierno de Martin y la llegada del gobierno conservador de Stephen Harper en enero 2006. El financiamiento de la investigación permitía sostener a la vez los seis equipos regionales, llamados nodos, y una estructura de coordinación ligera. Esta infraestructura nacional estaba situada en la Universidad de Victoria e identificada en inglés bajo el nombre de “Canadian Social Economy HUB”. <http://www.socialeconomyhub.ca/>. Actualmente, este proyecto de investigación ha concluido, pero ciertos componentes del dispositivo han encontrado o buscan los medios de encontrar financiamiento para continuar sus actividades o una parte de ellas.

En lo que concierne el mapping de la ESS efectuado a partir del HUB nacional y de los seis nodos regionales durante la segunda mitad de los años 2000, considero que hay dos etapas. En una primera etapa, se ha soñado poder hacer un retrato único e integrado del conjunto de la ESS en Canadá. En una segunda etapa, al encontrar las dificultades para cumplir con el sueño inicial, se cayó en proyectos de retratos más modestos y realistas, lo que dio un conjunto de realizaciones rico pero fragmentado.

6. Al principio, se sueña hacer un mapeo en singular

Mi primera observación se refiere a la creación por la HUB y los seis Nodos en 2006 de un comité de trabajo nacional comprendiendo partners e investigadores provenientes de cada una de las seis regiones canadienses para trabajar sobre el retrato de la ESS dentro de todo Canadá. Al principio de la creación de este comité, el proyecto de mapping suscitaba grandes expectativas y entusiasmo al seno de los equipos regionales y de la coordinación nacional. El objetivo era ambicioso, un poco irreal. Se trataba ni más ni menos de retratar el conjunto de la ESS en todo Canadá. Pero, después de algunas reuniones hechas a menudo partiendo de conferencias telefónicas, el grupo de trabajo comenzó a

¹ Durante el mismo período, dentro del aparato administrativo del gobierno de Quebec, hay dos dispositivos que hacen el inventario técnico de una parte de la ESS definida de manera extensa, pero sin decirlo oficialmente. Se trata por una parte del dispositivo que reemplaza los datos concernientes a las cooperativas y, por otra parte, del dispositivo concerniente a eso que se llama en Quebec “los organismos comunitarios autónomos” que mantienen las interfaces con el Estado quebequense (Vaillancourt, 2008).

desilusionarse observando numerosos obstáculos difíciles de superar. Era evidente que el trabajo no podía avanzar de la manera prevista. Además de problemas ligados a este tipo de comité nacional – inestabilidad del comité relacionada a la rotación de participantes de una reunión a otra y ausencia de presupuesto específico atribuido al comité para emprender los trabajos de investigación –, era evidente que el trabajo a efectuar era más complejo y exigente de lo que había sido entrevisto al principio. Los investigadores y partners socioeconómicos de las diversas regiones querían hacer el mapping, pero no de la misma manera, ni sobre el mismo objeto, ni con la misma definición de la ESS, ni con la misma metodología, ni con los mismos objetivos. Los consensos llegan a ser difíciles de construir. Después de dos años, el comité de trabajo sobre el mapping reconoció el fracaso y dejó de funcionar. Esto no quería decir que los proyectos concernientes al mapping tendrían por lo tanto que desaparecer de las redes de investigación partenarial concernientes. Sin embargo, éstos debían tomar una nueva forma.

7. Con el tiempo, se hacen los mapeos en plural

Mi segunda observación parte del hecho que nuevos proyectos de mapping de la ESS en principio modestos, parciales, sectoriales y plurales han emergido y han sido realizados en las redes canadienses de investigación partenarial. Con el tiempo, estos proyectos han remplazado el gran sueño inicial del proyecto de mapping único que había sufrido un fracaso. Esta observación es evidente cuando se examina el inventario de proyectos específicos de investigación financiados en las diversas redes de investigación regional y el HUB en el curso de los años 2006-2011. En un informe fechado en el mes de agosto 2008 y preparado por la Canadian Social Economy Research Partnerships HUB (2008: 47-60), es posible obtener una lista de unos sesenta proyectos clasificados como parte del mapping de la economía social. Ciertamente, esos proyectos no llegaron todos a su fin. Pero un número significativo de entre ellos lo consiguieron y esto dio lugar a diversas publicaciones. Comparativamente con el sueño inicial, esos proyectos de retratos son más modestos, parciales y enfocados. A menudo, esos proyectos y las producciones que se les enlazan tratan:

- o bien sobre una parte de la ESS (por ejemplo las cooperativas);
- o bien sobre un territorio restringido (por ejemplo en una ciudad o en una subregión administrativa de alguna provincia canadiense);
- o bien sobre la ESS concerniente las comunidades aborígenes, los jóvenes, las personas inmigrantes, etc.
- o bien sobre las interfaces entre la ESS y las prácticas y políticas socioeconómicas y socioculturales en tal o tal sector (por ejemplo dentro del dominio de los bancos alimentarios o de servicios concernientes las personas mayores y discapacitadas).

No tengo la pretensión de poder evaluar estas diversas iniciativas y publicaciones concernientes al mapping de la ESS en Quebec y en Canadá. Sin embargo, se que muchos de entre ellas son de calidad y tienen una aplicación ejemplar como es el caso en Quebec para ciertos inventarios territoriales concernientes la ESS en ciertas regiones como la región de Montreal (Chaire de recherche du Canada en économie sociale, 2008) y la región de Chaudière-Appalaches (Comeau, 2009).

Sin embargo, a pesar de la gran riqueza y pertinencia de las realizaciones de investigación concernientes el mapping de la ESS que he evocado aquí arriba, no es menos cierto que estos últimos constituyen un conjunto heterogéneo, incluso dispar, en el cual los pedazos no son armonizables unos con otros y no pueden, consecuentemente, ser adicionados para construir un todo agregado.

La heterogeneidad de las diversas contribuciones del mapping de la ESS se explica en razón de diversos factores. Por ejemplo:

- Ciertas contribuciones se refieren a definiciones más restringidas y otras a definiciones más extensas de la ESS.
- Ciertas implican el recurso de metodologías más ligeras y otras a metodologías más pesadas.
- Ciertas se interesan solamente a la ESS mercantilista, otras a la ESS no mercantilista y otras a la ESS mercantilista y no mercantilista.
- Ciertas se limitan a un perfil cualitativo y técnico de la ESS (por ejemplo una lista de organizaciones y una compilación de un número de empleos de tiempo completo concernientes), otras a establecer perfiles a la vez cuantitativos y cualitativos implicando una evaluación crítica de las iniciativas estudiadas.
- Ciertas contribuciones de investigación han beneficiado, a un momento de su realización, del apoyo de un ambiente político más favorable, otras de un ambiente menos favorable. Para darse cuenta de la importancia de esta variable, es suficiente, en Canadá, recordar los impactos a la investigación con la llegada de un gobierno federal conservador y hostil al desarrollo de la ESS, como fue el caso en enero 2006 al momento de la llegada al poder del gobierno de Harper. Este cambio de gobierno no representa un elemento de contexto facilitador para los proyectos que tienen necesidad de mantener interfaces constructivas con el Estado federal².

En suma, si se resume la experiencia quebequense y canadiense del mapping de la ESS, se puede decir, tomando el riesgo de simplificar, que hemos pasado del sueño de hacer un mapping en singular a la realidad de hacerlo en plural. Claramente, en este momento, no disponemos de un retrato global y único de la ESS en Quebec y aún estamos lejos de la capacidad de dibujar un retrato de la ESS en Canadá.

CONCLUSIÓN

La experiencia quebequense y canadiense examinada en este texto representa ciertamente una gran riqueza. Ella comporta las ganancias y éxitos que cohabitan con las dificultades y los fracasos. Ella ofrece puntos de apoyo preciosos en un enfoque de reflexión crítica sobre las condiciones para reunir nuevos proyectos de mapping más ambiciosos, sólidos y factibles que restablecerán el objetivo de hacer un día un retrato comprensivo e integrado de la totalidad de la ESS en Quebec y en Canadá. Pero para ir en esta dirección, es importante no buscar ir muy rápido saltando etapas y cerrando los ojos frente a las dificultades encontradas en el pasado. Como las experiencias de mapping de la ESS tenidas en otros países y continentes, las que hemos tenido en Quebec y en Canadá en el

² Leyendo el documento de Coraggio *et al.* (2020) y reflexionando a partir de la comparación de tres casos de mapeo que son examinados, llegué a pensar que el proyecto brasileño, muy ambicioso, con un gobierno federal favorable a la economía solidaria como el de Lula en el poder durante dos mandatos de 4 años, se había beneficiado de un ambiente político favorable.

transcurso de los últimos años constituyen un laboratorio en el cual se encuentra un conjunto de adquisiciones, de semi-éxitos, de dificultades y de fracasos. Para avanzar en la elaboración de nuevos proyectos pertinentes, ambiciosos y factibles en los años por venir, tenemos necesidad de examinar sin complacencia no solamente nuestras adquisiciones y nuestros éxitos, sino también nuestras dificultades y fracasos. Tenemos necesidad también de conocer las evaluaciones de los esfuerzos realizados en otros países y continentes notablemente en América Latina y en Europa (Bouchard, 2009). Estoy convencido que reflexionando a partir de nuestras dificultades tanto como en nuestras adquisiciones, como tendremos la posibilidad a la vez de mejorar nuestras prácticas futuras en el dominio del mapping de la ESS y aportar una mejor contribución en nuestros intercambios con los aliados sobre el plan de acción y de investigación en ESS en otros continentes y en otros países, notablemente en otros países de América Latina y el Caribe.

REFERENCIAS

Bouchard, Marie J. (Ed.) (2009). *The Worth of the Social Economy. An International Perspective*, Bruxelles, Berlin, New York etc., Peter Lang, 268 p.

Chaire de recherche du Canada en économie sociale (2008). *Portrait statistique de l'économie sociale sur l'Île de Montréal*, Montréal, UQAM.

Canadian Social Economy Research Partnerships HUB (2008). *Analysis of projects*, 28 agosto 2008, Victoria, University of Victoria, texto miméo, 85 p.

Comeau, Yvan (2009). *Réalités et dynamiques régionales de l'économie sociale. La Capitale-Nationale et Chaudière-Appalaches*, Montreal, Éditions Vie Économique, 240 p.

Coraggio, Jose Luis, Arancibia, Maria Inés y Maria Victoria Deux (2010). *Guía para el Mapeo y Relevamiento de la Economía Popular Solidaria en Latinoamérica y Caribe*, Ediciones Nova Print S.A.C., GRESP – RIPESS LAC – RILESS, Lince, Perú, Noviembre 2010, 88 p.

Hall, Michael H., Barr, Cathy W., Easwaramoorthy, S. Wojciech y Lester M. Salamon (2005). *The Canadian Nonprofit and Voluntary Sector in Comparative Perspective*, Toronto, Imagine Canada y Johns Hopkins University, 39 p.

Statistique Canada (2004). *Force vitale de la collectivité. Faits saillants de l'Enquête nationale auprès des organismes à but non lucratif et bénévoles*, Encuesta realizada por Statistique Canada en colaboración con ocho organizaciones de la sociedad civil entre ellas Imagine Canada y la ARUC en economía social, Ottawa, Statistique Canada, no 61-533-XPF catálogo, 82 p. Ver el sitio www.statcan.ca.

Vaillancourt, Yves (2008). *L'économie sociale au Québec et au Canada : configurations historiques et enjeux actuels*, Cuaderno de LAREPPS, no 08-07, Montréal, Université du Québec à Montréal, octubre 2008, 59 p. http://www.larepps.uqam.ca/Page/Document/pdf_transversal/cahier08_07.pdf.